

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PPGCOM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

PATRICIA PAIXÃO DE OLIVEIRA LEITE

**A MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA E O DISCURSO *COLONIZADOR* SOBRE A
AMÉRICA LATINA: A CASA GRANDE DISCURSIVIZANDO A SENZALA**

RECIFE
2016

PATRICIA PAIXÃO DE OLIVEIRA LEITE

**A MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA E O DISCURSO *COLONIZADOR* SOBRE A
AMÉRICA LATINA:** *a casa grande* discursivizando a *senzala*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação, na linha de pesquisa Mídia, Linguagens e Processos Sociopolíticos, sob orientação da Profa. Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo.

RECIFE
2016

Catalogação na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

L533m Leite, Patricia Paixão de Oliveira

A mídia impressa brasileira e o discurso colonizador sobre a América Latina: a casa grande discursivizando a senzala / Patricia Paixão de Oliveira Leite. – Recife, 2016.

308 f.: il.

Orientadora: Cristina Teixeira Vieira de Melo.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2017.

Inclui referências.

1. Mídia. 2. América Latina. 3. Análise do discurso. I. Melo, Cristina Teixeira Vieira de (Orientadora). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-40)

PATRICIA PAIXÃO DE OLIVEIRA LEITE

**A MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA E O DISCURSO *COLONIZADOR* SOBRE A
AMÉRICA LATINA: *a casa grande* discursivizando a *senzala***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovada em: 29/02/2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco – Depto. de Comunicação Social

Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – Depto. de Comunicação Social

Profa. Dra. Karla Regina Macena Pereira Patriota Bronsztein (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – Depto. de Comunicação Social

Profa. Dra. Evandra Grigoletto (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco – Depto. de Letras

Profa. Dra. Karina Falcone Azevedo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco – Depto. de Letras

*Ao maridão Adolfo e aos filhotes Serginho e Fran,
pelo amor, carinho e cuidado durante essa travessia.*

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Ivanildo e Leny, por terem acreditado sempre nos meus sonhos e, com isso, terem me permitido voar.

A meus filhos, Serginho e Fran, por serem a minha inspiração para tudo.

A meu maridão Adolfo, pela força em todas as horas, pela cumplicidade e compreensão.

A meus irmãos amados: Mon, Chris, Maurinho, Chelle e Pimpa. Obrigada por existirem!

À minha tia-mãe Necy, companheira da vida.

A meus sobrinhos queridos, Iguinho, Brendinha e Ratinha. Obrigadão!

À minha priminha-irmã Kapinho, a meu irmãozinho-cunhado Décio, à minha cunhadinha Kathá e ao meu genrinho Rodrigo.

À minha grande amiga-irmã Aline, cúmplice de sonhos e lutas.

À minha orientadora Cris Teixeira, responsável por eu ter me encantado com o campo da Análise do Discurso. Cris, obrigada pelos ensinamentos e pela orientação segura e generosa. Não vamos nos largar!

Ao querido professor Luiz Momesso, por me ensinar tanto sobre lutas e sonhos. Por traduzir teorias, por meio de histórias de vida.

A todos os professores do PPGCOM, em especial a Isaltina Mello, que me acompanhou na banca de Mestrado, na qualificação e na banca do Doutorado. À Karla Patriota, por ter aceitado contribuir com a banca do Doutorado.

À Fabiele Stockmans, meu especial agradecimento por ter contribuído de forma decisiva para a minha tese na banca de qualificação, sempre com disponibilidade, competência e generosidade.

À Evandra Grigoletto e Karina Falcone, por terem aceitado contribuir com a minha banca de Doutorado.

À minha nova amiga Patty Monteiro, pelas trocas acadêmicas, risos e fé compartilhada.

À Silvana e Arturo, amigos *iadhianos* que vibraram e torceram por mim.

À Nilza Melo, pelo apoio, sempre.

Aos queridos e competentes “alicerce” da Secretaria do PPGCOM: Zé Carlos, Claudinha, Lucy e Roberta.

Aos líderes latino-americanos, que me inspiraram a escolher o tema desta tese.

A Deus, sempre!

AMÉRICAMINHA

*Amar a linda
Rejeitar a sina
Adotar a mina
Respeitar a língua
Acabar com a cisma
Avançar na conquista
Expulsar quem coloniza
Empoderar a nação latina
Contra-atacar a mídia ladina
Abortar o capital que agoniza
Afastar a norte-américa rapina
Conscientizar nosso povo bom de lida
Juntar irmãos de uma região que se emancipa
Ressignificar o discurso que reifica a dita dura vivida
Soy loca por ti, América Latina!*

E assim eu me reconheci mais e mais latino-americana...

RESUMO

Esta pesquisa investiga o discurso da mídia impressa brasileira sobre os líderes latino-americanos, com o objetivo de compreender como a mídia discursiviza a América Latina. Assim, foram estudados os discursos dos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, e das revistas Veja e Carta Capital – veículos de grande circulação no Brasil. Entre os países, foram selecionados seis integrantes da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), quais sejam: Venezuela, Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e Brasil. Trata-se, portanto, de uma investigação que trabalha a interface entre comunicação e política, analisando um *corpus* composto por matérias, reportagens, editoriais e artigos veiculados nos cinco meios de comunicação impressos, nos meses pré e pós-eleitoral, nos pleitos presidenciais anteriores e mais próximos de 2012. Para tanto, a pesquisa adotou o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de tendência francesa, que conduziu a análise dos textos, além de recorrer a diversos autores da área da comunicação social, a fim de abordar as questões referentes à formação, constituição e funcionamento da mídia. A base da problematização do estudo teve como alicerces as concepções de Formação Ideológica e Formação Discursiva, eixos dos quais partiram outros temas teórico-metodológicos da Análise do Discurso. Foram priorizados os paradigmas pecheutianos, que guardam uma sintonia com a compreensão desta tese, de que o estudo do discurso perpassa a questão da história, da ideologia e da luta de classes. Para discorrer sobre a origem e os discursos construídos historicamente sobre a região ao Sul do continente, foram estudados autores da sociologia e campos afins, que se detiveram no tema das colonizações latino-americanas, sendo priorizado o pensamento crítico. O estudo apreendeu os discursos que emergem do entrecruzamento de vozes da mídia, dos líderes latino-americanos referenciados e dos discursos que circulam sobre as colonizações.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. América Latina. Análise do Discurso.

ABSTRACT

This research investigated the discourse of Brazilian print media on Latin American leaders, in order to understand how the media discursivizes Latin America. To this end, the discourses of the newspapers Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo and O Globo, as well as the magazines Veja and Carta Capital were studied. All of them are wide circulation media in Brazil. The countries selected were six members of the Union of South American Nations (UNASUR), namely: Venezuela, Argentina, Ecuador, Uruguay, Bolivia and Brazil. It is, therefore, a research on the interface between communication and policy, analyzing a corpus composed of news, features, editorials and articles published in the five printed media in the months before and after the election period in the previous presidential elections closer to 2012. To do so, the research adopted the theoretical and methodological approach of the French trend of Discourse Analysis, which has guide the textual analysis, and refer to many authors of communication studies, in order to address issues relating to the formation, constitution and operation of the media. The basis of the study's problematization had as foundation the concepts of Ideological Formation and Discursive Formation, axes from which other theoretical and methodological issues of Discourse Analysis have emerged. The paradigms of Pêcheux were given priority, as they are in line with the understanding of this thesis, that the study of discourse encompasses the issues of history, ideology and class struggle. To discuss the origin and discourses historically constructed on the southern area of the continent, authors of sociology and related fields who focused on the subject of Latin American colonization were studied, with priority to critical thinking. The study has grasped the discourses emerging from the intersection of the media voices, the Latin American leaders referenced and the discourses spread about colonization.

KEYWORDS: Media. Latin America. Discourse Analysis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: meu lugar de fala e o traçado teórico-prático.....	11
2	A MÍDIA E SUAS FILIAÇÕES E SENTIDOS: a couraça da pseudoneutralidade	23
2.1	<i>MÍDIA E IDEOLOGIA</i>	23
2.1.1	<i>Mídia, modernização e esfera pública</i>	33
2.1.2	<i>Mídia e oligopólios no Brasil</i>	42
2.1.2.1	<i>A notícia oligopolizada.....</i>	47
2.1.3	<i>Mídia e espetacularização da política</i>	56
2.1.3.1	<i>A sociedade do espetáculo.....</i>	63
2.1.4	<i>Contexto inicial da imprensa escrita no Brasil</i>	67
2.1.4.1	<i>Chegando aos jornais e revistas do corpus.....</i>	74
2.1.4.1.1	<i>Jornal Folha de S. Paulo (Grupo Folha)</i>	75
2.1.4.1.2	<i>Jornal Estado de S. Paulo (Grupo Estado)</i>	76
2.1.4.1.3	<i>Jornal O Globo (Organizações Globo)</i>	77
2.1.4.1.4	<i>Revista Veja (Editora Abril)</i>	78
2.1.4.1.5	<i>Revista Carta Capital (Editora Confiança)</i>	80
3	A AMÉRICA LATINA E OS DISCURSOS QUE CIRCULAM: as marcas das colonizações e a luta por hegemonia	82
3.1	<i>O RECENTE CONTEXTO LATINO-AMERICANO: O LEGADO NEOLIBERAL E A BUSCA POR INTEGRAÇÃO REGIONAL</i>	82
3.1.1	<i>A integração regional</i>	96
3.2	<i>A CONDIÇÃO DE COLÔNIA E O PODER EUROCÊNTRICO: DOMINAÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA</i>	103
3.2.1	<i>A linguagem e a cultura reificando o lugar do colonizado</i>	121
3.2.2	<i>Multiculturalismo e hibridismo sob o olhar das colonizações.....</i>	126
3.2.3	<i>A descolonização do saber</i>	131
4	A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A AMÉRICA LATINA: um mergulho em águas opacas e profundas	136
4.1	<i>CHEGANDO AO CORPUS PELA ANÁLISE DO DISCURSO</i>	137
4.1.1	<i>Formação Ideológica e Formação Discursiva</i>	141
4.1.2	<i>O interdiscurso e o sujeito.....</i>	148
4.1.3	<i>O acontecimento, o enunciado e suas imbricações</i>	155
4.1.4	<i>A palavra como signo ideológico</i>	162
4.2	<i>MÉTODO DE ANÁLISE DO CORPUS: DESIGNAÇÃO, MODALIZAÇÃO E SILENCIAMENTO</i>	167
4.2.1	<i>Designação</i>	169
4.2.2	<i>Modalização</i>	175
4.2.3	<i>Silenciamento</i>	181

4.3 A ANÁLISE DO CORPUS.....	186
4.3.1 A Venezuela e a reeleição de Hugo Chávez.....	190
4.3.1.1 Jornal Folha de S. Paulo	190
4.3.1.2 Jornal O Globo	200
4.3.1.3 Jornal Estado de S. Paulo (Estadão).....	205
4.3.1.4 Revista Veja	210
4.3.1.5 Revista Carta Capital	214
4.3.2 A Argentina e a reeleição de Cristina Kirchner	220
4.3.2.1 Jornal Folha de S. Paulo	220
4.3.2.2 Jornal Estado de S. Paulo (Estadão).....	226
4.3.2.3 Jornal O Globo	230
4.3.2.4 Revista Veja	233
4.3.2.5 Revista Carta Capital	235
4.3.3 O Equador e a reeleição de Rafael Correa.....	238
4.3.3.1 Jornal Folha de S. Paulo	238
4.3.3.2 Jornal Estado de São Paulo (Estadão).....	242
4.3.3.3 Jornal O Globo	244
4.3.3.4 Revista Veja	246
4.3.3.5 Revista Carta Capital	249
4.3.4 O Uruguai e a eleição de José Mujica	250
4.3.4.1 Jornal Folha de S. Paulo	250
4.3.4.2 Jornal Estado de S. Paulo (Estadão).....	252
4.3.4.3 Jornal O Globo	255
4.3.4.4 Revista Veja	256
4.3.4.5 Revista Carta Capital	259
4.3.5 A Bolívia e a reeleição de Evo Morales.....	261
4.3.5.1 Jornal Folha de S. Paulo	262
4.3.5.2 Jornal Estado de São Paulo (Estadão).....	264
4.3.5.3 Jornal O Globo	266
4.3.5.4 Revista Veja	266
4.3.5.5 Revista Carta Capital	271
4.3.6 O Brasil e a eleição de Dilma Rousseff	272
4.3.6.1 Jornal Folha de S. Paulo	274
4.3.6.2 Jornal Estado de S. Paulo (Estadão).....	276
4.3.6.3 Jornal O Globo	280
4.3.6.4 Revista Veja	281
4.3.6.5 Revista Carta Capital	285
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	289
REFERÊNCIAS.....	298

1 INTRODUÇÃO: meu lugar de fala e o traçado teórico-prático

Antes de qualquer interesse acadêmico – em buscar um aprofundamento de temáticas transversais que insistiram em emergir durante a escrita da dissertação de Mestrado –, o que me moveu a passar quatro anos debruçada sobre o tema desta tese de doutorado foi, acima de tudo, um sentimento de pertencimento à América Latina. Leituras e estudos (e algumas viagens) sobre os países do Sul me instigaram a aprofundar mais os conhecimentos sobre esses países a partir de uma ótica científica.

A cada investida, uma certeza: são muitas as identidades que unem os países da região. Colonizações, ditaduras, descolonizações, valores, crenças, costumes e, claro, formação política, social, cultural e econômica. Discursos que circulam por aí tentam sempre dar conta do que é a América Latina e o que é *ser* latino-americano.

Tantas identidades regionais comuns redundaram em uma busca de integração entre os países latino-americanos – fenômeno que só cresce e que despertou ainda mais o olhar desta observadora. Uma pesquisa exploratória foi necessária, por meio de leituras de artigos científicos e revistas especializadas, que apontaram para a união dos países da América Latina como uma das alternativas de contraponto à globalização, ao neoliberalismo.

Via-se, naquele início da pesquisa, que está em curso uma luta pela emancipação latino-americana e, em contraponto, uma forte reação dos países eurocêntricos e dos Estados Unidos a esse empoderamento da região. O sociólogo Silvio Caccia Bava elaborou uma análise-síntese que ilustra muito bem esse movimento, quando asseverou que “Já é evidente [...] que sopram novos ventos no continente. Depois de anos de dominação ideológica neoliberal, a América Latina começa a desenhar relações diferentes entre a política, a economia e a sociedade.” (BAVA, 2007, p. 8).

Ainda na pesquisa inicial, viu-se que há uma ideia generalizada preconizando que a América Latina adotou um discurso mais à “esquerda”, sobretudo países como Venezuela, Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e Brasil. Na última década, líderes com posturas mais progressistas como Luiz Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e Cristina Kirchner foram expoentes dessa nova configuração política latino-americana nas páginas dos principais jornais e revistas do Brasil. Esse bloco de países “antineoliberalismo” se delineia mais fortemente em um momento em que os paradigmas de “esquerda” no mundo ainda vivem numa crise no *entrelugar* “discurso e prática”.

E é esse suposto vazio de utopias mais configuradas na sociedade contemporânea que torna ainda mais interessante a busca de convergência dos países da América Latina em num bloco progressista, de “esquerda”, podendo preencher, assim, o vácuo deixado pela derrocada do chamado socialismo real. “Após a queda dos regimes comunistas, ouve-se aflorar com a mesma malícia a pergunta inversa: ‘Mas ainda existe a esquerda?’”(BOBBIO, 2001, p. 63). Enfim, surge uma grande novidade no cenário político-econômico internacional: um movimento que se pretende unificado, composto por países considerados historicamente explorados pelo eurocentrismo e pelo chamado “imperialismo estadunidense”.

Não é novidade a estratégia de união de países em busca de acúmulo de forças e poder para enfrentar adversários, maiores ou menores. O advento da União Europeia é um exemplo. Isso leva esta pesquisa a refletir, também, sobre quais interesses movem as nações latino-americanas. Talvez, uma atuação em grupo para se contrapor ao chamado “imperialismo americano”, contra a forte hegemonia¹ política e econômica estadunidense? Ou em oposição à crescente força da União Europeia? Ou seria uma vontade de se libertar de qualquer tipo de dominação? Essas perguntas surgiram desde o início da pesquisa.

Tentar responder a essas perguntas, ainda na fase exploratória, trouxe a necessidade premente de aprofundar os estudos. Neste sentido, Florestan Fernandes, Freyre, Bonfim, Todorov, Quijano, Hollanda, Martins, Sousa Santos, Hall, Burke, Canclini, entre outros, foram autores fundamentais para a ampliação da visão do todo, do contexto sócio-histórico dos países ao Sul do continente. Buscando coerência com a proposta deste trabalho, os autores latino-americanos foram privilegiados. Assim, pretendi imergir na era das “descobertas”, na constituição da identidade latino-americana, nas colonizações, nas explorações, enfim, nas origens desse lado Sul que tenta se reinventar.

O que *salta aos olhos* é que há uma luta antineoliberal em voga; há uma batalha por um lugar de fala latino-americano; há uma insistência por uma hegemonia ideológica de um discurso de “esquerda” ainda esfacelado; e há uma luta por emancipação em relação aos países considerados “ricos”. Mas esta investigação acredita que há, acima de tudo, uma luta

¹“A hegemonia está ligada à capacidade de um determinado Estado estabelecer a institucionalidade da economia-mundo, definindo por meio dela o interesse geral. Se é necessária uma concentração de capacidades produtiva, comercial, financeira e militar para instituí-la, não é necessário o monopólio de todos esses poderes para preservá-la. [...] Giovanni Arrighi propõe uma redefinição do conceito de hegemonia e o desenvolvimento de suas implicações teóricas mediante a construção analítica dos ciclos sistêmicos. Em *O longo século XX*, afirma que a hegemonia comprehende duas dimensões. A primeira, e a mais importante, é a liderança do sistema de Estados numa direção desejada, por ser capaz de alegar com credibilidade ser a força motriz do poder coletivo dos governantes frente aos indivíduos. A segunda, que apresenta a longo prazo efeitos disruptivos, é a capacidade de atrair os demais Estados para a sua própria via de desenvolvimento.(Arrighi, 1996, p. 29)” (MARTINS, 2011, p. 56).

por libertação dos paradigmas e discursos ainda coloniais que pairam sobre a região. Ou seja, persegue-se uma maior correlação de forças entre nações do mundo, que, diga-se, nunca ocorreu. Em primeira instância, a América Latina vivencia, ainda hoje, legados de um “modelo colonial” que impera a partir dos discursos do Norte para o Sul. E essa crença – nascida das leituras e reflexões – norteou, sobretudo, a escolha e a análise do *corpus*.

Há um outro lado dessa *moeda*. À margem dessa contextualização aprofundada, aparece a mídia com seus editorias, matérias, artigos e reportagens, discursivizando esse fenômeno latino-americano de união e luta por emancipação de uma forma própria, com um discurso que oscila entre dois polos: ora silenciando, ora elaborando argumentos que dão conta de uma suposta crise de governabilidade, refletida na impossibilidade de os países do continente enfrentarem as pressões sociais (BAVA, 2007, p. 8). E os consideram como ditatoriais ou, no mínimo, incompetentes e corruptos.

Essas observações de Bava serviram como uma espécie de provocação norteadora para – por meio da análise de um *corpus* significativo, consistente e amplo (mas não disperso) e suficientemente legitimado – conhecer e reconhecer o discurso da mídia sobre essa América Latina atual. Será que há também um “um olhar positivo” às mudanças no Sul? Qual o discurso preponderante na mídia sobre a região? Muitas perguntas aguçaram a minha curiosidade e me induziram a mergulhar cada vez mais nos discursos da/sobre os países ao Sul do continente.

Para tanto, foram escolhidos como objeto de análise veículos de circulação nacional, controlados por diferentes grupos empresariais, com grande tiragem, considerados “influentes” e que apresentam uma ascendência sobre a opinião pública do país. São eles: jornal Folha de S. Paulo (Grupo Folha); jornal O Estado de S. Paulo (Grupo Estado); jornal O Globo (Organizações Globo); revista Veja (Editora Abril); e revista Carta Capital (Editora Confiança).

Todos são meios comerciais, vinculados a grupos midiáticos históricos no país (com exceção da Carta Capital), e que tratam dos temas mais factuais do Brasil e do mundo, seja da semana, no caso das revistas, ou diários, caso dos jornais. Para uma melhor condução da investigação, as publicações foram estudadas nos períodos eleitorais de seis países da América Latina, em 2012², que ganharam maior projeção nas páginas dos jornais e revistas do

²As transformações mais significativas na configuração da América Latina vêm ocorrendo nas duas últimas décadas, sobretudo, com a investida maior do neoliberalismo na região, como será visto mais adiante deste trabalho. O ano de 2012 foi escolhido neste recorte por ter sido o ano de minha entrada no doutorado e, logicamente, o início deste estudo. Observou-se que a postura da mídia nos veículos estudados acompanhou uma regularidade que não difere a partir do início dos anos 2000.

país, como Venezuela, Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e Brasil. O critério de escolha também se baseou em dois pilares: são seis dos doze países que integram a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), uma das mais fortes instituições criadas para fortalecer a integração latino-americana; e por serem nações nas quais emergiram os principais líderes referenciados como progressistas. O *corpus* foi composto por reportagens, matérias, artigos e editoriais.

Vale dizer que o recorte temporal teve como teto o ano de 2012, como já foi dito, e considerou as eleições mais próximas dessa data, em cada país. Foram analisados os textos dos veículos publicados um mês antes e um mês depois das eleições³. Nos casos dos pleitos que foram para o segundo turno, a pesquisa analisou os materiais coletados um mês antes e um mês depois do segundo turno. Essa escolha do período de um mês é justificada por propiciar um olhar mais seguro sobre o comportamento midiático nos momentos cruciais pré e pós-eleitorial. Até porque, a interface comunicação e política é que move esta pesquisa, portanto, os momentos eleitorais dos países impulsionam a cobertura midiática sob a ótica política. Para melhor esclarecimento sobre os períodos eleitorais estudados e os líderes em disputa, com seus principais opositores, segue a tabela com essa configuração (em ordem alfabética dos países):

Tabela 1: Períodos eleitorais e líderes em disputa

PAÍS	DATA CANDIDATO
ARGENTINA	1º TURNO - 23/10/2011
BOLÍVIA	1º TURNO - 06/12/2009

 CANDIDATOS DO 1º TURNO: CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER (REELEITA) HERMES BINNER EDUARDO DUHALDE RICARDO ALFONSÍN
 CANDIDATOS DO 1º TURNO: EVO MORALES (REELEITO) MANFRED REYES VILLA SAMUEL DORIA MEDINA

³A única exceção foi o Brasil, que, diante do volume vertiginoso de artigos, matérias, editoriais e reportagens sobre as eleições, nos jornais impressos, muitos sem importância para o foco desta pesquisa, foram analisados sete dias antes e sete dias depois do dia do pleito. As revistas, por serem semanais, foi mantido o critério de um mês antes e um mês depois.

Tabela 1: Períodos eleitorais e líderes em disputa (cont.)

PAÍS	DATA CANDIDATO
BRASIL	<p>2º TURNO - 31/10/2010</p>  <p>CANDIDATOS DO 2º TURNO:</p> <p>DILMA ROUSSEFF (ELEITA) JOSÉ SERRA</p>
EQUADOR	<p>1º TURNO - 26/04/2009</p>  <p>CANDIDATOS DO 1º TURNO:</p> <p>RAFAEL CORREA (REELEITO) LUCIO GUTIÉRREZ ÁLVARO NOBOA</p>
URUGUAI	<p>2º TURNO - 29/11/2009</p>  <p>CANDIDATOS DO 2º TURNO:</p> <p>JOSÉ MUJICA (ELEITO) LUIS ALBERTO LACALLE</p>
VENEZUELA	<p>1º TURNO - 07/10/2012</p>  <p>CANDIDATOS DO 1º TURNO:</p> <p>HUGO CHÁVEZ (REELEITO) HENRIQUE CAPRILES REINA SEQUERA</p>

Fonte: Autora, 2016.

Já no início do estudo do *corpus*, averigüei que, por se tratar de períodos eleitorais, há uma forte evidência nas abordagens jornalísticas em destacar os líderes, de forma mais personalista, do que os países em tela. No entanto, esse viés trouxe também novas reflexões à pesquisa, pois ressaltou as designações e nomeações dos presidentes-candidatos, tornando ainda mais interessante a investigação sobre os discursos construídos sobre a região. Daí que as buscas nos sites dos veículos que formam o *corpus* foram realizadas a partir dos nomes dos países e de suas lideranças.

Para entender profundamente o que diz (e não diz) esse *corpus*, foi fundamental debruçar-me sobre o fazer jornalístico e a sua estrutura e filiações, sobretudo no Brasil, entendendo para o significado da instituição “mídia”. Era preciso ir no âmago da questão.

Afinal, onde se localiza a mídia no contexto ideológico e sócio-histórico? Nesse ponto, as teorias de Gramsci e Althusser agregaram ao estudo, ambos oriundos da tradição marxista.

Althusser, por inferir que os meios de comunicação são um Aparelho ideológico do Estado, desempenhando um papel de reprodutores da ideologia dominante. Na mesma linha está Gramsci, para quem: entender os meios de comunicação é estudar [...] como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” [...] (GRAMSCI, 2001, p. 78).

A mídia, como um dos instrumentos desse processo, também sofre transformações, a partir das relações de poder estabelecidas historicamente. A comunicação é condicionada por uma *práxis* social, política, econômica, ideológica e cultural. O poder da mídia é, acima de tudo, simbólico. Não é por acaso que o tema “América Latina” vem ganhando força nos noticiários nacionais, mas com fortes críticas às posturas de seus líderes, que são, em alguns casos, explicitamente chamados de radicais ou sectários. Chegam a ser demonizados. Os veículos de comunicação comerciais surgiram de um mesmo processo: nasceram e foram legitimados por um modelo capitalista de concentração e, em tese, são eficientes mantenedores dessa prática. Como pontua José Arbex Jr (2008, p. 385),

O monopólio da comunicação exercido pelas corporações da mídia tem consequências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade. Impede o debate plural e democrático das ideias, torna invisível – quando não ‘demoniza’ – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades.

Autores do campo da comunicação, da linha do pensamento crítico, como Moraes, Serrano, Lima, Sodré e Brittos, nortearam essas reflexões sobre a mídia. Durante o garimpo de textos do jornalismo impresso brasileiro, surgiram os já-ditos e os não-ditos acerca da América Latina. A mídia, como produtora e disseminadora de discursos, exerce seu papel de forma a tentar demonstrar isenção e imparcialidade, em uma estratégia de esconde-mostra. Há muitos silenciamentos. Mas há máscaras, recursos, subterfúgios e jogos que transformam esta análise do *corpus* muito instigante.

Para adentrar nesse *corpus* tão singular e, ao mesmo tempo, multifacetado, só mesmo a partir de um ângulo muito especial. E, para mim, esse olhar não poderia partir de outro campo que não fosse a Análise do Discurso. Sim, porque era necessária uma análise treinada e incisiva, pois um tema tão apaixonante poderia levar a lugares dispersos, se não houvesse um ponto de vista acertadamente delimitado. Sem contar que a Análise do Discurso oferece um

instrumental dos mais apropriados para estudar a interface entre os campos da comunicação e da política.

Assim, o aporte do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso acompanhou a investigação, desde a pesquisa exploratória. “Uma das grandes contribuições da análise do discurso para o estudo de texto é articular o linguístico ao sócio-histórico, este entendido como exterior constitutivo daquele. Isso significa que a exterioridade se inscreve no próprio texto e não como algo que está fora e se reflete nele.[...]"(GREGOLIN e BARONAS, 2001, p. 109). Até porque

[...]para constituir-se, a AD inscreve-se em um campo epistemológico interdisciplinar, o que faz com que sua relação com estes campos de conhecimento seja sempre crítica: do Marxismo, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o linguístico; da Linguística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção. (INDURSKY, 1997, p. 30).

Entre as abordagens da Análise do Discurso, esta investigação optou pela tendência francesa, com priorização dos paradigmas defendidos por Michel Pêcheux, que guardam uma sintonia com a compreensão desta tese, de que o estudo do discurso perpassa a questão da história, da ideologia e da luta de classes. A base da problematização teve como alicerces as concepções de Formação Ideológica e Formação Discursiva, eixos dos quais partirão outros temas teórico-metodológicos da Análise do Discurso. Outros autores também serão considerados aqui, como Orlandi, Gregolin, Indursky, Authier-Revuz, Courtine, Baronas, Fiorin, Bakthin, Foucault, Maingueneau, Charaudeau, entre outros.

Acredita-se que “[...] é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando [...] o que é e o que deve ser, e isso às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’” [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 159-160, grifo do autor). Essa visão de ideologia norteia o olhar sobre o *corpus*, uma vez que a mídia utiliza métodos de indução da opinião pública, quando (re)constrói, por exemplo, uma representação grotesca dos líderes latino-americanos. Na edição 17 da Revista Veja, datada de 17 de outubro de 2012, veiculada dez dias após as eleições presidenciais na Venezuela, a seção “Internacional”, páginas 82 e 83, refere como uma *certificação* da prática chavista no governo, que aponta para uma postura política condenável, de quem pretende fazer uma “revolução socialista”:

Se não ficar incapacitado para governar, por causa de um câncer operado em meados do ano passado (detalhes sobre a gravidade da doença são

segredo de estado), o presidente completará vinte anos no comando de um projeto alucinado que tem destruído as bases econômicas do país. De agora em diante, ele promete tornar a sua “revolução socialista” irreversível. Suas políticas incluirão, como sempre, confisco de empresas, perseguição aos opositores e à imprensa independente, controle artificial dos preços, centralização da economia e submissão da Justiça aos interesses do partido no poder. O que já está ruim, tende a piorar. (grifo nosso)

Pêcheux defende que “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrônio, uma fábrica, uma greve [...] que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 160, grifo do autor). Ou seja, sob a transparência da linguagem, camufla-se o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1997, p. 160). “Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’. (PÊCHEUX, 1997, p. 160, grifo do autor). Para Pêcheux (1997, p. 160),

[...]as palavras, expressões, proposições etc mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem. (grifo do autor).

Portanto, ao analisar o *corpus*, formado por textos de revistas e jornais de circulação nacional, há que se compreender as posições dos sujeitos no discurso, ou seja, cada lugar de fala: dos profissionais da imprensa (autores-sujeitos imediatos dos enunciados), dos empresários, autores-donos dos veículos e, claro, dos líderes, pois “[...]os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. (PÊCHEUX, 1997, p. 161, grifo do autor). Assim,

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc). (PÊCHEUX, 1997, p. 161, grifo do autor)

Seria, portanto, simplista analisar a materialidade do discurso dos impressos em foco, sem esse deslizamento por sobre o que está em volta, no entorno e na opacidade do discurso. É importante ressaltar, ainda, que o estudo do discurso articula áreas de conhecimento

fundamentais para entender a materialidade discursiva em suas interfaces. Quando digo isso, significa que a contextualização acerca da América Latina e sobre o papel da mídia fornecem elementos para entender as condições de produção dos discursos.

Uma vez que “[...]a Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso.” (ORLANDI,1999, p.15). O discurso, portanto, está no cerne deste estudo, sendo a fonte, a inspiração e o condutor da investigação. “E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” (ORLANDI,1999, p.15).

Com esses acertos teóricos, foi possível perseguir o objetivo principal desta tese, que é investigar o discurso da mídia impressa brasileira sobre os líderes latino-americanos, para compreender como os meios de comunicação estudados discursivizam a América Latina. Portanto, interessa ao estudo apreender os discursos que emergem do entrecruzamento de *vozes* da mídia, dos líderes latino-americanos referenciados e dos discursos que circulam sobre as colonizações.

Assim, sob a condução do aparato teórico oferecido pela Análise do Discurso, interessa ao estudo desvendar os jogos discursivos adotadas por revistas e jornais de circulação nacional, ao retomar os acontecimentos e enunciados dos países considerados progressistas na região. Para tanto, a pesquisa precisou também verificar como as publicações estão situadas no contexto político, econômico e simbólico que permeia a produção de notícias no jornalismo brasileiro e como os países da América Latina são posicionados discursivamente como bloco progressista em busca de emancipação e hegemonia.

Agora, era necessário escolher o recorte metodológico principal, dentro das teorias disponíveis. Como o foco estratégico da investigação é observar, de forma sistemática, o funcionamento do discurso midiático sobre a América Latina, a partir da abordagem dos seus líderes, era necessário deslindar os efeitos de sentido da/na construção simbólica que resulta da representação da realidade elaborada pelos veículos de comunicação nos seus enunciados. Ou seja, busquei apreender como a mídia significa o que é *ser* latino-americano e qual a posição que a região ocupa no discurso dos meios de comunicação impressos do Brasil.

Daí, partindo dos eixos escolhidos – os vértices Formação Ideológica e Formação Discursiva –, era preciso adotar os meios adequados para desvelar o discurso, indo do simbólico às intrincadas relações de poder. Ou seja, entendendo o discurso como objeto sócio-

histórico, que só pode ser desvendado pela compreensão das relações entre o sujeito, a ideologia e a língua.

Concorda-se com Orlandi (2006, p. 23) quando diz que “[...]há uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto, a trama dos sentidos nele, mas ela não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo a termo.”. É uma relação permeada de interfaces que, para ser trabalhada, precisa que o “funcionamento do texto” seja assimilado.

Acreditando que o discurso não é homogêneo e, assim, as Formações Discursivas, logicamente, não são homogêneas, foi instituído um método que favorecesse a adoção de dispositivos de análise do *corpus*, propiciando a percepção das regularidades, bem como as possíveis contradições, contrapontos, deslizamentos, recuos, falhas e fissuras no seio das Formações Ideológicas e Discursivas. E, por esse caminho, fazer desabrochar os efeitos de sentidos dos discursos.

Por se tratar do objeto “discurso midiático”, já na pesquisa exploratória viu-se que há muitos não-ditos, ou seja, silenciamentos por censura, já que a Formação Discursiva determina o que *pode* e *deve* ser dito pelos sujeitos. Por outra parte, como a discursivização dos líderes pela mídia foi o caminho encontrado para uma aproximação do discurso sobre a América Latina, as teorias sobre designação foram muito pertinentes, até pela tendência de personificação dos líderes para mídia. E, finalmente, a modalização por aspas ajudou a fechar o ciclo de recortes sobre o olhar do *corpus*. Assim, o método de análise utilizou como *filtros* a *designação*, a *modalização* e o *silenciamento*. Esse tripé teórico-metodológico, no entanto, não será uma *camisa de força* para a pesquisa, mas um guia norteador.

Mas é preciso que se diga que a riqueza e relevância do *corpus* abririam tantas outras possibilidades de métodos e recortes de análise, que fariam a pesquisa escapar das exigências espaço-temporais acadêmicas. Foi preciso *cortar na carne* e conter o meu ímpeto de abrir o leque para outros vieses. Mas algumas exceções foram permitidas, além da certeza de que esse *corpus* não pode ser abandonado depois da defesa da tese.

Com essas definições, foi possível conduzir a pesquisa norteada pela hipótese central de que a mídia, ao discursivizar os líderes latino-americanos progressistas, constrói um discurso *colonizador* sobre a América Latina. Esse efeito de sentido principal emergiu quando consegui fazer o cruzamento entre as teorias sobre o lugar de fala de mídia e suas filiações, as abordagens sobre a origem, constituição e trajetória sócio-histórica da América Latina e, sobretudo, a análise do *corpus* de pesquisa. E isso só foi possível porque a materialidade do discurso – aqui, o texto – foi analisado, não na sua transparência, mas na sua opacidade,

sabendo-se que “a linguagem não se dá como evidência, oferece-se como lugar de descoberta. Lugar do discurso.” (ORLANDI, 1999, p. 16).

A complexidade do tema gerou também uma série de variáveis que ajudaram a apontar caminhos e olhares. Algumas perguntas complementares foram relevantes, como: há um processo de integração legitimado pela/na América Latina?; houve uma colonização eurocêntrica e uma colonização estadunidense?; há heterogeneidade na Formação Discursiva do *corpus* estudado?; há diferenças nas discursivizações dos líderes pela mídia? Essas perguntas acenderam luzes para uma observação apurada nas filigranas dos discursos.

Para alcançar tais questões e vencer os desafios propostos, foi necessário destrinchar a pesquisa em objetivos mais específicos, que serão distribuídos metodologicamente por capítulos, que darão conta de: a) verificar como a mídia impressa está situada no contexto político, econômico e simbólico que permeia a produção de notícias no Jornalismo brasileiro; b) investigar o discurso desvelado pela Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo; O Globo; Veja; e Carta Capital para referenciar a América Latina e seus líderes, destacando a Venezuela, Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e Brasil; c) observar como os países da América Latina estão posicionados, política e ideologicamente, com um *novo* discurso antineoliberal, anticolonial.

Assim, esquematicamente, esta tese está distribuída em capítulos, que funcionam como blocos temáticos. A presente introdução refere-se ao primeiro capítulo, que pretende revelar **o meu lugar de fala e o traçado teórico-prático** adotado na pesquisa.

O segundo capítulo discorre sobre **a mídia e suas filiações e sentidos, enfocando a couraça da pseudoneutralidade**. São utilizados autores do pensamento crítico para refletir sobre o posicionamento da mídia no contexto material e simbólico da produção de notícias. O capítulo foi destrinchado em subtemas, como as relações da mídia com a ideologia, a modernização e a esfera pública, os oligopólios midiáticos no Brasil e as interferências na notícia, resultantes de um sistema midiático *oligopolizado*. Para fechar o capítulo, foi abordado algo que atinge em cheio os meios de comunicação: a mídia e a espetacularização da política, sob a perspectiva de Guy Debord e a sociedade do espetáculo. Ao final desse capítulo, foi sistematizado um *panorama* dos veículos que compõem o *corpus* de análise, com o intuito de mostrar um pouco o que eles dizem de si mesmos, tento como foco a “pseudoneutralidade” defendida por quase todos eles.

O terceiro capítulo conformou o tema da **América Latina e os discursos que circulam sobre a região**. Trata do tema das colonizações que incidiram sobre os países ao Sul do continente, as marcas por elas deixadas e a luta que se trava por hegemonia dessas

nações. Primeiro foi trabalhado o recente contexto latino-americano, abordando as consequências do legado neoliberal – e um *outra* colonização foi vislumbrada nesse percurso. A integração regional ganhou um olhar especial, com a breve descrição das instituições constituídas com esse fim, mas com uma dedicação maior à principal delas: a Unasul. Em seguida, a “era das descobertas” com as colonizações eurocêntricas sobre os países latino-americanos guiaram a visão sobre a formação da América Latina, a partir desse processo de dominação material e simbólica. Também foi muito caro a esse estudo deter-se no entendimento da linguagem e da cultura como instrumentos de reificação de um certo *lugar de colonizado*. Por essa ótica, houve um passeio sobre o multiculturalismo e hibridismo, por uma perspectiva crítica. O capítulo é finalizado com autores que encontram alternativas e possibilidade para uma necessária “descolonização do saber”.

A partir da *costura* das teorias do primeiro e segundo capítulos, mergulhei com maior profundidade na análise do *corpus*. Cheguei, enfim, ao quarto capítulo, momento de verdadeira reflexão teórico-prática, com o intuito de apreender **como se dá a construção do discurso da mídia sobre a América Latina**. Foi uma imersão em águas opacas, que me fizeram sempre retomar as teorias dos capítulos anteriores. Mas essa *chegada ao corpus* foi conduzida sob o aparato da Análise do Discurso – capítulo central e definidor para a escolha de algumas entre várias possibilidades de olhares sobre o objeto desta investigação. A partir das teorias da Análise do Discurso de tendência francesa, fui me debruçando sobre o *corpus*, ao passo que ia construindo alicerces teóricos sobre Formação Ideológica e Formação Discursiva, o interdiscurso e o sujeito, o acontecimento e o enunciado, com suas imbricações, e o entendimento de que a palavra é um signo ideológico. Daí foi sistematizado o método de análise do *corpus*, priorizando a designação, a modalização (por aspas) e o silenciamento. A estruturação da análise foi conduzida por seleções de *sequências discursivas* (SD), estudando cada país nos cinco veículos, ficando esquematizado na seguinte ordem: a Venezuela e a reeleição de Hugo Chávez; a Argentina e a reeleição de Cristina Kirchner; o Equador e a reeleição de Rafael Correa; o Uruguai e a eleição de José Mujica; a Bolívia e a reeleição de Evo Morales; e o Brasil e a eleição de Dilma Rousseff.

E assim esta tese foi concebida... O meu próprio lugar e fala – não tenho dúvida disso – trouxe esta investigação para um lugar particular, como ocorre com todo o trabalho científico. Como um dos sujeitos entre todos que passaram por aqui, sinto-me enraizada na comunicação, visceralmente vinculada à América Latina e apaixonada pelo campo da Análise do Discurso, que me faz enxergar para além dos *muros*.

2 A MÍDIA E SUAS FILIAÇÕES E SENTIDOS: a couraça da pseudoneutralidade

Dizer que a evolução dos meios de comunicação no Brasil está intimamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo não é novidade. Mesmo porque o paradigma capitalista do mercado dos bens materiais é reproduzido no mundo simbólico pelas mídias. É um fenômeno até de fácil compreensão, bastando ler um pouco sobre a constituição histórica dos veículos e sua intimidade com os poderes vigentes. Difícil é entender todas as facetas que a mídia lançou mão ao longo das últimas décadas, metamorfoseando as suas opções ideológicas sob a couraça de uma pseudoneutralidade. E não é objetivo deste trabalho se deter a todas elas, nem fazer um estudo *arqueológico* desse trajeto.

Interessa aqui apenas situar os meios de comunicação na conjuntura política, econômica e simbólica da produção de notícias no Brasil, a fim de gerar uma reflexão que sustente a análise do *corpus* estudado, composto pelas matérias, reportagens, editoriais e artigos do Jornal Folha de S. Paulo (Grupo Folha); Jornal O Estado de S. Paulo (Grupo Estado); Jornal O Globo (Organizações Globo); Revista Veja (Editora Abril); e Carta Capital (Editora Confiança).

Para tanto, foi primordial estabelecer as ancoragens teóricas que nortearam as reflexões sobre a mídia nesta tese, bem como apontar pistas sobre as filiações dos veículos de comunicação no desenvolvimento das sociedades, em especial, no Brasil. Foi valioso, ainda, perseguir alguns caminhos teóricos que ajudaram a clarear sentidos que emanam das complexas relações entre a mídia e a sociedade. Enfim, somaram-se neste capítulo, como nos demais: as teorias, os autores, o olhar desta pesquisadora e os diálogos possíveis de serem travados.

2.1 MÍDIA E IDEOLOGIA

Para a compreensão do lugar que a mídia ocupa no campo dos estudos sobre ideologia, as teorias do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci são muito pertinentes a esta observação. Apesar de ter dedicado os seus estudos à realidade europeia, o autor trouxe contribuições inovadoras para o entendimento do Estado e suas relações político-sociais e culturais em qualquer sociedade. São teorias clássicas, no sentido de permearem a compreensão sobre as estruturas de classe na sociedade ocidental.

Ao escrever sobre os intelectuais, de maneira geral, Gramsci agrupa reflexões a esta pesquisa sobre o papel dos jornalistas e o próprio lugar da imprensa na América Latina. A partir de Gramsci, é possível enxergar como o empresário de mídia constrói as condições de tentativa de perpetuação da sua posição de classe, ou seja, o apoio à classe dominante, ao grupo social ao qual pertence. Assim compreendido, os jornalistas são organicamente vinculados à empresa de comunicação para a qual trabalham, são intelectuais fundamentais para a disputa pela hegemonia⁴ de classe.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc [...] o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual) [...] não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria etc.). (GRAMSCI, 1982, p. 3-4)

Dessa forma, entende-se que o jornalismo e seus profissionais-intelectuais estão a serviço da satisfação de determinadas necessidades de uma “categoria”, do seu público, mas também constroem, como qualquer empresa e seus empregados, outras necessidades. Isso os faz gerar o próprio público, gerar o lucro e “ampliar progressivamente a sua área” (GRAMSCI, 2001, p. 197). E nada mais eficiente do que a existência de um certo agrupamento cultural, como os meios de comunicação, “[...] **mais ou menos homogêneo**, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral [...]”(GRAMSCI, 2001, p. 197, grifo nosso). E mais: “[...]que se pretenda tomar tal agrupamento como base para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando

⁴De acordo com a cultura política italiana, vê-se na “[...]Hegemonia, acima de tudo, capacidade de *direção* intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país. É este o significado que se depreende da ‘Teoria da Hegemonia’ que Antonio Gramsci transformou em cento da sua reflexão sobre a política e o Estado modernos[...]. Segundo Gramsci, numa sociedade de classes, a supremacia de uma delas se exerce sempre através das modalidades complementares e, de fato, integradas, se bem que analiticamente dissociáveis, do domínio e da Hegemonia. Se o domínio se impõe aos grupos antagônicos pelos mecanismos de coerção da *sociedade política*, a Hegemonia se exerce sobre grupos sociais aliados ou neutrais, usando dos ‘mecanismos hegemônicos’ da *sociedade civil*. Uma conjugação de força e de consenso, de ditadura e de Hegemonia é fundamental em todo o Estado; o que varia é a proporção entre ambos os elementos, em razão do grau de desenvolvimento da sociedade civil, que, como sede da ação ideologicamente orientada, é o locus de formação e difusão da Hegemonia, o centro nevrálgico de toda a estratégia política.” (BOBBIO, 2004, p. 580)

precisamente pela... língua [...]”⁵ (GRAMSCI, 2001, p. 197). Sim, o jornalismo adota uma linguagem própria, uma língua “específica” para falar com o seu público. Gramsci quis dizer com isso que a língua é fundamental para a conformação desse “edifício cultural”, por um “meio de expressão e de contato recíproco”. (GRAMSCI, 2001, p. 197). Por esse viés, “O intelectual é um ‘profissional’ (skilled⁶) que conhece o funcionamento de suas próprias ‘máquinas’ especializadas; tem um seu ‘tirocínio’ e um seu ‘sistema Taylor’ próprios.” (GRAMSCI, 2001, p. 205-206)

Os **empresários - se não todos, pelo menos uma elite deles** - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “**prepostos**” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores a fábrica. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.’ (GRAMSCI, 1982, p. 4, grifo nosso)

Fica claro no pensamento gramsciano que há brechas para fissuras no funcionamento do Estado e suas instituições (como os meios de comunicação), no tocante a sua natureza forjada para manter e ampliar a hegemonia dominante. E isso é muito caro para este estudo: acreditar que há contradições nas relações Estado-sociedade, embora essa contra-hegemonia não seja a regra, mas a exceção. De acordo com Gramsci, “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1982, p. 7). Assim, as atribuições do intelectual na sociedade de classe são cruciais para a reprodução desse sistema, mas não são todos que assumem essa função, que requer a atuação de um profissional habilidoso para combinar “[...] indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições

⁵Gramsci escreveu também que “Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo. Quem fala somente o dialeto ou comprehende a língua nacional em graus diversos participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial. (GRAMSCI, 1999, p. 95). Assim, o autor não despreza a importância da língua e da linguagem para o entendimento de uma concepção de mundo, tão válida para o estudo da materialidade do discurso nesta tese. O autor acrescenta, ainda, que a filosofia está contida “[...] 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, consequentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. (GRAMSCI, 1999, p. 93).

⁶ Habil.

etc[...]”(GRAMSCI, 2001, p. 205-206). E isso “[...]constitui uma ‘especialidade’, uma ‘qualificação’, não um dado do senso comum vulgar.” (GRAMSCI, 2001, p. 205-206). E nessa conjuntura, traduzindo a ideia de intelectual para a esfera dos profissionais de jornalismo, empregados de uma empresa capitalista, os leitores, de acordo com Gramsci, podem ser considerados:

1) como elementos ideológicos, "transformáveis" filosoficamente, capazes, ducteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação. Todavia, é necessário - quando se constrói um plano editorial - manter a distinção entre os dois aspectos, a fim de que os cálculos sejam realistas e não de acordo com os desejos pessoais. Outrossim, na esfera econômica, as possibilidades não correspondem à vontade e ao impulso ideológico; portanto, deve-se planejar de modo a que seja dada a possibilidade da aquisição "indireta", isto é, compensada com serviços (divulgação). (GRAMSCI, 1982, p. 163)

Daí chega-se ao lugar próprio dos meios de comunicação no pensamento gramsciano. Ou seja, no “[...]estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” [...] (GRAMSCI, 2001, p. 78). Com todas as letras, o filósofo italiano referenda os meios de comunicação como o centro nervoso dessa estruturação, embora considerando que não seja o único, pois está nesse contexto tudo que pode influenciar a opinião pública, direta ou indiretamente. (GRAMSCI, 2001, p. 78). Mas fica claro que “A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo [...], periódicos diversos até os boletins paroquiais.” (GRAMSCI, 2001, p. 78). Para o autor, dessa estrutura fazem parte, ainda:

“[...]as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. Não se explicaria a posição conservada pela Igreja na sociedade moderna se não se conhecessem os esforços diuturnos e pacientes que ela faz para desenvolver continuamente sua seção particular desta estrutura material da ideologia. (GRAMSCI, 2001, p. 78)

Com isso, Gramsci (2001) situa os meios de comunicação como parte da “sociedade civil”, dos dois “grandes planos” superestruturais⁷: “[...]o que pode ser chamado de

⁷“Superestrutura é uma categoria usada na tradição marxista para indicar as relações sociais, jurídicas, políticas, e as representações da consciência que complementam a estrutura ou base.” (BOBBIO, 2004, p. 1230). “Gramsci desenvolveu esta análise da Superestrutura, abordando o problema das estruturas materiais da ‘hegemonia’, ou seja, das estruturas mediante as quais se exerce o domínio de uma classe sobre a outra e que ele descobre nos

‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’[...]. (GRAMSCI, 2001, p. 20-21, grifo do autor). Dessa forma, “[...]o Estado em sentido amplo, ‘com novas determinações’, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’)[...]e a sociedade civil” (COUTINHO, 1999, p. 127, grifo do autor).

A *sociedade política* é formada pelo conjunto dos mecanismos pelos quais a classe dominante mantém monopólio legal da repressão e da violência, que são os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias e policial-militar. Já a *sociedade civil* é constituída pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, entre eles, o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais e a organização material da cultura, como jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa. (COUTINHO, 1999, p. 127). Assim, Estado (sentido amplo) = sociedade política + sociedade civil. A sociedade civil é, portanto, um espaço de hegemonia. Os meios de comunicação são também essa esfera de hegemonia.

Assim, “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, [...], mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’”. (GRAMSCI, 2001, p. 20, grifo do autor).

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 21, grifo do autor)

Bobbio (2002) explica que Gramsci elaborou um certo deslocamento do conceito de sociedade civil da tradição marxista. Entende-se aqui que é justamente esse deslizamento que localiza, muito bem, a esfera dos meios de comunicação no âmbito da sociedade civil. Diz Bobbio: “[...]seríamos tentados a dizer que a sociedade civil compreende, para Gramsci, não

centros de formação e irradiação da ideologia – os partidos, as associações sindicais e eclesiásticas, a escola, a imprensa (editoras, jornais, revistas) etc. O estudo se completa depois com a definição dos intelectuais como agentes do funcionamento das estruturas materiais da hegemonia.” (BOBBIO, 2004, p. 1232).

mais ‘todo o conjunto das relações materiais’, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais ‘toda a vida comercial e industrial’, mas toda a vida espiritual e intelectual”(BOBBIO, 2002, p. 55).

Verdadeiramente, Gramsci (2007) reforçou a sociedade civil “[...]no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. (GRAMSCI, 2007, p. 225). Com isso, “[...]a sociedade civil comprehende não apenas a esfera das relações econômicas, mas também as suas formas de organização, espontâneas ou voluntárias, isto é, as corporações, e a sua primeira e rudimentar regulamentação no Estado de polícia.” (BOBBIO, 2002, p.56-57).

Dênis de Moraes (2009) observa que “Gramsci entende a sociedade civil como espaço político por excelência, lugar de forte disputa de sentidos. Engloba o conjunto de ideologias que atravessam o real histórico procurando estabelecer a sua potência.” (MORAES, 2009, p. 38). Assim, a sociedade civil se constitui como uma esfera de hegemonia, porque “[...] projeta-se como espaço dedicado a fomentar a articulação e a unificação dos interesses, a politizar consciências e a sobrepujar tendências corporativistas e ambições competitivas.” (MORAES, 2009, p. 38).

Carlos Nelson Coutinho (1999), um dos maiores pensadores gramscianos brasileiros, reitera a importância do conceito de sociedade civil, como “teoria ampliada do Estado”⁸, “[...]como portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito.”(COUTINHO, 1999, p. 121). Assim, Gramsci amplia a teoria marxista sobre o Estado quando reconhece a socialização da política no capitalismo desenvolvido, da formação de sujeitos políticos coletivos de massa, sobretudo a partir dos últimos trinta anos do século XIX, nos países “ocidentais”. Ou seja, com o surgimento das grandes organizações civis, que fizeram nascer uma esfera social nova. (COUTINHO, 1999, p. 124-125).

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe *quando e enquanto* existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade. (COUTINHO, 1999, P. 123-124, grifo do autor)

⁸Em relação às teorias de Estado em Marx e Engels.

As teorias do filósofo francês Louis Althusser, sobretudo no livro *Aparelhos Ideológicos de Estado*⁹⁹, também são estimulantes para gerar reflexões a esta observação. Diferentemente de Gramsci, o pensamento de Althusser é mais enraizado nas teorias marxistas. Quando se leva em consideração as matérias, artigos, editoriais e reportagens dos veículos aqui estudados (a escrita, o que está dito e o que foi apagado), vê-se que são discursos que fazem parte de um contexto historicamente marcado, de um tipo de organização vinculada à relação sociedade-Estado-ideologia. Isto é, há uma estrutura de mídia que está imbricada a uma esfera de poder complexa, que diz respeito ao entendimento de Estado e suas estruturas, bem como à reprodução da força de trabalho.

Enunciando este fato numa linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante. (ALTHUSSER, 2003, p. 58).

Em Althusser (2003), os meios de comunicação são considerados Aparelhos de Estados; mais especificamente, Aparelhos Ideológicos do Estado e, por isso, são reprodutores da ideologia dominante. Por essa concepção, é “O aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva ‘a serviço das classes dominantes’, na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado é o Estado [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 63). Ou seja, os “aparelhos” são os responsáveis pelo funcionamento do Estado, no sentido de mantenedores e reprodutores da ideologia dominante.

Althusser (2003), empenhado em fazer entender os mecanismos e funcionamentos do Estado, a partir do realce do que há de “essencial da teoria marxista”, defende que “[...] O Estado (e sua existência em seu aparelho) só tem sentido em função do *poder de Estado*. Toda luta política das classes gira em torno do Estado. [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 65, grifo do autor). Neste sentido, é o poder do Estado que se quer e para que se luta. Ou seja, “[...] em torno da posse, isto é, da tomada e manutenção do poder de Estado por uma certa classe ou por uma aliança de classes ou frações de classes. [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 65). E, para isso, existem os “Aparelhos Ideológicos de Estado” e o “aparelho (repressivo) de Estado”. (ALTHUSSER, 2003, p. 67, grifo do autor).

⁹⁹Logicamente, o livro “Aparelhos Ideológicos de Estado”, de Louis Althusser, aprofunda-se em outros temas sobre Estado, Superestrutura e Infraestrutura. Mas aqui nesta tese, interessou trazer à luz as teorias que dizem respeito à gênese da comunicação, que é o tema principal deste capítulo.

O autor explica que o “Aparelho de Estado” contempla governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, que, segundo o autor, compõem o “aparelho repressivo de Estado”, porque funcionam por meio da violência, “[...]‘ao menos em situações limites’ (pois a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas)” (ALTHUSSER, 2003, p. 67-68). Já os Aparelhos Ideológicos de Estado, são “[...]um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.[...]" (ALTHUSSER, 2003, p. 68). São elas: religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, cultural e de **informação**, que engloba a imprensa, o rádio, a televisão etc. (ALTHUSSER, 2003, p. 68, grifo nosso). Sendo assim, pode-se considerar que as observações de Althusser apontam o lugar da mídia como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

No entanto, de acordo com o autor, o aparelho (repressivo) do Estado seria do campo público, ao passo que a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado remetem à esfera privada, como as igrejas, partidos políticos, sindicatos, famílias, certas escolas e a maioria dos jornais. (ALTHUSSER, 2003, p. 69). No caso dos veículos estudados neste trabalho – os jornais e revistas –, são do mundo privado, mas, mesmo assim, são considerados como Aparelhos Ideológicos do Estado, a partir do entendimento e ressalvas do próprio Althusser (recorrendo a Gramsci), pois o que importa é o funcionamento dessas instituições:

[...]indagando em nome de que podemos considerar como Aparelhos Ideológicos *do Estado* instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente instituições privadas. Como marxista consciente, Gramsci já responderia a esta objeção. A distinção entre o público e o privado é uma distinção intrínseca ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) aonde o direito burguês exerce seus “poderes”. O domínio do Estado lhe escapa, pois este está “além do Direito”: o Estado, que é o Estado *da classe dominante*, não é nem público nem privado, ele é ao contrário a condição de toda distinção entre o público e o privado. Digamos a mesma coisa partindo dos nossos Aparelhos Ideológicos do Estado. Pouco importa se as instituições que os constituem sejam “públicas” ou “privadas”. O que importa é o seu funcionamento.”[...] (ALTHUSSER, 2003, p. 69, grifo do autor)

A mídia ora atua como se fosse esfera privada ora como esfera pública. Mesmo quando são empresas privadas – é o caso dos jornais e revistas -, exercem seu papel, em sua maioria, de mantenedoras e reproduutoras do *status quo* e das decisões do Estado neoliberal. Na condição de Aparelhos Ideológicos de Estado, as revistas e jornais impressos atuam por meio da ideologia, enquanto os aparelhos (repressivos) do Estado podem agir tanto por meio da violência como da ideologia. (ALTHUSSER, 2003, p. 70). Mas os Aparelhos Ideológicos atuam “[...]principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão, seja

ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico).[...]" (ALTHUSSER, 2003, p. 70). "Desta forma, a Escola, as Igrejas 'moldam' por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas.[...]" (ALTHUSSER, 2003, p. 71, grifo do autor).

E isso não quer dizer, pelo menos na perspectiva desta tese, que os profissionais de mídia exerçam as suas funções de forma não crítica ao próprio fazer, como se apenas atendessem os *senhores* do capitalismo, os donos das empresas de comunicação. Não são apenas *ovelhas*. Não são sempre *ovelhas*. Há, sim, contradições no seio desse aparelhamento de Estado. E também os veículos não têm um funcionamento uniforme. Há fissuras a serem consideradas. Althusser não aprofundou os contrapontos possíveis.

Mas o que é muito relevante nas teorias althusserianas é o autor chamar atenção para o fato de que os aparelhos compõem um sistema difícil de romper, no momento que se atua (ou seja, escreve-se) a serviço de uma classe dominante, no caso, por um aparelho de informação, dentro do qual está a mídia. As formas de provocar o atravessamento da ideologia mostram que a instituição de informação (aqui, os jornais e revistas), "ensina o 'know how' mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua 'prática'". (ALTHUSSER, 2003, p. 58, grifo do autor). E o autor vai além:

Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos "profissionais da ideologia" (Marx) devem de uma forma ou de outra estar "imbuídos" desta ideologia para desempenhar "conciosamente" suas tarefas, seja a de exploradores (capitalistas), seja a de auxiliares na exploração (os quadros), seja a de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus "funcionários") etc (ALTHUSSER, 2003, p. 58-59, grifo do autor)

Comparando as visões de Althusser e Gramsci, há diferenças entre as duas abordagens de tradição marxista, embora – acredita-se aqui – elas se justaponham. Moraes (2009) traz problematizações relevantes sobre isso, que interessam neste espaço. O autor faz um paralelo entre as duas correntes, dando conta de que "A diferença importante entre os enfoques de Althusser e as instituições de hegemonia de Gramsci está no fato deste último ter destacado que a ligação dos aparelhos ideológicos com o Estado não decorre de um atributo estrutural imutável."(MORAES, 2009, p. 41). Esse argumento vem corroborar com os achados e pretensões desta pesquisa, no sentido de crer nas contradições da sociedade, que garantem o lugar para os sonhos e utopias. E isso não fica claro nos argumentos de Althusser, embora o filósofo tenha situado muito bem os meios de comunicação como aparelhos ideológicos. Como pontua Moraes (2009):

As classes subalternas podem visar, como projeto político, a separação de aparelhos ideológicos de sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção. Althusser propõe uma estratégia política na qual a luta se trava fora do Estado em sentido amplo. Seu equívoco consiste em não considerar a ideologia como algo determinado no processo de produção, preferindo vê-la como atribuição do Estado, com o objetivo de assegurar a dominação. [...] Gramsci entende que a conquista do poder deve ser precedida por sucessivas batalhas pela hegemonia e pelo consenso dentro da sociedade civil, isto é, no interior do Estado em sentido amplo. Enquanto a vertente althusseriana leva à ideia de choque frontal com o Estado, a teoria gramsciana propõe uma “longa marcha” através das instituições da sociedade civil, antecipada por uma preparação político-ideológica, que deve expressar significados e contradições do processo histórico-social. (MORAES, 2009, p. 41)

Esses embates ajudam a deslindar a proposta desta tese, no sentido de guiar a direção da pesquisadora na condução da análise do *corpus*. A mídia é, sim, uma instância fundamental para a hegemonia de uma classe, que é a dominante, sobretudo com o empoderamento que adquiriu a partir da transição para a sociedade moderna. Essa sua função está na própria gênese de instauração e desenvolvimento dos meios de comunicação, tal como foram configurados nos processos civilizatórios, com o auxílio orgânico dos profissionais-intelectuais que atuam na sua esfera.

No entanto, essa mesma mídia é capaz de induzir a contradições no seio da sociedade, com resistências que podem gerar fissuras na hegemonia da classe dominante. Pode, mas não é o seu propósito. Ainda assim, essa perspectiva evita que haja uma apreensão apriorística do *corpus*, levando a um apagamento de possíveis contrapontos. Sem contar que focaliza melhor os vieses estudados pelos autores contemporâneos. Acredita-se que é “Impossível conceber o campo midiático como um todo harmonioso e homogêneo, pois está atravessado por sentidos e contrassentidos, imposições e refugos, aberturas e obstruções.” (MORAES, 2009, p. 47)

Os paradigmas apresentados por Althusser e Gramsci serviram de ancoragem ao estudo da mídia neste trabalho, a fim de “[...] sermos capazes de articular – e de compreender – as profundas conexões entre a imensa variedade de meios para a produção, difusão e circulação de informação e de cultura e o predomínio unilateral de formas econômicas e sociais impostas pelo grande capital [...]” (FONTES, 2009, p. 12). Durante a análise do *corpus*, ora se enxerga os contrapontos possíveis gramiscianos (mais raros), ora se vislumbra a rigidez dos Aparelhos Ideológicos de Estado althusserianos, com a propagação da ideologia dominante pelos meios de comunicação.

2.1.1 Mídia, modernização e esfera pública

Para a compreensão da complexidade que envolve o tema da comunicação midiatisada, será primordial aportar outras teorias e autores – de convicções gramscianas e althusserianas, ou não –, necessários para auxiliar no percurso reflexivo desta tese. Há uma necessidade premente de aprofundar os estudos sobre os meios de comunicação, adotando como ponto de partida as relações da mídia com a sociedade. Nesta atualização teórica, observa-se, ainda, que “A mídia precisa ser vista como um sistema, um sistema em contínua mudança, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque”. (BRIGGS; BURKE; 2006, p.15).

São relações complexas e emaranhadas, estabelecidas entre a mídia e a sociedade. O próprio termo *mídia* nasce com a criação dos meios de comunicação de massa, ganhando centralidade nas discussões políticas e acadêmicas, sobretudo, nos pós-guerra. “De acordo com o *Oxford English Dictionary*, foi somente na década de 1920 que as pessoas começaram a falar de ‘mídia’” (BRIGGS; BURKE; 2006, p.11, grifo do autor). Com isso, surgiram também novos ângulos para entender a trajetória da comunicação social ao longo dos tempos.

O interesse sobre os meios de comunicação, porém, é muito mais antigo. A retórica — estudo da arte de se comunicar oralmente e por escrito — era muito valorizada na Grécia e na Roma antigas. Foi estudada na Idade Média e com maior entusiasmo no Renascimento. A retórica também era muito incentivada nos séculos XVIII e XIX, quando começaram a surgir novas ideias importantes. O conceito de "opinião pública" apareceu no final do século XVIII, e a preocupação com as "massas" tornou-se visível a partir do século XIX, na época em que os jornais [...] ajudavam a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores [...]. (BRIGGS; BURKE; 2006, p.11, grifo do autor)

Tão polissêmico quanto a palavra comunicação, o termo *mídia* e as construções teóricas sobre ele enveredam por diversas áreas do conhecimento humano. Segundo o Dicionário Houaiss (2009), mídia é a “[...] todo suporte de difusão da informação que constitui um meio intermediário de expressão capaz de transmitir mensagens” (HOUAISS, 2009, p. 1289). Ou ainda, “[...] o conjunto dos meios de comunicação social de massas [Abrangem esses meios o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa, os satélites de comunicações, os meios eletrônicos e telemáticos de comunicação etc]” (HOUAISS, 2009, p. 1289). Outras definições para o termo também dão conta de conceituar a mídia como “[...] interface, mediação, entre emissor e receptor de uma mensagem, dada a impossibilidade de comunicação direta.” (SOUSA, 2010, p.816-817). Mais:

[...] como suporte competente a ampliar a possibilidade de comunicação orientada para uma variedade indefinida de receptores potenciais ou para

grupos muito precisos. Para as ciências da comunicação, as mídias são entendidas como diferentes suportes técnicos dos processos comunicativos no interior da cultura, como meio de comunicação que se estende no tempo e no espaço ultrapassando os contextos da simples interação face a face. Para o campo das teorias da informação o termo mídia é utilizado para significar, estruturalmente, o canal: suporte material ou sensorial que serve para a transmissão das mensagens.(SOUZA, 2010, p.816-817).

Neste trabalho, também será adotada a expressão “mídia tradicional” ou “mídia convencional” para referenciar os jornais e revistas que são foco desta análise, uma vez que autores contemporâneos cunharam esses termos para diferenciar as mídias lineares das digitais. Sendo assim, chamaram de meios tradicionais ou convencionais os instaurados antes do século XIX, entre eles, telégrafo, telefone, fotografia, rádio, cinema, televisão, jornal, revista, cartaz, folhetim, outdoor, entre outros. Já as mídias digitais são consideradas as originadas das cibertecnologias (comunicação on line), a partir do século XXI.(SOUZA, 2010, p. 817).

Também serão utilizadas as expressões “comunicação de massa”, “mídia de massa” ou “mídia massiva”, mas com ressalvas. De acordo com Chauí (2007, p. 35), a expressão “comunicação de massa” foi instituída para nomear ferramentas de tecnologia capazes de promover a transmissão da mesma informação para um grande público ou, por assim dizer, uma massa. “Inicialmente, referia-se ao rádio e ao cinema, pois a imprensa pressupunha pessoas alfabetizadas, o que não era requerido pelo rádio nem pelo cinema em seus começos. Pouco a pouco, estendeu-se para a imprensa, a publicidade[...], a fotografia e a televisão.” (CHAUI, 2006, p. 35).

Concorda-se com Thompson (2005), quando o autor expõe um estranhamento em relação à palavra “massa”, por considerar que alguns meios não têm um alcance de tão larga escala. Por isso, considera o termo “enganoso”, pois “Ele evoca a imagem de uma vasta audiência de muitos milhares e até milhões de indivíduos. Isto pode perfeitamente vir a calhar para alguns produtos de mídia, tais como os mais modernos e populares jornais, filmes e programas de televisão [...]”(THOMPSON, 2005, p. 30). O autor reforça que não é a regra geral para todos os veículos considerados de massa, porque “[...]dificilmente representa as circunstâncias de muitos produtos de mídia, no passado ou no presente.”(THOMPSON, 2005, p. 30).

Por outro lado, Thompson (2005) critica o uso da expressão para pressupor que os “destinatários” são apenas espectadores passivos e acríticos no processo comunicacional, agindo como meros “receptores”. Embora a indústria midiática funcione induzindo a essa

suposta passividade, não se pode subestimar a opinião pública, relegando-a a um lugar uniforme, como uma massa cinzenta. Em vários formatos da comunicação de massa, “[...]o fluxo de comunicação é [...]de sentido único. As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção.”(THOMPSON, 2005, p. 31). Sendo assim, não há “[...]intercâmbio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica.”(THOMPSON, 2005, p. 31).

Sejamos mais precisos: eu usarei a expressão “comunicação de massa” para me referir à *produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico*. Desdobre esta definição em cinco características: os meios técnicos e institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre a produção e a recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos da mídia no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas. Nem todas estas características são singularmente pertinentes ao que poderíamos chamar de “comunicação de massa”. Mas juntas elas evidenciam um conjunto de características que são típicos e importantes aspectos do tipo de fenômeno comunicativo que queremos significar com esta expressão. (THOMPSON, 2005, p. 32)

À parte esse caráter conceitual sobre a mídia, navegar no campo teórico-prático da comunicação prevê, ainda, demarcar o surgimento e o desenvolvimento da sociedade moderna. Até porque, “[...]a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado[...].”(THOMPSON, 2005, p. 20). A comunicação social é condicionada por práxis social, política, econômica, ideológica e cultural. A mídia, como um dos instrumentos desse processo, também sofre transformações a partir dessas relações de poder estabelecidas historicamente – e não apenas por um determinismo tecnológico.

Para compreender o funcionamento dos meios de comunicação e suas filiações, é relevante situar as mudanças basilares ocorridas na sociedade, a partir de acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais engendrados, principalmente, no período histórico denominado “modernidade”¹⁰ ou “modernização”, e as transformações principais geradas no mundo a partir do século XVIII, que impactaram (ou foram impactadas) pela comunicação. Para Bobbio; Matteuci; Pasquino (2004):

¹⁰István Mészáros, em “O poder da ideologia”, chama a atenção para o uso da palavra “moderno” ou “modernidade”, para referenciar um esquecimento da dimensão sócio-histórica (que não é pretensão deste trabalho), “a serviço dos interesses da classe dominante”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 70). “Féis a esse espírito, as definições de ‘modernidade’ exigidas são construídas de tal maneira que as especificidades socioeconômicas são ofuscadas ou deixadas em segundo plano, para que a formação histórica descrita como uma ‘sociedade moderna’ nos vários discursos ideológicos sobre a ‘modernidade’ possa adquirir um caráter paradoxalmente *atemporal* em

Entende-se por Modernização aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que está intimamente inter-relacionadas.[...]Esses processos de transformações profundas e frequentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão por que o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização. Além disso, com o passar do tempo, se tomou consciência de que a Modernização não é apenas o processo de difusão de instituições, valores e técnicas europeias, mas é um processo aberto e contínuo de interação entre as várias instituições, culturas e técnicas. (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2004, p. 768)

O percurso da comunicação na escalada civilizatória, por vários motivos, aponta para a elevação do seu papel na sociedade, para a qual se transformou em campo de desejo, de ambição e de disputa pelo poder. Desde os primórdios da humanidade, as conquistas das formas mais rudimentares de comunicação eram apenas pretensões do ser humano para viver melhor em sociedade. Ao longo dos últimos séculos até os dias de hoje, houve uma cisão nessa necessidade genuína.

Wolton (2004) elabora pergunta-resposta que coincide com essas reflexões. “Por que a comunicação tem tanto sucesso hoje? Sem dúvida porque as técnicas liberam o homem das condicionantes ancestrais do tempo e do espaço, além de lhe permitirem enxergar, falar, interagir de um lado a outro do mundo todos os dias[...].” (WOLTON, 2004, p. 49). O autor complementa, dizendo que é, sobretudo, “[...]porque essas técnicas amplificam a comunicação, necessidade antropológica fundamental, símbolo maior da modernidade.” (WOLTON, 2004, p. 49). Ele traz uma definição também adequada sobre *modernidade*, mas colocando a comunicação no centro desse movimento:

O que chamamos de modernidade é o resultado do lento processo iniciado no século XVII e caracterizado pela abertura de fronteiras, começando pelas mentais e culturais. Abertura que será a condição do surgimento do conceito de indivíduo, da economia de mercado e, finalmente, no século XVIII, dos princípios da democracia. E a comunicação foi quem construiu esse movimento. Foi por ela que os mundos fechados se abriram uns aos outros, que desenvolveram o comércio, para troca de bens e serviços, antes de trocar ideias, artes e cartas.(WOLTON, 2004, p. 49).

direção ao *futuro*, por causa de sua contraposição, acriticamente exagerada, ao passado mais ou menos distante. (MÉSZÁROS, 2004, p. 70)

Thompson (2005) volta ainda mais no tempo e explica que “[...]com o desenvolvimento de uma variedade de instituições de comunicação a partir do século XV até os nossos dias, os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por significativas transformações.” (THOMPSON, 2005, p. 19). Segundo ele, esses processos institucionais se deram em virtude das características da era moderna. As formas simbólicas desses fluxos comunicacionais tornaram-se mercadorias, a serem compradas ou vendidas. A partir disso, “[...]o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno”. (THOMPSON, 2005, p. 19).

Eis que o Thompson (2005) também põe a mídia no lugar de um poderoso instrumento de transformação social e, logicamente, de poder. Assim, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, vários marcos potencializaram o poder mediado, promovendo as bases sólidas do comércio de notícias. A fase moderna passou a transformar, pela comunicação, padrões de fluxos de informação, com publicações periódicas de conteúdo político e comercial. (THOMPSON, 2005, p. 63).

Essas mudanças iniciadas na Europa e posteriormente espalhadas pelo mundo resultaram em transformações de práticas tradicionais, por meio de processos de exploração, do comércio e das colonizações, entre elas, na América. Mudanças institucionais marcaram a nova sociedade moderna, inclusive, no domínio cultural.(THOMPSON, 2005, p. 47,48,49). O advento das indústrias da mídia, por exemplo, conformou as novas bases do poder simbólico, marcado na segunda metade do século XV, sobretudo com as técnicas gráficas, que fizeram surgir “[...]novos centros e redes de poder simbólico que geralmente escapavam ao controle da igreja e do estado, mas que a igreja e o estado procuraram usar em benefício próprio e, de tempos em tempos, suprimir.”(THOMPSON, 2005, p. 54). Essa emergência das sociedades modernas implicou, primeiro, em

[...]um conjunto específico de mudanças econômicas através das quais o feudalismo europeu foi se transformando gradualmente num novo sistema capitalista de produção e de intercâmbio. Em segundo, o desenvolvimento das sociedades modernas se caracterizou por um processo de mudanças políticas pelas quais numerosas unidades políticas da Europa Medieval foram sendo reduzidas em número e reagrupadas num sistema entrelaçado de estados-nações[...]. Em terceiro[...], parece claro que a guerra e a sua preparação exerceram um papel fundamental neste processo de alterações políticas.(THOMPSON, 2005, p. 47-48)

Um dos marcos fundantes para o estudo dos meios de comunicação na transição para a modernidade foi a reconfiguração nas esferas pública e privada, tendo Habermas (2003) como

o principal teórico desse fenômeno. De acordo com o autor, a imprensa assumiu uma função primordial nessas alterações, marcadas pela ascensão da burguesia¹¹, tendo a propaganda como função da esfera pública. “A refuncionalização do princípio da esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa.”(HABERMAS, 2003, p. 213).

Thompson (2005) explica que Habermas focalizou a mudança estrutural na esfera pública, atribuindo força política à imprensa, porque os jornais mais críticos surgidos na Europa no final do século XVII e no decorrer do século XVIII deram início a um fórum de debate público, coincidindo com o surgimento da imprensa periódica. Os periódicos muitas vezes eram lidos e debatidos nos salões e cafés, que se proliferaram na Europa moderna, em especial na Inglaterra. Ali as elites cultas interagiam entre elas e a nobreza em situação de maior igualdade. De um lado, o domínio da autoridade pública ou o Estado; do outro, o domínio privado da sociedade civil e das relações pessoais, emergindo a nova esfera de “público”.

Ou seja, a esfera pública burguesa, constituída de pessoas que se reuniam para discutir sobre questões do Estado e normas da sociedade¹². (THOMPSON, 2005, p. 68). Reside aí a força da imprensa, que, de acordo com Habermas, estimulou o debate crítico, gerando um impacto transformador sobre as instituições do Estado moderno, uma vez que o próprio parlamento se abriu aos debates de discussões. Assim, a esfera pública burguesa influenciou a formação dos Estados ocidentais. (THOMPSON, 2005, p. 69). Quer dizer, os meios de comunicação motivaram as mudanças no ocidente.

Habermas (2003, p. 213) elabora uma crítica à comercialização da imprensa que apaga as diferenças entre circulação de mercadorias e circulação de públicos. Nessa fase, os jornais extrapolaram a veiculação puramente de notícias para a propagação de opiniões, lutas

¹¹“[...] entende-se por Burguesia a camada social intermediária, entre a aristocracia e a nobreza, detentoras hereditárias do poder e da riqueza econômica, e o proletariado, composto de assalariados ou mais genericamente de trabalhadores manuais (as gramscianas ‘classes subalternas’). Num sentido mais fecundo e mais atual, à luz dos acontecimentos históricos contemporâneos, da Revolução Industrial, da revolução política de 1789 e da revolução social ainda em curso, pode-se dar uma segunda definição que mais corresponde à atual realidade. A Burguesia, pois, seria a classe que detém, no conjunto, os meios de produção e que, portanto, é portadora do poder econômico e político. Seu oponente seria o proletariado que, desprovido destes meios, possui unicamente sua força de trabalho.”(BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2004, p. 119). Já a interpretação marxista, “A Burguesia recebe assim sua maior exaltação sendo considerada ‘o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma cadeia de mudanças radicais nos mecanismos da produção e do comércio’. [...] A Burguesia se afirmou economicamente tornando-se classe empresarial e industrial. (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2004, p. 121-122).

¹²Thompson (2005, p. 69) explica que Habermas sofreu fortes críticas com a sua teoria sobre a mudança estrutural da esfera pública, por não considerar, além da burguesia, os movimentos de resistência existentes na Europa, nos séculos XVII, XVIII e XIX, como os movimentos sociais e políticos plebeus. Mas reforça que isso não invalida a sua tese.

políticas e partidárias, sem ter mais o domínio do Estado ou da igreja. Mas essas novas “notícias” eram vendidas, comercializadas. Há a invasão da esfera pública pela publicidade. Por isso, “[...]A este momento econômico se acresce, no entanto, um novo momento, político no sentido mais amplo, assim que a imprensa de informação evoluiu para uma imprensa de opinião e que um jornalismo literário passou a concorrer com a mera redação de avisos. (HABERMAS, 2003, p. 213-214).

Sendo oriundo do sistema das correspondências privadas e tendo ainda estado por longo tempo dominada por elas, a imprensa foi inicialmente organizada em forma de pequenas empresas artesanais; nessa primeira fase, os cálculos se orientam por princípios de uma maximização dos lucros, modesta, mantida nos tradicionais limites da primeira fase do capitalismo: o interesse do editor por sua empresa era puramente comercial. A sua atividade se limitava essencialmente à organização da circulação das notícias e a verificar essas próprias notícias.(HABERMAS, 2003, p. 213)

Depois da fase inicial das empresas jornalísticas pequenas e artesanais, há uma “profissionalização” da venda de espaços nos jornais, de anúncios, transformando a imprensa em grandes empresas do capitalismo avançado.(HABERMAS, 2003, p. 213-214). Afinal, a venda de anúncios barateia os custos e amplia o alcance das publicações. Há uma separação entre os redatores e os vendedores de anúncios, embora todos fizessem parte de um sistema de comunicação lucrativo. Com isso, o autor observa que as “[...]trocas pré-capitalista, os elementos do intercâmbio de mercadorias e de informações, só demonstram a sua forma revolucionária na fase do mercantilismo em que as economias nacionais e territoriais se constituem simultaneamente com o Estado moderno.”(HABERMAS, 2003, p. 30)

Hoje, assiste-se ao crescimento das indústrias de mídia, que desde o século XIX avança em escala exponencial. Para Dominique Wolton (2004, p. 56), esse “sucesso” maciço da comunicação nos últimos dois séculos nasce do fato de ser a comunicação uma necessidade fundamental e ser uma característica essencial da modernidade. De acordo com o pesquisador, a técnica não basta para melhorar a comunicação entre as pessoas. “O mais fácil, na comunicação, ainda são as ferramentas; o mais complicado, os homens e a sociedade” (WOLTON, 2004, p. 15). Acrescentaria aqui: o capital e o lucro. Até porque, “Hoje a comunicação é inseparável da técnica, da economia e da política[...].”(WOLTON, 2004, p. 16). Isto é, a economia e a política são também determinantes para a configuração da comunicação. E mais: para Wolton (2004, p. 18), “[...]não haverá democracia no plano mundial sem uma reflexão teórica sobre os desafios políticos, culturais, técnicos, antropológicos e sociais ligados à comunicação.”(WOLTON, 2004, p. 18)

No momento em que a informação e a comunicação, dimensões ancestrais de qualquer experiência humana e social, passam a constituir indústrias e mercados, é preciso desenvolver urgentemente conhecimentos e teorias para relativizar o tecnicismo e o economicismo, e preservar as dimensões de emancipações que, desde o século XVI, na Europa, estiveram na origem das batalhas pela liberdade de informação e de comunicação.(WOLTON, 2004, p. 18)

Wolton (2004, p. 36) também coloca uma dimensão central para a qual a comunicação deveria estar voltada, mas que é solenemente desconsiderada pela mídia em escala industrial: o outro. “Há sempre algo que saiu errado, de maneira aproximativa, de frustrante na comunicação, mas esses limites estruturais são também um meio de compreender que em toda a comunicação existe o *outro* e que este *outro* permanece inatingível.” (WOLTON, 2004, p. 36-37). Ele arremata defendendo que, contraditoriamente, essa irrealizável comunicação plena impede a utopia de uma comunicação perfeita, mas apresenta “a vantagem de preservar uma liberdade crítica irredutível”(WOLTON, 2004, p. 36).

No século XX, tudo foi complexificado. Ocorreu uma forte mudança na organização social, com a imposição do paradigma do mercado, “[...]cujos critérios de lucro de competitividade tendem a substituir a natureza e a história na teoria geral das sociedades.” (SODRÉ, 2004, p. 28). Alguns autores nomeiam essa fase de “globalização”¹³ – palavra de múltiplos sentidos e significados, traduzida por pesquisadores e autores das formas mais diversas possível. Mais importante do que conceituar, no entanto, é descrever esse atual momento, em que:

As tecnologias da informação, geradoras de uma ideologia da comunicação universal, adequam-se bem à fase em que os mercados financeiros constituem o principal modelo de financiamento da vida social: velocidade, probabilidade e instabilidade ou caos tornam-se parâmetros de aferição do “mundo da vida”.(SODRÉ, 2004, p. 29).

¹³“A chamada globalização delimita a reestruturação capitalista. Trata-se de um movimento de expansão do capital, através da progressiva ocupação de novos espaços para investimento, por corporações transnacionais, e do aumento do fluxo livre dos recursos diretamente financeiros. Por trás disso está a crise da década de 70 do século XX e a decisão do governo norte-americano de se desfazer do padrão monetário dólar-ouro, visando conter os movimentos contra a sua moeda. Com isso, foi extinta a conversibilidade do dólar e, portanto, seu papel como moeda internacional. [...]foi o ponto de partida para a abertura e a desregulamentação dos mercados financeiros e comerciais, provocando o aumento das taxas de juros internacionais. (BRITOS, 2010, p. 54-55). Uma visão mais ampla é trazida por SODRÉ (2004, P. 39): “Na forma real, globalização e mercado favorecem a desigualdade econômica e política em escala mundial, mas também na dimensão intersubjetiva, em que é cada vez mais acirrada e surda a competição pelo trabalho e pela dignidade da existência. No formato, globalização e mercado são os significantes que articulam a construção sociolinguística de uma realidade compatível com a ideologia neoliberal, dissimuladora a concentração do capital financeiro e dos mecanismos de desemprego crescente.”

Sem dúvida, a comunicação está no centro da “globalização”. As formas de comunicação têm alterado o desenvolvimento do capitalismo, como responsável primeira, e termos também operacionais, pela busca da velocidade de circulação de mercadorias e informação (uma atrelada à outra). (BRITTONS, p. 53, 2010). O objetivo é “[...] agilizar e ampliar a transformação de dinheiro em mais dinheiro”. (BRITTONS, p. 53, 2010). Para o autor, essas transfigurações ganharam corpo a partir das três décadas finais do século XX. Ou seja, não se pode perder de vista que o fim primeiro dessa sociedade em rede é a sustentação e expansão do mercado.

O resultado é um sistema que privilegia o capital financeiro, presente nos principais negócios, e um mercado global oligopolizado, o que exacerba a dificuldade de tomada de decisões autônomas. Com desregulamentações, privatizações e aberturas generalizadas, ampliou-se o curso histórico do capitalismo, de as empresas buscarem novos mercados para a realização de lucros. (BRITTONS, p. 55, 2010)

Essa velocidade de gerar capital e lucro depende, hoje, da velocidade da comunicação. Em vez de ferramentas analógicas, tem-se agora a era digital. Fusão e interligação entre meios de comunicação em diversas plataformas, no que se designa “convergência de mídias”¹⁴, por meio da internet. A regra é que todos devem estar conectados para ficar incluídos na sociedade digital. A parafernália de aparatos tecnológicos não tem limites: cresce, multiplica-se e envelhece com a mesma rapidez. Houve uma conformação nos sistemas midiáticos para não perder divisas.

Concorda-se aqui com a visão de que o legado da “globalização” é o abismo social entre países ricos e pobres, além da dissimulação dos interesses do capital. Por Sodré (2004, p. 39), na forma real, “[...] globalização e mercado favorecem a desigualdade econômica e política em escala mundial, mas também na dimensão intersubjetiva, em que é cada vez mais acirrada a surda competição pelo trabalho e pela dignidade da existência.”. Individualismo, dispersão, deslocalização, maquiagem da realidade, consumo desenfreado, oligopolização da comunicação e espetacularização da vida são apenas algumas marcas da era global.

Essa posição dialética da cultura contemporânea, articulando heterogeneidades e homogeneidades, acomoda uma midiatização também problemática e problematizadora. É inegável que os processos midiáticos constituem a essência das operações de dilatação do consumo, que sustentam a difusão e a reprodução do sistema. Mas a produção simbólico-tecnológica, o firmamento da midiatização, não é só um anel de passagem da condição de cidadão ao de consumidor (ou de indivíduo a consumidor-cidadão), tornando

¹⁴A convergência de mídia significa a interligação dos diversos meios de comunicação, em diversas plataformas, propiciada pela alta tecnologia: telecomunicações, veículos de comunicação e computadores. Hoje um jornal impresso, por exemplo, tem seus conteúdos divulgados em links no Twitter, matérias circulando no Facebook e portal na internet, entre outros.

pleno um modo de vida específico, o capitalismo, que se transforma no *modo natural de estar no mundo.*" (BRITTOS, p. 54, 2010, grifo do autor)

Para esta pesquisa, é importante refletir, brevemente, sobre essas causas e consequências da “globalização”, mas é inverossímil mapear todos os vieses que fazem da mídia uma instância “problemática” e “problematizadora”. Portanto, vale seguir adiante com as principais teorias que possibilitam entender construções simbólicas e condições materiais incrustadas no desenvolvimento e consolidação da sociedade midiatisada. Interessa observar, ainda, como as estratégias hegemônicas da classe dominante ficaram apenas mais disfarçadas, diluídas na mesma rede que diz conectar as pessoas. Mas os blocos de conglomerados empresariais ficaram mais sólidos, certamente. Notícia, espetáculo e mercado se misturam.

2.1.2 Mídia e oligopólios no Brasil

A configuração mercadológica da mídia, desde a sua gênese, trouxe marcas que são observadas hoje no Brasil: verdadeiras indústrias concentradas que tratam a sua matéria-prima – a informação – como produto vendável. Em geral, vê-se, de um lado, os produtores de informação, traduzindo uma versão da realidade pela ótica dominante, para uma suposta “massa” de “consumidores” ou meros “receptores”; do outro, parcelas da sociedade que assimilam a versão oficial dos veículos; ou setores que tentam esboçar um contraponto ao discurso midiático. Com esses elementos, uma teia complexa vai se formando em torno do campo da comunicação. Essa conjuntura ficou ainda mais problematizada na era das tecnologias digitais ou da “globalização”. O lucro midiático também avançou em escala planetária, tal como as redes virtuais. E a comunicação, que deveria existir para melhorar a vida em sociedade, fazer as pessoas felizes, transformou-se em oligopólio.

Venício de A. Lima (2004, p. 23) distingue essa comunicação lucrativa (apenas de transmissão) da comunicação de compartilhamento (comunhão, coparticipação, encontro). A primeira, ele define como “manipulatória”; a segunda, como “participativa”. Essas duas formas de comunicação são opostas e excludentes. Uma empresa de mídia, em geral, responde pela face manipulatória da comunicação – a que “[...]aparece tardivamente na história da humanidade e se constitui numa das mais importantes características da modernidade.” (LIMA, 2004, p. 23). É, por assim dizer, a comunicação que se diferencia da comunicação humana (*stricto sensu*) pela utilização de tecnologias e pelo surgimento de instituições. São os chamados meios de comunicação de massa (*mass media*) ou mídia.(LIMA, 2004, p. 23).

De acordo com Dênis de Moraes (1998, p. 59), essa oligopolização dos meios de comunicação pressupõe “[...]a) amplos mercados consumidores; b) concorrência intensa entre um número cada vez menor de megagrupos; [...] c) reformulação estratégica das corporações transnacionais, que passam a centralizar as funções de decisão e os planos de inovação[...]"(MORAES, 1998, p. 59). O objetivo é sempre a "[...]maior acumulação de capital ao menor custo possível."(MORAES, 1998, p. 59).

A oligopolização das mídias insere-se no painel de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços, facilitada pelas desregulamentações, pela supressão de barreiras fiscais, pela acumulação de capital nos países industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes tecnológicas de múltiplos usos.(MORAES, 1998, p. 59)

Chauí (2006, p. 73) acrescenta argumentos a essas reflexões, lembrando que, sob o ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas e, embora rádios e televisões sejam concessões públicas, atuam como mercado. Segundo ela, os meios de comunicação são uma “indústria cultural” e, como tal, são regidos pelas regras do capitalismo. Com a era da “globalização”, movida pela economia neoliberal, o setor das comunicações sofreu mudanças profundas, que trouxeram para o seu interior empresas sem qualquer vínculo ou tradição na área.(CHAUI, 2006, p. 73). Brittos (2010, 69) soma ao debate, ao complementar que “Na nova esfera pública globalizada, onde o espaço público midiático ocupa um lugar proeminente e definidor, a tecnologia e os novos meios geram impactos econômicos, políticos e nas formas de sociabilidade.”.

De fato, a aceleração provocada pela chamada “revolução digital” dissolveu as fronteiras entre telecomunicações, comunicação de massa e informática, promovendo a denominado “convergência tecnológica”. Com isso, houve o surgimento da nova mídia e a privatização dos serviços de telecomunicações – fenômeno acentuado em todo mundo, nas últimas décadas, gerando fusões, compras e parcerias de empresas, em larga escala, alterando as bases da economia política. Tudo isso resultou no que Lima (2009) chamou de concentração horizontal, vertical e cruzada.

A concentração horizontal diz respeito à oligopolização ou monopolização produzida dentro de uma mesma área ou setor, como a televisão paga ou aberta. Já a concentração vertical integra diferentes fases da cadeia de produção e distribuição. É o caso de o mesmo grupo controlar desde a produção dos programas de televisão até a veiculação, comercialização e distribuição (caso das televisões, em especial a TV Globo, com 70% de sua programação é produção própria. Ou mesmo as Organizações Globo, que detêm estrutura

multimídia). E, finalmente, a propriedade cruzada, consistindo em um mesmo grupo ser proprietário de diferentes tipos de mídia, como TV aberta, TV por assinatura, rádio revistas, jornais, entre outros. Há também o monopólio em cruz, que significa a reprodução local ou regional das propriedades cruzadas, que pode ser representado pela Globo e duas afiliadas, e que está presente em 18 dos 26 estados brasileiros.(LIMA, 2004, p. 96, 99, 100, 101, 102, 103)

Esse inédito processo de oligopolização e emergência de novos e poderosos *global players*¹⁵ no cenário econômico e político mundial tem sido explicado pelos executivos (CEOs) do setor como correspondendo ao processo biológico de sinergia. Argumentam eles que, considerando o nível elevado dos investimentos necessários, a integração horizontal, vertical e cruzada da indústria de comunicações, isto é, a ação coordenada de várias empresas no mesmo grupo, trona-se inevitável e é mais eficiente do que a de empresas isoladas.(LIMA, 2004, p. 92)

Assim, antigos atores-proprietários das empresas de comunicação se empoderaram mais economicamente, ao passo que novos donos de veículos alçaram postos de destaque na comunicação midiatizada.(LIMA, 2004, p. 25-26). O pesquisador alerta para o perfil desses personagens que comandam a mídia no Brasil, que, apesar da crise financeira pela qual o setor passa, não deixa de ser um ramo muito lucrativo. Há um padrão universal, mas que assume no país uma face própria: é marcado pelo histórico domínio midiático de grupos familiares e das elites políticas¹⁶. E, nesse cenário, um novo ator emergiu recentemente, instaurando mais um elemento no perfil das empresas de mídia no país: a assunção das igrejas, em especial, as evangélicas, que se tornaram detentoras de vários veículos de comunicação. E ainda há a hegemonia das Organizações Globo, imutável nas últimas décadas. (Lima, 2004, p. 94). São peculiaridades dos megaempreendimentos de mídia brasileiros, que acompanham o modelo internacional. O quadro é alarmante:

Em 1999, o setor de telecomunicações ocupou o primeiro lugar no ranking de fusões e aquisições entre empresas no Brasil, com 47 casos no ano, 39

¹⁵Conglomerados empresariais.

¹⁶De acordo com Lima (2004), “Há mais de 50 anos as Constituições brasileiras têm restringido a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiros.[...]O objetivo dos legisladores, a exemplo do que se faz em outros países, seria permitir a identificação plena dos proprietários e impedir o controle do setor pelo capital estrangeiro.[...] Todavia, uma das consequências indiretas indesejáveis da norma [...] tem sido o controle histórico do setor por pessoas físicas, vale dizer, por ‘empresas’ familiares.”(LIMA, 2004, p. 103). Uma Lei Complementar de 2002, no entanto, alterou a lei passando a admitir a participação de pessoas jurídicas no capital social das empresas jornalísticas e de radiodifusão, incluindo o capital estrangeiro em 30%.(LIMA, 2004, p. 103-104). O rádio e a televisão continuam, de forma geral, regidos por um código do início da década de 1960,, desatualizado, fazendo parte de um sistema organizado em torno de poucas redes sobre as quais não existe nenhuma regulamentação legal. A propriedade e o controle das telecomunicações eram monopólio do Estado, até recentemente, mas passaram a ser de poucos oligopólios privados, e a indústria de informática consolida-se por meio da presença no mercado dos global players da área.(LIMA, 2004, p. 95).

deles referentes a operações realizadas por companhias de capital estrangeiro[...]. Analistas são unâimes em antecipar que, em poucos anos, não mais que uma dezena de megaempresas controlarão o setor em nível planetário. Esse processo, respeitadas algumas peculiaridades históricas, repete-se da mesma forma no Brasil, sendo que aqui o número de empresas que controlarão o setor certamente não será superior a uma dezena.(LIMA, 2004, p. 26, grifo do autor)

Segundo Lima (2004), são muitas as distorções na regulamentação da mídia no Brasil. Isso resulta em concentrações crescentes, nefastas e impeditivas para uma possível democratização dos meios de comunicação. Como se sabe, a informação sob a forma midiatisada é um bem produzido e difundido por poucos. É nesse nível que há o favorecimento de alguns grupos em detrimento de uma maioria da sociedade. E um dos aspectos mais delicados dessa face é o que se convencionou chamar “coronelismo eletrônico”. Ou seja, o controle político dos meios de comunicação, que, embora atinja mais diretamente a radiodifusão, com o advento das propriedades cruzadas alcançou também fortemente a mídia impressa. Agora a influência político-partidária é generalizada, com o uso dos veículos tradicionais de comunicação para fins eleitoreiros.

Para se ter uma ideia, cabia ao Presidente da República, até 1988, o poder exclusivo de decidir sobre as concessões públicas de radiodifusão.(LIMA, 2004, p. 106). Mas, de fato, “[...]na tradição brasileira, essa prerrogativa legal foi sempre usada como ‘moeda política’ em troca de apoio para o grupo transitoriamente ocupante do Poder Executivo[...]”(LIMA, 2004, p. 106). E, assim, “[...] o vínculo entre as comunicações e as elites políticas, sobretudo regionais e locais, deixou raízes profundas no país – e esta é uma característica que certamente vai existir ainda por muitos anos.”¹⁷(LIMA, 2004, p. 106). Isso mostra que não bastam leis que controlem o poder e o alcance dos braços do Estado e do mercado sobre os meios de comunicação. Mudanças estruturais profundas no Brasil serão necessárias para essa transformação.

Os reflexos simbólicos dessa ordenação globalizante são ainda mais intangíveis. Isso porque o modelo do oligopólio nas comunicações está refletido diretamente no poder dos grupos que controlam jornais, revistas, emissoras de TV, rádios, agências de notícias, enfim, traduzem para a sociedade brasileira os acontecimentos locais, regionais e mundiais, em diversas plataformas. A mídia traduz a vida real e a própria base da sociedade não tem controle sobre isso. São “verdades” e representações da realidade, disseminadas sob o escudo da “neutralidade”. Valores, conceitos, crenças, opiniões, culturas e ideologias, cada vez mais

¹⁷A partir da Constituição de 1988, passou a competir ao Congresso Nacional a apreciação dos atos do Poder Executivo em relação as concessões, além de proibir deputados e senadores a firmarem contrato com empresas concessionárias de serviço público.(LIMA, 2004, p. 106).

são construídos pelos discursos difundidos pelos meios de comunicação. Para Moraes (2009, p. 17), “A comunicação jamais esteve tão fortemente entranhada na batalha das ideias pela direção moral, cultural e política da sociedade”.

Por isso, a mídia está firme na arena de lutas por hegemonia na sociedade e, para explicar melhor esse campo de disputa, Moraes (2009) recorre a Gramsci: “Segundo ele, a hegemonia não se reduz à coerção militar e à superioridade econômica, pois decorre também de batalhas permanentes pela conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras.”(MORAES, 2009, p. 19). Também requer uma habilidade para articular elementos que possibilitem dirigir moral e culturalmente a sociedade.(MORAES, 2009, p. 19). Não é novidade, portanto, que grupos econômicos, políticos e religiosos detenham o controle da mídia no Brasil: guiar moralmente, culturalmente, ideologicamente e economicamente significa controlar mentes e corpos para uma conformação lucrativa em prol de uma classe hegemônica.

Chauí (2006) alerta que há perigos nesse exagero de acumulação e distribuição de informações por poucos grupos. A mídia é protagonista de uma consistente centralização e concentração de informações, gerando um poder de controle sobre as pessoas. Sem dizer a massa dispersa de fontes e arquivos de informações, necessitando de critérios de seleção e sistematização que vão gerar novas notícias. Outro risco é a possibilidade de uso das informações por setores privados para controlar também instituições.(CHAUI, 2006, p. 59-60).

Intimamente relacionadas ao avanço oligopolizado da mídia, estão as agências de publicidade. Se boa parte das agências, antes, era nacional, agora há uma mudança nesse contexto, em conformidade com a internacionalização do capital. “Em 1989, entre as dez maiores, somente quatro eram multinacionais. Dez anos depois, em 1999 [...] passa para seis. E em 2004, passa para oito. Vale dizer que apenas duas das dez maiores agências de publicidade em operação no Brasil continuam sendo brasileiras.”(LIMA, 2006, p. 101-102). “As empresas globalizadas que chegaram ao país com o processo de desregulamentação e privatização da economia se tornaram grandes anunciantes e com elas vieram os megagrupos de publicidade, também globais.”(LIMA, 2006, p. 102).

A publicidade fomenta uma mentalidade de consumo que favorece a disseminação de um vasto leque de ideias e bens junto a gigantescas bases consumidoras. Os produtos e as marcas de ponta passam a ser aqueles assimilados universalmente, relativizando-se a antiga noção de territórios comerciais. As redes internacionais de agências generalizam estratégias persuasivas, em sintonia com as exigências de macromercados. [...] O ponto nodal consiste em montar redes capazes de administrar, com desembarço

logístico-operacional-criativo, campanhas em extensas geografias de consumo, pontuadas por singularidades socioculturais. (MORAES, 1998, p.177)

Indo aos números frios, Moraes (2004, p. 198) aponta que a mídia global está nas mãos de vinte conglomerados, com cifras de receitas em torno de US\$ 5 bilhões e US\$ 35 bilhões. “Eles veiculam dois terços das informações e dos conteúdos culturais disponíveis no planeta.”(MORAES, 2004, p. 198). Ele explica que esses conglomerados entrelaçam desde propriedades de estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes até parques de diversões, revistas, jornais, equipes esportivas, agências de publicidade, entre outros. (MORAES, 2004, p. 198).

As assimetrias resultantes da oligopolização das indústrias de informação e entretenimento consagram a liderança dos países ricos. Os Estados Unidos ficam com 55% das receitas mundiais geradas por bens culturais e comunicacionais; a União Europeia, com 25%; Japão e Ásia, com 15%; e a América Latina, com apenas 5%. Se compararmos o desempenho sofrível dos países latino-americanos com o que se arrecada em uma região com 500 milhões de habitantes, concluiremos sem dificuldade que a maior fatia do faturamento com a produção cultural em nosso continente é sugada por potências estrangeiras.(MORAES, 2004, p. 207-208).

Há toda uma ideologia disseminada pela mídia, com aparatos espetaculosos e “sensacionais”, ora em programas de entretenimentos, ora em noticiários ditos sérios, verdadeiros, éticos, objetivos, neutros e imparciais. Os fatos noticiosos, antes de irem às páginas de jornais e revistas, passarem pelas ondas dos rádios, aparecerem nas telas das televisões ou pipocarem nas plataformas virtuais, percorreram um caminho, em geral, desconhecido pelo público. Apurações, escolhas e seleções, articuladas de forma a atender a diversos interesses em jogo. Mecanismos que refletem no jornalismo a oligopolização da mídia. Assim, “[...]as organizações de mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da globalização e como agentes econômicos proeminentes nos mercados mundiais[...].(MORAES, 2004, p. 191)

2.1.2.1 A notícia oligopolizada

É tarefa simples imaginar o burburinho dos espaços físicos onde ocorrem a elaboração das notícias que vão correr mundo em jornais, revistas, rádios, televisões, sites, blogs e demais veículos de mídia. Podem circular por lá: editores, subeditores, repórteres, redatores, entrevistados, estagiários, articulistas, enfim, especialistas prontos para elaborar e disseminar

conteúdos, a serem distribuídos com uma embalagem própria para cada plataforma. Afora isso, uma infinidade de informações guardadas ou já circulando sobre os temas em pauta chegam aos veículos. Mas qual é a pauta? Como se dá essa seleção? O que é importante noticiar?

Para responder a essas perguntas, é importante reativar, de antemão, o pensamento de Gramsci e Althusser, que defendem - por gêneses, caminhos e superações diferentes - uma profunda *simbiose* entre Estado e os meios de comunicação. Considerando essa vinculação, já se tem como ponto de partida que a mídia não pode atuar com neutralidade e imparcialidade. Intencionalmente, ou não. Conscientemente, ou não. Atravessada ou não pela ideologia dominante, a mídia e seus profissionais-intelectuais, dificilmente não reproduzem o poder do bloco hegemônico. Raramente produzem conteúdos com finalidades emancipatórias para a sociedade.

Embora concorde-se aqui com Gramsci, que leva ao entendimento de que a mídia também é um espaço de disputa por hegemonia, tanto da classe dominante como da classe subalterna, podendo também ser um espaço contra-hegemônico, é incomum verificar essas iniciativas contra-hegemônicas nas mídias tradicionais. Em especial, nos veículos estudados nesta tese: revistas e jornais impressos. De forma geral, a mídia cumpre a sua função de mantenedora do *status quo*, comportando-se como servidora do capital. E nada como uma tradução da realidade pela ótica hegemônica para promover um pensamento político, social, cultural e ideológico que favoreça apenas uma classe – a dominante.

Para consolidar sua influência, o bloco hegemônico precisará conservar apoios às suas orientações. Uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão e de interpretações convincentes sobre o quadro social.(MORAES, 2010, p. 79)

De acordo com Moraes (2010, p. 95), é papel da mídia minimizar o fluxo de ideias contestadoras, esvaziando análises críticas contraditórias e excluindo outras vozes no debate. Dessa forma, segundo Moraes, a mídia não aceita freios “[...]alegando que exerce uma (hipotética) função social específica, a de informar a coletividade. Deseja estar sempre fora do alcance de regulações e controles democráticos, para [...] fazer prevalecer [...]a lógica mercantil e suas conveniências corporativas[...](MORAES, 2010, p. 95-96),

Em “Desinformación: cómo los medios ocultan el mundo”, o jornalista e pesquisador espanhol, Pascual Serrano (2009), traz uma análise robusta sobre o comportamento da mídia em várias regiões do mundo, inclusive, a América Latina, revelando como os jornais, rádios, televisões e internet, na opinião dele, “desinformam” a opinião pública, com o propósito de

promover a sua adesão à classe dominante. Para ele, o resultado desse modelo de informação massivo e empresarial é a divisão da sociedade em duas instâncias: “[...]uma grande maioria que consome grandes meios de comunicação de forma acrítica e se converte em carne de manipulação informativa e uma elite política e intelectual que consegue compreender as chaves do mundo.”(SERRANO, 2009, p. 16, tradução nossa). Nessas condições, uma parcela da sociedade se vê obrigada a conviver com a impotência de não fazer com que as suas mensagens cheguem aos cidadãos.(SERRANO, 2009, p. 16, tradução nossa).

Serrano (2009, p. 19), com o intuito de expor a falta de controle total sobre a informação emitida pelos meios de comunicação, elabora uma pergunta que compara a notícia a produtos que precisam de fiscalização para aferição da qualidade: “Quantos produtos informativos foram retirados do mercado pelas autoridades, devido a sua má qualidade?” Ou seja, via de regra, não se mensura se as informações dos meios são verdadeiras, corretas ou simplesmente estão bem apuradas e seguindo as regras do *bom* jornalismo, de ouvir todas as partes e checar a veracidade das informações, por exemplo. Não há um controle de qualidade sobre a informação que é produzida e disseminada. A partir disso, o autor alerta sobre a precariedade com a qual, normalmente, a informação é tratada e reelaborada nos meios.

A maior parte das notícias que nos chegam são elaboradas de forma resumida, sem crítica e sem contrapontos, como algo que uma fonte interessada tenha contado ao jornalista. Quer dizer, o jornalista - geralmente mal pago, sem especialização e com a pressão de tempo e um contrato precário, temeroso de perder seu emprego – vai ao lugar que alguém tenha citado, alguém com interesse em fazer saber algo, toma nota do que lhe contam, com frequência não pode perguntar, resume o que considera mais chamativo e fácil de entender e, com isso, elabora a notícia. Se for mentira, não o saberá nem terá tempo de comprová-lo antes que a notícia seja publicada.(SERRANO, 2009, p. 19-20, tradução nossa)

As críticas de Serrano (2009) ao fazer jornalístico e ao funcionamento da mídia na construção da notícia parecem generalistas, mas, há muito, os próprios profissionais que trabalham nos veículos comentam sobre a sobrecarga de trabalho e a produção “industrial” de elaboração e emissão de informações pelos meios de comunicação. Trata-se de um *modelo midiático*. Claro que há exceções, como em toda regra. Mas as exigências da sociedade em rede, resultando na convergência midiática que interliga várias plataformas, demandaram muito mais dos jornalistas. Sem contar que o autor também destaca a própria superficialidade que se tornou comum nos meios, com uma produção de texto mecânica, pois “[...]quase um quarto das fontes consultadas são decorativas, servem para enfeitar a informação, dar-lhe cor humana, rosto, um tom de humor ou curiosidade... isto é, nada informativo, o que os especialistas chamam de pseudofontes.”(SERRANO, 2009, p. 20, tradução nossa). Há um

método a seguir, que deve ser cumprido, e é isso que interessa. E o fazer jornalístico, muitas vezes, é questionado:

O que é um jornalista? É o analista de uma jornada, de um período, como a própria palavra diz. Mas o período não existe mais e, em consequência, não há mais jornalismo, mas sim “immediatistas” que não são capazes de analisar, pois, para isso, é preciso tempo. Se esse tempo desapareceu, não há análise. Então a informação é arrastada por uma aceleração geral que faz com que a velocidade intrínseca de cada meio de comunicação não seja igual, todos se organizam em função da velocidade dominante – que é a do imediatismo, a da internet, mas também pode ser a do rádio ou a do canal de televisão com informação contínua. O único veículo que não pode transgredir ou suprimir o período é a imprensa escrita – a que mais sofre, entre outras razões, por requerer um processo industrial, com suas máquinas, papéis, caminhões e operários.[...](RAMONET, 2013, p. 56)

Evidentemente, há um empobrecimento, em curso, na qualidade das informações que alimentam toda a sociedade – e isso não é novidade. É grave o fato que não haver controle sobre como é realizada a tradução da realidade para a população, quando se sabe que a informação é um bem público. Ademais, fatos e acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais são ressignificados, via de regra, de forma ligeira e sem contextualização, e são levados à sociedade como verdades. É uma lógica midiática que prioriza a velocidade e a quantidade de informações produzidas.

Outro ponto muito discutido entre as questões que tocam o fazer jornalístico é a seleção das informações. Há uma rede de influências e intencionalidades – conscientes, ou não - que cercam a escolha dos assuntos que vão ocupar as páginas de jornais e revistas, ou serão noticiados nos telejornais e programas de rádio, ou ainda vão ser divulgados nas plataformas virtuais. Hoje, com as mídias sociais e digitais, há uma profusão de notícias disponíveis: Facebook, Twitter, Instagram, blogs, sites, sem contar as assessorias de imprensa dos setores públicos e privados que enviam, sistematicamente, “sugestões de pauta” para divulgar os seus temas e assessorados. Tudo isso passará por um crivo e poderá virar notícia ou não.

Serrano (2009) questiona essa seleção. “Todos os dias chegam às redações dos grandes meios umas quatro mil notícias. Como os diretores do meio decidem o que nos vão informar de cada região do mundo? [...].(SERRANO, 2009, p. 25, tradução nossa). Há também o fato, alertado pelo pesquisador, de existirem coberturas que são meras repetições em todos os noticiários e outras que são contraditórias entre si. “A seleção das notícias é o argumento mais contundente para recordar que não existe a neutralidade e a imparcialidade informativa.”(SERRANO, 2009, p. 25-26, tradução nossa).

E o autor explica: “Quando um jornal escolhe para a sua capa uma denúncia da Anistia Internacional ou o casamento de algum membro de alguma monarquia europeia, por mais objetiva que pareça sua apresentação, está adotando uma posição determinada”(SERRANO, 2009, p. 25-26, tradução nossa). Serrano (2009) acredita que os profissionais de mídia sequer são conscientes desses “filtros”, pois, “[...]em sua maioria, estão convencidos que trabalham com imparcialidade e objetividade.”(SERRANO, 2009, p. 26, tradução nossa).

No entanto, faz parte do discurso dos veículos de comunicação propalar a neutralidade e imparcialidade. Dizer que não tem “lado” político-partidário. Para se ter uma ideia, Otávio Frias Filho, mais de vinte anos à frente da Folha de S. Paulo, reforçou em entrevista à Revista Imprensa, de setembro de 2007, páginas 22 e 24, que “A Folha se propõe a fazer um jornalismo pluralista, crítico e apartidário. A preocupação do jornal é submeter os governos ao crivo das mais diversas opiniões”. Ele disse, ainda, que acha legítimo que “existam jornais alinhados com uma determinada concepção fechada da sociedade e com a expressão partidária dessa concepção”. A sua busca por “neutralidade” na condução da Folha fica clara em uma das respostas, quando diz: “Eu anulo o meu voto sistematicamente.”. Frias diz: “essa atitude me permite uma maior distância psicológica em relação às candidaturas. Tenho mantido essa praxe para não entrar em uma torcida mental em relação aos resultados das eleições”. Em outro momento da entrevista, Frias Filho defende que “a imprensa brasileira pecou por ter sido complacente, tolerante e ingênuas em relação ao PT (*Partido dos Trabalhadores*)”. Então os veículos assumem “lado”? Ficou dúvida a opinião dele e, claramente, não neutra.

É certo que as notícias ajudam a construir uma visão de mundo na sociedade, propagando ideias, conceitos, valores, enfim. Venício A. de Lima (2006), no livro “Mídia: crise política e poder no Brasil”, analisa essa força midiática, apresentando o resultado de uma pesquisa sobre a repercussão na opinião pública da famosa “Guerra do Iraque”, em 2003, marcada pela invasão das tropas americanas ao país. De acordo com Lima (2006, p.110), o relatório do Programa Internacional de Comportamento Político da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, comprovou que: 48% dos norte-americanos acreditavam que suas tropas encontraram evidências de ligações entre o Iraque e a Al-Qaeda; 22% acreditavam que foram encontradas armas de destruição em massa no país; e 25% acreditavam que a opinião pública mundial apoiava a ação armada dos Estados Unidos.

De acordo com Lima (2006, p. 110-111, grifo do autor), todas essas percepções relativas à Guerra do Iraque estavam equivocadas: “as tropas *não* encontraram evidências de ligações entre o Iraque e a Al-Qaeda; as tropas *não* encontraram Armas de Destruição em

Massa; e a opinião pública mundial *não apoia a ação armada dos Estados Unidos no Iraque.*”. Ele pergunta: “Quais seriam as razões para essa percepção equivocada da população norte-americana sobre a Guerra do Iraque?” (LIMA, 2006, p. 111). O autor brasileiro afirma que, segundo a referida pesquisa, houve influência da FOX News, braço jornalístico da News Corporation¹⁸, sobre a opinião pública. A cobertura da guerra realizada pela FOX News “[...]recebe um ‘enquadramento’ que não só favorece o ponto de vista oficial do governo Bush como omite fatos importantes em relação ao próprio conflito”.(LIMA, 2006, p. 111). Assim:

Daquelas que declararam ter a FOX News como fonte principal de informação, 80% tinham pelo menos uma das três percepções equivocadas; ante apenas 23% daqueles que declararam ter as redes públicas como fonte principal. E mais: 45% daqueles que declararam ter a FOX News como principal fonte de informação sobre a guerra acreditavam em todas as três percepções equivocadas.(LIMA, 2006, p. 111)

Serrano (2006, p. 36) lança uma pergunta e resposta pertinentes: “Mentem os meios? Sem dúvida, a mentira é frequente[...], mas não é excessiva, porque os meios sabem que o seu abuso, na medida em que é [...]descoberto, os faz perder a credibilidade que é muito difícil de recuperar.”(SERRANO, 2009, p. 36, tradução nossa). O pesquisador espanhol reforça que os meios não só dizem o que é importante e como ocorreu, como pretendem nos convencer de que acertaram na seleção da informação e que não mentem.(SERRANO, 2009, 36). Sem contar que “A obsessão pela competitividade é tanta que, em muitas ocasiões, esquecem a realidade para dedicar-se, todos ao mesmo tempo, a competir pela mesma notícia.[...]” (SERRANO, 2009, 37, tradução nossa). Segundo ele, “Todos querem explorar a mesma suposta notícia, convencidos de que quem não a divulgar sobrará do pelotão.”(SERRANO, 2009, 37, tradução nossa).

Serrano (2009) defende que a questão ideológica de vinculação à classe dominante é muito marcante e gera a falta de contextualização em muitos aspectos da elaboração da notícias. Ele lembra que “Quando se informa sobre o drama da pobreza, os meios dão atenção, mas quando se tenta explicar os mecanismos mediante os quais se cria esses pobres e enriquecem alguns poucos, o silêncio midiático é absoluto.”(SERRANO, 2009, p. 47, tradução nossa). Há também uma abordagem maniqueísta no tratamento da notícia. Por exemplo: “[...]um assunto tão complexo como a geopolítica internacional,[...] é interpretado em temos de bem e mal. Em qualquer debate já não se entra em considerações o que possa sublinhar a complexidade de alguma situação[...]”(SERRANO, 2009, 44, tradução nossa).

¹⁸Maior conglomerado midiático do mundo, pertencente a Rupert Murdoch, possuindo todo tipo de empresas de imprensa escrita (diária e semanal), rádio, televisão, edição, internet e um jornal digital para iPad. (RAMONET, 2013, p. 61)

Mas, como disse Lima (2006, p. 52), quando se fala sobre a mídia está se falando da “indústria da cultura”, e a produção da notícia segue a escala industrial, a partir dos centros oligopolizados. Todos esses elementos de superficialidade, velocidade, competitividade, supremacia da quantidade sobre a qualidade, enfim, nascem do caráter “industrial” na seleção e elaboração da informação. Para o autor, o imbricamento entre os campos da política e da mídia não é simples. “É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado”.(LIMA, 2006, p. 55).

Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. e, em particular, da política e dos políticos.(LIMA, 2006, p. 55).

Para Lima (2004, p. 211), os regimes militares nos países latino-americanos, nas décadas de 1960 e 1970, marcaram o desenvolvimento e a consolidação dos meios de comunicação de massa. Sobretudo, “[...]a maioria dos países ‘ocidentalizados’ da América Latina (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai)[...].(LIMA, 2004, p. 211). No caso brasileiro, “[...]foram consolidadas políticas públicas autoritárias de comunicações que, ao optarem por modelos de radiodifusão predominantemente comerciais e privados, impediram o acesso e a participação da grande maioria da população[...]”(LIMA, 2004, p. 211).

Por isso, os traços da oligopolização parecem ficar superlativos quando se trata das estratégias da mídia na América Latina (e sobre a América Latina). De acordo com Serrano (2009, p. 137), com o fim das ditaduras na região e o advento do período neoliberal e privatizador, que dominou a década de 1990, a América Latina entrou no século XXI com uma guinada para a esquerda, “sem comparação no resto do mundo”. O pesquisador espanhol explica que as seguidas vitórias eleitorais de Hugo Chávez abriram caminhos para Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, Daniel Ortega, na Nicarágua e Fernando Lugo, no Paraguai.(SERRANO, 2009, p. 137). Segundo ele, “Esse fenômeno de mudança política veio acompanhado de outro fenômeno: a agressão informativa”. (SERRANO, 2009, p. 137).

A América Latina é a região onde o panorama informativo diferencia de forma mais clara entre governos bons e maus. Fica evidente como os governos de direita ou de esquerda moderada, que respeitam os critérios e pontos de vista das linhas dominantes do mercado internacional e não enfrentam as multinacionais e as grandes potências, são os que gozam de mais respeito na cobertura informativa. Na medida em que os governos, e em especial os seus líderes, em quem se focaliza toda a informação negativa, se mostram mais irreverentes com o pensamento econômico neoliberal, a

cobertura informativa se amplia e se volta mais fortemente hostil. (SERRANO, 2009, p. 137).

Serrano (2009) destaca que, dentre as estratégias construídas pela mídia para sabotar as boas notícias sobre a América Latina e veicular sempre um “lado” negativo, está a demonização dos seus líderes. Entre os principais deles, Hugo Chávez. Com efeito, por meio desse posicionamento e funcionamento prioriza-se os objetivos ideológicos. O autor dá um exemplo: não seria importante, em suas prioridades informativas, que se estivesse debatendo e aprovando, na capital portuguesa, um tratado constitucional para a União Europeia; logicamente, dedicariam mais espaço, tempo, informações, opiniões e editoriais ao presidente da Venezuela, se o objetivo é satanizá-lo e evitar o debate sobre o primeiro.(SERRANO, 2009, p. 138). Há outros silenciamentos:

Uma omissão flagrante dos meios é a respeito da cooperação entre os países da região. Trata-se de relações que não se baseiam no comércio e no negócio e que se inspiram em outra forma de entender as relações internacionais. É verdade que poderia comparar-se com os fundos de cooperação estabelecidos entre os países da União Europeia; porém, neste último caso sua fundamentação não é tanto a solidariedade como a necessidade de unificar economias para poder estabelecer políticas econômicas comuns. Por outro lado, os maiores níveis de pobreza na América Latina transformam as políticas de cooperação em uma necessidade muito mais urgente. Contudo, não são poucas as ocasiões em que desde os meios se jogam acusações de chantagem e ingerência contra as políticas de solidariedade de um governo com um país vizinho.(SERRANO, 2009, p. 142).

Uma das características mais fortes encontradas no vocabulário da mídia para designar os países progressistas latino-americanos durante as coberturas é o “populismo”. Essa investida se deu com o avanço desses governos. Para Serrano (2009, p. 139), “O objetivo é desprestigiá-los perante a opinião pública internacional, mediante um conceito que não está claro o que significa, mas que possui uma aura negativa.” Para ele, a expressão “populismo” é utilizada nos meios a partir do significado do pensamento neoliberal, que o considera sinônimo de política irresponsável e falta de rigor. Normalmente, segundo esse padrão informativo, o populismo está personificado por um líder carismático, que apenas vive à caça de apoio popular, sem conteúdos ideológicos definidos, recorrendo somente às emoções mais primitivas dos eleitores.(SERRANO, 2009, p. 139, tradução nossa).

Nesse sentido, a linguagem padronizada ganha papel relevante. Os jornalistas, via de regra, utilizam recursos linguageiros consonantes com o modelo hegemônico. “O mais curioso é que o profissional perdeu a percepção de que o uso dessa determinada linguagem implica em adotar um posicionamento ideológico.”(SERRANO, 2009, p. 54, tradução nossa).

Ou seja, julgam que se utilizassem um vocabulário próprio, seria o mesmo que demonstrar que adotou uma opinião, quando deveria apenas se limitar informar. Seria o contrário: “[...]está editando quando o utiliza, mas ninguém o considera assim porque é a linguagem generalizada entre a classe política dominante, as grandes agências e, em geral, de todo o modelo político-informativo vigente.”(SERRANO, 2009, p. 54, tradução nossa). É como se, repetindo afirmações do oficialismo, estivesse alcançando a neutralidade informativa. (SERRANO, 2009, p.54, tradução nossa).

Não abordar a América Latina como região que busca atuar em bloco para construir alternativas às políticas econômicas e culturais dos países eurocêntricos e estadunidense é um outro tipo de silenciamento da mídia. Além de omitir esse esforço de união, há uma negação de identidade de “território” que pretende emancipação e empoderamento. Afinal, a identidade local é elemento de grande relevância para os povos. De acordo com Martín-Barbero (2004, p. 58), “[...]não resta dúvida que não é possível habitar no mundo sem algum tipo de *ancoragem territorial*, de inserção no local, já que é no *lugar*, no território, que se desenrola a corporeidade da vida cotidiana e a temporalidade – a história – da ação coletiva[...](MARTÍN-BARBERO, 2004, p.58, grifo do autor).

Por essa abordagem, os meios de comunicação, em geral, disseminam uma ideia de América Latina uniforme e homogeneizada, ao mesmo tempo que negam as lutas da região por uma atuação articulada, em contraposição aos países centrais. Para Martín-Barbero (2004, p. 58-59), a heterogeneidade humana e a reciprocidade são características fundadoras da comunicação humana, pois “[...]mesmo atravessado pelas redes do global, o *lugar* segue feito do tecido das proximidades e das solidariedades. Isso exige que se esclareça que o sentido do local não é unívoco.”(MARTÍN-BARBERO, 2004, p.59, grifo do autor). Especificamente,

Na América Latina, o que acontece nos/pelos meios de comunicação não pode ser compreendido à margem da heterogeneidade, das mestiças e das descontinuidades culturais que medeiam a significação dos discursos de massa. O que os processos e práticas da comunicação coletiva põem em jogo não são unicamente os deslocamentos do capital e as inovações tecnológicas, mas sim profundas transformações na cultura cotidiana das maiorias: nos modos de estar junto e tecer laços sociais, nas identidades que plasmam tais mudanças e nos discursos que socialmente os expressam e legitimam. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 62-63).

Dessa forma, Martín-Barbero (2004, p. 63) explica que a comunicação é reconhecida como o cenário cotidiano do reconhecimento social e da constituição e expressão dos imaginários. Assim, a mídia começou a “[...]fazer parte decisiva dos novos modos como nos percebemos latino-americanos.[...]. O que significa que neles não apenas se reproduz

ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias[...]”(MARTÍN-BARBERO, 2004, p.63)

Essas visões e concepções também nortearam a análise do *corpus* desta pesquisa, no sentido de preparar o olhar sobre as conexões e articulações entre estratégias, funcionamentos, filiações e sentidos promovidos na conjunção dos campos da mídia e da política. Sabendo que a Análise do Discurso guia a pesquisa para conhecer não o que o discurso significa, mas o como significa, o cruzamento de todas essas reflexões sobre a mídia ilumina o olhar sobre a América Latina e vice-versa. Esse tratamento da informação pelos veículos de comunicação também sofre influência do momento presente de forte espetacularização da vida pela mídia, que atinge em cheio a produção simbólica pela informação. Assim, a política também vai sendo espetacularizada.

2.1.3 Mídia e espetacularização da política

A mídia está envolta em um emaranhado novelo de filiações, estatutos, interesses, intencionalidades, poderes e sentidos, resultantes da sua própria gênese e constituição, sobretudo na transição da sociedade moderna. A rapidez das mudanças na “era global” e, claro, nas configurações dos meios de comunicação, demandam maior complexidade sobre a análise dessa teia. Cada fio desse novelo midiático dá margem a olhares e interpretações teóricas possíveis, alguns priorizados neste estudo. Entre eles, está o entendimento da mídia como lugar de espetacularização da política. Como campo de batalha entre discursos que circulam na realidade social, a mídia assumiu também o *lócus* de espetáculo da vida humana. E nessa também “mudança estrutural” (pedindo aqui licença à expressão habermasiana), com os meios de comunicação passando de tradutores da vida real para encenadores de espetáculos à luz da pseudoneutralidade, a política (e os políticos) ganhou ali um palco privilegiado.

Seguindo esse raciocínio, logicamente, sabe-se que os meios eletrônicos foram os expoentes dessa espetacularização. Nada como som, imagem e técnica sofisticada para tornar o espetáculo mais eficiente e interessante nos seus propósitos “emotivos”. Dizendo melhor: nos seus objetivos sedutores do público. O clichê “luz, câmera, ação!” cabe muito bem nessa nova era de filmagem do instantâneo do mundo político: muita estética e pouca profundidade. A eloquência do político-personagem-ator é determinante para o sucesso da sua performance eleitoral, sobretudo nos “palanques eletrônicos” (programas eleitorais gratuitos e reportagens de rádio e televisão), típicos da era do “coronelismo eletrônico”. “Presa ao instante, essa fala política midiatizada privilegia a astúcia verbal e o fim das grandes narrativas como exigência

das práticas discursivas dos aparelhos audiovisuais de informação.”(GREGOLIN, 2003, p. 13). Essa faceta midiática transformou o discurso político em “objeto” de consumo:

São as técnicas de comunicação de massa aplicadas ao discurso político que, homogeneizado, torna-se um produto de consumo. Adotam-se estilos da vida cotidiana, da vida privada por meio do agenciamento da gestualidade, pois o corpo torna-se recurso central dessa linguagem de aparência que é a teatralização do político. Essa nova maneira de produzir a cultura por meio do espetáculo leva à invisibilidade das massas, suplantadas pela visibilidade do homem-público. Essa massa desaparecida exige mudanças no regime de produção dos enunciados e dos gestos da eloquência política. Instala-se uma distância próxima e uma proximidade longínqua. Políticos oscilam entre heróis de novelas e mercadorias à venda.(GREGOLIN, 2003, p. 13)

Muniz Sodré (2006), em “As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política”, ensina que essa espetacularização da vida não é novidade, sendo uma “[...]elaboração socialmente relevante desde a Antiguidade, em qualquer que seja o complexo civilizatório.”(SODRÉ 2006, p. 80). Os gregos faziam espetáculos com os jogos olímpicos, os festivais de poesia trágica e os embates retóricos nas praças públicas; e os romanos, com suas famosas ofertas de “pão e circo”, desfiles e monumentos imperiais.(SODRÉ 2006, p. 80). Já na Idade Média, a Igreja fazia as suas encenações, assim como na transição para a modernidade, “[...]com os espetáculos como parte das estratégias monárquicas de poder.”(SODRÉ 2006, p. 80). Afora essas épocas grandiosas demarcadas no tempo, Sodré (2006) utiliza também como exemplo a investida nazista para propagar suas ideias e coerções, na fase de Hitler no poder. Os públicos foram cercados por estratégias simultâneas que podiam gerar diversas sensações.

Na propaganda nazista os agentes condicionantes simples eram as demonstrações do poder militar. Complexa era a vasta gama de recursos simbólicos aplicados nas manifestações (bandeiras, estandartes, emblemas, uniformes, cânticos, saudações, frenesi corporal etc) e nos meios de comunicação (rádio, teatro, cinema, jornais). Todos estes recursos obedeciam à sintaxe do espetáculo, isto é, da encenação suscetível de cativar ou distrair um público determinado. E este é um tipo de jogo cujo material básico á a emoção.” (SODRÉ, 2006, p. 77)

De acordo com o autor, “Esse tipo de propaganda política, bastante testado nas primeiras ditaduras tecnológicas (nazismo, stalinismo e fascismo), mas hoje anacrônico, tem função pioneira e experimental na aproximação entre estética, tecnologia e controle político das massas.”(SODRÉ, 2006, p. 77). Para ele, significou o “[...]prenúncio da hegemonia da emoção sobre a razão na esfera pública da sociedade burguesa – igualmente, a prevalência do particular sobre o geral e do subjetivo sobre o objetivo – como uma característica forte da moderna sociedade de massas[...].”(SODRÉ, 2006, p. 77). No dizer do pesquisador, maior até do que o seu exclusivo uso político.

Marilena Chaui (2006), em “Simulacro e poder: uma análise da mídia”, reforça o aspecto universal e atemporal da espetacularização da realidade, mas não a julga, por si só, como um malefício para a cultura, pois “[...]é próprio da obra de pensamento e das obra de arte oferecerem-se e exporem-se ao pensamento, à sensibilidade e à imaginação de outrem para que lhes confira sentido e as prossiga.”(CHAUI, 2006, p. 14). A dimensão do espetáculo não foi criação da comunicação de massa. A cultura carrega em si o espetáculo, que é a forma de se fazer ver e deixar-se ver.

Por essa ótica de Chaui (2006), o foco da discussão não é o espetáculo puramente, mas o “que sucede ao espetáculo quando capturado, produzido e enviado pelos meios de comunicação.”(CHAUI, 2006, p. 14). Poderia aqui se acrescentar que são os fins dessa espetacularização midiática que tornam o tema relevante para os estudos da comunicação. Mas, para tanto, é necessário conhecer os *meios*. Nesse sentido, interessa saber como a filósofa brasileira explica como os veículos de comunicação negam os traços da cultura, provocando riscos às obras de pensamento e de arte:

- 1) de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas; 2) de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo; 3) de experimentação do novo, tornarem-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; 4) de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; 5) de formas de conhecimento que desvendam a realidade e instituem relações com o verdadeiro, tornarem-se dissimulação, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda.(CHAUI, 2006, p. 21-22)

Essa padronização alcançou o discurso político midiatizado. De acordo com Courtine (2003, p. 22), as “dissertações políticas” chegaram ao fim, junto com as grandes narrativas, que marcaram a época das formas didáticas da retórica política, segundo o autor, “modeladas pela instituição escolar”. Hoje submete-se “[...]os conteúdos políticos às exigências das práticas de escrita e de leitura próprias ao aparelho audiovisual de informação.”(COURTINE, 2003, p. 22-23). Inclusive, padronizando os demais veículos, como os jornais impressos. Interessante é que também “Surge [...],uma nova divisão da verdade no campo político, que tende a escapar das demarcações tradicionais (direita/esquerda) para se repartir segundo as categorias do arcaico e do moderno, do *démodé* e do *fashion*.”(COURTINE, 2003, p. 23). É mesma lógica do *time is money*. (COURTINE, 2003, p. 23).

O reinado das formas breves é, assim, o primeiro elemento dessas recentes transformações da fala pública. É possível ver nelas os efeitos, no campo do discurso, de uma racionalização do espaço político, totalmente causada pelo uso de técnicas de comunicação de massa. Na lógica televisiva, quer seja aquela do spot publicitário, da informação ou debate, as mensagens simples e curtas são preferidas em relação às longas e complexas. (COURTINE, 2003, p. 23).

Paralelamente, busca-se arrancar emoção das plateias, tal como outrora ocorria nos espaços públicos ou nos meios de comunicação menos sofisticados. Até porque, “A vida político-social também é moldada pelo espetáculo. Os conflitos sociais e políticos são frequentemente afastados das telas, que mostram assassinatos surpreendentes, ataques terroristas, escândalos sexuais [...] e a violência explosiva do cotidiano.”(KELLNER, 2006, p. 119). De acordo com Kellner (2006), a produção de notícias está sujeita a essa lógica do espetáculo, “[...]em uma época de sensacionalismo, tabloidização, escândalos e contestações políticas.”(KELLNER, 2006, p.122). Mas essas estratégias ganharam roupagem tecnológica diversa. Sabe-se que, com o “[...]império da mídia, as técnicas retóricas de persuasão e controle das massas, exacerbadas pela propaganda política, terminaram sendo apropriadas pela publicidade comercial.”(SODRÉ, 2006, p. 76-77).

Claro que esse modelo ganhou espaço privilegiado nos meios audiovisuais. E os autores referenciam isso a todo momento. No entanto, essas estratégias, que têm como alvo o alcance do sensacional, atingem em cheio também o jornalismo impresso. Sem som e sem imagem instantânea, o texto impresso exige até mais esmero e sofisticação para alcançar sensações e despertar emoções nas páginas das revistas e jornais: desde a decisão sobre a própria edição, até a escolha das manchetes e títulos, das chamadas, do enquadramento de fotografias e, principalmente, no discurso revelado e escondido na escrita. A “montagem” existe em qualquer plataforma.

Uma vez produzido no interior de uma prática que se pauta pelo emprego de estratégias de manipulação do real e pelo sensacionalismo, o acontecimento é, antes de tudo, produto de uma montagem e de escolhas orientadas de imagem, que lhe garantem o efeito de acontecência, a impressão do vivido mais próximo daqueles que o vivem. Produto dos meios de comunicação, esse novo acontecimento é projetado, lançado e oferecido ao público sob forma de espetáculo. Soma-se a isso o fato de a mídia impor imediatamente o vivido como história. Por esse raciocínio a mídia é, para as massas, a forma mais moderna, quando não a única, de viver a história no calor do seu acontecimento, história da qual participam sem realmente participar, dada a mistura de distância e intimidade que caracteriza a vivência dessa história intermediada.(BARBOSA, 2003, p. 116)

No jornalismo impresso, o apelo está marcado fortemente na materialidade discursiva: nos textos, suas modalizações e composições. A linguagem é soberana. Não há súplicas por meio de entonações vocais, gestuais grandiloquentes, estampas visuais atrativas, domínio de técnicas de oratória, closes, risos e luzes, produzidos para serem favoráveis ou não ao personagem em ação. Mais: no jornalismo impresso não há, sobretudo, a sedução do

instantâneo, do aqui e agora. Revistas e jornais fazem parte de um meio de comunicação tradicional, que briga com a velocidade das novas técnicas, com sua periodicidade mensal e diária, respectivamente. Daí observa-se que a espetacularização não se dá apenas pela técnica, mas pelo que move essa técnica.

Persuadir, emocionar, abrir os canais lacrimais do interlocutor por meio do apelo desabrido à banalidade são recursos centrais da retórica propagandística, aperfeiçoada pela publicidade e pelo marketing de hoje. A diferença para com o passado é que, agora, sob a égide da mídia, o sismógrafo também produz o abalo “sísmico”, ou seja, a mídia não se define como mero instrumento de registro de uma realidade, e sim como dispositivo de produção de um certo tipo de realidade, *espetacularizada*, isto, é primordialmente produzida para a excitação e gozo dos sentidos. Com a mídia, o sismógrafo e o sismo são a mesma coisa. (SODRÉ, 2006, p. 79, grifo do autor)

Exemplos sobre a espetacularização da política nos jornais e revistas pululam a todo momento, diariamente ou semanalmente. O estudo do *corpus* desta pesquisa trouxe várias análises com esse enfoque. A título de dialogar com as teorias sobre o tema da espetacularização, aqui despidas, seguem dois casos interessantes. O primeiro (ilustração 1) mostra uma “matéria” da Folha de S. Paulo que retrata a vitória à reeleição da então presidente Cristina Kirchner, na Argentina. Depois de uma sequência de matérias cujo discurso aparecia como derrotista ou de tom opositor, o jornal publica uma matéria que mais parecia uma peça publicitária, sob o título “*Super Cristina*”, veiculada na seção “Mundo”, no dia 29 de outubro de 2011, apenas seis dias depois das eleições. Na verdade, não chega a ser uma matéria, mas uma ilustração com a imagem da presidente como uma super-heroína saída das histórias em quadrinhos para as páginas do periódico¹⁹.

Na arte da ilustração, o jornal mapeia quais são os “superpoderes” de Cristina Kirchner. A saber, “*Economia em alta*”, “*Controle das províncias*” e “*Popularidade*”. E, destoando dos adjetivos propositivos, traz como um feito o “*Patrimônio pessoal milionário*”, dizendo que “*O casal Kirchner multiplicou por quase 1.000% o patrimônio total da família desde que o falecido presidente chegou à Casa Rosada, no ano de 2003*”. Está pronto o espetáculo, tendo uma heroína das histórias em quadrinhos em primeiro plano. A composição de texto e imagem garante um cenário pouco provável na política tradicional. Há uma tentativa de sedução do público pelo humor, pela infantilidade, pela galhofa, beirando a ridicularização da personagem.

¹⁹ A análise mais aprofundada do discurso está no capítulo 4.

Ilustração 1: Figura de Cristina Kirchner na Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 29/10/2011.

No segundo exemplo aqui exposto (ilustração 2), a imagem não “fala” tanto quanto o texto, como o caso anterior. Trata-se de uma matéria da Revista Veja, veiculada na edição de 17 de outubro de 2012, páginas 82 e 83, dez dias após as eleições, tendo como foco o presidente da Venezuela Hugo Chávez. Diferentemente do perfil do jornal impresso, que é diário, a Revista Veja é semanal, perdendo um pouco o poder de cobrir o factual, optando por matérias mais longas ou reportagens. O título busca o sensacional: “*Um futuro muito pior*”. O subtítulo acompanha: “*Chávez quer usar o quarto mandato para aprofundar a ‘cubanização’ da Venezuela, mas sua saúde pode influir nos rumos do país*”. Mescla de sentidos aparecem no enunciado: incompetência, governo ditatorial, refém de Cuba, doença, entre outros. A “astúcia verbal” dá conta do espetáculo. A foto compõe, com um presidente que parece “ver navios”.

Ilustração 2: Matéria da revista Veja sobre Hugo Chávez



Fonte: Revista Veja, 17/10/2012.

Além do sensacionalismo estampado nas páginas impressas, chama atenção, ainda, a falta de contextualização e consequente desvinculação dos fatos pela mídia na atualidade, como nos exemplos acima. Com efeito, a espetacularização dispensa profundidade. Segundo Chaui (2006, p. 21-22) “[...]os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros.[...]. Têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanece o espetáculo de sua transmissão.”.

Cada vez mais vazios de conteúdos, os jornais e revistas também são publicações que cedem espaços exagerados à publicidade e produzem um jornalismo sem abordagem de conjuntura e profundidade, com raras exceções. Os veículos remetem a uma falta de noção de continuidade e interligação dos fatos, mesmo nos temas priorizados por serem “sensacionais”. Há também o aspecto da forma: a estampa e a estética dos jornais e revistas revelam os seus públicos:

No caso dos jornais e revistas, por exemplo, a qualidade do papel, a qualidade gráfica de letras e imagens, o tipo de manchete e de matéria publicada definem o consumidor e determinam o conteúdo daquilo a que terá acesso e o tipo de informação que poderá receber. Se compararmos, em uma manhã, cinco ou seis jornais, perceberemos que o mesmo mundo – este no qual todos vivemos – transforma-se em cinco ou seis mundos diferentes ou mesmo opostos, pois um mesmo acontecimento recebe cinco ou seis tratamentos diversos, em função do leitor que a empresa jornalística tem interesse (econômico e político) de atingir.(CHAUI, 2006, p. 29)

A política é, por assim dizer, a parte sensível da espetacularização midiática – encontra-se entre o reflexo e a própria razão de ser da espetacularização. Nessa dupla função, vai adquirindo contornos grandiosos, a ponto de influenciar resultados eleitorais de candidatos a presidente, votações parlamentares, golpes de Estado, guerras, demonizações de movimentos sociais, retaliações populares, enfim. Enquanto isso, a sociedade vai marchando nos caminhos da massificação do humano, com individualismo, padronização, idiotização, infantilização, supremacia da estética, consumo desenfreado, aculturação, abismos sociais e saber colonizado. Eis a “sociedade do espetáculo”, na qual a mídia se insere.

2.1.3.1 A sociedade do espetáculo

O autor que melhor teorizou sobre a essência da “sociedade do espetáculo”, da qual a mídia é espinha dorsal na atualidade, foi Guy Debord, em 1967. O filósofo francês situou a economia como o ponto de partida e de chegada dessa era: “A raiz do espetáculo está no terreno da economia que se tornou abundante, e daí vêm os frutos que tendem afinal a dominar o mercado espetacular[...]”(DEBORD, 1997, p. 39). Para o autor, essa característica está vinculada à modernização, pois “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.”(DEBORD, 1997, p. 13, grifo do autor).

Debord (1997) afirma que “A sociedade que se baseia na indústria moderna não é fortuita ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente *espetaculoísta*[...].” (DEBORD, 1997, p. 17, grifo do autor). Segundo ele, essa sociedade modernizada “[...]até o estágio do espetacular integrado se caracteriza pela combinação de cinco aspectos[...]: a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo.”(DEBORD, 1997, p. 175). Em especial, Debord (1997) destaca a força resultante da aliança defensiva e ofensiva entre a economia e o Estado, que garantiu muitos ganhos em todos os domínios. Ele reforçou sobre essas duas forças, que “[...]cada uma das duas possui a outra; é absurdo opor uma à outra, ou fazer uma distinção entre suas razões e desrazões. Essa união também se mostrou muito favorável ao desenvolvimento da dominação espetacular[...].”(DEBORD, 1997, p. 175)

A sociedade atual vive do aparente, da ilusão, do irreal, que é tratado como real, em uma relação hipnótica. “O espetáculo domina os homens vivos quando a economia os dominou totalmente” (DEBORD, 1997, p. 17). E há um fluxo comum, que padroniza a vida

em sociedade, a vida real, o mundo real. Assim, “O espetáculo não pode ser compreendido como o abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão maciça das imagens.[...]. É uma visão de mundo que se objetivou.”(DEBORD, 1997, p. 17)

As imagens que se destacaram de cada aspecto da vida fundem-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa mesma vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada *parcialmente* apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudomundo *à parte*, objeto de mera contemplação. A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não vivo.” (DEBORD, 1997, p. 13, grifo do autor)

Assim, Debord (1997) é incisivo ao localizar o espetáculo como inversão da vida, ou seja, como um mundo fantasioso, *fake*. Isso é mais profundo do que dizer que há uma eficiência no uso de imagens para causar emoção e sensações em um público, plateia, espectador. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.” (DEBORD, 1997, p. 14). Daí ser mais adequado não separar forma (estética) e conteúdo. Até porque, há intencionalidades que movem a encenações, sobretudo as mediadas, ou seja, por meio das mídias. O pensador explica que, ao refletir sobre o espetáculo, se recai sobre a própria linguagem do espetacular, uma vez que a sociedade se expressa pelo espetáculo. (DEBORD, 1997, p. 16). “O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório.” (DEBORD, 1997, p. 20)

As teses de Debord (1997) lançam feixes de luzes sobre a mídia e sua vinculação com o capital – o que significa dizer que os meios de comunicação estão intimamente centrados na sociedade do espetáculo. A seleção tendenciosa de notícias, o congelamento do fato (que é isolado do contexto), a superposição entre notícia e propaganda, o uso dos clichês, o jogo de emoções, a fragmentação do real, a fluidez e efemeridade do acontecimento e a objetificação do humano, são apenas alguns elementos da mídia, que está a serviço da espétacularização da sociedade e, ao mesmo tempo, dela é servidora. Ou seja, da sociedade na qual o capital detém a supremacia sobre a vida e as relações humanas: não vale mais o “ser”, mas o “ter” e o “parecer”.

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo ‘ter’ efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela.

Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela *não* é. (DEBORD, 1997, p. 18, grifo do autor)

Para Debord (1997, p. 20), os meios de comunicação de massa são a manifestação superficial mais esmagadora da sociedade do espetáculo. Inclusive, o filósofo descreve duas formas de espetáculos, assim traduzidas por Sodré (2006): “[...]o *concentrado*, típico do stalinismo e do nazismo, em que o Estado e o partido político dominante fazem um uso propagandístico dos meios de comunicação e das grandes manifestações públicas; o *difuso*, característico da sociedade de massa contemporânea[...](SODRÉ 2006, p. 80, grifo do autor). O espetáculo difuso é o qual “[...]o mercado usa publicitariamente a mídia para consolidar o fetichismo da mercadoria.”(SODRÉ 2006, p. 80). “Quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; hoje, nada lhe escapa. O espetáculo confundiu-se com toda a realidade, ao irradiá-la.”(DEBORD, 1997, p. 173).

Nessa mistura entre espetáculo e realidade, ganha relevância o auxílio da mídia, que confere um poderoso “status midiático” a qualquer pessoa que apareça no espetáculo para exibir-se publicamente.(DEBORD, 1997, p. 174) “Quando a posse de um ‘status midiático’ assume importância muitíssimo maior que o valor daquilo que se foi capaz de fazer realmente, é normal que esse *status* seja transferível com facilidade e confira o direito de brilhar, de modo idêntico, em qualquer lugar.”(DEBORD, 1997, p. 174). O filósofo francês toca em um ponto crucial da sociedade do espetáculo midiatizada, ao abordar a forma como o público é assimilado pelos veículos e os seus donos. Segundo ele, “Frequentemente, os donos da sociedade declararam-se mal servidos por seus empregados midiáticos; mas ainda, censuram a plebe de espectadores pela tendência de entregar-se sem reservas, e quase bestialmente, aos prazeres da mídia.”(DEBORD, 1997, p.171).

Certamente, uma das maiores características da sociedade do espetáculo é interpretar o ser humano como um ser “bestial”, raso, idiotizado, na sua função de espectador, receptor, indivíduo-massa. Peter Sloterdijk, ainda em 1947, teorizou sobre essa temática que está incrustada nas reflexões sobre a espetacularização da vida e a objetificação do humano: a questão das massas. Em “O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna”, o autor chama atenção para a contradição instalada na própria designação da sociedade sobre o que é a massa, uma vez que somente o fato de que a “[...]multidão moderna, ativada e subjetivada, passa a ser insistentemente chamada de massa pelos seus porta-vozes e pelos que as despreza, já aponta para que a ascensão à soberania do maior

número possa ser percebida como um processo inacabado, talvez inacabável.” (SLOTERDIJK, 2002, p. 12). Ou seja, o que nega, também reafirma.

São considerações importantes para avaliar o uso indiscriminado das expressões “sociedade de massa”, “cultura de massa”, “comunicação de massa”, que, muitas vezes, estima a coletividade, os seres humanos, os leitores, os telespectadores, os internautas, enfim, como conglomerados de gente sem vontade, sem vida, sem autonomia. Isto é, sem utopias e sonhos. Sem as possibilidades de resistência das classes subalternas, tão defendidas por Gramsci. A espetacularização midiática ignora esse “outro” como sujeito de sua história, tratando-o como mero “receptor” (ou receptáculo) de informação ou apenas como um consumidor. Lançar um olhar investigativo sobre a classe dominante e sobre as “massas” necessita, pelo menos, considerar que há contrapontos e resistências possíveis que não podem ser ignoradas.

Neste sentido, Sloterdijk (2002, p. 12) reitera que “O grande tema dos tempos modernos, a emancipação, abrange tudo o que nas lógicas e relações de dominação antigas se chamava o inferior e o outro, a matéria natural quase não sendo outra coisa que a multidão humana.[...]. Na verdade, observa-se que esse “outro” nos tempos de hoje, da sociedade global midiatisada, foi “valorizado” como consumidor de bens, serviços e ideologias. Não como um ser em via de emancipação, sujeito ativo na arena de lutas por liberação: o que o massifica, individualiza; e o que o individualiza, massifica.

As massas atuais pararam essencialmente de ser massas de reuniões e ajuntamentos; elas entraram num regime no qual o caráter de massas não se expressa mais na reunião física, mas na participação em programas de meios de comunicação de massa.[...] Através de uma espécie de “cristalização” eles se distanciaram de um estado no qual sua aglomeração era uma possibilidade constantemente ameaçadora ou promissora. A massa de ajuntamento tornou-se uma massa relacionada a um programa. [...]Nela, como indivíduo, se é massa. Agora se é massa sem que se veja os outros.(SLOTERDIJK, 2002, p. 19-20)

As observações de Sloterdijk (2002) levam ao entendimento de que a sociedade midiática provocou uma despercepção do momento vivido coletivamente, do encontro, da vida em conjunto. As pessoas “[...] não mais se orientaram primariamente pelas suas próprias experiências corporais, mas se observam apenas por meio de símbolos das comunicações de massa, de discursos, modas, programas e celebridades.”(SLOTERDIJK, 2002, p. 20). São graves as consequências disso para a emancipação humana: a massa isolada, não reunida mais na sociedade, perde o seu sentimento de corporeidade e espaço próprio na vida. (SLOTERDIJK, 2002, p. 21). Dessa forma, “[...]ela não se vê mais confluir e agir, não se

sente mais sua natureza pulsante; não produz mais um grito conjunto. Distancia-se cada vez mais da possibilidade de passar de suas rotinas práticas e indolentes para um aguçamento revolucionário.”(SLOTERDIJK, 2002, p. 21)

Nessa mesma linha de pensamento - e trazendo a discussão para o dia a dia dos meios de comunicação no Brasil -, Sodré (2006) complementa reforçando que a mídia atua com apelos de emoção exacerbada, moda, celebridades, efeitos de fascinação, tudo que permeia “[...]sistematicamente essa forma de vida emergente, em que a estesia detém o primado sobre velhos valores de natureza ética.”(SODRÉ, 2006, p. 102). Assim, “A espetacularização é, na prática, a vida transformada em sensação ou em entretenimento, com uma economia poderosa voltada para a produção e consumo de filmes, programas televisivos, música popular, parque temáticos, jogos eletrônicos.”(SODRÉ, 2006, p. 102).

O entorpecimento que os meios de comunicação provocam nas pessoas, com essa espetacularização midiática da vida, da realidade, foi descrito, metaforicamente, por Sodré (2006), a partir da teoria dos reflexos condicionantes de Pavlov, muito coincidentes com o que esta pesquisa entende sobre a investida dos meios de comunicação em relação à sociedade, ao público. Ou seja, há um condicionamento para “viciar” ou criar nova legião de telespectadores, leitores ou ouvintes – chamados “receptores” da comunicação.

O êxito popular do regime nazista, impressionante exemplo de empatia entre discurso irracionalista e todo um povo supostamente habituado à racionalidade da letra, foi interpretado por Tchakhotine a partir da teoria dos reflexos condicionados de Pavlov. Em resumo: um torrão de açúcar, posto diante de um cão imobilizado, faz o animal salivar. Associando-se o açúcar ao som repetido de uma buzina, o cão continua a salivar. Num terceiro momento, apenas buzinando, sem mostrar o açúcar, o cão salivará também. A continuação da expressão sem ‘o agente condicionante simples’ (o açúcar), mas com o “agente condicional complexo” (a buzina) e num ritmo regular, não provocará nenhum aumento de salivação, mas sim inibição das funções reflexas, capaz de criar m estado de narcose. (SODRÉ, 2006, p. 76-77, grifo do autor)

2.1.4 Contexto inicial da imprensa escrita no Brasil

Interessa a esta pesquisa situar o jornalismo impresso no contexto dos meios de comunicação, por dois motivos primordiais: o *corpus* de análise é composto por jornais e revistas, portanto, esse recorte traz novos elementos ao estudo; e porque o nascimento da impressão no Brasil constitui vínculos com o período Colonial, outro tema central para o estudo. Dentro do campo mais restrito dos impressos, buscou-se autores que se detiveram na

pesquisa mais crítica sobre o papel da imprensa e o seu percurso sócio-histórico. No entanto, trata-se aqui, não de uma sistematização histórica de acontecimentos e datas, mas de arregimentar elementos para uma reflexão sobre o advento da utilização das técnicas de reprodução e a conjuntura brasileira da época. Entre os autores que trouxeram essa abordagem, está Nelson Werneck Sodré (1999), em “História da Imprensa no Brasil”, aportando conhecimentos fundamentais à análise do papel da comunicação.

Ainda na fase das colonizações, a impressão começou a tomar lugar, no mundo, ao lado do capital, já nascendo como uma fonte de geração de divisas e poder, tendo a impressão de livros como precursora dessa condição da imprensa. De acordo com Sodré (1999), há um paralelo entre o “surgimento” do país na História e o advento da imprensa, por terem nascido na mesma época, quando “[...]a arte de multiplicar os textos acompanhou de perto, e serviu, a ascensão da burguesa, enquanto a nova terra, integrada no mundo conhecido, iniciava a sua existência com o escravismo.” (SODRÉ, 1999, p. 1). “Se o impulso que deu aos portugueses o mérito de ocupar o Brasil estava ligado à expansão do capital comercial, foi ele responsável também pelo surto da arte gráfica na metrópole”. (SODRÉ, 1999, p. 9). É fato que, no mundo, a evolução dos meios de comunicação estava, materialmente, imbricada ao comércio. Os fluxos comunicacionais coincidiam com os fluxos comerciais:

Sem dúvida constitui uma tradição o fluxo de informações seguir o fluxo do comércio, pois os mercadores operando por mar ou terra traziam novidades juntamente com a mercadoria. A própria impressão gráfica se difundiu na Europa pelo rio Reno, da Mainz de Gutenberg a Frankfurt, Estrasburgo e Basileia. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, as mensagens em papel seguiram a rota da prata — do México ou Peru para o Velho Mundo — ou a rota do açúcar — do Caribe para Londres. Nova nos séculos XVI e XVII é a evidência do aumento da consciência sobre os problemas da comunicação física.(BRIGGS; BURKE; 2006, p. 31)

O Brasil Colônia não conheceu o nascimento da imprensa, o que só ocorreu no início do século XIX, em 1808. “Mas a razão essencial estava nas condições coloniais adversas: o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão.” (SODRÉ, 1999, p. 16). Isso apesar das tentativas dos holandeses, quando trouxeram, no século XVII, atividades tipicamente burguesas ao Brasil, e os impedimentos oficiais dos portugueses. (SODRÉ, 1999, p. 16). Claro que a criação da imprensa não seria para atuar como forma de emancipação pela cultura e difusão de informação pela ótica dos então escravos. Não havia intencionalidade e condições materiais para isso. Seria para a reificação do lugar do colonizador. Ao longo do século XVIII, surgiram tentativas isoladas para criação de tipografias, mas sempre com sabotamento da iniciativa. “A etapa econômica e social

atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa.” (SODRÉ, 1999, p. 16)

A imprensa, em nosso país, nasceu não só tardivamente, como também com finalidades diferentes daquelas das primeiras gazetas que surgiram na Europa, no início do século XVII, e nas Américas espanhola e inglesa, ao final do mesmo século. Enquanto em outras partes do mundo o veículo impresso veio para fortalecer a classe mercantil que se impunha no cenário histórico, para nós a imprensa chegou, no início do século XIX (1808), com roupagem política.(CALLADO, 2004, p. 42)

Em relação às outras colônias da América, o Brasil foi um dos países mais atrasados na criação de instituições culturais, de uma forma geral. Além do livro e da própria imprensa, universidades foram instaladas em outras colônias. “Muito se indagou sobre os motivos do contraste apresentado pela América espanhola, sem falar na inglesa: México e Peru conheceram a Universidade colonial; de outro lado, México conheceu a imprensa, em 1539; o Peru, em 1583; as colônias inglesas, em 1650.”(SODRÉ, 1999, p. 10). Nelson Werneck Sodré (1999) indaga: “Que razões teria esse contraste de orientação se, à época, Portugal e Espanha, submetidos ao mesmo regime, o feudal, deviam ter o mesmo interesse em manter o atraso em suas colônias?” (SODRÉ, 1999, p. 10). Razões de interesse econômico e cultural.

Diferentemente do lado da colonização espanhola, Sodré (1999, p. 10-11) revela, por exemplo, que “[...]os portugueses encontraram, no litoral americano do Atlântico, comunidades primitivas, na fase cultural da pedra lascada[...].” Assim, não conseguiram aproveitar esses “nativos” para o trabalho nas grandes empresas que montaram, “[...]e que destruíram, física e culturalmente, nas áreas em que levantaram aquelas empresas, as que lhes permitiram dar estabilidade e continuidade à ocupação.”(SODRÉ, 1999, p. 10-11). Essa situação extremamente adversa para as pretensões exploratórias dos portugueses, no Brasil, motivou os atrasos nos incentivos culturais, pois foi mais simples desconstruir a cultura existente, a cultura genuína local:

Nessas áreas, preponderou a destruição física; nas áreas secundárias, em que o trabalho indígena foi aproveitado, preponderou a destruição cultural, de que foi instrumento a catequese jesuítica. Haveria alguma ilusão, no que diz respeito à inanidez dos resultados do destino dos curumins, nas escolas de ler, escrever e contar? Não, certamente. Mais importante do que alfabetizar as crianças indígenas – e alfabetizar para quê? – era destruir nelas a cultura de seus pais.(SODRÉ, 1999, p. 11)

Seguindo na sua explicação, Sodré (1999, p. 11) afirma que a Espanha encontrou nas áreas ocupadas culturas mais avançadas, ou seja, com um nível mais adiantado de complexidade, com conhecimento dos nativos em mineração e metais preciosos. Assim, essas

culturas precisavam ser destruídas e substituídas, para não pôr em risco a metodologia da invasão. O ouro e a prata eram as prioridades dos espanhóis (e do mercantilismo) - para esse objetivo, a força de trabalho local deveria estar treinada e preparada, pois a dualidade de culturas fragilizava o processo de colonização. Dessa forma, o colonizador espanhol tinha que instaurar os instrumentos da sua própria cultura, substituindo a cultura encontrada. Esse enfrentamento não foi necessário para os portugueses, que contavam com uma situação brasileira da “pedra lascada”.(SODRÉ, 1999, p. 11). Já os espanhóis, precisavam de instituições mais eficientes para o empreendimento colonizador.

O aparecimento precoce da Universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração. (SODRÉ, 1999, p. 11)

Os livros – produtos das primeiras impressões no mundo – eram vistos no Brasil com desconfiança, sempre vistos com maus olhos e com circulação reduzida, apenas nas mãos de religiosos. As bibliotecas também eram permitidas apenas em mosteiros e colégios. A entrada de livro no país se dava clandestinamente, a não ser que eram licenciados pela censura. (SODRÉ, 1999, p. 11-12). Com efeito, nada podia ser impresso na colônia de Portugal. Não era conveniente ter tipografias no país. “Não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil.” (SODRÉ, 1999, p. 18). “A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude.” (SODRÉ, 1999, p. 18).

Na opinião de Sodré (1999), o atraso na instauração de uma imprensa no país, portanto, está vinculado à “[...] ausência de capitalismo, ausência de burguesia²⁰. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu.” (SODRÉ, 1999, p. 28). É fato que o próprio termo “meios de comunicação” foi cunhado a partir da conjuntura política e econômica da época da sua constituição. Por séculos, prevaleceu a ideia do progresso a partir de um centro irradiador de valores para a periferia, sendo os *meios de comunicação* instrumentos governamentais de difusão para a *massa*. Tal percepção é corrente em diversas teorias e autores que apresentam os meios de comunicação como aparelhos com a função de perpetuar o monopólio do poder e a dominação ideológica.

²⁰Para o autor, “[...] não eram burgueses, a rigor, os elementos da camada mercantil, que operavam com a pré-capitalista do capital, o capital comercial, haurido na esfera da circulação e não na produção.”(SODRÉ, 1999, p. 28).

Por esses motivos a imprensa somente surgiu no Brasil, sob proteção oficial e por iniciativa oficial, durante a Corte de D. João. “Ela mudou o ambiente intelectual e político do país e passou a disseminar e debater as ideias políticas que chegavam da Europa e dos Estados Unidos.”(GOMES, 2010, p. 75). De acordo com Gomes (2010, p. 75), nos treze primeiros anos de instalação da imprensa no país, havia três instâncias de censura: o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; o Desembargo do Paço; e a Mesa Censória. Não era tudo que podia ser divulgado e nem todo mundo que podia divulgar.

É interessante observar o cerceamento da liberdade de informação por meio do controle do Estado, já nesse período. Deixar o poder de informar nas mãos de quem quisesse seria uma perda de domínio para o Estado, logicamente. Do mesmo modo, já ali apontava para um custo financeiro de impressão que necessitaria de uma parceria com a classe mercantil: um para custear; o outro para liberar, autorizar. Apesar dos entraves, seguindo outros países colonizados da América, surgia, então, a Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808, jornal oficial feito, portanto, pela imprensa oficial, com o seguinte perfil:

Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.(SODRÉ, 1999, p. 20)²¹

No mesmo ano, porém, também foi criado o jornal Correio Braziliense, com características próprias: foi impresso e lançado em Londres, pelo exilado Hipólito José da Costa, com veiculação clandestina no Brasil. Diferentemente da Gazeta do Rio de Janeiro, que parecia um “diário oficial”, o Correio Braziliense foi considerado “O primeiro a ser produzido por um brasileiro, sobre problemas brasileiros e para ser lido por brasileiros[...]” (CALLADO, 2004, p. 42). Trazia temas de política, comércio, artes, literatura, ciências, reflexões e correspondências, com linguagem argumentativa.(CALLADO, 2004, p. 42). Escreveu Hipólito, no primeiro número da publicação: “Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando francamente das ações dos homens poderosos.”(CALLADO, 2004, p. 42). A Gazeta do Rio de Janeiro, também teve a sua função:

²¹Nelson Werneck Sodré, em História da Imprensa no Brasil, faz essa citação aspeada como sendo de “Armitage”, mas não descreve essa fonte.

A importância da Gazeta, além de documentar um aspecto da época, foi acabar com a interdição que o governo português impunha até então aos brasileiros de reproduzir mecanicamente a palavra escrita. Até a implantação da Imprensa Régia, com máquinas trazidas pela esquadra em que a corte portuguesa fugiu das tropas napoleônicas, não se podia, no Brasil, imprimir nem poemas nem poemas em louvor aos governantes. (CALLADO, 2004, p. 42-43)

De acordo com Sodré (1999, p. 27), o Correio Braziliense, embora contra o governo monopólico brasileiro, refletia os interesses da burguesia inglesa, mais do que das classes sociais do Brasil. Inclusive, não havia uma grande adesão da opinião pública, em virtude de haver pouca gente capacitada para ler o periódico. Ou seja, a imprensa escrita no país já se originou direcionada a um público mais elitizado intelectualmente. O fato é que, com a chegada da impressão no Brasil Colônia, o caminho foi curto para que outras publicações entrassem na vida cotidiana do país. E outros jornais foram criados.

Como se vê, as tecnologias são importantes como marco temporal do sistema midiático, acompanhando transformações também político-sociais, que ocorrem intempestivamente ou mais lentamente nas sociedades. Por isso, concorda-se aqui com Briggs & Burke (2006) quando, ao falarem sobre a invenção da “prensa” (ou impressão gráfica), reforçam que “Talvez seja mais realista ver a nova técnica - como aconteceu com outros meios de comunicação em séculos posteriores (a televisão, por exemplo) - como um catalisador, mais ajudando as mudanças sociais do que as originando.” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 31). O que importa é “[...] ver a mídia como um todo, avaliar todos os diferentes meios de comunicação como interdependentes, tratando-os qual um pacote, um repertório, um sistema, ou o que os franceses chamam de ‘regime’, seja ele autoritário, democrático, burocrático ou capitalista”. (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 31)

De toda forma, os interesses políticos-ideológicos sempre transpassaram a imprensa no país, desde esse início do processo de constituição do território em nação. A independência, em 1822, com as turbulências políticas que afetaram a imprensa, refletiu em “[...] guerra ideológica que transformou os jornais da época em verdadeiras trincheiras. Foi um período violento, marcado por agressões físicas a donos de jornais[...].” (SEABRA, 2006, p. 116). Já o período regencial (1831-1840), que se seguiu, foi marcado pela demarcação ideológica de dois grandes grupos políticos: liberais e conservadores. Os dois lados tinham cada um o seu jornal. (SEABRA, 2006, p. 116).

Sodré (1999, p.122) afirma que, nesse período, os jornais multiplicaram-se no Rio de Janeiro e nas províncias, movidos pelo espírito de intriga e vocação para calúnia, chegando ao

número de cerca de cinquenta jornais, no início de 1832. A imprensa representava três campos: conservadores de direita; liberais de direita e os liberais de esquerda. “As inovações técnicas que se esboçam no fim da primeira metade do século XIX e definem-se na segunda metade encerram as possibilidades da imprensa artesanal que, a partir de então, e até hoje, refugia-se no interior, nos pequenos jornais das pequenas cidades[...](SODRÉ, 1999, p.180). Mais ou menos na metade do século XIX, a imprensa “[...]deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência.” (SODRÉ, 1999, p.182)

É nesse contexto que surgem nomes que marcariam a imprensa e o debate político. Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, J. Clapp, Silva Jardim, Joaquim Serra e José Veríssimo, entre outros, fundam ou dirigem jornais que abraçam a causa da libertação dos escravos e, em seguida, da implantação da república.(SEABRA, 2006, p. 122)

Os abolicionistas²² fizeram insistente uso da imprensa para divulgar seus ideais antiescravistas. Mas os escravos não alcançavam os jornais, mas os intelectuais. Poucos cativos sabiam ler e escrever, o que já era obstáculos, fora a situação de subalternidade imposta pelos senhores da casa grande. A ideologia permeava essas iniciativas político-intelectuais, “[...]especialmente a partir de 1880, as elites intelectuais veiculavam na imprensa ideias que exaltavam o ‘progresso’, a civilização’ e a necessidade de eliminar a escravidão, responsável pelo ‘atraso’ do Império, assim como os resquícios da ‘sociedade colonial’.” (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 142)

Assim, a retórica das elites intelectuais acabava interpretando e superando os “brados” dos escravos, naquele momento com maior ressonância. A superação significava evitar um rompimento traumático, exercendo-se um controle do processo de eliminação do escravismo e, consequentemente, dos principais interessados, ou seja, dos cativos.(NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 142)

É o início da fase da indústria gráfica. Os anos que antecederam a República (1889) foram marcados pela continuidade das inovações técnicas da imprensa, com os jornais sendo

²²“Percebe-se, portanto, no discurso do abolicionista a preocupação com a harmonia racial e o receio de convulsão social. O ingresso de imigrantes europeus serviria, conforme seu ponto de vista, para eliminar o estigma racial e as origens africanas pelo processo de integração do negro no mundo dos brancos. Essa harmonia estava de acordo com a trajetória do abolicionista e contribuiria para reforçar a estratégia do movimento antiescravista, ou seja, evitar mudanças traumáticas a partir de uma perspectiva paternalista e reformista.[...] A posição ambígua de Nabuco no que concerne à ‘inferioridade’ do negro aparece em vários momentos em seus textos, embora reconhecendo, diversas vezes, a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira.”(NEVES, MOREL e FERREIRA, 2006, p. 147).

desenhados em modelos de estruturas empresariais. Junto com a consolidação da República, a imprensa estabelecia-se. Assim, “[...]nas capitais,[...], o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria.” (SODRÉ, 1999, p.275)

A imprensa, no início do século, havia conquistado o seu lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais. Significava muito, por si mesma, e refletia, mal ou bem, as alterações que, iniciadas nos dois últimos decênios do século XIX, estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX. (SODRÉ, 1999, p. 275)

Essa conjuntura inicial da constituição da imprensa no país, tendo como marco a chegada da técnica de impressão, que permitiu a produção e emissão de conteúdos a longas distâncias, foi alinhavada por várias circunstâncias políticas, econômicas e culturais. Reforça a gênese dos meios de comunicação no país, vinculados ao poder político do colonizador e das elites intelectuais e econômicas. Não há sinais de neutralidade ou imparcialidade no jornalismo impresso, desde os primórdios. Há o forte indício da estruturação de oligopólios futuros, o que veio a ocorrer no século XX, ao lado de outros meios de comunicação. De acordo com Sodré (1999, p. 275), as relações dos jornais passaram a ser com os anunciantes, com a política e com os leitores. E essa transição estava “[...]naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço, o jornal será, daí por diante, empresa capitalista[...].”(SODRÉ, 1999, p.275)

2.1.4.1 Chegando aos jornais e revistas do corpus...

A entrada no século XX marcou a formação de conglomerados de mídia no Brasil, constituindo grupos que detêm os veículos de jornalismo impresso estudados nesta pesquisa: Grupo Folha, Grupo Estado, Organizações Globo, Editora Abril e Editora Confiança (o menor grupo). Porém, antes de se consolidarem, algumas dessas empresas tiveram uma raiz originária ainda no século XIX, como é o caso do Grupo Estado. A título de situar a linha editorial dos jornais e revistas aqui estudados, será apresentado um breve perfil desses veículos, priorizando a sua “missão” e “princípios/valores”, declarados oficialmente nas suas plataformas, bem como algumas informações adicionais em pesquisas de autores, quando necessário. Como são meios de comunicação inseridos nas reflexões e discussões travadas em

todo este capítulo, o aprofundamento sobre o discurso desses veículos, em particular, será abordado no quarto capítulo desta tese, referente à análise do *corpus* propriamente dita. É importante, no entanto, demarcar que

Tal como a importância de alguns latifundiários brasileiros deriva do fato de serem herdeiros de grandes extensões de terra – não teriam a mínima possibilidade de construir propriedades territoriais extensas, dessas dimensões, hoje, por compra – a importância da maioria das empresas jornalísticas deriva do fato de terem sido herdadas: os seus proprietários atuais não teriam também a mínima possibilidade de montá-las, hoje, por investimento.(SODRÉ, 1999, p. 389)

2.1.4.1.1 *Jornal Folha de S. Paulo (Grupo Folha)*²³

A Folha de S. Paulo foi fundada em 1921. Em 19 de fevereiro de 1921, Olival Costa e Pedro Cunha fundam o jornal "Folha da Noite". Em julho de 1925, foi criada a "Folha da Manhã". Já a "Folha da Tarde" foi fundada 24 anos depois. Em 1960, houve uma fusão dos três títulos da empresa ("Folha da Manhã", "Folha da Tarde" e "Folha da Noite") dando origem ao jornal Folha de S. Paulo. Em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira passou a deter o controle acionário do grupo. Nesse mesmo ano, a Folha se consolida como o jornal com a maior circulação paga aos domingos (média de 522.215 exemplares). De acordo com a própria empresa²⁴, “é, desde a década de 80, o jornal mais vendido do país entre os diários nacionais de interesse geral.”. Em dezembro de 2015, o presidente da Folha é Luiz Frias, e o vice-presidente, Otavio Frias Filho.

O grupo divulga que os princípios editoriais que norteiam o Projeto Folha, são: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Já os valores do Grupo Folha, são: independência econômica e editorial; compromisso com o leitor; ética; defesa da liberdade de expressão; defesa da livre iniciativa; pioneirismo; respeito à diversidade. O jornal tem por missão²⁵:

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania.

²³ Informações do site do Grupo Folha, em http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml

²⁴ Informações da fonte: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml

²⁵ Informações da fonte: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml

De acordo com o site do jornal, a sua “linha editorial” acompanha a “marca Folha”, que significa “a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista.” Em 2010, houve uma unificação das redações do jornal impresso e on-line, com reforma gráfica e editorial, além do lançamento de aplicativos para iPhone, iPad e Galaxy Tab.

2.1.4.1.2 *Jornal Estado de S. Paulo (Grupo Estado)*²⁶

O jornal Estado de São Paulo (ou Estadão) passou a ter Júlio Mesquita como proprietário único em 1902, sendo considerado “[...] o grande órgão político na capital do Estado que se desenvolve mais rapidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam.”(SODRÉ, 1999, p. 323). Por ter a sede em São Paulo, considerada uma das maiores cidades industriais da América Latina, o jornal ganhou status de veículo de primeira grandeza no universo das mídias. De acordo com o site do Grupo Estado²⁷:

O Estado de S. Paulo é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4 de janeiro de 1875, ainda durante o Império, circulava pela primeira vez "A Província de S. Paulo" - seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, receberia sua atual designação.

O jornal foi fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, concretizando uma proposta de criação de um diário republicano surgida durante a realização da Convenção Republicana de Itu, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão.

A cidade de São Paulo desta época já se encontrava em franco desenvolvimento. A partir de 1865, quando a cidade contava com cerca de 25 mil habitantes, a ferrovia passou a influenciar decisivamente na aceleração da urbanização.

[...]

Em 1966 o Grupo Estado aumentou consideravelmente seu envolvimento com a cidade ao lançar o Jornal da Tarde, um diário com um acompanhamento especial dos problemas urbanos.

O Grupo Estado tem por missão: “Ser um grupo empresarial rentável nos setores de informação e comunicação, nos segmentos de jornalismo, de serviços de informação, divulgação de publicidade, entretenimento e serviços gráficos. Divulgar e defender os

²⁶Informações das fontes: livro “História da Imprensa no Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (1999) e http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf

²⁷Fonte: <http://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>

princípios da democracia e da livre iniciativa.”²⁸ Já os valores adotados pelo conglomerado, de acordo com as informações por ele divulgadas, são: seriedade/honestidade, respeito ao público externo, credibilidade, reputação e imagem, seriedade no atendimento à clientela, reputação jornalística; estímulo à criatividade; postura para enfrentar desafios, independência, dinamismo com crescimento, flexibilidade de gestão; respeito à pessoa; sentimento de segurança, relações de trabalhos saudáveis; preocupação com o desenvolvimento de seu pessoal; clima favorável ao exercício profissional, trabalho em equipe, autonomia responsável; pertinácia na busca de qualidade e resultados. Já a missão vem assim descrita²⁹:

A missão editorial do Grupo Estado está em grande parte inspirada nos princípios fundadores do jornal Província de São Paulo. Figura na declaração inaugural de propósitos de 4 de janeiro de 1875. No entanto, sensível às mudanças históricas e aos avanços da ética, o Grupo acrescentou ao compromisso com a democracia, a luta pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa, a promoção da livre iniciativa, da justiça e a permanente busca da verdade. Comprometido com os valores proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Grupo Estado está sintonizado com o presente e o futuro dos brasileiros, com a defesa de seus valores culturais, éticos e históricos e a preservação do seu patrimônio natural. Como grupo empresarial do setor de comunicação e informação, persegue a eficiência, a modernidade, a criatividade e a rentabilidade, pré-requisitos da sua independência informativa e editorial. Ademais, comunga com os princípios das empresas socialmente responsáveis: geração de riqueza com sensibilidade social e respeito ao meio ambiente.

2.1.4.1.3 *Jornal O Globo (Organizações Globo)*³⁰

Sem dúvida, as Organizações Globo compõem o maior oligopólio de mídia no país, sendo proprietária do jornal O Globo, entre uma diversidade de outros meios de comunicação. A pioneira TV Globo do Rio de Janeiro foi outorgada durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1958, sendo inaugurada em 1965, junto a outras concessões. (LIMA, 2006, p. 65). Ela, constituiu a sua rede nacional de emissoras (próprias e afiliadas) “[...]que, não só por sua centralidade na construção das representações sociais dominantes, mas pelo grau de interferência direta que passou a exercer, foi um ator decisivo em vários momentos da história política do Brasil nas últimas décadas.” (LIMA, 2006, p. 65).

Para Lima (2006, p. 65), o que diferencia a Rede Globo de Televisão de outras emissoras privadas é que ela se consolidou como uma das mais lucrativas e poderosas redes

²⁸Informações da fonte: http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf

²⁹Informações da fonte: http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf

³⁰Informações das fontes: livro “Mídia: teoria e política” e “Mídia: crise política e poder no Brasil”, ambos de Venício de A. Lima, e site: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>

de televisão do planeta, justamente ao longo da ditadura militar, sob o comando de Roberto Marinho. Ou seja, já era hegemônica no Brasil mesmo antes da globalização e da revolução digital. Na sua fase inicial, detinha canal aberto de televisão, rádio, jornais, revistas, livros e discos. Além disso, firmou alianças internacionais para a exploração de telefonia móvel. (LIMA, 2004, p. 111). “As atividades das Organizações Globo foram responsáveis por um faturamento de 6,8 bilhões de reais em 1997 [...] e empregaram 24 mil funcionários e mais de 1.100 jornalistas.[...].” (LIMA, 2004, p. 111). Nos últimos anos, o grupo também lançou o jornal Extra, no Rio de Janeiro, para concorrer com O Dia, e a revista semanal Época, para concorrer com a Veja, da Editora Abril.

Na plataforma virtual do jornal, na seção sobre “Princípios Editoriais do Grupo Globo³¹, há uma parte dedicada ao tema da isenção. Nela, é dito que “Isenção é a palavra-chave em jornalismo. E tão problemática quanto ‘verdade’. Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade.” E o próprio texto traz a pergunta: “é possível ter 100% de isenção?”. De acordo com o grupo: “a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção.” E complementa: É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça.”. Na sua plataforma virtual oficial, as Organizações Globo trazem também uma “definição de jornalismo”³², adotada pelo grupo, qual seja:

Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar.

2.1.4.1.4 *Revista Veja (Editora Abril)*³³

Com a sua primeira edição lançada em setembro de 1968, a Veja traz na “Carta do Editor”³⁴, disponível no documento “Midiakit”, assinada por Roberto Civita³⁵, um trecho que

³¹ Fonte: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>

³² <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>

³³ <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>

já referenda a pretensão da isenção na linha editorial: “Nada mais oportuno que reiterar o compromisso permanente de Veja com a transformação do importante em interessante, com a isenção e a responsabilidade jornalística, e com a defesa intransigente dos interesses do Brasil.”. O texto de Roberto Civita continua: “Como escreveu o nosso fundador, Victor Civita, nos dez anos da revista: ‘O leitor sabe de que lado lutamos ao longo desses agitados, controvertidos, mas certamente estimulantes anos de vida. E sabe, também, onde nos encontrará amanhã.’” O documento também descreve algo como a “visão de futuro” da publicação, também assinada por Roberto Civita:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.

O Midiakit também revela a missão da revista³⁶, dessa vez assinada pelo diretor de Redação, Eurípedes Alcântara: “informar, esclarecer e entreter o leitor, elevando seu nível de compreensão dos fatos, das tendências que sejam relevantes para a sua vida pessoal, profissional e sua compreensão do mundo.”. De acordo com as informações oficiais da publicação, 62% dos seus leitores pertencem às classes AB, sendo 65% tendo entre 25 e 54 anos. Soma um total de 8.615.000 leitores em todo o Brasil. O perfil da revista, por ela mesma, é³⁷:

Mais do que descrever os fatos, VEJA faz jornalismo por meio da busca da informação inédita e da reflexão original, com o compromisso de filtrar, avaliar e interpretar o noticiário. Através de uma linguagem direta, o conteúdo de VEJA busca informar, esclarecer, entreter, gerar reflexão, enriquecer a vida pessoal e profissional do leitor e ampliar sua compreensão do Brasil e do mundo. Os jornalistas de VEJA não se limitam ao conforto da imparcialidade e travam diariamente um debate intelectual com seus leitores, caracterizando uma marca sólida assentada em uma maneira de ver o mundo. Como resultado, VEJA tem um perfil de leitores fidelizados com mais confiança, segurança, clareza e poder a partir do conhecimento.

A Veja pertence ao Grupo Abril, com um leque diversificado de operações empresariais, entre elas, gráfica de revistas, editora com conteúdo digital multiplataforma, marketing e eventos, além de operações logísticas de distribuição de publicações. A Abrilpar, holding da família Civita, controla a Abril Mídia, que tem um Conselho de Administração

³⁴ file:///C:/Users/Patricia/Downloads/Midiakit_VejaNacional_06.11.pdf

³⁵ Roberto Civita faleceu em maio de 2013.

³⁶Fonte: file:///C:/Users/Patricia/Downloads/Midiakit_VejaNacional_06.11.pdf

³⁷Fonte: file:///C:/Users/Patricia/Downloads/Midiakit_VejaNacional_06.11.pdf

formado pelos membros da família Civita e do grupo de mídia sul-africano Naspers. Segundo informações do site do Grupo Abril, o presidente da Abril Mídia, Giancarlo Civita, se reporta ao referido conselho e dirige os negócios de Mídia e Gráfica do grupo. Já Victor Civita Neto, é o atual presidente do Conselho Editorial da Editora Abril e membro do Conselho de Administração do grupo. O site da Abril traz a apresentação do grupo:³⁸

O Grupo Abril é um dos maiores e mais influentes grupos de Comunicação e Distribuição da América Latina. Desde a sua fundação, como uma pequena editora em 1950, busca tornar-se cada vez mais relevante para o Brasil e para os brasileiros, atuando na difusão de informação, educação e cultura, e contribuindo para o desenvolvimento do País. Hoje, por meio de suas holdings e empresas controladas, está presente nas áreas de Mídia, Gráfica, Distribuição e Logística.

2.1.4.1.5 *Revista Carta Capital (Editora Confiança)*³⁹

A revista Carta Capital foi fundada há 21 anos, inicialmente com periodicidade quinzenal, somente passando a ser semanal em 2001, com a criação da Editora Confiança, que edita mais dois títulos voltados para professores, *Carta na Escola* (Ensino Médio) e *Carta Fundamental* (Fundamental). A empresa mantém, ainda, o site *CartaCapital*, com conteúdos de colunistas e links de blogs independentes, além de uma unidade produtora audiovisual, que é a TV Carta. Sobre seu próprio perfil, a Editora assim se apresenta⁴⁰: “uma empresa que acredita no Brasil. Acredita no jornalismo de qualidade e independente. Acredita que o melhor sempre está por vir e sabe de seu papel na construção desse futuro”. E mais: “Na base de tudo está o nosso compromisso com nossos leitores, telespectadores e parceiros comerciais, qual seja, a solidez e a qualidade de nosso conteúdo, em todas as plataformas. Pode confiar.”

A Editora Confiança também coloca a revista Carta Capital como uma alternativa aos grandes veículos de imprensa⁴¹, ao dizer que a publicação semanal é uma “Alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira e presente em todas as plataformas digitais”⁴². Ou seja, que “a Carta Capital nasceu calçada no tripé do bom jornalismo, aquele baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde

³⁸Fonte: <http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>

³⁹As informações sobre a Carta Capital e a Editora Confiança foram capturadas no endereço: <http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>.

⁴⁰<http://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora>

⁴¹<http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>

⁴²<http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>

quer que se manifeste.”⁴³. A revista na sua apresentação, revela que “respeita a inteligência do seu leitor e tem orgulho de afirmar-se progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos”⁴⁴.

⁴³<http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>
⁴⁴ <http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>

3 A AMÉRICA LATINA E OS DISCURSOS QUE CIRCULAM: as marcas das colonizações e a luta por hegemonia

Trazer as reflexões sobre a constituição da América Latina para este espaço é uma tentativa de alcançar parte da memória discursiva que emerge quando esse tema vem à tona. É procurar fazer ressurgir sentidos e significados, construídos sócio-historicamente, que fazem da região um caso particular, no mundo, de um projeto coletivo de países que pretendem se constituir como um bloco antineoliberal. Países que têm em comum marcas de colonizações (não apenas da “fase colonial”, da era das “descobertas”) e ditaduras que foram determinantes para delinear a política, a cultura, a história, a língua – os seus discursos. Heranças que moldaram um lugar de “ser” e se “sentir” latino-americano. São elementos e processos os quais dizem muito sobre as condições de produção dos discursos da mídia sobre a região.

Torna-se mais relevante, ainda, esse percurso teórico em torno das discussões travadas sobre a região, quando cruzamos esses discursos com os que circulam pela/na mídia sobre os países e líderes latino-americanos – entrelaçamento crucial para alcançar os objetivos desta tese. Além disso, conhecer a formação da América Latina e as suas lutas emancipatórias passa por um ponto muito relevante para este estudo: o funcionamento da sociedade de classes e como isso impacta nos discursos construídos e ressignificados. Afinal, quando a mídia fala da América Latina já aí se tem uma tensão ideológica e política em curso, pois se trata de duas Formações Discursivas que se opõem, como é visto ao longo desta tese.

Portanto, este capítulo é basilar para os propósitos fincados nesta investigação, situando e elevando a compreensão sobre os países que são objeto do estudo do *corpus*: Venezuela, Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e Brasil – estes vistos como constitutivos de uma região que luta por hegemonia e não como nações isoladas. Interessa entender os discursos dos *antigos* e *novos* processos colonizadores pelos quais passou (e passa) a região, a partir de reflexões travadas por diversos autores estudiosos quando o assunto é a América Latina e a sua dimensão histórica, política, social e cultural. Tema vasto e instigante que aqui será sistematizado apenas para o foco do presente estudo.

3.1 O RECENTE CONTEXTO LATINO-AMERICANO: O LEGADO NEOLIBERAL E A BUSCA POR INTEGRAÇÃO REGIONAL

A América Latina vive hoje um processo de construções, desconstruções, lutas, derrotas e conquistas para superar as marcas profundas geradas por processos de colonizações

aos quais foi submetida. E é exatamente esse o grande desafio que se interpõem aos governos e sociedades latino-americanas. Como vencer a herança colonial e suas consequências, frutos das dominações simbólicas e estruturais deixadas como legado pelas forças políticas e econômicas europeias? Chamados pejorativamente de países de “terceiro mundo” ou “periféricos”⁴⁵, receberam um legado de dependência e estigma, que ficou como tradição constitutiva dos povos desses países. Fora isso, há toda uma conjuntura mais recente que fez de vários desses países da região uma *nova colônia*⁴⁶ dos Estados Unidos. Pode-se dizer que essa recente investida neoliberal⁴⁷ sobre a região representa, em muitos aspectos, uma ressignificação da história colonial vivenciada pelos povos latino-americanos.

A partir dos períodos coloniais, quando estrangeiros invadiram as terras “americanas” em busca de riquezas, foram séculos de submissão que ocasionaram a formação de valores, identidades, crenças e hábitos vindos de cima para baixo, ou seja, dos países hegemônicos, centrais, ricos, para os que se encontravam em situação de subalternidade econômica e simbólica – os latino-americanos. Tudo isso cooperou para a construção do que é “ser” e “sentir-se” latino-americano hoje. E mais: criou certas condições para a constituição de discursos que circulam sobre a região, de fora para dentro.

Não por acaso, séculos depois essas nações também vivenciaram ditaduras, que foram resultado da expansão do capitalismo e experimentaram fortes imposições do modelo neoliberal, tornando a sua luta uma superação também do neoliberalismo, buscando reverter os efeitos devastadores de anos de colonizações e dominações. A conhecida hegemonia estadunidense⁴⁸ e europeia sobre o continente é observada em várias faces do neoliberalismo: invasões culturais, exploração econômica, discriminação social, subordinação política,

⁴⁵A concepção do capitalismo como um sistema mundial diferenciado entre “centro” e “periferia” foi elaborada pelo pesquisador argentino Raul Prebisch.

⁴⁶“A palavra ‘colonial’ não designa apenas o ‘colonialismo clássico’ ou um ‘colonialismo interno’, nem pode ser reduzida à presença de uma ‘administração colonial’.(GROSFOGUEL, 2010, p. 468).

⁴⁷O modelo neoliberal ou neoliberalismo é uma nova abordagem do liberalismo ou liberalismo clássico, de conteúdo “ídeo-teórico”, cuja essência baseia-se em “[...]uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.”(NETTO, 1993, p.77, grifo do autor). De acordo com Netto (1993, p. 77), a crise do “Estado do bem-estar social” (*Welfare State*) e, posteriormente, a do “Socialismo real” foram o combustível necessário para colocar em xeque a presença do Estado como indutor do crescimento e promotor do bem-estar. Daí a defesa da presença mínima do Estado e o livre mercado.

⁴⁸Há toda uma problematização em curso, hoje em dia, sobre a nomeação dos cidadãos dos Estados Unidos de “americanos”, e recomendando a designação de “estadunidenses”. Setores progressistas criticam a adoção da palavra “americanos” por ser uma herança da dominação dos Estados Unidos sobre os demais países subalternos das Américas. “A designação dos habitantes dos Estados Unidos como *americanos* não é neutra, anódina, desprovida de decorrências políticas, culturais e ideológicas. Ela obriga *naturalmente* os demais americanos, ou seja, os demais habitantes das três Américas, a assumirem apelativos restritivos para definirem seu pertencimento ao continente – centro-americanos, sul-americanos e latino-americanos. O uso polissêmico da categoria “americano” enseja que, ao lado dos “americanos” imediatos, plenos e legítimos, já que política, econômica e militarmente dominantes, surjam “americanos” necessariamente mediados, parciais e

destruição ambiental, enfim, processos que deixaram marcas que reforçaram o abismo Norte-Sul. Dessa forma, ao longo dos séculos, a América Latina, além da subjugação eurocêntrica, também entrou na rota de exploração do capitalismo estadunidense, revelando que a sua situação de aglomerado de “países periféricos” em relação aos “países centrais” era bem mais séria que a mera localização na geopolítica mundial.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. [...] Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.(GALEANO, 2010, p. 18)

Como reforça o escritor e jornalista uruguai, Eduardo Galeano, no clássico livro “As veias abertas da América Latina”, publicado em 1978, a história do subdesenvolvimento da região é um legado do desenvolvimento do capitalismo no mundo, de forma incessante. “Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, ressurgem nas novas experiências, assim como os tempos presentes tinham sido pressentidos e engendrados pelas contradições do passado.”(GALEANO, 2010, p. 25).

Para o autor, a América Latina sofreu processos de “rapinagem” e espoliação, tanto no passado mais distante como no tempo mais recente: pelas *mãos* dos “conquistadores nas caravelas” e os “tecnocratas nos jatos”.(GALEANO, 2010, p. 25). “A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.” (GALEANO, 2010, p. 25, grifo do autor). Galeano toca no ponto da espoliação simbólica, ao referendar a não adoção do nome “América” pelos latinos. “Pelo caminho perdemos até o direito de nos chamarmos *americanos*[...]. Agora, para o mundo, América é tão só os Estados Unidos, e nós quando muito habitamos uma sub-América, uma América de segunda classe, de nebulosa identidade.”(GALEANO, 2010, p. 18).

semilegítimos, devido a sua subalternização continental. O império no mundo dos fatos se reflete e se reforça no mundo das palavras.[...] A definição dos cidadãos dos USA como *estadunidenses* constitui a única nominazione pátria correta, linguística e sociologicamente. Ela constitui restauração linguística, desprovida de julgamento de valor, do sentido inicial do termo *americano* – habitante da América –, que sofreu deslocamento semântico impróprio devido ao poder material e cultural do imperialismo estadunidense.”(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 120-121)

Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los.(GALEANO, 2010, p. 17)

O pesquisador brasileiro, Carlos Eduardo Martins, no livro “Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina” (2011), aprofundou as questões que envolvem a dependência da região, enfocando a precipitação do neoliberalismo sobre os países do Sul⁴⁹. Segundo o autor, foi a partir dos anos 1970 que se expandiu na região o chamado “padrão neoliberal de desenvolvimento”. Inicialmente, essa experiência aconteceu no Chile, Uruguai e Argentina, ganhando impulso nos anos 1980 e atingindo o seu ápice nos 1990, quando se tornou predominante na América Latina, sobretudo com o reforço do Consenso de Washington⁵⁰.(MARTINS, 2011, p. 313). Martins ratifica que o neoliberalismo contabiliza duas grandes fases de articulação da América Latina na economia mundial:

A primeira nos anos 1980, quando o país hegemônico, mergulhado em sua crise de longo prazo, drenou os excedentes da economia mundial e não ofereceu nenhum tipo de reorganização da divisão do trabalho ou projeto de desenvolvimento para a região; a segunda, que se estabelece no início dos anos 1990, quando os Estados Unidos se organizam para um novo ciclo expansivo e estabelecem um novo projeto de inserção internacional para a América Latina, condensado num conjunto de políticas públicas chamada de Consenso de Washington.(MARTINS, 2011, p. 313)

Martins (2011, p. 313-314) considera que houve uma terceira fase do neoliberalismo, de hegemonia e decadência, na primeira década dos anos 2000. Ele assinala essa fase como

⁴⁹Nesta tese, adota-se também a designação “Sul” para referenciar os países latino-americanos, bebendo na fonte de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, no livro “Epistemologias do Sul” (2010), quando dizem que “O Sul é aqui concebido metaoricamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Essa concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países ou regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções com, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte).(SANTOS e MENESSES, 2010, p. 19).

⁵⁰O Consenso de Washington surgiu durante a gestão de Ronald Reagan na presidência dos Estados Unidos, a partir de uma convergência de posições entre a mais alta burocracia das suas agências econômicas, do Federal Reserve Board e das agências internacionais com sede em Washington, além de membros do Congresso estadunidense. Teve o propósito de formular um programa de desenvolvimento para a América Latina, que só se tornou exequível no final dos anos 1980. Esse programa baseou-se em uma ampla revisão das políticas públicas, com a implementação de dez pontos: disciplina fiscal; priorização do gasto em saúde e educação; reforma tributária; taxas de juros positivas; câmbio competitivo; desmonte das barreiras tarifárias (políticas comerciais liberais); abertura à inversão estrangeira; privatização das empresas públicas; ampla desregulamentação da economia; e proteção à propriedade privada. Com essas iniciativas, o Consenso de Washington prometia a retomada do desenvolvimento na América Latina, bem como a elevação da competitividade e a redução da pobreza.(MARTINS, 2011, p. 318-319).

sendo marcada por modificações e adaptações do projeto neoliberal, ainda dominante, em função da ascensão chinesa na economia mundial. Segundo o autor, houve ainda um consenso popular antineoliberal que provocou mudanças políticas na América Latina, “[...]por meio do ressurgimento de nacionalismos de base popular ou ancorados na burocracia estatal[...], que adaptam a macroeconomia liberal às políticas externas independentes e sociais compensatórias.(MARTINS, 2011, p. 314).

Com efeito, a investida e a afirmação do neoliberalismo na região foram determinadas pela derrota da ofensiva dos movimentos populares, em 1960 e 1970, com a instauração de ditaduras e processos de redemocratização, articulados com a hegemonia estadunidense, bem como a revisão das políticas públicas engendrada para a região sob o domínio dos Estados Unidos quando da sua crise.(MARTINS, 2011, p. 316). Ou seja, submeter a América Latina a padrões políticos de dependência, falta de liberdade e regimes de exceção foi uma estratégia eficaz para a expansão econômica e ideológica estadunidense. “O neoliberalismo se torna um instrumento ideológico de sua ofensiva estatal sobre a região.”(MARTINS, 2011, p. 317).

Em “O continente do labor”(2011), o pesquisador brasileiro Ricardo Antunes acrescenta que os golpes militares⁵¹ na América Latina foram uma estratégia estadunidense para frear a empolgação gerada pelo chamado Movimento Revolucionário 26 de Julho, que tomou o poder em Cuba, pelas armas, em 1º de janeiro de 1959, tendo como líderes Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos.(ANTUNES, 2011, 31). “Enquanto a maioria dos países da América Latina submergia de modo avassalador em uma tenebrosa fase de ditaduras militares, Cuba experimentava uma majestosa, ousada e vitoriosa revolução social[...]”(ANTUNES, 2011, 31).

De acordo com Antunes (2011, p. 31), por temer a expansão das revoluções armadas – que eram, acima de tudo, anti-imperialistas – os defensores do neoliberalismo (ou a “direita”, como diz o autor) responderam com os golpes militares que avançaram pela América Latina, que iniciaram um ciclo de contrarrevoluções. “Tal afirmação significa que o ciclo de golpes

⁵¹Os principais golpes militares nos países da América Latina ocorreram nos seguintes anos, de acordo com Antunes (2011): Brasil, em 1964; Chile, em 1973; Uruguai, em 1973; Argentina, em 1976; Peru, em 1968. A Colômbia, a Bolívia e a Venezuela são casos particulares. A Colômbia teve a explosão da guerrilha afetando a vida política e econômica do país, quando, “[...]a partir do início da década de 1950, a Colômbia viu surgirem movimentos baseados na guerrilha, que têm intensa atividade até hoje. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) optaram pela guerrilha em 1952, assim como o Exército de Libertação Nacional (ELN) em 1965. Explodia a militarização da sociedade colombiana, que ingressava em uma fase de guerra civil que se prolonga até os dias atuais e cuja complexidade é agravada pela enorme força e presença da economia política oriunda do narcotráfico.”(ANTUNES, 2011, p. 36). A Bolívia teve a marca de eclodir a primeira revolução operária do continente latino-americano, em 1952. (ANTUNES, 2011, p. 30) Já a Venezuela, “[...] é outro país marcado por um longevo domínio das oligarquias conservadoras. Rico em recursos naturais, como o petróleo, o país é cobiçado pelo imperialismo desde o início do século XX.”(ANTUNES, 2011, p. 36)

militares na América Latina foi a solução encontrada pelas forças do capital para desestruturar os avanços sociais e políticos da classe trabalhadora.”(ANTUNES, 2011, 31-32).

O aniquilamento do movimento operário, dos seus sindicatos e das esquerdas facilitou a inserção do continente latino-americano no processo de internacionalização do capital. A abertura do parque produtivo aos capitais externos, com destaque para o norte-americano, foi elemento central na deflagração do ciclo dos golpes militares.(ANTUNES, 2011, 31-32)

No entanto, na década de 1980, a liderança dos Estados Unidos começou a sofrer abalos, apesar de ter assumido um papel de destaque na redemocratização de alguns países latino-americanos e ter, por isso, alcançado um novo impulso. Para Martins (2011, p. 314), a maneira como a América Latina vai se estruturando, inicialmente, está muito vinculada aos “sinais” que partem do centro hegemônico. Assim, nessa mesma década de 1980, os efeitos do neoliberalismo na região ficaram imbricados à própria política estadunidense sobre a economia mundial.

Ocorre que essa política econômica dos Estados Unidos não conseguiu oferecer um projeto de desenvolvimento que expandisse a economia da América Latina, como aconteceu nos anos 1950 e 1970.(MARTINS, 2011, p. 317). Essa inicial perda de força dos Estados Unidos frente à América Latina motivou movimentos de atuação coletiva entre países latino-americanos: os sinais de esgotamento do modelo neoliberal estimularam o embrião da proposta de regionalização, de atuação em bloco dos países do Sul.

A crise das ditaduras, o seu desmonte e a falta de um projeto de desenvolvimento por parte do *hegemón* levam à busca de alternativas e à aproximação e colaboração entre os latino-americanos. Criam-se tentativas de renegociação coletiva da dívida externa, mediante liderança do Sela⁵², do Grupo de Cartagena e de uma ativo papel de Cuba nesse processo.[...]Os Estados Unidos assistem a esse processo, durante grande parte de década de 1980, sem muita condição de o reverter.(MARTINS, 2011, p. 317, grifo do autor)

Martins (2011, p. 318) explica que o final dos anos 1990 marca uma crise de legitimidade da hegemonia estadunidense, “[...]envolvendo as burguesias locais que a ela se articulam.” “Essa crise atinge profundamente a dependência, pois esta encontra sua configuração histórica numa situação de compromisso que articula internamente o capital estrangeiro e o capital nacional.”(MARTINS, 2011, p. 319). No entanto, o neoliberalismo – tal como é empreendido na América Latina – tornou obsoletas as bases desse acordo. “Em consequência, a situação de compromisso que estabeleceu a dependência como uma

⁵²Sistema Econômico Latino-Americano (Sela).

necessidade histórica entra em crise profunda.”(MARTINS, 2011, p. 319). O próprio sistema, contraditoriamente, também cria as condições de sua derrocada.

O sistema é muito racional do ponto de vista dos seus donos estrangeiros e de nossa burguesia comissionista, que vendeu a alma ao Diabo por um preço que deixaria Fausto envergonhado. Mas o sistema é tão irracional para todos os outros que, quanto mais se desenvolve, mais aguça seus desequilíbrios e tensões, suas candentes contradições. Até a industrialização, dependente e tardia, que comodamente coexiste com o latifúndio e as estruturas da desigualdade, contribui para semear o desemprego, em vez de ajudar a resolvê-lo; alastrase a pobreza e se concentra a riqueza nesta região de imensas legiões de braços cruzados que se multiplicam sem parar. (GALEANO, 2010, p. 21).

Para Antunes (2011, p. 53), os ciclos dos governos neoliberais da América Latina também perderam força com a crise financeira que atingiu o México em dezembro de 1994. Isso comprometeu uma certa estabilidade econômica existente na região. Com isso, “[...]novas forças sociais de resistência ao neoliberalismo se fortaleceram no continente. Desde o início, a grande novidade, no tocante à luta antineoliberal na América Latina, esteve associada ao ressurgimento das lutas dos povos indígenas e camponeses⁵³. (ANTUNES, 2011, p. 53)

Martins (2011, p. 313), revela que, de fato, a decadência do “padrão neoliberal de desenvolvimento” é iniciada na primeira década do século XXI, com o ressurgimento de novas formas de nacionalismo, com mobilizações e organização popular, tomando um grande período, com “marchas” e “contramarchas”. Assim sendo, foi precipitado “[...]declarar o seu obituário, uma vez que, na América Latina, tal paradigma tem suas bases no México, na Colômbia, no Peru e no Chile, condicionando ainda a política macroeconômica de países como o Brasil, dirigido por uma esquerda de tipo terceira via.”(MARTINS, 2011, p. 313). Para tentar sobreviver, “O neoliberalismo redimensionou as relações de dependência, desestruturou as políticas de substituição de importações e criou novas formas de vinculação da região à economia mundial.”(MARTINS, 2011, p. 313).

⁵³“O levante de Chiapas, em 1º de janeiro de 1994, serviu não apenas para apresentar o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ao mundo, mas significou uma reentrada espetacular na cena política dos povos e das ‘comunidades’ indígenas do continente. De fato, a dinâmica neoliberal ao longo dos anos 1990 e 2000 foi marcada pelo protagonismo dos movimentos sociais indígenas e camponeses. O EZLN, no México, a Aliança Pátria Ativa e Soberana, no Equador, o Movimento para o Socialismo (MAS, sigla em espanhol para *Movimento al Socialismo*), na Bolívia, e mesmo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, são exemplos, ainda que muito desiguais, desse ressurgimento da luta dos indígenas, dos camponeses e dos trabalhadores rurais. Em alguns casos, tais movimentos e partidos políticos tornaram-se governos e, atualmente, configuram experiências políticas decisivas no tocante às alternativas ao neoliberalismo latino-americano, não sem vivenciar um conjunto de dificuldades e mesmo contradições. Mas a sua importância é de tal ordem que a dinâmica das lutas sociais e políticas do continente latino-americano passa, sem sombra de dúvida, pela trajetória e pelo destino desses movimentos.”(ANTUNES, 2011, p. 53-54)

Fazendo um balanço sobre as observações de Martins (2011), em relação ao período de afirmação e decadência do neoliberalismo na América Latina, em termos gerais, pode-se dizer que a região se sujeitou a um crescimento “profundamente medíocre”, vivenciou a desnacionalização da economia e a destruição de segmentos de maior valor agregado, o aprofundamento da supereexploração do trabalho e a deterioração ecológica (uso econômico e social dos ecossistemas, com utilização dos recursos renováveis maiores do que a sua regeneração ecológica)⁵⁴.

Nas últimas décadas, a América Latina vivenciou um verdadeiro genocídio neoliberal que se abateu sobre a quase totalidade de seus países – com exceção de Cuba, que, entretanto, herdou consequências muito destrutivas, decorrentes da propositura ideopolítica regressiva presente no neoliberalismo. Genocídio este caracterizado pelos enormes índices de miserabilidade sociais, pelo aumento da riqueza, pela hegemonia do capital financeiro e pela expansão da propriedade concentrada da terra e do agronegócio, *desertificando* (quase de modo irreversível) o rico e potente continente latino-americano e caribenho. (ANTUNES, 2011, p. 71, grifo do autor)

Hélio Jaguaribe (1976) chamou atenção justamente para o processo de desnacionalização que atingiu a América Latina. Segundo ele, há três tipos de desnacionalização: econômica, cultural e político-militar. A desnacionalização econômica é marcada pelos débitos externos dos países da região, com grande endividamento, mas, sobretudo, pelo crescente controle dos setores mais estratégicos e dinâmicos das economias latino-americanas por corporações multinacionais.(JAGUARIBE, 1976, p. 23).

Já a desnacionalização cultural, refere-se, em especial, à ciência e à tecnologia. Para o autor, esse aspecto está vinculado a características originais estruturais da região. “O que se mostrou particularmente sério [...] é o fato de que a importação do conhecimento, tanto em termos de equipamentos e fórmulas, quanto em termos de educação estrangeira, tornou-se repetitiva e auto-agravante.” (JAGUARIBE, 1976, p. 31). Acrescenta-se, aqui, as corporações de mídia e os oligopólios com raízes transnacionais, como foi verificado no capítulo segundo desta tese, com a “importação” de conteúdos e estratégias midiáticas do Norte para o Sul – este, como um mero receptáculo.

Há, ainda, a desnacionalização político-militar latino-americana, que diz respeito ao processo em que a maioria dos exércitos da região tomou e controlou os seus governos pela força militar, como também ao fato de que vários setores militares latino-americanos se tornaram dependentes dos Estados Unidos e seguiram as suas políticas e recomendações sobre

⁵⁴“O capitalismo dependente, ao marginalizar e excluir culturalmente as populações da América Latina, impulsiona um desenvolvimento insustentável e ecologicamente danoso.” (MARTINS, 2011, p. 339)

a área de defesa.(JAGUARIBE,1976, p. 32). Essas três formas de desnacionalização, em setores estratégicos, apontam para um tripé de sustentação ideológica da dependência da América Latina ao poder hegemônico externo.

É sabido que houve, ainda, uma aceleração desse centralismo dos países ricos em virtude do processo de “globalização”, que foi fortalecido e redimensionado na era da tecnologia, da informação e da comunicação. Os processos de dominação trouxeram danos históricos aos povos latino-americanos, como aculturação, violações de direitos humanos, desigualdade social, pobreza, miséria, despolitização e desarticulação política. Afinal, a “América Latina experimentou ao longo dos séculos um crescimento vegetativo à sombra da Europa e dos Estados Unidos, situando-se praticamente fora da própria historicidade do Ocidente”(MACHADO, 1999, p. 206).

De fato, há um processo de “globalização” conjugado ao desenvolvimento do neoliberalismo. De acordo com a pesquisadora argentina, Mabel Thwaites Rey (2011, p, 19), o apogeu internacional das políticas neoliberais das décadas passadas foi alicerçado em dois eixos básicos: o profundo questionamento sobre o tamanho que o Estado-nação havia adquirido e as funções que havia desempenhado durante o predomínio das modalidades interventoras-benfeitoras; a perda de identidade dos Estados nacionais no contexto do mercado mundial, provocado pelo processo de “globalização”.

A receita neoliberal clássica propôs, então, diminuir o aparato estatal (via privatizações e desregulações) e ampliar correlativamente a esfera da “sociedade”, em sua versão de economia aberta e integrada plenamente ao mercado mundial. Quer dizer, a leitura neoliberal conseguiu articular em um mesmo discurso o fator “interno”, caracterizado pela acumulação de tensões e insatisfações pelo desempenho do Estado para oferecer prestações básicas à população inserida em seu território, e o fator “externo”, resumido na imposição da “globalização”, como fenômeno que conota a insuperável subordinação das economias domésticas às exigências da economia global.(REY, 2011, p. 19, grifo da autora, tradução nossa)

Rey aponta que o processo de “globalização” promoveu uma falsa crença de que havia ou poderia haver paridade competitiva e interconexão entre os países do planeta. Isso porque a ótica neoliberal hegemônica disseminou a ideia de que o mercado mundial, dominando pela revolução tecnológica e de finanças, liberou o capital de todas as restrições, como se fosse uma força natural e irreversível.(REY, 2011, p. 34). Como se todos pudesse alcançar a hegemonia. Com isso, também houve a ilusão de que os Estados poderiam ser mais fortes e autônomos.

Para a autora, o redimensionamento do papel estatal foi uma das características do advento do neoliberalismo. Mas ela afirma que houve, na verdade, uma aparente

“ressurreição” dessa função do Estado, vislumbrada por discursos que preconizam isso, mas que não são de todo pertinentes. Para Rey, “[...]nem o Estado nacional perdeu seu importante papel na constituição de estruturas de dominação a diversas escalas territoriais durante o auge neoliberal, nem parece verossímil que alcance na atualidade uma autonomia absoluta[...]”(REY, 2011, p. 17, tradução nossa). A autora defende que “A globalização neoliberal tem sido impulsionada ativa e diretamente pelos Estados nacionais (tanto do centro como das periferias), em cujo seio se configuraram as alianças de classe necessárias para a expansão do capital global.”(REY, 2011, p. 17, tradução nossa).

Mas há avanços importantes na nova visão dos países latino-americanos, refletidos na sua busca por integração em bloco. Não apenas como “solução” para negociações de dívidas externas, como ocorreu outrora e foi citado acima. Mas numa regionalização que busca empoderamento político, social, cultural e, logicamente, também econômico. Rey (2011, p. 36, tradução nossa) acredita que “Para os países da América Latina, não há dúvida de que as fortes assimetrias no sistema de poder internacional fazem com que seja bastante improvável que qualquer Estado, de forma isolada, possa modificar o equilíbrio de forças a seu favor[...]”. Isso motivou e colocou em evidência “[...]a necessidade de definir estratégias concertadas com outras nações da região. É por isso que, na atual etapa da ‘globalização’ não se exclui – muito pelo contrário, se reafirma – a política do interesse nacional[...]”.(REY, 2011, p. 36, grifo da autora, tradução nossa).

Por outro lado, um novo cenário é aberto e surgem, na América Latina, a partir da crise do neoliberalismo, sobretudo nos anos 2000, a conquista, pelo voto, de governos considerados progressistas. Alguns autores nomeiam esses governos e líderes de “esquerdistas” ou “progressistas”. Rey chama esses governos de “pós-neoliberais”, mostrando que nasceram de movimentos sociais e políticos contra os efeitos da instalação do neoliberalismo:

Assim, chega-se ao ano 2000, com um amplo conglomerado de movimentos que expressam o descontentamento e que conseguem se concretizar em diversos formatos governamentais. O questionamento ao neoliberalismo e às nefastas consequências dessas políticas na região deriva no surgimento de governos que, em conjunto e à margem de suas claras diversidades, podem se chamar pós-neoliberais e que apresentam correlações de força sociais mais favoráveis à limitação do capital global. Em todos esses casos, começa-se a questionar a “bondade do mercado” como única fonte de recursos e se recuperam soluções estatais para a construção política substantiva. Conjugue-se assim uma retórica crítica frente às políticas neoliberais o desenho de propostas para transformar os sistemas políticos em democracias

participativas e diretas e uma maior presença estatal em setores estratégicos.(REY, 2011, p. 31, tradução nossa).

Vale, inclusive, travar aqui uma breve discussão sobre os paradigmas de “direita” e “esquerda” para situar a posição dos líderes latino-americanos em foco neste trabalho. Primeiro, acredita-se que o termo “esquerda” está ainda conceitualmente sob rasura no mundo. Com a derrocada do chamado Socialismo Real, há uma polêmica instaurada quanto à definição do que é “ser de esquerda”. No entanto, esse bloco que nasceu pela união regional não raro é denominado “bloco de esquerda”, inclusive, pelos próprios dirigentes das nações. Um dos trabalhos mais consistentes sobre essa questão é o livro de Norberto Bobbio, “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política” (2001). Nele, Bobbio toca nessa questão crucial, que é a crise do modelo soviético, que desencadeou todo o discurso de que a esquerda não existe mais.

A crise do sistema soviético teria tido como consequência, neste caso, não o fim da esquerda, mas de uma esquerda historicamente bem delimitada no tempo. Desta constatação derivaria uma outra consequência sobre a qual o debate está mais do que nunca aberto: não existe uma única esquerda, mas muitas esquerdas, assim como, de resto, muitas direitas. (BOBBIO, 2001, p. 64)

De acordo com Bobbio, há uma tendência natural das pessoas ou grupos em se alinhar quando existem dois lados em luta. “O alinhar-se preenche a necessidade de identificação, a formação de um ‘nós’: nós de direita, vocês de esquerda, ou vice-versa.”(BOBBIO, 2001, p. 11). Mas, claro que a distinção entre direita e esquerda não é básica assim. Nem Bobbio pretende sê-lo. Por isso ele vai além: “Num universo conflitual como o da política, que exige continuamente a ideia do jogo das partes e do empenho para derrotar o adversário, a divisão do universo em dois hemisférios não é uma simplificação, mas uma fiel representação da realidade.”(BOBBIO, 2001, p. 11). Pressupõe-se, então, que há, sim, uma direita e uma esquerda no jogo político.

‘Direita’ e ‘esquerda’ são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas.[...] São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda.(BOBBIO, 2001, p. 49)

Para Bobbio, quando se defende que é nebuloso fazer distinção entre direita e esquerda, há no bojo dessa afirmação a chamada “crise das ideologias”. Mas “as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca.”(BOBBIO, 2001, p.

51). Portanto, toma-se como paradigma neste trabalho a ideia de que há “esquerdas” e “direitas”, embora adote-se, preferencialmente, o termo “progressista” para os líderes latino-americanos, uma vez que é difícil definir suas posições, dentro das teorias de esquerda (marxistas-leninistas).

Patrick Charaudeau (2006) reconhece que há características novas nos discursos dos partidos políticos, que ele avalia como “específicas do nosso tempo”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 298). O autor diz que “percebe-se uma ausência de utopia e o apagamento da instância adversária.”(CHARAUDEAU, 2006, p. 298). Embora se baseie em experiências de partidos franceses, o teórico coloca questões pertinentes aos partidos em todo o mundo, sobretudo os considerados de esquerda.

Se considerarmos o discurso da esquerda dita clássica, perceberemos a ausência de referências a uma sociedade igualitária que deveria se tornar realidade em razão da luta do povo explorado contra os possuidores exploradores. Não há mais esse discurso da mística da classe operária, que por tanto tempo ocupou a cena política do século XX; nem de mística do igualitarismo inscrito no frontispício da trilogia republicana francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade); nem de mística do triunfo do povo sobre o burguês, sendo que o próprio conceito de povo mudou de significado (ele não é mais reservado de forma exclusiva aos operários ou aos trabalhadores, mas abrange o conjunto das categorias sociais); nem de mística, enfim, de uma transformação da sociedade como motor das lutas populares. [...](CHARAUDEAU, 2006, p. 298)

Concorda-se com Bobbio (2001, p. 51), para quem “A árvore das ideologias está sempre verde. Além do mais, como já foi diversas vezes demonstrado, não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise.[...]”. O autor continua, dizendo que “esquerda” e “direita”: “[...] indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorizações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade[...]”.(BOBBIO, 2001, p. 51).

Por outro lado, também é coerente designar esses governos de “pós-neoliberais”, como o fez Rey (2011) e Wallace dos Santos de Moraes (2011). De Moraes (p. 349) destaca que os casos do Brasil e da Venezuela são “paradigmáticos” em referência ao “pós-neoliberalismo” na América Latina. “O primeiro, como exemplo mais moderado do neodesenvolvimentismo, e o segundo, como modelo mais radicalizado da nova face da economia capitalista.”(DE MORAES, 2011, p. 349). Segundo ele, “Embora, no espectro ideológico, os governos Lula e Chávez sejam considerados de centro-esquerda, suas origens, trajetórias, ações no governo, impacto sobre a sociedade e, em especial, relacionamento com o empresariado diferem

radicalmente.”(DE MORAES, 2011, p. 349). Dessa forma, o autor localiza esses dois governos como se representassem um modo capitalista de superação do neoliberalismo.

A transformação política nos dois países ainda segue sem uma denominação própria, sendo compreendida como estágio posterior ao receituário neoclássico e por isso chamada de “pós-Consenso de Washington” ou “pós-neoliberalismo”. Com efeito, preenchemos essa lacuna e denominamos os capitalismos de Brasil e Venezuela como “Capitalismo Sindicalista Conciliador”⁵⁵ e “Capitalismo de *las calles*”⁵⁶ (Capitalismo das ruas), respectivamente.(DE MORAES, 2011, p. 349)

De Moraes (2011, p. 351), a partir de uma ótica da relação capital-trabalho, reconhece que esse período chamado de “pós-neoliberal” ainda é muito “fluido”, oferecendo poucas consistências para uma avaliação mais consolidada. Mas o autor admite certos traços mais marcados. “Com efeito, a dependência da trajetória anterior, neoliberal, é muito grande. As mudanças são efêmeras. Normalmente, identifica-se como uma das atribuições principais dos governos pós-neoliberais o fim das privatizações.(DE MORAES, 2011, p. 351)

A autora argentina Mabel Rey, no entanto, amplia o leque de países considerados com posição pós-neoliberal. Para a autora, a primeira amostra de mudanças nesse cenário político na América Latina é a assunção de Hugo Chávez como presidente da Venezuela, em 1999, abrindo um ciclo de governos “pós-neoliberais” na região, a exemplo do Brasil (2003), Argentina (2003), Uruguai (2004), Bolívia (2006), Equador (2007), Nicarágua (2007), Paraguai (2008) e El Salvador (2009).(REY, 2011, p. 31, tradução nossa). Há, portanto, uma sincronia entre os indícios de derrocada do neoliberalismo e a ascensão de governos progressistas nos países do Sul. “A partir dos fins do século XX, vários governos latino-americanos iniciaram processos destinados a superar os efeitos mais devastadores das políticas neoliberais testadas na região[...]”(REY, 2011, p. 17, tradução nossa). Há, portanto, um sentido “pós-neoliberal” imbricado a esses governos,

De acordo com Rey (2011, p.16), esses países têm em comum o questionamento do automatismo de mercado e a subordinação acrítica à lógica da acumulação global. Assim,

⁵⁵De acordo com De Moraes (2011, p. 351), o “Capitalismo Sindicalista Conciliador” representa a via escolhida pelo primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007) que cessou a trajetória anterior, mas sem a sua reversão, ou seja, optou, segundo o autor, pelo chamado “corporativismo setorial”, quando “[...]os sindicatos mais fortes e combativos conseguem obter algumas garantias e influência sobre o governo, enquanto os mais fracos têm poder de influência sobre o governo[...]. Os sindicatos mais atuantes ocupam posições no aparelho de Estado. Por conseguinte, a principal central sindical está ao lado do governo, obstacularizando, inclusive, reivindicações contrárias ao mesmo.”(DE MORAES, 2011, p. 351).

⁵⁶De Moraes (2011, p. 358) denomina o ciclo venezuelano pós-neoliberal como “Capitalismo de *las calles*” para denominar um governo voltado para as reivindicações das ruas, a partir de movimento sociais, surgidos nas ruas, impondo uma pauta política e econômica jamais vista na Venezuela, com maior força a partir de 1989. “O próprio Chávez é resultado desse acúmulo de lutas populares, que não cessaram com a sua chegada ao Executivo, mas, ao contrário, ampliaram-se. Por consequência, instala-se um capitalismo de *las calles* do tipo legalista[...]”(DE MORAES, 2011, p. 358).

“[...]tentaram, com sucesso e características diversas, restabelecer o poder estatal para definir alguns rumos centrais de sua política econômica e social.” (REY, 2011, p. 17, tradução nossa). O que está por vir nesta era em que a América Latina é liderada por governos “pós-neoliberais”? Há dúvida sobre esse novo ciclo mundial. Sobretudo depois da nova crise internacional, deflagrada em setembro de 2008, nos Estados Unidos, e estendida para a Europa:

Há um amplo consenso sobre a sua profundidade. Enquanto receitas do ajuste *draconiano* sobre as estruturas “benfeitoras” dos Estados europeus ameaçam aprofundar a crise social e política, parece perfilar-se à chegada de outro ciclo histórico do capitalismo mundial, de contornos ainda indecifráveis e em disputa. A emergência incontrolável da China como potência indiscutível só faz sublinhar o declínio dos Estados Unidos como hegemonia exclusiva mundial e a consequente reacomodação de poderes à escala planetária.(REY, 2011, p.16, grifo nosso; tradução nossa)

A autora acredita que há uma crise instalada, a partir de 2008, que pode engendrar um período de grande instabilidade e tensões na América Latina e entorno dela. “Culminada a etapa do ajuste estrutural e as políticas de reformas pró-mercado que estigmatizaram o setor público, no início do novo século iniciou-se na região um ciclo no qual o papel estatal começou a adquirir uma nova “entidade”[...]. Isso no plano também ideológico. (REY, 2011, p. 16-17, tradução nossa).

Assim, sair da condição de “colônia” – dos Estados Unidos e do mundo eurocêntrico – é o desafio que se coloca para os latino-americanos. Despontam nessa luta países como o Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai e Chile, que passaram a atuar em bloco, com estratégias para alcançar emancipação cultural, social, política e econômica, enfim, de superação ao modelo neoliberal. Esse reposicionamento latino-americano em curso responde, em parte, à pergunta do pesquisador Ricardo Antunes (2011, p. 51):

Nesse limiar do século XXI, não estaríamos presenciando o esgotamento do neoliberalismo no solo latino-americano e o consequente afloramento de um novo ciclo de lutas e rebeliões populares, tecido pela ação das forças sociais do trabalho, que começam novamente a sonhar com uma sociedade livre, verdadeiramente latino-americana, emancipada e socialista?

Para Antunes (2011, p. 68, grifo do autor), o desafio que se coloca é “[...]buscar a *ruptura com a lógica do capital em escala simultaneamente nacional, continental e mundial.*” Ele diz que países como Brasil, México, Argentina, Venezuela, Bolívia e Colômbia podem adquirir um papel de destaque nesse projeto, “[...]visto que, por um lado, se constituem em polos importantes da estruturação mundial do capital e, por outro, têm um contingente

significativo de forças sociais e políticas do trabalho e lutas e movimentos sociais de extrema importância.(ANTUNES, 2011, p. 68)

Em ebulação, a América Latina se organiza em torno de instituições e organizações criadas para atuar coletivamente nos campos da economia, política, cultura e na esfera social. Um forte sintoma disso é a projeção que vem adquirindo instâncias de integração regional, como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac); o Mercado Comum do Sul (Mercosul); a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e, sobretudo, – a mais reconhecida internacionalmente – a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Essas instituições organizam-se para unificar a luta da região por emancipação.

3.1.1 A integração regional

A relação entre dominados e dominantes trouxe consequências sérias e cíclicas nos países latino-americanos e suas populações, retratados em aculturação, exclusão social, desemprego, pobreza, miséria, desagregação social, baixa politização e desarticulação política. Vencer esse abismo histórico – ideológico e material – é o que comporta essa busca por emancipação dos países, sobretudo Brasil, Bolívia, Argentina, Equador, Venezuela e Uruguai, os quais estão na vitrine das lutas da região. Além disso, imbricada a toda essa conjuntura política, econômica e social da América Latina, está a sua formação cultural, advinda também desse processo de colonização encampada a partir de domínios centrais.

A América Latina reage em busca de libertação e empoderamento e um dos caminhos é a sua maior união e articulação regional, com o forte posicionamento dos líderes desses países, refletido no seu discurso anti-americano e antineoliberal. Mas há um longo caminho a percorrer. As transformações parecem estar em curso, mas as consequências deixaram estragos difíceis de reparação, pelo menos a curto prazo. Melhor dizendo: há uma reação apontando para uma etapa “pós-neoliberal”, que não se sabe ainda como será e o que será; ou como se configurará.

Em paralelo ao movimento de integração regional, está-se construindo alternativas, por meio do voto, de ascensão de presidentes com perfil e apoio de bases progressistas, principalmente na década de 2000. Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, Cristina Kirchner, na Argentina, Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, José Mujica, no Uruguai, e Hugo Chávez, na Venezuela, são consideradas as principais lideranças contemporâneas nessa luta. Chávez, certamente, foi o que mais construiu um discurso contra-hegemônico aos Estados Unidos e principais países do chamado mundo eurocêntrico. Em linha direta de

causalidade, Hugo Chávez foi o personagem mais referenciado da América Latina pela mídia tradicional. Até pela sua longa passagem pelo poder, além o seu investimento em força imagética e verbal.

As políticas econômicas submissas ao chamado Consenso de Washington e ao capital financeiro internacional aprofundaram a concentração de renda e o desemprego; desnacionalizaram e privatizaram setores estratégicos; enfraqueceram o papel do Estado nas áreas sociais; e suprimiram direitos trabalhistas e previdenciários. As reações nas cidades, no campo e nas urnas foram repostas contundentes ao agravamento da pobreza, indicando que a maioria dos habitantes desejava interromper a reprodução do círculo vicioso da exclusão transmitida de geração em geração. As reivindicações por emprego, distribuição de renda, moradia, saúde, transporte, educação, cultura, meio ambiente e reforma agrária voltaram a ganhar terreno. (MORAES, 2011, p. 16)

Acima de tudo, há uma movimentação deflagrada, entre os países de região, para a América Latina superar a situação de colônia. Esse é o grande desafio dos países latino-americanos, com o enfrentamento de toda a complexidade das causas e efeitos das dominações constituídas historicamente. Como disse o historiador brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil”, “[...] somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.” (HOLANDA, 1995, p. 31). Até porque, “[...]o certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.”(HOLANDA, 1995, p. 31). Nada mais atual do que essa reflexão do historiador. Há que se olhar o cenário contemporâneo e anotar as relações intrínsecas entre o passado e o presente – sem perder de vista as ressignificações do modelo neoliberal e suas novas faces.

Inegavelmente, o enfrentamento a esse processo se deu com a instauração de novos paradigmas do que se considera “esquerda” na América Latina: governos que se empenharam em buscar sustentação na práxis socialista – embora não sendo o socialismo clássico. A pesquisadora venezuelana, Karla Díaz Martínez, reitera que “A América Latina protagoniza na atualidade interessantes processos sociais e políticos que preconizam a ruptura dos paradigmas hegemônicos dominantes.”[...](MARTÍNEZ, 2011, p. 227, tradução nossa). Ao percorrer esse trajeto, um dos caminhos estratégicos dos países do Sul tem sido a investida em canais de diplomacia, criando frentes de defesa dos interesses latino-americanos nas suas mais diversas órbitas. De acordo com a autora, o processo de “globalização”, que se fortaleceu no século XX, motivou a constituição de canais diplomáticos regionais, uma vez que se tornou mais difícil para os países do Sul preservar os elementos genuínos da sua formação, como a soberania e a unidade cultural.(MARTÍNEZ, 2011).

O poder regulador do Estado se expandiu criando (ainda que com significativas diferenças de um Estado para outro) sistemas de poder unificado em territórios delimitados, uma administração centralizada, mecanismos de distribuição fiscal e distribuição de recursos, novos tipos de legislação e execução da lei, exércitos profissionais permanentes, uma capacidade bélica concentrada e, de forma concomitante, complicadas relações formais entre Estados, mediante o desenvolvimento da diplomacia e de instituições diplomáticas formais.(MARTÍNEZ, 2011, p. 229, tradução nossa)

E nesse lastro de iniciativas foram fundadas e fortalecidas as instâncias diplomáticas de colaboração Sul-Sul, como a Celac, o Mercosul, a Aladi e a Unasul, sendo esta a mais abrangente e institucionalmente forte. Alguns autores reconhecem, também, como força ascendente de integração regional, no campo comunicacional, a Telesul – a Televisão do Sul, que é uma multiestatal para a América Latina, com sede na Venezuela, que iniciou suas transmissões em julho de 2005. Embora essas instâncias não tenham (ou sofram) influência de todos os países latino-americanos, é inegável o poder que desempenham como espaço de intercâmbio, desenvolvimento e construção coletiva no continente.(MARTÍNEZ, 2011).

Com perfis diferentes, essas instâncias vêm atuando em questões pertinentes aos países que representa, ora articulando, ora construindo políticas e projetos aglutinadores para minimizar os fossos sociais, econômicos e culturais entre as nações vizinhas do continente. São entidades reconhecidas como diplomáticas (em diversas esferas), consideradas como veículos de integração regional da América Latina. A saber:

União de Nações Sul-Americanas (Unasul) – “É formada pelos doze países da América do Sul. O tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado no dia 11 de março de 2011” (Tratado Constitutivo da Unasul - Ministério das Relações Exteriores). [...]“A UNASUL tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.”(Tratado Constitutivo da Unasul - Ministério das Relações Exteriores)⁵⁷

⁵⁷Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) – “A Celac foi criada na ‘Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe’, realizada na Riviera Maya (México), em fevereiro de 2010, em histórica decisão dos Chefes de Estado e de Governo da região. A Cúpula da Unidade compreendeu a II Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC e a XXI Cúpula do Grupo do Rio.”⁵⁸

Mercado Comum do Sul (Mercosul) – “Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura institucional do Mercosul e o dota de personalidade jurídica internacional.”⁵⁹

Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) - “A ALADI é o maior mecanismo latino-americano de integração, composto por 12 países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Esse conjunto de países totaliza 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 500 milhões de habitantes. Atualmente, a ALADI passa por um processo de expansão para a América Central, com a Adesão de Nicarágua e Panamá.”⁶⁰

Para a estudosa da América Latina, a venezuelana Judith González Valeciilo, esse movimento dos países em torno da integração regional é inédito, revelando, “[...]pela primeira vez na história, uma vontade política de governos progressistas (Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguai, Bolívia, Equador e Paraguai) que têm buscado condições para projetos alternativos[...].(VALECIILLO, 2011, p. 266, tradução nossa). Com isso, de acordo com a autora, tem-se reafirmado a clara intenção de avançar no processo de integração regional alternativo, com opções que vão desde a criação de instâncias de caráter intergovenamental e desenho de programas e ações conjuntas para lutar pelas reivindicações sociais, até a elaboração de políticas para impulsionar a dimensão social nos processos coletivos do continente.

Valeciilo (2011, p. 266-267) também destaca a Unasul como a mais importante instância regional, pois significou a criação de um novo conceito de regionalismo, que se interpõe entre as relações Sul com Sul – embora também com outros blocos, e não apenas em função de interesses econômicos, mas também sociais, culturais, políticos e ambientais. A

⁵⁸Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>

⁵⁹Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>

⁶⁰Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional>

proposta da Unasul é, ainda, buscar incorporar aos seus objetivos a recuperação da autonomia dos países frente à “globalização” ou à mundialização. É, assim, entendida como um verdadeiro processo emancipatório que envolve a recuperação da capacidade decisória dos seus Estados-membros, para decidir e escolher o caminho mais adequado para construção das estratégias de desenvolvimento. Isso tanto em nível nacional como regional, sempre respeitando a autodeterminação e a diversidade dos povos que a compõem.(VALECIILLO, 2011, p. 266-267).

A Unasul outorga prioridade ao diálogo político, às políticas sociais, à educação, à energia, à infraestrutura, ao financiamento e ao meio ambiente. Em que pesce que seus Estados-membros costumem manifestar diferenças de critérios e orientações, a riqueza dessa organização tem sua base no fato de que todas as suas decisões são produto de uma construção participativa e consensualizada. Desse modo, vai se configurando como uma instância capaz de gerar consensos na região, ante tensões políticas e de conflito entre seus Estados-membros.(VALECIILLO, 2011, p. 267, tradução nossa).

Certa da herança simbólica deixada pelos processos de dominação sobre os povos do continente, a Unasul tem atuado em projetos comuns na área social e educacional, além de encampar reflexões sobre a América Latina e seus desafios, bem como tem criado instâncias para descentralizar suas ações e desenvolver as suas políticas. Entre as entidades criadas, está o Conselho Sul-Americano de Educação, Cultura, Ciência & Tecnologia e Inovação, destinado a definir, concertar e promover políticas e projetos comuns que possam convergir, desde áreas do conhecimento até para facilitar a proposta integradora da Unasul, como entidade de desenvolvimento dos povos.(VALECIILLO, 2011, p. 268)

No âmbito do setor educacional, há quatro programas em pauta, de: a) alfabetização, com a implementação de uma política comum para erradicar o analfabetismo; b) bolsa sul-americana, que prevê a criação de um sistema de mobilidade de estudantes e docentes da educação superior; c) equivalências, homologações e indicadores que serão criados para avaliação de qualidade que permitam homologar certificações; d) literatura sul-americana e ensino da história comum, para favorecer o conhecimento e a valorização de uma identidade cultural sul-americana.(VALECIILLO, 2011, p. 268).

Apesar dos avanços - tangíveis e intangíveis - dessa rearticulação regional do continente, ainda há que se construir e constituir novos acordos internos para a maior representatividade dessas instâncias. No caso da Unasul, precisa-se levar em consideração as assimetrias sociais prioritárias dos países-membros; detectar as políticas sociais de caráter regional, que podem ser articuladas para melhorar as condições sociais dos países e seus povos; incentivar a sociedade civil e outros atores a serem veículos para a participação e

construção da integração dos Estados-membros; e propor a criação de fundos para financiar a atenção e proteção em situações consideradas prioritárias na dimensão social. (VALECIILLO, 2011).

Mesmo reconhecendo o valor da Unasul para a América Latina, Valeciilo alerta para os desafios da instituição. Segundo a autora, um dos obstáculos de caráter político-ideológico é a falta de ratificação do tratado constitutivo por parte dos seus Estados-membros, bem como a institucionalização de consensos e acordos dos seus grupos de trabalho. Sem isso, “[...]a Unasul será apenas um encontro de boas vontades e sua continuidade dependerá da intenção política dos governos do turno.”(VALECIILLO, 2011, p. 269, tradução nossa)

Também segue prevalecendo a inclinação política: a Unasul está pagando o ‘pecado original’ do Sul, que consiste na desconfiança e na pouca tolerância das mandatárias e dos mandatários a diferentes projetos ideológicos. Parece que aquilo não pode ser superado pela falta de maturidade política. É necessário, neste sentido, adquirir maior consciência frente ao momento histórico que se está vivendo o continente, porque não avançar no tema da integração é desejar que na Unasul se arrastem projetos mais isolados e com diversas intenções (ideologias mais acentuadas com o enfoque neoliberal). (VALECIILLO, 2011, p. 269-270, tradução nossa)

Já o principal desafio da Unasul, no campo social, segundo Valeciilo, é o reconhecimento e o combate à pobreza na região sob a perspectiva multidimensional. Ou seja, deixar de enxergar a pobreza mais pelo caráter econômico do que social e gerar espaços para a garantia de direitos básicos da população, criando uma cultura de direitos, partindo dos Estados-membros: à saúde, à educação e à proteção especial às populações mais vulneráveis (crianças, adolescentes, mulheres). Mas que também sejam promovidas transformações legais necessárias para que isso tudo aconteça.(VALECIILLO, 2011, p. 270).

Todos os Estados-membros da Unasul têm grandes diferenças, em virtude de todos eles serem provenientes de diferentes processos históricos, políticos e culturais, que são muito complexos entre si, desde a sua conformação, o que complica o panorama para o novo regionalismo como sistema ascendente. Estou convencida que se tem que alcançar a construção de uma visão, orientação, coordenação e concertação de acordos, em especial aqueles que fomentam a governabilidade para o projeto e a implementação de políticas regionais para o desenvolvimento social, que contribuam para a integração no Sul.(VALECIILLO, 2011, p. 275)

Em que pesem as fragilidades das ações e reações latino-americanas ao histórico processo de dominação exercido pelos países “centrais”, do Norte, os avanços são significativos. Tanto que o autor cubano, Roberto Regalado (2012), considera essas iniciativas como uma espécie de revolução, com peculiaridades próprias da história e da geopolítica

latino-americana, com suas características singulares. Ele defende que “A revolução socialista latino-americana do século XXI tem a marca da sua época, como tiveram, em seu momento, as revoluções da Rússia, China, Coreia, Vietnã e Cuba.”(REGALADO, 2012, p. 235, tradução nossa).

O autor cubano fala em “Socialismo do Século XXI” para designar a ascensão de governos de “esquerda” em países da América Latina. Esse socialismo teria como componentes: a economia democraticamente planejada de “equivalências”, a democracia participativa e o cidadão racional (ciência), ético (moral) e estético (arte), como “produto” dos dois componentes anteriores. Para ele, isso significaria “O fim do egoísmo, da cobiça, e da exploração[...]”(REGALADO, 2012, p. 209, tradução nossa). Regalado acredita que isso conduzirá ao nascimento de “[...]um novo ser humano, que, livre do vilipêndio pelas instituições burguesas, encontrará na democracia participativa o ambiente ideal para o desenvolvimento de suas capacidades[...].(REGALADO, 2012, p. 209, tradução nossa).

A emancipação da América Latina está imbricada à superação do neoliberalismo no continente: significa a luta para sair desse lugar de subalternidade o qual o mundo eurocêntrico e estadunidense impôs como sendo intrínseco à condição latino-americana. O que quer dizer, também, o corte das amarras do capitalismo, como escreve Regalado, 2012, p. 219, grifo nosso, tradução nossa): “Temos em mente a ideia de Fidel [Castro] de que o neoliberalismo é o capitalismo de nossos dias e, portanto, lutar contra o neoliberalismo é lutar contra o capitalismo, embora muitos não saibam.”

A saga dos colonizadores (antigos e modernos, eurocêntricos e estadunidenses) gerou perda de tradições, aculturações, invasões materiais e simbólicas, hábitos e costumes, com forte impacto sobre a vida econômica, social, política e cultural desses países do Sul. Essa libertação política, econômica e social dos povos latino-americanos, preconizada pelos autores aqui trabalhados, está associada à transformação de padrões culturais, pois ao submisso se impõe a adoção de linguagens, padrões de estética, produtos de consumos, bens intangíveis, estilo de vida, crenças, costumes, ideologias e valores. O olhar do colonizador passa a ser o olhar da colônia sobre si mesma.

Se tudo não bastasse, o neoliberalismo nos ofereceu ainda uma *mídia cúmplice*, com seus *reality shows* que se ‘dedicam ao que há de mais vulgar, embotando o espírito e os sentidos para as impressões do belo e do perfeito’, oscilando entre o ‘frívolo e o insulto’, para lembrar Goethe em seu clássico *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*.(ANTUNES, 2011, p. 71).

Ampliar os horizontes, representatividades e âmbitos de atuação das instâncias regionais do Sul constitui-se um grande desafio e, por isso mesmo, condição preponderante

para a emancipação do continente. Ao lado disso, a emergência do bloco de países com governos e líderes que se pronunciam como contraponto ao domínio europeu e estadunidense amplia os espaços de poder, regionalmente e internacionalmente, proporcionando algumas conquistas e vitórias. Mas não se pode perder de vista, no entanto, que esses novos ventos que sopram da América Latina ainda se deparam com uma estrutura sólida de poder, vinda ainda do Norte, conformada durante séculos de colonizações e ditaduras. Uma estrutura tão sólida que até agora somente permitiu ser estremecida por fissuras. Só apenas fissuras.

E o comunicador e pesquisador chileno, Juan Enrique Ortega, que integra a Asociación Mundial de Radios Comunitarias (AMARC) e a Red de Medios de los Pueblos, no livro “Latinoamericamente” defende a importância de pensar a comunicação para a autonomia e libertação dos povos. Ele diz que a “Comunicação hoje está *pseudo* em voga, cremos que tem que lhe dar um sentido político mais profundo do que somente como *tuitamos*, por exemplo, ou como usamos as redes sociais.”(ORTEGA, 2011, p. 242, grifo nosso, tradução nossa). Segundo ele, a ideia central é colocar a comunicação como um espaço em disputa por parte de todos os atores sociais; isto é, um espaço que ultrapasse o sentido de simples ferramenta.(ORTEGA, 2011, p. 242, tradução nossa). Na mesma publicação, o chileno Patricio Rivera elabora uma crítica à comunicação tradicional:

Os meios de comunicação não pretendem apenas informar ou agir como intermediários de uma mensagem, também pretendem impor certos critérios e certas ideologias e, nesse propósito, há quem argumente que mais do que transmitir a ideologia, os meios de comunicação constituem a ideologia mesma, são a ponta de lança destas, e em temos de modelo, este modelo capitalista neoliberal está por trás de toda mensagem orientada ao consumismo. E a pergunta é como pôr em disputa esse discurso dominante, hegemônico, que estamos consumindo a cada dia e que estabelece diretrizes sobre o que comemos, como atuamos e até como nos vestimos.(RIVERA, 2011, p. 244, tradução nossa).

3.2 A CONDIÇÃO DE COLÔNIA E O PODER EUROCÊNTRICO: DOMINAÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA

Essa forte investida neoliberal sobre os países da América Latina não pode ser descontextualizada de todo o processo de colonizações vivido pela região. Ao contrário: a raiz da dominação hegemônica externa sobre os países do Sul está fincada na fase das “descobertas”, quando esses países passaram a existir no mapa, como terras e povos a serem explorados. Portanto, entende-se, nesta tese, que o neoliberalismo na América Latina não

nasce apenas da reconfiguração do modelo capitalista. É, na verdade, originário de uma condição de colônia gestada no chamado “antigo sistema colonial”. Por isso, entende-se que – tanto o processo colonial antigo como a sua ressignificação mais recente – são *duas faces de uma mesma moeda*, que pode ser traduzida como uma “colonialidade do poder”⁶¹.

Concorda-se e segue-se, aqui, a concepção do sociólogo peruano Aníbal Quijano⁶², para quem “[...]a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder[...].”(QUIJANO, 2010, p. 84). Assim, o autor defende que a colonialidade se origina e se mundializa a partir da América, e opera em meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal.(QUIJANO, 2010, p. 84). O autor diferencia, então, colonialismo de colonialidade:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado.(QUIJANO, 2010, p. 84)

De acordo com Quijano (2010, p. 85), junto com a constituição da América Latina, o emergente poder capitalista tornou-se mundial. Com isso, os seus centros hegemônicos ficaram localizados nas zonas situadas sobre o Atlântico (depois identificados como Europa). Os eixos desse novo padrão de dominação são a modernidade e a colonialidade estabelecidas. No desenrolar da evolução dessas características do poder atual, ainda segundo Quijano, foram se configurando “[...]novas identidades societais da colonialidade – índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços – e as geoculturais do colonialismo, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (...][mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa[...].”(QUIJANO, 2010, p. 85).

⁶¹A concepção de “colonialidade do poder” foi construída pelos estudiosos Enrique Dussel e Aníbal Quijano, que “[...]propuseram uma explicação da modernidade e uma concepção de poder intrinsecamente ligadas à experiência colonial.”(MALDONADO-TORRES, 2010, p. 410)

⁶²Aníbal Quijano faz parte de uma corrente teórica chamada “pensamento descolonial” ou “pensamiento decolonial”, que elabora uma teoria crítica sobre o padrão eurocêntrico do pensamento científico em relação aos processos de colonização. Seguem esta mesma linha os autores Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Walter D. Mignolo, entre outros.

Ramón Grosfoguel (2010, p. 468), seguindo Quijano, explica que utiliza a palavra “colonialismo” para se referir a “situações coloniais” “[...]impostas pela presença de uma administração, como é o caso do período do colonialismo clássico[...]”. Já “colonialidade”, é empregada para referir-se a “situações coloniais”, quando “[...]as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista.”(GROSFOGUEL, 2010, p. 468). E o autor complementa: “Por ‘situações coloniais’ entendo a opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem existência de administrações coloniais.”(GROSFOGUEL, 2010, p. 468)

Desse modo, as necessidades do capitalismo foram fundindo-se com as experiências resultantes do colonialismo e da colonialidade, fazendo emergir um novo universo de relações intersubjetivas de dominação, sob a hegemonia eurocentrada.(QUIJANO, 2010, p. 85). Esses padrões intersubjetivos foram perpetuando formas de dominação também simbólicas, além de estruturais.

Recentemente, no modelo neoliberal, tal como foi forjado na América Latina, há uma reatualização do colonialismo, mas, acima de tudo, o sistema de poder adicionou contornos que identificam a definição de colonialidade. Assim, colonialismo e colonialidade se justapõem e explicam o que a América Latina vivencia atualmente. Só que os protagonistas dessa dominação se alternam: *ontem*, era a Europa; *hoje*, são os Estados Unidos. Mas a dependência de hoje é resultado da dependência de ontem. Há um colonialismo retraduzido, ressignificado.

Certamente, essa dominação a qual a América Latina foi (e ainda está) submetida não poderia ser perpetuada apenas por incidência dos aparatos econômicos ou financeiros. Para ser mesmo perpetuada, há toda uma dominação também simbólica, que passou (e passa) de geração para geração, entre os séculos que sucederam a era das colonizações. Acredita-se, aqui, que a força material do capital está associada à força do simbólico. Como pode-se atestar, no segundo capítulo desta tese, a mídia é um desses instrumentos ideológicos que unem a representação simbólica e a material do capital para gerar maior eficiência e perenidade do poder hegemônico, por ser um dos “aparelhos” que dão sustentabilidade à ideia de América Latina inferior e subalterna, ou melhor, como eterna colônia dos países hegemônicos.

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também um conjunto dos educados sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de

sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder.(QUIJANO, 2010, p. 86)

É ponto pacífico que a ascendência do mundo eurocêntrico sobre a América Latina, lá nos primórdios, resultou no que se apreende hoje como contexto que encobre as lutas, conquistas e derrotas que pairam sobre a região. Um autor importante nessa discussão é o brasileiro Florestan Fernandes, precursor do pensamento crítico no Brasil⁶³, que ainda nos anos 1970 lançou luz sobre o assunto, ao defender que o modelo de colonialismo implantado na América Latina trouxe efeitos e consequências particulares, como mostra no livro “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” (2009).

Segundo ele, “[...] as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático.” (FERNANDES, 2009, p. 21). Para o autor, esse colonialismo latino-americano foi iniciado “[...] com a ‘Conquista’ – espanhola e portuguesa – e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países”.(FERNANDES, 2009, p. 21).

Florestan Fernandes reforça a sua tese quando diz que esse modo de colonização “[...] experimentado por quase todas as nações latino-americanas, durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado ‘antigo sistema colonial’”.(FERNANDES, 2009, p. 22-23) E “A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas.”(FERNANDES, 2009, p. 21).

Considerada sociologicamente, a América Latina defronta-se com dois grandes problemas. O primeiro é a nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos. O outro consiste em como enfrentar o imperialismo, na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, dadas as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região.” (FERNANDES, 2009, p. 22)

De acordo com Fernandes, os colonizadores não tinham total autonomia, uma vez que dependiam de um poder central, pois eram submetidos às Coroas da Espanha e Portugal, “[...] às quais deviam, como vassalos, obediência e lealdade.”(FERNANDES, 2009, p. 23).

⁶³Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior foram os dois principais estudiosos que ampliaram e aprofundaram a compreensão sobre as peculiaridades da colonização brasileira.

Para o pesquisador, essa relação entre colonizadores e Coroas sofreu várias rupturas. “Em termos jurídicos, a legitimidade da dominação tinha um duplo fundamento, legal e político.” (FERNANDES, 2009, p. 23). Segundo ele, esses fundamentos exigiam uma certa ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores fossem institucionalmente preservados. “Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos e mestiços).”(FERNANDES, 2009, p. 23). “Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem ‘europeia’.”(FERNANDES, 2009, p. 23).

A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos, mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores. (FERNANDES, 2009, p. 23)

Ao analisar o caso da colonização brasileira, no livro “Formação do Brasil contemporâneo”, Caio Prado Júnior (1961) reforça essa mesma linha de pensamento, refletindo sobre os impactos causados pelos processos instaurados na “era das descobertas”. O autor traz ao debate o “sentido da evolução de um povo”, que, segundo ele, pode sofrer variações: “[...]acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas.”(PRADO JUNIOR, 1961, p. 13). Para o pesquisador, a grande diferença da colonização brasileira (e que se reproduziu em outros países latino-americanos), foi a exploração comercial. Não se pretendia desenvolver esses países, mas retirar-lhes as riquezas com fins meramente mercantis.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou com razão chamar dos “descobrimentos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargara o horizonte pelo Oceano afora.(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16)

De acordo com Prado Júnior (1961, p. 15), a expansão marítima dos países europeus, depois do século XV, demarcam um simples capítulo de um empreendimento comercial dos seus navegadores. Até o século XIV, o comércio continental europeu era quase

exclusivamente por via terrestre, limitando-se apenas a algumas navegações costeiras. “O papel de pioneiro nesta nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados, geograficamente, no extremo dessa península que avança pelo mar.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16)

Enquanto holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocupam na via comercial recém-aberta, e que bordeja e envolve pelo mar o ocidente europeu, os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados, e para que contavam com vantagens geográficas apreciáveis: buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nessa avançada pelo oceano descobrirão as ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul.(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16)

Essa movimentação ocorre ainda na primeira metade do século XV. Posteriormente é que os portugueses começam a ampliar os seus planos: chegar ao Oriente contornando a África, desbravando uma rota que os colocaria em contato direto com as Índias das “preciosas especiarias”, que então enriqueciam as repúblicas italianas e dos mouros.(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16). “Atrás dos portugueses lançam-se os espanhóis. Escolherão outra rota, pelo Ocidente em vez do Oriente. Descobrirão a América, seguidos aliás de perto pelos portugueses, que também toparão com o novo continente.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16).

Pela narrativa de Caio Prado Júnior, logo depois disso, virão os países peninsulares, os franceses, os ingleses, holandeses, dinamarqueses e suecos. “A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16). O intuito desses futuros colonizadores era apenas a expansão comercial – não tendo outro caráter essa exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das ilhas pelos portugueses, da América e o roteiro das Índias.

Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nessa pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem, cuja existência se admitiu a priori. Os espanhóis, situados nas Antilhas desde o descobrimento de Colombo, exploram a parte central do continente: descobrirão o México[...].(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 17)

Esse enfoque do autor brasileiro é importante para apontar como a América foi descoberta por “incidente” de percurso e não como uma conquista premeditada. Foi, desde logo, um empecilho a ser contornado, mostrando o “[...]espírito com que os povos da Europa

abordam a América.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 17). A ideia de América Latina de “segunda classe”, assim concebida ao longo dos séculos por europeus e, depois, por estadunidenses, já ali foi gestada. “A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis.(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 17-18).

Assim, dessa ocupação de territórios quase desertos e primitivos advieram muitos problemas para o novo sistema de colonização.(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 19). Extrativismos de produtos encontrados nos locais, extrativismo de madeiras (pau-brasil, por exemplo), pele de animais e alguma pesca marcaram os interesses comerciais, principalmente, dos portugueses. “Os espanhóis serão os mais felizes: toparão desde logo nas áreas que lhes couberam, com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e Peru.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 19).

De acordo com o autor, “[...]os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora, não ocupam na formação da América senão um lugar relativamente pequeno.”.(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 19). NO entanto, mais tarde, ajudarão a ocupação das colônias espanholas e, posteriormente, já no século XVIII, “[...]intensificarão a colonização portuguesa na América do Sul e a levarão para o centro do continente.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 19)

Dessa conjuntura inicial das “descobertas” resultaram a organização do trabalho, a configuração da economia e a formação social dos povos latino-americanos, sob completa influência e domínio europeu. Prado Júnior relata que não se chegou a utilizar a mão de obra de trabalhador branco nem no início da empreitada colonizadora. Ele explica que Espanha e Portugal não contavam com trabalhadores disponíveis com interesse de emigrar para as novas terras. Ao contrário, levaram mão de obra para trabalhar em Portugal, pois “[...]faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão de obra escrava[...].”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 24). Os escravos eram, primeiro, mouros (que tinham “sobrado” da antiga dominação árabe), depois, os negros africanos. Posteriormente, os índios.

Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontraram nas suas colônias, indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam; [...] (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 24)

Com isso, o autor revela o verdadeiro “sentido da colonização”. Segundo ele, olhando no conjunto, e sob o prisma da esfera mundial e internacional, “[...]a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 25). “É este o verdadeiro **sentido** da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.”(PRADO JÚNIOR, 1961, p. 24, grifo do autor)

Em “A Revolução burguesa no Brasil”, também a partir da ótica do processo brasileiro, Florestan Fernandes (1976) debruça-se novamente acerca dos efeitos da colonização, ressaltando que “[...]sob o estatuto colonial, [...]as probabilidades de atuação social das elites ‘nativas’ subordinavam-se às conveniências da Coroa e dos que representassem, dentro da sociedade colonial, os seus interesses econômicos, sociais e políticos mais profundos”.(FERNANDES, 1976, p. 32, grifo do autor).

Isso reforça o entendimento sobre a influência dos colonizadores em todos os setores da vida da colônia – e a subordinação das elites ao poder do colonizador (e das Coroas) – clarificando a compreensão do contexto brasileiro e latino-americano dos anos posteriores aos “descobrimentos”, quando houve forte submissão econômica, política, cultural e social aos países centrais, sobretudo aos Estados Unidos. A observação do autor lança luz sobre a posição das elites junto ao poder, que perdurou nas próximas configurações do capitalismo, com o passar dos séculos. Trata-se de um ciclo de dependência que marcou frontalmente a América Latina até os dias de hoje.

[...]o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora. Por isso, ele não previa, senão dentro de limites muito estreitos e tênuas, condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo de renda. (FERNANDES, 1976, p. 24)

Pode-se traçar outros parâmetros dessa lógica de dominação com a atual hegemonia estadunidense sobre a América Latina, pelo viés do neoliberalismo. Uma das comparações possíveis é em relação à própria fragilidade do poder hegemônico. Para Fernandes (2009, p. 23), três fatores, estruturais ou históricos, podem explicar crises nesse tipo de dominação. Um deles seria a estrutura das economias da Espanha e de Portugal, que não teria força suficiente para aguentar o financiamento das atividades mercantis, relacionadas com a “descoberta”, a exploração e o crescimento das colônias.(FERNANDES, 2009, p. 24).

O segundo fator decisivo para a crise do antigo sistema colonial, destacado por Fernandes, seria a disputa pelo poder e controle econômico das colônias latino-americanas, por outros países da Europa. Holanda, França e Inglaterra, por exemplo, entraram na luta por esse controle. “As mudanças nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Europa, ao término do século XVIII e no início do século XIX, contribuíram para a rápida desagregação das potências centrais e intermediárias, que detinham o controle externo do antigo sistema colonial.”(FERNANDES, 2009, p. 24).

E a terceira causa foi colocada por Fernandes como sendo a insatisfação de setores da população das colônias, que estavam descontentes e vitimados pela estrutura social colonial e queriam o seu fim.(FERNANDES, 2009, p. 24). “Os movimentos de emancipação iniciaram-se como uma oposição radical a esse padrão complexo de exploração.”(FERNANDES, 2009, p. 23).

Vê-se, portanto, que a essência do ideário colonizador é reposicionada na atualidade, tendo como principal protagonista os Estados Unidos, cujo modelo dominante, não à toa, foi designado como “imperialismo americano”, ainda no século XX. Fernandes (2009, p. 30) diz que “O novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos.[...].”

Ele reforça que, por não possuir condições para “[...]o crescimento autossustentado, para a integração nacional da economia e para uma rápida industrialização, os países [...] da América Latina estavam tentando explorar um espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa[...](FERNANDES, 2009, p. 30). Embora tenha elaborado essas reflexões nos anos 1970, Florestan Fernandes vislumbrou os mais fortes efeitos do processo de globalização. As formas e estratégias do capitalismo tornaram-se ainda mais sofisticadas.

A nova forma de imperialismo não é apenas um produto de fatores econômicos. No centro do processo está a grande empresa corporativa e, portanto, o capitalismo monopolista. Por isso, as mudanças da organização, das funções e do poder financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante da tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos de concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial. Esses são processos históricos de natureza socioeconômica e sociocultural. Mas a influência dinâmica decisiva foi política.(FERNANDES, 2009, p. 29)

Debruçado sobre o formato da organização social que prevaleceu na América Latina, como resultado da colonização hispânica, o pesquisador brasileiro, Celso Furtado, em “Raízes do subdesenvolvimento” (2011), ressalta que há dois traços predominantes nessa

configuração: “a)existência de um setor urbano, através do qual se exerce o poder, que na fase colonial tinha seus centros de decisão superiores nas respectivas metrópoles europeias; b)adjudicação dos fatores de produção [...] a uma classe de senhores ligados ao poder central[...]"(FURTADO, 2011, p. 120).

Desse modo, formava-se uma cadeia de núcleos urbanos que conformavam uma estrutura básica do poder político e da organização administrativa. (FURTADO, 2011, p. 120). “Ao lado dessa rígida estrutura administrativa responsável pela defesa dos interesses da Metrópole, formava-se um sistema econômico altamente descentralizado, sob a direção de uma classe com prerrogativas senhoriais.”(FURTADO, 2011, p. 120). Essa origem estrutural fez nascer, pelo processo de colonização, uma classe dirigente formada por dois grupos: os senhores da terra, com amplos poderes sobre a população dos seus domínios; e os atores cuja riqueza era gerada por atividades comerciais e outras atividades urbanas.(FURTADO, 2011, p. 121).

Sendo um instrumento de dominação do poder metropolitano, exercido à distância sobre uma sociedade em que prevaleciam certas formas extremadas de descentralização, o Estado se configurou na época colonial como uma forte burocracia, que veio a constituir um dos elementos essenciais da estrutura social urbana.(FURTADO, 2011, p. 121).

Como revelou Furtado (2011, p. 121), essa estrutura burocrática deu origem a um novo segmento social: a classe média, com penetração no aparelho de Estado, sendo um segmento fundamental para a manutenção do sistema de poder. Esse tema das classes sociais foi abordado, detidamente, por Florestan Fernandes, no já citado: “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”. O autor problematiza várias definições de “classes sociais”⁶⁴, dando conta de interpretações – que ele considera equivocadas – em que “As ‘classes’ são identificadas com a herança colonial, com tradições e estilo de vida a *la grande*, com o orgulho e o paternalismo ibérico, com a apatia e o conformismo das massas etc[...]"(FERNANDES, 2009, p. 46, grifo do autor).

A crítica de Fernandes (2009, p. 46) está centrada no fato de essas abordagens desconsiderarem os fatores econômico, político e social, e suas implicações na configuração estrutural dos países, e que determinam o perfil de uma sociedade de classes. “Perde-se de vista o essencial; como a emergência de novas realidades econômicas, sociais e políticas,

⁶⁴A título de complementação, vale dizer que a concepção de classe social adotada pelo autor dá conta de que: “[...]a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo.(FERNANDES, 2009, p. 41)

vinculadas à expropriação capitalista, permitiram a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais.”(FERNANDES, 2009, p. 46, grifo do autor). No entanto, interessa aqui, nos limites desta tese, absorver como se dá a estruturação de classes na América Latina, tendo os processos de colonização como determinantes.

As classes sociais se manifestam nas sociedades latino-americanas como formações histórico-sociais típicas. No entanto, elas apresentam variações (em três níveis distintos: o das bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o dos conteúdos e orientações da consciência e relações de classe; e o da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si), que não são simples produtos de diferenças de contexto sociocultural ou de tempo histórico. Por mais que esses dois aspectos pareçam contraditórios e exclusivos, ambos se explicam pela mesma causa: o modo pelo qual o capitalismo se institucionalizou, difundiu-se e desenvolveu-se na América Latina.(FERNANDES, 2009, p. 46)

Por essas observações, reitera-se, aqui, a vinculação da história colonial e sua estruturação na América Latina com a trajetória do “capitalismo dependente” e a configuração do neoliberalismo, tal como foi instaurado nos países do Sul. Um modo capitalista que constrói abismos (ou ralações “abissais”, como diria Boaventura de Sousa Santos) entre classes e entre nações, deixando um saldo de graves desigualdades e violações, como foi discorrido por autores trabalhados nesta tese. Como reforça Florestan (2009, p. 49): “As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais.” (FERNANDES, 2009, p. 49). Desse modo,

Elas não podem oferecer e canalizar socialmente “*transições viáveis*”, porque a “revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “revolução contra a ordem”, e porque o entendimento entre as classes tornou-se impossível, sem medidas concretas de descolonização acelerada (em relação a fatores externos e internos dos velhos e novos colonialismos).(FERNANDES, 2009, p. 49)

Nessa formatação e constituição *particular* do capitalismo na América Latina, engendrando uma sociedade de classes “típica”, as violações de liberdade e o cerceamento da autonomia, da soberania e dos direitos humanos na região estão explicitados, simbolicamente, desde a constituição das identidades culturais do Sul. Ao lado das construções teóricas sobre o contexto econômico, social e político da região, há autores que também discorreram sobre esse viés. Algumas análises foram mais críticas e outras mais ingênuas: as mais críticas são as que contextualizam a colonização no âmbito do impulso capitalista no mundo; as mais ingênuas adotam uma visão maniqueísta entre dominadores e dominados, sem articulação

com uma estruturação política e econômica internacional, ou até mesmo interpretando positivamente a presença do colonizador e as trocas culturais que se sucederam com as “descobertas”.

O livro clássico, “América Latina: males de origem”, escrito em 1905 pelo pesquisador brasileiro, Manoel Bomfim, traz uma reflexão sobre os estragos da dominação eurocêntrica. Apesar de não ser, conceptualmente, alinhado ao pensamento crítico, o autor traz uma pujante sistematização e reflexão sobre o imaginário daquela recém-descoberta América Latina. Às vezes, percebe-se uma visão ingênuas de Bomfim, oscilando com uma certa dose de ironia, ao referenciar os processos de dominação, embora postos com muita propriedade e lucidez. Há uma abordagem interessante do autor sobre o imaginário que havia sobre aquelas “novas” terras. Segundo o pesquisador:

A opinião pública europeia sabe que existe a América Latina... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado por gentes espanholas, continente riquíssimo, e cujas populações revoltam-se frequentemente. Essas coisas, porém, já lhe aparecem num vago mal limitado; riquezas, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um mundo lendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da ancianidade. Onde estão essas riquezas, o que valem; como se fazem as revoluções, quem as faz, onde as fazem: são questões que se não definem, sequer, no obscuro longínquo desta visão única – A América do Sul... É dela que se fala. Mesmo quando venham nomes particularizados – Peru, Venezuela, Uruguai... Não importa: o que está ali, a imagem que se tem na mente é a da América do Sul. (BOMFIM, 2005, p. 41)

No lastro do estatuto construído para reificar preconceitos e discriminações em relação às populações da América Latina, o europeu categorizava os povos do continente como “preguiçosos”, “mestiços”, “degenerados”, “bárbaros”. Segundo Bomfim (2005), há uma evidente intenção dos europeus em demonstrar que a constituição cultural identitária de raça dos colonizados está vinculada a valores e modo de vida “menores” ou de uma subespécie:

[...] mas quem queira ler nas entrelinhas, aí achará o reflexo deste conceito geral: ‘É lastimável e irritante que, enquanto a Europa, sábia, civilizada, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de preguiçosos, mestiços e degenerados, bulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos e ricos territórios, dando-se ao *rastaquerismo* de considerar-se nações. Está verificado que eles são incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades; o que a Europa tem a fazer é deixar-se de idiotas contemplações e contemporizações... (BOMFIM, 2005, p. 43, grifo do autor)

De acordo com Bomfim, a avaliação europeia sobre a América Latina e seus povos traduz “[...]um juízo categoricamente desfavorável a nosso respeito como certa má vontade de

quem vê nas atuais nações sul-americanas o obstáculo à posse a ao gozo de uma riqueza apetecida.”(BOMFIM, 2005, p. 43, grifo do autor). O autor crê que esse modo preconceituoso de enxergar o Sul do continente é resultado, também, de uma profunda “ignorância dos publicistas e sociólogos europeus sobre a América Latina.”(BOMFIM, 2005, p. 44). O autor avalia como “parasitária” a atuação do colonizador contra os colonizados.

Sintetizando essa presença colonial, Bomfim revela que havia uma exploração em cadeia: “O *senhor* extorquindo o trabalho ao escravo, o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo ao colono o que ele roubara ao índio e ao negro. *Trabalhar, produzir*, só o escravo o fazia.”(BOMFIM, 2005, p. 147). Bomfim escreveu que os escravos trabalhavam cerca de catorze e dezesseis horas por dia, sempre em processo grosseiros e primitivos.(BOMFIM, 2005, p. 147).

A escravidão na América do Sul foi a abjeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes.[...]Aqui, os maus efeitos da escravidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas consequências dos monopólios e privilégios – *exclusivos mercantis*, instituídos sobre o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embargo, a proibição formal às indústrias manufatureiras, tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular , pela interdição de toda inovação progressista. (BOMFIM, 2005, p.150, grifo do autor)

Como se vê, houve uma degradação profunda dos valores humanos, quando os trabalhadores-escravos eram tratados como animais irracionais, usando apenas a força física, em detrimento da utilização da inteligência e da criatividade. Esse cenário ajuda a explicar a formação da identidade do colonizado, bem como a própria mistura entre culturas e valores distintos e, ainda mais, a situação de submissão e dependência histórica na região.

Tzvetan Todorov (2010) acrescentou consistentes reflexões sobre esse enfoque da constituição dos povos e suas identidades, em “A conquista da América: a questão do outro”, sistematizando um histórico sobre a exploração do continente por Colombo, nas suas três expedições. No livro, o pesquisador debruça-se sobre o século XVI e mais especificamente sobre a região do Caribe e México, também conhecida como Meso-América. Em especial, focou na percepção dos espanhóis sobre os índios – nativos daquelas terras que ora eram desbravadas.

Nos escritos do autor sobre as colonizações, aparecem comprovações da exploração e matança dos nativos: “O século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade.”(TODOROV, 2010, p. 5). E continua: “A história do globo é, claro, feita de

conquistas e derrotas, de colonizações e descobertas dos outros; mas, como tentarei mostrar, é a conquista da América que anuncia e funda a nossa identidade presente.”(TODOROV, 2010, p. 7).

O pesquisador destaca, durante sua análise, a principal intenção dos espanhóis com as expedições, dizendo que “Os marinheiros não são os únicos que esperam enriquecer. Os próprios mandatários da expedição, os Reis da Espanha, não se teriam envolvido na empresa se não fosse a promessa de lucro.”(TODOROV, 2010, p. 11).

O sociólogo Gilberto Freyre é um dos autores brasileiros mais referenciados quando o assunto é a colonização e a formação das identidades culturais advindas dessa fase histórica. Ele descreveu o *legado* deixado pelos colonizadores ao povo brasileiro, trazendo observações que podem ser extensivas aos demais habitantes da região. No entanto, embora profunda, a análise de Freyre demonstra uma suposta herança positiva deixada pela elite representada pela Coroa.

Mas, no *subtexto* das afirmações freyreanas, fica evidente a opressão sobre os colonizados, bem como a falsa ideia de convivência harmônica entre os dois lados do processo. Para Freyre, “A contemporização do português com os valores indígenas e com os dos africanos já familiarizados com os trópicos é que tornou possível o fato de levantar-se hoje no Brasil a maior civilização moderna e, socialmente, a mais democrática nos trópicos.” (FREYRE, 1941, p. 40).

Para Freyre, essa hibridização de culturas gerada pela colonização é positiva, vista como um processo civilizatório democrático. “Civilização que é um dos exemplos mais fortes que a América pode apresentar de uma cultura em que valores de várias procedências se combinam e se afirmam numa nova expressão characteristicamente americana e socialmente democrática.[...](FREYRE, 1941, p. 40).

O autor retrata, *poeticamente*, a permanência dos colonizadores em terras brasileiras, que, segundo defende, significa uma “[...] harmonização do europeu com a natureza tropical e semitropical e com o ameríndio e o africano, e da assimilação, pelo americano do Brasil, mesmo quando puramente nórdica a sua procedência, de valores e processos desenvolvidos pelos nativos[...].”(FREYRE, 1941, p. 40)

Já Aníbal Quijano (2010, p. 120), elabora, de forma crítica, uma sistematização das principais questões sobre a formação dos povos latino-americanos, que ajuda a elucidar a interface entre o cultural, o social, o político e o econômico nos processos de colonização. O autor explicita como as identidades raciais foram inclusivas ou excludentes para a separação

entre dominantes e dominados, sendo os europeus considerados como “superiores” e os dominados não-europeus como “inferiores”.

Quijano (2010, p. 120) também referencia as características fenotípicas para denominar o que se chamava de “superiores” e “inferiores”, assim como a “raça branca” para os europeus e a “raça de cor” para os não-europeus. A saber:

1.O que começou na América Latina foi mundialmente imposto. A população de todo o mundo foi classificada, antes de mais, em identidades “raciais” e dividida entre os dominantes/superiores “europeus” e os dominados/inferiores “não europeus”.

2.As diferenças fenotípicas foram usadas, definidas, como expressão externa das diferenças raciais. Num primeiro período, principalmente a “cor” da pele e do cabelo e a forma e a cor dos olhos. Mais tarde, nos séculos XIX e XX, também outros traços, como a forma do rosto, o tamanho do crânio, a forma e o tamanho do nariz.

3.A “cor” da pele foi definida como marca “racial” diferencial mais significativa, por ser mais visível, entre os dominantes/superiores ou “europeus”, de um lado, e o conjunto dos dominados/inferiores “não-europeus”, do outro.

4.Desse modo, adjudicou-se aos dominadores/superiores “europeus” o atributo de “raça branca” e a todos os dominados/inferiores “não-europeus” o atributo de “raças de cor”. A escala de graduação entre o “branco” da “raça branca” e cada uma das outras “cores” da pele, foi assumida como uma graduação entre o superior e o inferior na classificação social “racial”. (QUIJANO, 2010, p. 120)

Ainda de acordo com Quijano, “a racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua Colonialidade.”(QUIJANO, 2010, p. 119-120). Para o autor, essas determinações racistas e etnicistas fizeram com que os países a elas submetidas não conseguissem sair da “periferia colonial” e pudesse disputar o “desenvolvimento”.(QUIJANO, 2010, p. 121). Ele sustenta que “[...]a colonialidade do poder implica, nas relações internacionais de poder e nas relações internas dentro dos países, o que na América Latina foi denominada de dependência histórico-cultural”(QUIJANO, 2010, p.122)

Os territórios e as organizações políticas de base territorial, colonizadas parcial ou totalmente, ou não colonizadas, foram classificados pelo padrão eurocentrado do capitalismo colonial/moderno, precisamente, segundo o lugar que as “raças” e as suas respectivas “cores” tinham em cada caso. Assim se articulou o poder entre a “Europa”, a “América”, a “África”, a “Ásia” e muito mais tarde, “Oceânia”. Isso facilitou a “naturalização” do controle eurocentrado dos territórios, dos recursos de produção na “natureza”. E cada uma dessas categorias impostas desde o eurocentro do

poder terminou sendo aceito até hoje, pela maioria, como expressão da “natureza” e da geografia, e não da história do poder no planeta. (QUIJANO, 2010, p. 121, grifo do autor)

O antigo sistema colonial configurou-se tão incisivo na fissura entre seres humanos, gerando distinção e segregação humana, que a categoria “raça” se consolidou junto com as colonizações. Quijano defende essa tese. Ele diz que “As diferenças fenotípicas entre vencedores e vencidos foram usadas como justificação da produção da categoria “raça”, embora se trate, antes do mais, de uma elaboração das relações de dominação como tais.” (QUIJANO, 2010, p.119). O autor explica melhor, dizendo que:

Enquanto a produção social da categoria “gênero” a partir do sexo é, sem dúvida, a mais antiga na história social, a produção da categoria “raça” a partir do fenótipo é relativamente recente e a sua plena incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder tem apenas 500 anos, começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista.(QUIJANO, 2010, p.119)

Na concepção de Quijano (2010, p. 119), a produção da categoria “raça” foi decisiva para a (re)configuração do padrão mundial do capitalismo eurocêntrico e “colonial/moderno”. “[...]a atribuição das novas identidades sociais resultantes e sua distribuição pelas relações do poder mundial capitalista estabeleceu-se e reproduziu-se como a forma básica da classificação societal universal do capitalismo mundial.”(QUIJANO, 2010, p.119). Segundo ele, a produção da categoria “raça” tornou-se também “[...]fundamento das novas identidades geoculturais e das suas relações com o poder no mundo.”(QUIJANO, 2010, p.119).

Muitas marcas desagregadoras foram deixadas pelos colonizadores de *ontem* e de *hoje* sobre os povos do Sul. A submissão latino-americana tem como forte componente essa “racialização” das relações de poder. “A lealdade ‘racial’ dos ‘brancos’ perante as outras ‘raças’, serviu como pedra angular da lealdade, inclusive ‘nacional’, dos explorados e dominados ‘brancos’ em relação aos seus exploradores em todo o mundo e, em primeiro lugar, no ‘eurocentro’.(QUIJANO, 2010, p.125). Para o pesquisador, houve uma “naturalização mitológica” das categorias consideradas “básicas” que resultaram do processo de exploração e dominação, constituindo-se em um instrumento de poder “excepcionalmente poderoso”. (QUIJANO, 2010, p.125).

José Carlos Moreira da Silva Filho (2009, p. 302) complementa esses argumentos sobre o tema, colocando que o discurso racista e etnocêntrico nasce de um processo que escamoteia as raízes e identidades dos povos, com o intuito de facilitar a aculturação e dominação. Preceitos que negam, portanto, a existência de “sujeitos históricos” do continente

latino-americano. Embora reconheça-se a existência da mistura das raças e das culturas, isso não impede que sejam ressaltadas e valorizadas as tradições genuínas da formação dos povos. Até porque somente o reconhecimento da violência simbólica sofrida pelos países colonizados fará com que haja a superação dessa subalternidade em relação aos países do Sul.

Emergindo dessa viagem às raízes do ser latino-americano, podem-se perceber duas coisas básicas: primeiro, que este povo foi vítima de um processo de modernização que ocultou e oculta a violência praticada contra os seus pares, violência essa justificada por um discurso antropológico racista e cuja história é preciso ser resgatada para que se tenha noção da existência de um outro “sujeito histórico” que não o europeu; segundo que existe uma cultura sincrética popular, produto exclusivo das tradições latino-americanas e de sua interação com outras culturas, existe uma particularidade e especificidade que não se reduz às fórmulas das ideologias eurocentristas.(SILVA FILHO, 2009, p.302)

O processo civilizatório moderno ocidental foi imposto, após a descolonização territorial, por outras vias, embora comungue do então objetivo colonial: “regulação/emancipação ao Norte e apropriação/violência ao Sul” (SANTOS, 2010, p 40). Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos – pesquisador português que desenvolve estudos sobre a América Latina –, sempre há dois lados, ou melhor, “duas linhas”, que são antagônicas e que podem ser comparadas com a relação Norte-Sul, pois sempre “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal.”(SANTOS, 2010, p 39):

O meu argumento é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais⁶⁵ que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemônicos.(SANTOS, 2010, p. 39).

Santos (2010, p. 44-45), ao explicar que está em curso um modelo de “regresso do colonizador”, reitera que há uma ressuscitação de formas de governo colonial, que engendram

⁶⁵A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética.[...]Esta distinção invisível é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. De fato, a dicotomia regulação/emancipação apenas se aplica a sociedades metropolitanas. Seria impensável aplicá-las aos territórios coloniais. Nestes aplica-se uma outra dicotomia, a dicotomia apropriação/violência que, por seu turno, seria inconcebível aplicar deste lado da linha.(SANTOS, 2010, p. 32)

uma espécie de “fascismo social”, que representa a pressão da lógica de apropriação/violência sobre a lógica de regulação/emancipação. A forma de governo colonial incide sobre as sociedades metropolitanas e agora também na vida cotidiana dos cidadãos comuns, como ocorreu nas populações dependentes do colonialismo europeu.

Esse movimento, segundo Santos, “Emerge em muitas situações quando o Estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados. Poderosos atores não-estatais adquirem desta forma controle sobre a vida e o bem-estar de vastas populações[...]”(SANTOS, 2010, p. 45). Esse controle está presente nos cuidados de saúde, da terra, da água potável, das sementes, as florestas e da qualidade ambiental. Ou seja, uma situação de ascensão do “fascismo social”.

O autor português destaca três formas de fascismo social instaurados sob o projeto neoliberal: a primeira é o *fascismo do apartheid social*, tratando-se da segregação social dos excluídos, por meio de uma cartografia urbana dividida entre zonas selvagens e zonas civilizadas (megacidades em todo o Sul global); depois vem o *fascismo contratual*, que significa a diferença de poder entre as partes de um contrato, quando uma dessas partes está em situação de desvantagem, é a mais fraca e fica vulnerabilizada por não ter outra alternativa, e aceita as condições impostas pela parte com maior poder (contrato de trabalho ou de fornecimento de bens e serviços); finalmente, a terceira forma, designada *fascismo territorial*, que significa a usurpação do controle do Estado sobre territórios, justamente por atores sociais com forte capital patrimonial. Eles cooptam ou violentam as instituições estatais, exercendo a regulação social sobre os moradores do território.(SANTOS, 2010, p. 45-46)

As reflexões de Boaventura de Sousa Santos sobre “fascismo social” coincidem com os achados desta pesquisa, reiterando que o projeto neoliberal oferece uma nova roupagem ao modo colonizador de dominação sobre os países do Sul. Para o autor, se não for instaurada uma resistência ativa contra essa dominação, o “pensamento abissal” continuará autorreproduzindo-se, com práticas excludentes. E essa resistência passa também por uma “epistemologia do Sul”: o Sul aprendendo com o Sul. Porque

Não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Isto significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas. Ela requer, de fato, um pensamento alternativo de alternativas. É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal. Será possível? Existirão as condições que, se devidamente aproveitadas, poderão dar-lhe uma oportunidade?(SANTOS, 2010, p. 49-50)

3.2.1 A linguagem e a cultura reificando o lugar do colonizado

Uma das formas mais eficazes de submeter os povos a uma falsa superioridade cultural é por meio da linguagem. Todorov (2010) chama a atenção para a imposição linguageira perpetrada por Colombo na fase das primeiras expedições. Assumindo o papel “superior” de colonizador, desqualificou-se a língua indígena, não respeitando a diversidade cultural dos povos nativos das terras “americanas”. O autor ressaltou essa faceta colonial com um observação contundente: “Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem.”(TODOROV, 2010, p. 47).

Certamente, essa invasão cultural trouxe marcas profundas para o que hoje se entende por América Latina. “Não será nada surpreendente notar a pouca atenção que Colombo dá às línguas estrangeiras. Sua reação espontânea, nem sempre explícita, mas subjacente a seu comportamento, é que, no fundo, a diversidade linguística não existe, já que a língua é natural.” (TODOROV, 2010, 41). Mas a língua “natural” é a espanhola, e não a dos nativos. Baseado nas suas pesquisas, Todorov (2010) relata que:

O primeiro gesto de Colombo em contato com as terras recentemente descobertas (consequentemente, o primeiro contato entre a Europa e o que será a América) é uma espécie de ato de nominação de grande alcance: é uma declaração segundo a qual as terras passam a fazer parte do reino da Espanha.(TODOROV, 2010, 39)

Um dos fortes sintomas dessa intervenção linguística no advento das grandes descobertas foi o movimento de renomear lugares e pessoas. Colombo modificou nomes próprios, ignorando as nomeações já feitas pelos índios. “[...] as palavras dos outros, entretanto, não lhe interessam muito, e ele quer rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes justos; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse.”(TODOROV, 2010, 38). O autor emenda, ressaltando que “O resultado desta falta de atenção para com a língua do outro é fácil de prever: de fato, em todo o decorrer da primeira viagem, antes de os índios levados à Espanha terem aprendido a ‘falar’, é a total incompreensão[...].”(TODOROV, 2010, p. 43). A linguagem constituiu-se em uma grande barreira entre dominadores e dominados.

Quando Colombo se volta para o resto do vocabulário, ao contrário, mostra muito pouco interesse e revela ainda mais sua concepção ingênua da linguagem, já que sempre vê os nomes confundidos às coisas: toda a dimensão de intersubjetividade, do *valor* recíproco das palavras (por oposição a sua capacidade denotativa), do caráter humano, e portanto arbitrário, dos signos, lhe escapa. Aqui está um episódio significativo, uma espécie de paródia do trabalho etnográfico: tendo aprendido o vocáculo

indígena “cacique”, preocupa-se menos em saber o que significa na hierarquia, convencional e relativa, dos índios, do que em ver a que palavra espanhola corresponde exatamente, como se fosse óbvio que os índios estabelecem as mesmas distinções que os espanhóis; como se o uso espanhol não fosse uma convenção entre tantas, e sim o estado natural das coisas[...](TODOROV, 2010, p. 40-41)

Não é precipitado ou ingênuo dizer que essa investida eurocêntrica no seio do descobrimento da América gerou consequências irreversíveis na construção do *ethos* latino-americano. Sobretudo com a subjugação da língua, da linguagem dos nativos indígenas. A intervenção da palavra dos dominantes sobre os dominados é um tipo de coação que repercute em toda a formação social, cultural e política de um povo. É a partir da palavra que se constitui uma nação, com suas nomeações e sentidos. Ora, se a palavra é um “signo ideológico” (Bakhtin)⁶⁶, é por ela que a ideologia flui e atravessa as consciências, materialmente e simbolicamente. Mesmo porque:

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, 2006, p. 21)

Todorov esclarece bem isso quando referenda “[...] a pouca percepção que Colombo tem dos índios, mistura de autoritarismo e condescendência; a incompreensão de sua língua e de seus sinais; a facilidade com que aliena a vontade do outro [...]; a preferência pela terra, e não pelos homens.”(TODOROV, 2010, p. 46). Para ele (2010), os índios não têm vez nem lugar, na “hermenêutica de Colombo”. Ou seja, já ali, naqueles primeiros momentos de “descobertas”, o pulso do colonizador empenthou-se em resguardar a língua e tradições dos europeus em detrimento da cultura dos povos recém-descobertos pelo navegador.

O autor aborda a questão cultural indígena e os conflitos entre Colombo e os nativos, pois, “Fisicamente nus, os índios também são, na opinião de Colombo, desprovidos de qualquer propriedade cultural: caracterizam-se, de certo modo, pela ausência de costumes, ritos e religião[...](TODOROV, 2010, p. 48-49). Colombo chega a dizer, nos seus escritos, que eram povos desprovidos de tudo.(TODOROV, 2010). A situação de soberania do europeu

⁶⁶A concepção da palavra como “signo ideológico” será vista no quarto capítulo desta tese.

sobre o índio era tamanha que Colombo revelou que os nativos eram culturalmente virgens, “página em branco à espera de inscrição espanhola e cristã[...]”.(TODOROV, 2010, p. 49. O europeu, “branco” e “detentor” de cultura, imprimiria identidade cultural no índio – aquela “página em branco”.

Há, claramente, uma negação do Outro, uma indiferença e descaso para compreender o colonizado como sujeito de vontades e direitos. Sequer semelhanças físicas entre o indígena e o europeu foram evidenciadas por Colombo – e outros colonizadores. O que se observa é uma violência simbólica encravada na formação do *ethos* latino-americano.

Se a linguagem representa tudo isso, a incompreensão em relação às formas de comunicação, de “ser” e de “estar” dos primeiros habitantes da América, configurou-se uma repressão e consequente imposição de saberes: do ser humano detentor de cultura – o europeu – para o aculturado – os nativos. Não eram mais os animais e a natureza em geral que os índios teriam que imitar. Obrigatoriamente, os nativos deveriam copiar a linguagem do novo “dono” das terras descobertas.

Nelson Werneck Sodré, ao reconstituir a história da imprensa no Brasil, retoma as fases iniciais do Brasil colônia, que esteve mais fortemente sob os grilhões de Portugal do que dos espanhóis e holandeses. Em especial, Sodré (1999) aponta as repressões culturais vindas junto ao advento da impressão e da feitura dos livros. Na época, para os portugueses, era mais importante destruir nas crianças a cultura dos seus pais indígenas do que alfabetizá-las. Neste sentido, houve algumas diferenças entre a colonização espanhola e a portuguesa, mas são similares no propósito de promover a aculturação dos nativos.

Os portugueses encontraram, no litoral americano do Atlântico, comunidades primitivas, na fase cultural da pedra lascada, que não puderam aproveitar para o trabalho, pela impossibilidade em fazê-lo, nas grandes empresas que montaram, e que destruíram, física e culturalmente, nas áreas em que levantaram aquelas empresas, as que lhes permitiram dar estabilidade e continuidade à ocupação. Nessas áreas, preponderou a destruição física; nas áreas secundárias, em que o trabalho indígena foi aproveitado, preponderou a destruição cultural, de que foi instrumento a catequese jesuítica. Haveria alguma ilusão, no que diz respeito à inanidade dos resultados do destino aos curumins, nas escolas de ler, escrever e contar? Não, certamente.(SODRÉ, 1999, p. 11)

De acordo com Sodré (1999), a América da colonização espanhola, por ter encontrado culturas mais avançadas em complexidade, no México e no Peru, assim como nas colônias inglesas, teve um empenho maior em destruir essas culturas. Diferentemente dos portugueses, que encontraram no Brasil uma situação semelhante à era da “pedra lascada”, e precisou de

menos esforço para destruir o que já havia de cultura genuína, no sentido de organização social e de modo de trabalho.

Assim, os espanhóis entendiam que essas culturas da América por eles ocupada “[...] precisavam ser destruídas e substituídas, sob pena de graves riscos para a ocupação, tanto mais que os elementos locais com prática na mineração constituíam ali a força de trabalho necessária à retirada do ouro e da prata[...](SODRÉ, 1999, p. 11). Por isso, as colônias sob o domínio do invasor espanhol tiveram acesso à imprensa e à universidade – instrumentos poderosos de aculturação e dominação –, o que não ocorreu com o Brasil, que não vivenciou essas instituições na fase colonial.

Dessa forma, o papel da imprensa e da universidade nas colônias espanholas teve a função primordial para o invasor de transformar linguagens, valores, modo de vida e costumes dos nativos. Como disse Sodré (1999), “O aparecimento precoce da universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância[...]” (SODRÉ, 1999, p. 11). Não foi para, por meio da informação, do saber, do ensino, buscar a emancipação das pessoas, dos índios nativos. “Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração”.(SODRÉ, 1999, p. 11)

Em “A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes” (2003), Florence Carboni e Mário Maestri ressaltam que “A homogeneização linguística realizada pelos jesuítas, por meio da gramatização da ‘língua geral’⁶⁷, cancelava tendencialmente a diversidade e a riqueza étnica e linguística nativa.”(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 19). Para os autores, houve, na verdade, uma simplificação, que aparece com nitidez na “língua geral” jesuítica, que foi “[...]constituída a partir do ‘tupinambá’, mas com o qual ela apresenta diferenças de ordem gramatical, devidas sobretudo ao fato de que sua descrição e gramatização realizou-se a partir do modelo latino.”(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 19-20)

Nos dois primeiros séculos, a colonização luso-brasileira contribuiu para a difusão da ‘língua geral’ e não do português. O uso generalizado da ‘língua geral’ pelos colonos ficou marcado indelevelmente nos nomes de rios, de lagoas, de montanhas etc do país – capitania de *Pernambuco*; baía de *Guanabara*; campos de *Viamão* – mesmo ali onde não existiam comunidades nativas tupis, pois, durante suas andanças nos sertões, os

⁶⁷No século XVI, os jesuítas sistematizaram algumas falas tupis do litoral e deram origem à chamada “língua geral”, gramatizada em 1595 por José de Anchieta, em “A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil”.(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 19).

paulistas denominaram acidentes geográficos com nomes tupis-guaranis. (CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 20, grifo dos autores)

Para Carboni e Maestri (2003, p. 45), um exemplo da dominação pela linguagem é a sacralização da norma culta da língua, que guarda uma supremacia dos setores sociais que a dominam. “A entronização da forma culta e a subalternização e demonização dos falares não portugueses [...] foi e é uma forma de subalternizar as classes populares e trabalhadoras e de afastá-las da gestão efetiva dos poderes nacionais.”(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 45)

Os *colonizadores* lusitanos, espanhóis, franceses, ingleses etc. estavam inseridos em tradição cultural classista, expansionista e mercantilista que fazia *tábula rasa* das culturas e civilizações com que entravam em contato. Essa visão do mundo determinou os signos linguísticos criados ou determinados quando da “descoberta”, “colonização” e exploração do Novo Mundo.(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 67)

Trazendo a abordagem da linguagem de classe para a atualidade, os autores comentam sobre a mídia e o seu discurso. Segundo eles, a construção da linguagem pelos meios de comunicação, sobretudo na forma escrita, busca favorecer o domínio social. Eles dizem que a imprensa brasileira e mundial prioriza algumas palavras-chave, enquanto outras são execradas.(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 117).

Entre as palavras que consideram “abençoadas” pela mídia, estão: “[...] *austeridade, cidadania, eficiência, empreendedor, empresário, estabilidade, globalização, governabilidade, iniciativa privada, lucratividade, marca, paz, privado, privatização, propriedade, reforma, flexibilidade, mercado, consumidor*[...].”(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 117, grifo dos autores). E entre as que são “execradas” ou que estão no “ostracismo” nos textos da imprensa atual, estão: “[...] *alienação, burguês, comunismo, consciência, estatização, exploração, expropriação, imperialismo, internacionalismo, nacionalismo, nacionalização, opressão, patrão, planejamento, proletariado, resistência, revolução, socialismo, classes sociais, reforma agrária*[...].”(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 117, grifo dos autores).

Como assinalado, a palavra nunca é neutra. Ela é forjada no contexto de um mundo social embalado por relações de poder, das quais ela constitui representação e simbolização, ainda que o falante possua, em geral, uma consciência muito frágil da origem social e ideológica da língua e das palavras das quais se serve. Consciência parcial que, em nenhum caso, impede que a língua prossiga seu caminho determinando as visões de mundo e as ações de “locutores” e “receptores”. (CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 119, grifo nosso)

3.2.2 Multiculturalismo e hibridismo sob o olhar das colonizações

Diante do que se acolhe como teorias pertinentes às concepções propostas nesta tese, há que se olhar com certa desconfiança para algumas abordagens que enaltecem a presença do colonizador na América Latina, como se fora uma profícua mistura cultural, pela qual todos saem ganhando. Isso leva a definições sobre multiculturalismo e hibridismo, concebidos de forma crítica e atual. Justificar como vantagens as formas de aculturação geradas pela dominação dos colonizadores é optar por uma abordagem acrítica, seguidora da ótica dos países hegemônicos. Isso antes, nas colonizações; e hoje, na *nova colonização neoliberal*.

Um dos autores que trazem luz acerca de uma visão realista de multiculturalismo é Boaventura de Sousa Santos em, “Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural” (2003), quando ressalta que multiculturalismo, justiça multicultural, direitos coletivos e cidadanias plurais “[...]são hoje alguns dos termos que procuram jogar com as tensões entre a diferença e a igualdade, entre a exigência de reconhecimento das diferenças e de redistribuição que permita a realização da igualdade.” (SANTOS, 2003, p. 26). Alguns questionamentos do autor são pertinentes quando se avalia a ação governamental ou oficial para colocar em prática o modelo multicultural:

Como é possível, ao mesmo tempo, exigir que seja reconhecida a diferença, tal como ela se constitui através da história, e exigir que os ‘outros’ nos olhem como iguais e reconheçam em nós os mesmos direitos de que são titulares? Como compatibilizar a reivindicação de uma diferença enquanto coletivo e, ao mesmo tempo, combater as relações de desigualdade e de opressão que se constituíram acompanhando essa diferença? Como compatibilizar os direitos coletivos e os individuais? Como reinventar as cidadanias que consigam, ao mesmo tempo, ser cosmopolitas e ser locais? Que experiências existem neste campo e que nos ensinam elas sobre as possibilidades e as dificuldades de construção de novas cidadanias e do multiculturalismo emancipatório⁶⁸? (SANTOS, 2003, p. 25)

Os conceitos de multiculturalismo surgiram dentro do aparato teórico dos Estudos Culturais⁶⁹. É pertinente associar as bases teóricas do multiculturalismo às questões colocadas pelos processos de colonização, que impuseram um intercâmbio muito maior de crenças,

⁶⁸Multiculturalismo emancipatório para Boaventura de Sousa Santos são iniciativas que procuram propor noções mais inclusivas e, simultaneamente, respeitadoras da diferença de concepções alternativas da dignidade humana. (SANTOS, p. 25).

⁶⁹Corrente teórica que passou a observar a cultura como o modo de vida na sociedade, “[...]uma perspectiva tão diversificada que o termo passa a permitir seu uso no plural”(INTERCOM, 2010, p. 480), pelos autores: Williams, 1979; Thompson, 1987; Hoggart, 1973). As pesquisas filiadas aos Estudos Culturais envolvem um amplo leque de investigações acerca das relações entre cultura, poder, comunicação e sociedade.(INTERCOM, 2010, p. 480).

valores, costumes, enfim, de culturas⁷⁰, entre povos e nações, abrindo precedentes para a assimilação ou rejeição dessa miscelânea que se colocou de forma diferente para os chamados “primeiro” e “terceiro mundo” ou os “centrais” e “periféricos”.

Os estudos do multiculturalismo estão vinculados à própria perplexidade da sociedade em compreender os novos valores da tão questionada pós-modernidade⁷¹. Para o teórico cultural jamaicano, Stuart Hall, o termo multiculturalismo está sob rasura. O próprio livro de Hall, *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, cita Homi Bhabha, que defende que “o ‘multiculturalismo’ é um termo valise que se expandiu de forma heterogênea e que o ‘multicultural’ se tornou um significante oscilante”.(HALL, 2003, p. 51)

O termo ‘multiculturalismo’ é hoje utilizado universalmente. Contudo, sua proliferação não contribuiu para estabilizar ou esclarecer seu significado. Assim como outros termos relacionados – por exemplo, ‘raça’ etnicidade, identidade, diáspora – o multiculturalismo se encontra tão discursivamente enredado que só pode ser utilizado ‘sob rasura’. Contudo, na falta de conceitos menos complexos que nos possibilitem refletir sobre o problema, não resta alternativa senão continuar utilizando e interrogando esse termo. (HALL, 2003, p. 51)

Hall relata, em “Da Diáspora”, que o multiculturalismo “descreve uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabadas. Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há ‘multiculturalismos’ bastante diversos.” (HALL, 2003, p. 53). No livro, Hall traz algumas definições de multiculturalismo, ressaltando o ‘multiculturalismo conservador’, que trata da assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria; o ‘multiculturalismo liberal’, que preconiza a integração de diferentes grupos culturais, que tolera certas práticas culturais particularistas no domínio privado; o ‘multiculturalismo pluralista’, que avalia diferenças grupais e permite direitos de grupos distintos a diferentes comunidades; o ‘multiculturalismo comercial’, que prevê que se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida significa que os problemas de diferença cultural serão resolvidos no consumo privado; o ‘multiculturalismo corporativo’, que pode ser público ou privado, e pretende administrar as

⁷⁰ Uma das definições de cultura mais referenciadas é a de Canclini, quando situa que “Quando nos referimos à cultura, estamos falando da produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, a compreender, reproduzir ou transformar o sistema social. Portanto, estamos reconhecendo à cultura uma função de compreensão, de conhecimento do sistema social; a estamos considerando como um lugar no qual se representam nos sujeitos o que ocorre na sociedade; e também como instrumento para a reprodução do sistema social.” Conferir em: CANCLINI, Néstor García. Ideología, cultura y poder. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1995, p. 60.

⁷¹ Entre os autores que colocam sob rasura o termo pós-modernidade está Stuart Hall, que prefere chamar de “modernidade tardia”. Sobre isso ver: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro:DP&A, 2004.

diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro; e há também o ‘multiculturalismo crítico ou revolucionário’ que enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência.(HALL, 2003, p. 53)

As colonizações na América Latina, tendo por base as definições de Hall, devem ser encaradas como as do multiculturalismo que visam sempre aos interesses do centro, do europeu “branco”, “superior”, “dominante”. Afinal, os latino-americanos, por um bom tempo e até hoje (em muitos casos), ainda se reconhecem e são reconhecidos como “inferiores” e “dominados”. Vê-se, por exemplo, a aculturação e a assimilação de manifestações culturais vindas do centro (música, dança, alimentos, modo de vida, padrões de beleza e estética, entre outros), com grande anuência dos meios de comunicação de massa, que valorizam o que “vem de fora”, dos “estrangeiros”.

O entendimento de “multiculturalismo crítico ou revolucionário”, dito por Hall, presta-se à visão de um paradigma “pós-neoliberal” ou “pós-colonial”. Pode nortear o entendimento sobre um multiculturalismo latino-americano, reconhecendo o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência, da época das colonizações até os dias de hoje. Não sendo, portanto, concebido como uma teoria que auxilie a estratégia de homogeneizar as diferenças, os conflitos e as intolerâncias.

Condiz também com essa abordagem, tendo como foco a emancipação da América Latina, o “multiculturalismo emancipatório”, preconizado por Boaventura de Sousa Santos. E não como a expressão multiculturalismo era (ou é) absorvida por alguns autores, significando “originariamente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio das sociedades modernas”.(HALL, 2003, p. 26)

Já o autor inglês Peter Burke, adota o conceito de hibridização para discorrer sobre a “globalização cultural”. Segundo ele, essa “[...] globalização cultural envolve hibridização. Por mais que reajamos a ela, não conseguimos nos livrar da tendência global para a mistura e para a hibridização[...]”(BURKE, 2003, p. 14). Burke aborda uma questão importante quando afirma “[...]não tenho a menor intenção de apresentar a troca cultural como um simples enriquecimento, esquecendo que às vezes ela ocorre em detrimento de alguém”. (BURKE, 2003, p. 17). Ele demarca o conceito no seu livro “Hibridismo cultural”:

Embora processos de hibridização possam ser encontrados na esfera econômica, social e política, para não mencionar a miscigenação, este ensaio se restringe a tendências culturais, definindo o termo ‘cultura’ em um sentido razoavelmente amplo de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações.(BURKE, 2003, p. 16)

De acordo com Burke, “O preço da hibridização [...] inclui a perda de tradições regionais e de raízes locais. Certamente não é por acidente que a atual era de globalização cultural, às vezes vista mais superficialmente como ‘americanização’, é também a era das reações nacionalistas ou étnicas [...]”(BURKE, 2003, p. 18). Ele diz, ainda, que Gilberto Freyre louvou notadamente tanto o regionalismo quanto a mestiçagem, mas geralmente há uma tensão entre eles.”(BURKE, 2003, p. 18). O fato é que a mistura entre culturas pode gerar perdas. Ou uma homogeneização. O autor exemplifica:

No entanto, como tantos itens da cultura europeia, o carnaval foi transformado durante sua permanência nas Américas. Por exemplo, a importância da dança torna os carnavais do Novo Mundo tão característicos em Havana, em Buenos Aires e em Port of Spain quanto no Brasil. A dança, quer a religiosa quer a secular, era uma forma de arte particularmente importante na África tradicional[...] (BURKE, 2003, p. 35)

As teorias de multiculturalismo e hibridismo clareiam a análise sobre os processos de colonização da América Latina. Toda a investida dos colonizadores (antigos e modernos, eurocêntricos e estadunidenses) deixou fissuras profundas na historicidade latino-americana. Perda de tradições regionais, aculturações, invasões de valores, crenças, hábitos e costumes importados dos “centrais” tiveram um grande impacto sobre a vida econômica, social, política e, sobretudo, cultural desses países “periféricos”. Isso porque não houve uma “mistura” de culturas de igual para igual. Houve, sim, uma imposição de culturas consideradas “superiores” em detrimento de outras tornadas “subalternas”, “inferiores”. Por isso, talvez uma libertação latino-americana de padrões culturais impostos seja mais difícil e tardia do que uma possível hegemonia econômica.

Observa-se uma adoção de linguagens, padrões de estética, ideia de felicidade, música, cinema, produtos de consumos, modo e estilo de vida, crenças, costumes, ideologias, enfim, culturas materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, de fora, do Outro, do estrangeiro, do “dominante”. Dificilmente um povo, uma nação, uma região será emancipada se não olhar para dentro de suas tradições, reconhecê-las e valorizá-las.

O que não se pode é negar os legados multiculturais e híbridos. O pensador argentino, Néstor García Canclini, em “Culturas híbridas” (1998), aponta que os países latino-americanos são o resultado “[...]da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas.”(CANCLINI, 1998, p. 73). Canclini (1998, p. 73-74) avalia que “Apesar das tentativas de dar à cultura de elite um perfil

moderno, encarcerando o indígena e o colonial em setores populares, uma mestiçagem interclassista gerou formações híbridas em todos os estratos sociais.”

No livro “Latino-americanos à procura de um lugar neste século” (2008), Canclini, para problematizar o tema, faz a pergunta: “Quem quer ser latino-americano?”(CANCLINI, 2008, p. 29). Ele diz que a resposta depende de onde se exerce a tarefa. O autor aproveita a questão para elaborar argumentos sobre a desagregação da região. “Durante o século XIX e um bom trecho do século XX, cada pessoa pertencia a uma nação, e era dessa perspectiva que ela imaginava suas relações com os outros. A nação servia de continente para a cidadania e de mediadora das interações para além das fronteiras.”(CANCLINI, 2008, p. 29). De acordo com Canclini (2008, p. 29), “Poucos saíam de sua nação para fazer a experiência da ‘pátria grande’.”

Nós, latino-americanos, sabíamos que dois idiomas nos uniam (o espanhol e o português), mas as línguas indígenas eram quase secretas em vastas regiões (exceto no Paraguai, Peru, México, Bolívia e Guatemala). Nas escolas do continente, nos ensinavam uma história mais ou menos comum, e alguns setores sentiam que também a religião católica os unificava.(CANCLINI, 2008, p. 29)

Fazendo uma crítica à industrialização dos processos culturais, que integram e segmentam, Canclini revela que “[...]as indústrias culturais unificam e homogeneízam, mas também trabalham com as diferenças étnicas, nacionais e de gostos, gerando novas distinções.”(CANCLINI, 2008, p. 31). O autor chama atenção para o fato de que são antigas as tensões e contradições entre o que une e o que segmenta os povos da região. E mostra um novo olhar sobre o que é ser latino-americano. Se antes o continente foi submetido a uma invasão material e simbólica, hoje também há um fluxo de culturas e pessoas que saem das fronteiras territoriais do Sul. “As nações não são o que eram, nem têm fronteiras ou alfândegas fechadas que contenham o que se produz em seu interior e filtrem o que vem de fora.” (CANCLINI, 2008, p. 33). Ele ressalta uma visão de América Latina híbrida, multilocalizada.

Somos milhões os que deixamos nossos países, os que continuamos a ser mexicanos ou cubanos nos Estados Unidos, bolivianos ou uruguaios na Argentina, latino-americanos em Madri, Paris ou Chicago. O significado da latino-americanidade não pode ser definido apenas observando apenas o que acontece dentro do território historicamente delimitado como América Latina. As respostas sobre os modos de ser latino-americano vêm também de fora da região, assim como as remessas dos emigrados.(CANCLINI, 2008, p. 33)

De acordo com Canclini, “Essas referências identitárias, historicamente dinâmicas, foram embalsamadas num estágio “tradicional” de seu desenvolvimento e declaradas essências da cultura nacional.” (CANCLINI, 2008, p. 45). Para o autor, considerar-se possuidor de uma “[...] *identidade* equivaleria a ser parte de uma nação ou [...] ‘pátria grande’ (latino-americana), uma *entidade* espacialmente delimitada, onde tudo aquilo que era compartilhado por seus habitantes [...] marcaria diferenças nítidas em relação aos demais.” (CANCLINI, 2008, p. 45)

Embora as considerações do autor argentino levantem reflexões válidas para este trabalho, considera-se, aqui, que existe, sim, uma identidade “híbrida” e “multicultural” que define um lugar de fala latino-americano. Negar isso seria negar a própria história e as condições de produção peculiares dos discursos sobre a América Latina. Seria negar, também, as possibilidades de regionalização dos países do Sul, unidos por uma identidade sócio-histórica. Isso torna mais complexas as possibilidades de descolonização.

3.2.3 A descolonização do saber

A “mistura” cultural, na perspectiva desta tese, não é algo abominável, que apenas gera desterritorialização, perda de identidade e valores, submissão, espoliação. Ou seja, como algo nefasto para as nações. O que pesa sobre a América Latina, neste quesito, são as condições sócio-históricas pelas quais se foi construindo o discurso *dos* povos colonizados e *sobre* eles. O que significou uma ideia, um imaginário e mesmo uma realidade concreta particular sobre a região. Essa reflexão emerge com maior força diante do tema da descolonização. Como a América Latina pode sair da condição de colônia? Como descolonizar-se?

Ao longo deste capítulo, algumas alternativas de descolonização foram abordadas de forma diluída e fragmentada – como a própria integração regional e os movimentos de emancipação. No entanto, há um viés que alcança cada vez mais espaço entre os estudiosos da região: a descolonização do saber. Tal como a mídia faz, os discursos dos produtos culturais, científicos, acadêmicos, literários, enfim, perpetuam a ideologia dominante, a ideia de uma América Latina submissa e “vítima” de uma miscigenação que não “favoreceu” a sua equiparação intelectual à *estirpe* europeia. Isso quando não se retomam discursos que dão conta de uma região “naturalmente” inferior. Alternam-se os “dominadores” (eurocêntricos e

estadunidenses), mas sair da condição de colônia ainda é um desafio que se impõe aos povos do Sul do continente.

A concepção da “descolonização do saber” tem impulsionado vários autores, de posições mais críticas, a debruçarem-se sobre esse tema. Entre eles, Boaventura de Sousa Santos, que, em “Descolonizar el saber, reinventar el poder” (2013), defendeu que “A dificuldade de imaginar a alternativa ao colonialismo reside em que o colonialismo interno não é apenas uma política de Estado, como sucedia durante o colonialismo de ocupação estrangeira[...]”(SANTOS, 2013, p. 17, tradução nossa). Ou seja, demandaria uma desconstrução muito mais profunda, que afetaria vários setores da organização social, inclusive, a cultura. Nas palavras do autor português, trata-se de “[...]uma gramática social muito vasta, que atravessa a sociabilidade, o espaço público e o espaço privado, a cultura, as mentalidades e as subjetividades. É [...]um modo de viver e conviver muitas vezes compartilhado por quem se beneficia dele e os que sofrem.”(SANTOS, 2013, p. 17, tradução nossa).

Santos defende que a luta contra o capitalismo deve ser conduzida de modo paralelo à luta anticolonialista. “A dominação de classe e a dominação étnico-racial se alimentam mutuamente, portanto, a luta por igualdade não pode estar separada da luta por reconhecimento da diferença.”(SANTOS, 2013, p. 17, tradução nossa). Entende-se, aqui, que essa “diferença”, reconhecida por Boaventura de Sousa Santos, é o referendo de que há uma identidade ou identidades que designam um “lugar” próprio de “ser” e “sentir-se” latino-americano. Inclusive, essa ideia de “identidade” é que dá sentido ao movimento de integração e regionalização dos países do Sul.

Já em “Epistemologias do Sul”, Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses defendem que o colonialismo usurpou os saberes dos povos do Sul, porque “[...]para além de todas as dominações já conhecidas, houve também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados.”(SANTOS e MENESES, 2010, p. 19). Seguindo na sua teorização sobre descolonização, o autor cunhou de “epistemologias do Sul” “[...]o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos.”(SANTOS e MENESES, 2010, p. 19). Neste caminho, os autores indicam a necessidade de construção de um pensamento pós-abissal, que

[...]parte do reconhecimento de que a exclusão social no seu sentido mais amplo toma diferentes formas, conforme é determinado por uma linha

abissal ou não-abissal, e que, enquanto a exclusão abissalmente definida persistir, não será possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista. Durante um período de transição possivelmente longo, defrontar a exclusão abissal será um pré-requisito para abordar de forma eficiente as muitas formas de exclusão não-abissal que têm dividido o mundo moderno deste lado da linha.(SANTOS e MENESES, 2010, p. 52)

Santos defende, ainda, uma “reconstrução intercultural de direitos humanos”. Segundo ele, “As condições para um multiculturalismo progressista variam amplamente através do tempo e do espaço e, antes de tudo, segundo as especificidades culturais implicadas e as relações de poder entre elas.”(SANTOS, 2013, p. 86, tradução nossa). O autor arrisca definir algumas orientações de procedimentos e imperativos transculturais para os grupos sociais que pretendem abrir canais de diálogos interculturais.

Em linhas gerais, são eles: *da completude à incompletude* (entendimento da existência e possibilidade de relevância de outras culturas); *de versões culturais estreitas a versões amplas* (as culturas compreendem rica variedade interna que devem ser consideradas); *de tempos unilaterais a tempos compartilhados* (o diálogo intercultural não pode se estabelecer unilateralmente); *de parceiros e temas unilateralmente impostos a parceiros e temas eleitos mutuamente; da igualdade ou diferença à igualdade e diferença* (ter direito à igualdade quando a diferença inferioriza e direito à diferença quando a igualdade põe em perigo a identidade do outro).(SANTOS, 2013, p. 86-89, tradução nossa).

Para o semiótico argentino, Walter D. Mignolo, “O Novo Mundo e a América são invenções europeia-cristã, cujos agentes foram as monarquias e, em seguida, os estados-nacionais do Atlântico.”(MIGNOLO, 2008, p. 239). Isso mostra a identidade latino-americana imbricada ao modo de ser e pensar eurocêntrico. Ou melhor, como um “subproduto” da Europa. Para Mignolo, “A formação histórica do mundo moderno-colonial resultou das ações e das narrativas produzidas basicamente em quatro das seis línguas modernas imperiais: português, castelhano, francês e inglês.”(MIGNOLO, 2008, p. 239).

O pensamento descolonial pensa a partir das margens, e pensa as margens em relações imperiais-coloniais de poder. A descolonização da história narrada e do pensamento historiográfico é parte da tarefa do pensamento descolonial para avançar na opção descolonial.(MIGNOLO, 2008, p. 249).

Aníbal Quijano (2005, p. 209) contribui com este debate, já que é um dos autores latino-americanos que compõe a corrente do pensamento descolonial. Para ele, o padrão de poder mundial levado a cabo pelo eurocentrismo atingiu vários setores das populações do planeta. Para as regiões que passaram por processos de colonização, esse novo padrão

implicou em um processo de “reidentificação histórica”: a partir da Europa foram atribuídas a eles novas identidades geoculturais.

Para Quijano (2005, p. 209), junto com esse padrão de poder mundial foram também incorporadas diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa. Isso significou, para esse mundo, uma configuração cultural, intelectual – enfim, intersubjetiva –, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial.

Com efeito, todas as experiências, histórias, meios e produtos culturais acabaram também articulados a uma só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outros termos, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob a sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura e, em especial, do conhecimento, da produção do conhecimento.(QUIJANO, 2005, p. 209, tradução nossa)

Diante de tamanha complexidade, um processo de descolonização não poderia ser simples, pois são as relações intersubjetivas que mais são afetadas pelos processos de dominação. Quijano resume as marcas principais dessa invasão hegemônica na era das colonizações, destacando a “colonialidade das relações culturais ou intersubjetivas”(QUIJANO, 2010, p. 124):

- 1)Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais iletrados.
- 2)Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.
- 3)A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado.
- 4)*Last but not least*, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou uma maneira mistificada de perspectiva da realidade, quer se trate do “centro”, quer da “periferia colonial”. Mas os seus efeitos sobre a última, no que concerne ao conhecimento e à ação, foram quase sempre historicamente conducentes a becos sem saída. A questão nacional, a questão da revolução, a questão da democracia são talvez dos exemplos mais emblemáticos.

Quijano aponta que a descolonialidade, a luta contra a dominação e exploração, deve ser engendrada na luta pela destruição da colonialidade do poder, “[...] não só para terminar

com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado.”(QUIJANO, 2010, p. 126). Para ele, “Essa luta é parte da destruição do poder capitalista, por ser hoje a trama viva de todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e intersubjetivas.” (QUIJANO, 2010, p. 126).

E a experiência histórica até aqui aponta para que não há outro caminho senão a socialização radical do poder para chegar a esse resultado. Isso significa a devolução aos próprios indivíduos, de modo direto e imediato, do controle das instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade e autoridade.(QUIJANO, 2010, p. 126-127).

4 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A AMÉRICA LATINA: um mergulho em águas opacas e profundas

Analizar a materialidade dos discursos encravados no *corpus* deste estudo representa um mergulho em águas profundas – e opacas. É uma investida – a todo tempo – nos sentidos das palavras e como elas foram rearranjadas no enunciado, levando em consideração as formas possíveis de olhares sobre o discurso. Isso porque: “Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.”(ORLANDI, 2003, p. 15).

O objetivo deste capítulo, portanto, é abordar as teorias da Análise do Discurso que, como processo e método, favoreçam o entendimento e a análise do *corpus*. Essa empreitada terá como vértices (e base de problematização) as concepções de Formação Ideológica e Formação Discursiva, eixos dos quais partirão outros temas teórico-metodológicos da Análise do Discurso. Para tanto, foram priorizados os paradigmas pecheutianos que guardam uma sintonia com a compreensão desta tese, de que o estudo do discurso perpassa a questão da história, da ideologia e da luta de classes.

Tendo como ponto de partida a visão de Pêcheux sobre os principais paradigmas da Análise do Discurso, esta observação sistemática e metódica do *corpus* baseou-se também nos principais autores desse campo e áreas afins, inclusive brasileiros. Reconhece-se, aqui, que tentar esgotar as possibilidades de olhares sobre o discurso midiático (sabendo que são inesgotáveis) requer uma busca de estudos e pesquisas existentes, com uma maior fidelidade às teorias da Escola Francesa⁷² ou de “tendências francesas”⁷³. No entanto, autores não “ortodoxos” a essa linha auxiliaram também na compreensão do objeto de estudo, desde que filiados a paradigmas não conflitantes.

⁷²“O rótulo “Escola Francesa” permite designar a corrente da análise do discurso dominante na França nos anos 60 e 70. Surgido na metade dos anos 60, esse conjunto de pesquisas foi consagrado em 1969 com a publicação do número 13 da revista *Languages*, intitulado ‘A Análise do discurso’ e com o livro *Análise Automática do discurso* de Pêcheux (1938 – 1983), autor mais representativo dessa corrente. Essa problemática não permaneceu restrita ao quadro francês; ela emigrou para outros países, sobretudo para os francófonos e para os de língua latina. O núcleo dessas pesquisas foi o estudo do discurso político conduzido por linguistas e historiadores com uma metodologia que associava a linguística estrutural a uma ‘teoria da ideologia’, simultaneamente inspirada na releitura da obra de Marx pelo filósofo Louis Althusser e na psicanálise de Lacan. Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e o linguístico, evitando, ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discursivo no ideológico[...].” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 202, grifo do autor)

⁷³Alguns autores preferem referencial o termo “tendências francesas”, que significam: corpora restritos; interesse por propriedades discursivas como unidades da língua; privilégio às teorias da enunciação; importância ao interdiscurso; e a inscrição do sujeito no discurso. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004)

4.1 CHEGANDO AO CORPUS PELA ANÁLISE DO DISCURSO

Como já foi demarcado, fala-se aqui, em particular, do discurso da mídia sobre o discurso político. E há sempre especificidades que devem ser consideradas na análise do *corpus*, em especial quando se aborda um *campo minado* como o é a mídia. É fato que os meios de comunicação adquiriram um papel importante na sociedade moderna, de construção da memória social. Há uma legitimidade delegada aos veículos de comunicação, que, aliás, ainda é muito pouco colocada em xeque ou questionada.

E quando se trata da mídia impressa – por ser escrita, documentada –, há uma mística maior de credibilidade, com seus cadernos especializados e apuração mais demorada, pois, afinal, não é uma mídia virtual, rápida, efêmera, urgente. Daí que envolve toda uma complexidade de sentidos e filiações. Portanto, capturar os funcionamentos desse discurso midiático exige aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso, como campo mais apropriado para tal investigação. Trabalhar com esse campo de conhecimento é uma atividade intelectual e *artesanal* em busca dos simbolismos e sentidos.

A visão da Análise do Discurso aqui adotada é condizente com o que se pretende desta pesquisa científica, desde a sua concepção inicial: ir nas entranhas do texto para reconhecer como o discurso funciona, como significa, como faz sentido. A materialidade analisada, dessa forma, está vinculada a todo um processo sócio-histórico. Como reforça Orlandi (2003, p.19), esse campo é oriundo de vertentes interdisciplinares, surgidas de três domínios: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Da Linguística, interessa a visão da não-transparência da linguagem, sendo não unívoca a relação entre linguagem, pensamento e mundo. Já o materialismo histórico do Marxismo, aporta o entendimento de que “há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente”(ORLANDI, 2003, p. 19).

Nessa perspectiva, o lugar (ou os lugares) do sujeito (ou dos sujeitos) no discurso assume grande importância. Sobretudo por ser a mídia um *meio* que vincula os produtores do discurso e a opinião pública. É válido destacar a análise de Gregolin (2000), para quem o foco da interpretação de um texto de mídia não estará no “sujeito enunciador”, que a autora chama de “eu” e nem no “sujeito leitor”, nomeado “tu”, mas no espaço discursivo criado entre “eu” e “tu”.(GREGOLIN, 2000, p. 25). Como reforça Gregolin (2000, p. 25): “Os sujeitos constroem sua identidade na relação com o outro, na inserção de uma alteridade que desenha os contornos do espaço discursivo no fluxo histórico.[...].”

Assim, “a análise desse sentido construído deve conceber o discurso da mídia como um objeto inscrito na relação da língua com a História”.(GREGOLIN, 2000, p. 25). A analista de discurso brasileira questiona a condição da mídia ser passível de interpretação. “Se a história construída na mídia é um entrelaçamento de vozes transversais, o que torna os seus textos interpretáveis? O que faz o encontro entre uma rede temática e a memória coletiva e possibilita que certas figuras sejam legíveis em uma cultura?” (GREGOLIN, 2000, p. 25).

A criação da ilusão de *unidade* do sentido é um recurso discursivo muito utilizado nos textos da mídia como uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Nos textos de mídia – teia onde se cruzam textos e discursos – os sentidos só podem ser captados na heterogeneidade. A aparente instantaneidade da mídia interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da ressignificação de mensagens e sinais enraizados no passado. Os gestos de interpretação fazem derivar do passado a interpretação contemporânea. O leitor da mídia é interpelado a interpretar a História como se ela estivesse acontecendo diante do seu olhar. Cria-se, pelo instantâneo, a ilusão do fluir histórico e, consequentemente, a certeza ilusória de que se está acompanhando a História-em-curso.(GREGOLIN, 2000, p. 25-26).

Com isso, chega-se a outro ponto de partida importante para esta pesquisa: são heterogêneos os discursos e suas formações. Não há univocidade, nem unicidade. O entendimento da discursivização do sujeito é mais complexificada do que o paradigma do “atravessamento”, imutável e incondicional, do sujeito pela ideologia. Entende-se, aqui, que há contraposições, contradições e luta de classes até em Formações Ideológicas e Formações Discursivas mais marcadas, como as que são constitutivas da mídia. Neste caso, os estudos aqui traduzidos amadureceram junto com o reconhecimento das reavaliações e avanços teóricos do próprio Pêcheux⁷⁴, que passou a considerar a não homogeneidade nas Formações Ideológicas e Discursivas.

⁷⁴ Considera-se que foram demarcadas três épocas da Análise do Discurso, instauradas por Michel Pêcheux. De acordo com Gregolin (2004, p. 60, 61, 62, 64, grifos da autora), essas fases revelam “[...]os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa. O solo epistemológico precisou ser revolvido e as mudanças delineiam os debates teóricos e políticos que surgiram de crises que atingiram a reflexão sobre como se dá a articulação entre o discurso, a língua, o sujeito e a História. No decorrer das três épocas, o estudo dessa relação será aprofundado a partir das propostas de Althusser, à qual Pêcheux acrescenta outros aportes.[...] O que é chamado de “primeira época” por Pêcheux [...] – e que Maldidier considera como *aventura teórica* – inicia-se com o livro *Analyse Automatique du Discours* (1969): trata-se de uma proposta teórico-metodológica impregnada pela releitura que ele faz de Saussure, deslocando o objeto, penando na *langue*[...] como a base dos processos discursivos, nos quais são estão envolvidos o sujeito e a História. Na concepção do objeto *discurso* cruzam-se Saussure (relido por Pêcheux), Marx (relido por Althusser) e Freud (relido por Lacan). Na sua autocrítica, Pêcheux [...] considera que o princípio metodológico adotado na “análise automática” teve como efeito o “primado do Mesmo sobre o Outro”, isto é, levou a análise à busca das invariâncias, das paráfrases de enunciados sempre repetidos. Essas críticas conduzem à “segunda época”, quando

Essa interface entre comunicação e política, tão emergente neste trabalho, clama, portanto, por um entendimento sobre as condições de produção dos discursos que circulam nos jornais e revistas que compõem o *corpus*. Por isso, antes de chegar até aqui, foi fundamental percorrer um caminho que apontou para o *lugar de fala* da mídia e sua função de construtora de representações simbólicas da realidade; ao passo que foi necessário reconhecer a trajetória e os *lugares de memória* da América Latina, ao longo da sua história, delineando os discursos travados sobre a região e o que é *ser* latino-americano. Sabendo-se, que: “Alinhavada pelos veículos de mídia, a memória social de que tratamos está sujeita, ainda, às ordens do icônico, do simbólico, da simbolização.”(GREGOLIN, 2000, p. 22). Por isso que outras teorias se entrecruzarão, aqui, com as abordagens anteriormente trabalhadas. Para que seja possível fazer suscitar outros sentidos.

Importou para este trabalho – sob os aportes da Análise do Discurso – conhecer os contextos e sujeitos em cena: as condições de produção dos discursos. De acordo com Orlandi (2006, p. 15), essas condições de produção envolvem, além dos sujeitos, também a situação – que pode ser vista no sentido estrito ou lato. “Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, [...]compreende o contexto sócio-histórico, ideológico mais amplo.”(ORLANDI, 2006, p. 15). Assim sendo, na prática, não se pode separar o contexto imediato e o contexto mais amplo, pois em situação de linguagem ambos funcionam juntos.(ORLANDI, 2006, p. 15).

Inclusive, o que diferencia a Análise do Discurso de outros estudos do campo da linguagem é, também, o entendimento de que a língua é relativamente autônoma, reintroduzindo a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem; bem como a concepção de que a história tem o seu real afetado pelo simbólico (“os fatos reclamam sentidos”). Nessa perspectiva, o sujeito do discurso funciona por meio do inconsciente e da

se inicia o movimento em direção à heterogeneidade, ao Outro, à problematização metodológica. A re-interpretação do conceito de *formação discursiva* de Foucault [...] faz as propostas peuchetianas ingressarem naquilo que Maldidier [...] denomina “a época dos tateamentos” [...], um período de polêmicas, reajustes, que são visíveis no artigo escrito por Pêcheux e Fuchs (1975), no qual é apresentado o “quadro epistemológico geral” da análise do discurso, explicitando a vinculação com Saussure, Marx e Freud. É nesse artigo, também, que Pêcheux refina a análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito, formulando sua teoria dos “dois esquecimentos”: sob a ação da interpelação ideológica, o sujeito pensa que é a *fonte do dizer* pois este se apresenta como uma evidência.[...] Como que fechando um ciclo – para abrir outros – em 1975 é publicado o grande livro de Pêcheux, *Les Vérités de la Palice* [...], que constitui um momento essencial de teorização das mudanças, ao propor uma *teoria materialista do discurso*[...]. Pêcheux está acentuando o papel da “luta ideológica de classe” na produção dos sentidos. [...] é nesse segundo momento – que se recorta entre os anos de 1975 a 1979 – que ocorrem as maiores tensões entre Pêcheux e Foucault [...]. A “terceira época”, que temporalmente se marca entre o período de 1980 a 1983 – que Maldidier [...] denomina como aquela da “desconstrução dirigida” – dentro de uma crise irreversível das esquerdas francesas, Pêcheux afasta-se das posições dogmáticas sustentadas anteriormente a partir de sua vinculação com o Partido Comunista. É o momento do encontro com a Nova História, de aproximação com as teses foucaultianas [...].

ideologia, pois ele não tem controle sobre o modo como é afetado pelo real da língua e o real da história. Por isso, diz-se que se trata de um sujeito descentrado.(ORLANDI, 2003, p. 19-20).

Convergindo com esses paradigmas, os alicerces construídos anteriormente neste trabalho – sobre a mídia e a América Latina – propiciaram uma melhor compreensão sobre o lugar dos sujeitos e as situações em jogo, elementos fundantes para entender também as condições de produção dos discursos em observação, tendo a memória discursiva e o interdiscurso como seus elementos constitutivos. Porque “[...] faz parte do modo como as condições de produção do discurso se estabelecem o que chamamos relações de força. Segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa.”(ORLANDI, 2006, p. 16).

Para Orlandi (2006, p. 16), cada lugar tem sua força nas relações de interlocução, representando as posições sujeito. “Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho etc. [...]Por isso, essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força.”(ORLANDI, 2006, p. 16). “Desse modo, não é do operário que estamos falando, por exemplo, mas da imagem que nossa sociedade faz do operário.” (ORLANDI, 2006, p. 16). Orlandi reforça a sua tese de que o discurso é formado pelo imaginário.

Disso decorre-se o estabelecimento de vínculos “[...]entre a memória discursiva e a atualização de temas que estão constantemente sendo recolocados nos textos que circulam em um dado momento histórico.”⁷⁵(GREGOLIN, 2000, p. 22). Somente assim é possível, nesta pesquisa, cruzar os discursos que circulam (e circularam) sobre a América Latina e o discurso midiático. De acordo com Gregolin (2000, p. 20), “Na medida em que os sentidos se constituem no movimento de materialização do histórico nas formas linguísticas, a produção e a interpretação dos textos que circulam na mídia dependem do reconhecimento do interdiscurso que oculta ou revela significados;[...]”. Constitutivamente, a política abarca discursos outros que, historicamente, são ressignificados e reapresentados pela/na mídia.

Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2003, p. 15)

⁷⁵ Este assunto leva ao tema do interdiscurso, que será tratado logo mais à frente.

E é a busca de entender esse “trabalho simbólico” do discurso – fundamental e que está “na base da existência humana” – que norteou este mergulho nas águas profundas e sempre opacas dos textos midiáticos sobre os países latino-americanos e seus líderes. Compreender como a mídia ressignifica e recoloca esse discurso a partir de novos acontecimentos é deslindar a própria visão da classe dominante sobre a América Latina e seus líderes. Recomeça-se essa aventura aqui pelos eixos da Formação Ideológica e da Formação Discursiva.

4.1.1 Formação Ideológica e Formação Discursiva

Para seguir com essa abordagem da Análise do Discurso, é central neste estudo trazer a ideia e os conceitos de Formação Ideológica e, consequentemente, de Formação Discursiva – já que é no interior desta que a interpretação e o sentido emergem. Até porque, “[...]As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas.” (ORLANDI, 2006, P. 17). Ou seja, é em uma Formação Discursiva que é determinado o que *deve* e o que *pode* ser dito. Assim, “[...]As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.”(ORLANDI, 2006, P. 17).

No caso deste estudo, toda a análise se dará a partir da Formação Ideológica midiática. Assim, os enunciados que compõem os discursos do *corpus* se inscrevem em uma Formação Ideológica dada – a mídia –, que tem na sua gênese e constituição histórica um discurso de contraponto às lutas emancipatórias dos líderes progressistas latino-americanos⁷⁶. Isto é, a mídia é produtora/reprodutora do discurso da classe dominante. É, portanto, no âmbito das Formações Ideológicas que se instauram as condições para as lutas de classes.

Quem melhor conduz essa compreensão sobre Formação Ideológica e Formação Discursiva é Michel Pêcheux (1938-1983), de forma especial, em “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, livro escrito no ano de 1975. Para chegar ao entendimento dessas formações e como elas se dão, é premente entender o ponto de vista do autor sobre “as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção”.(PÊCHEUX, 1997, p. 143). Pêcheux retoma Althusser (visto no segundo capítulo desta tese) para explicar que “a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da

⁷⁶Vide o segundo capítulo desta tese. Ressalte-se aqui que não cabe um olhar apriorístico sobre o funcionamento da mídia, pois é um dos desafios desta tese enxergar esse funcionamento e possíveis contradições no discurso midiático.

ideologia, significa que a luta de classes ‘passa por’ aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado.”(PÊCHEUX, 1997, p. 144, grifo do autor).

Se, para Althusser (2003, p. 68), os meios de comunicação estão inseridos em “[...]um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...]” – no caso, um aparelho ideológico de informação – , logo, a luta de classes passa pela mídia e o seu funcionamento. Pêcheux (1997, p. 145) ressalta que os aparelhos ideológicos de Estado não são apenas instrumentos da classe dominante, ou seja, máquinas ideológicas criadas para reproduzir as relações de produção. São, “[...]ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes.” (PÊCHEUX, 1997, p. 145).

Diferentemente de alguns autores contemporâneos⁷⁷, Pêcheux (1997) interpreta as teorias althusserianas como flexíveis à possibilidade de ruptura de um modelo hegemônico, ou (sendo fiel ao discurso do próprio Althusser) que os aparelhos ideológicos de Estado sejam também uma instância de contraposição entre classes sociais. Isto é: “[...]os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas de transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)⁷⁸.(PÊCHEUX, 1997, p. 145). Embora, segundo Pêcheux (1997, p. 144-145), os aparelhos ideológicos sejam “lugar” e “meio” – diga-se, por excelência – de realização da ideologia dominante:

“A ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...”, o que quer dizer que os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante (sabe Deus onde a ideologia dominante obteria, então, sua supremacia!), mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante...” (grifo do autor)

Pêcheux explica porque esse funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado não é homogêneo, dizendo que “[...]seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, todos os aparelhos ideológicos de Estado contribuem de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para a sua transformação.”(PÊCHEUX, 1997, p. 145, grifo do autor). Com isso, Pêcheux avança na revelação de que “O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior

⁷⁷Alguns deles, citados no segundo capítulo desta tese.

⁷⁸Esta visão aproxima ainda mais as teorias althusserianas das gramscianas, estudadas também no segundo capítulo desta tese.

do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade/subordinação.*”(PÊCHEUX, 1997, p. 147, grifo do autor).

Pêcheux (1997, p. 149) reitera que “Só há prática através de e sob uma ideologia; [...] Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos [...].” Traduzindo, diz-se que “[...] sujeito e sentido se constituem reciprocamente em relação a uma (ou várias) FD(s), dentro da(s) qual(is) ambos são produzidos como efeitos, efeito de sentido e efeito-sujeito. As FD(s) funcionam como ‘matriz’ para a produção do sentido[...].”(ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 35).

Afinal, “[...]as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas[...].”(PÊCHEUX, 1997, p. 144). Dessa forma, fica compreendido, então, “[...]por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe[...].”(PÊCHEUX, 1997, p. 146, grifo do autor).

Haroche, Pêcheux e Henry (2007, p. 26) escreveram que “Cada formação ideológica constitui, desse modo, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras.” (grifo dos autores). Por esse entendimento, as formações ideológicas guardam em si, como seus componentes, uma ou várias formações discursivas, que são interligadas e, sendo assim, determinam o que pode e deve ser dito.(HAROCHE, PÊCHEUX e HENRY, 2007, p. 26).

Como foi colocado na introdução desta tese, essas Formações Discursivas podem ser articuladas em forma de arenga, sermão, panfleto, exposição, programa, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada.(HAROCHE, PÊCHEUX e HENRY, 2007, p. 26). De acordo com a concepção pecheutiana, por Orlandi, “[...]as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente.”(ORLANDI, 2005, p. 11). E isso opera no texto, no discurso, nas plataformas midiáticas. Assim,

[...]o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: [...] as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos deixar claro: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra. (HAROCHE, PÊCHEUX e HENRY, 2007, p. 26, grifo dos autores).

Para Orlandi (2005, p. 11), “[...]O sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáfora (transferência) acontecendo nas formações discursivas que são o seu

lugar histórico provisório.”. Por isso, exige-se aportes teóricos dos campos de interface para uma aproximação do sentido (ou dos sentidos). Michel Pêcheux, de acordo com Orlandi (2005, p. 11), rechaça a visão da “evidência do sentido” e o “sujeito intencional” na origem do sentido. “O discurso é definido por este autor como sendo efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto.”(ORLANDI, 2005, p. 11). Converge com este estudo a defesa de Pêcheux em relação ao sentido das palavras, que não é ligado à sua literalidade.

Assim, os trabalhos filiados teoricamente à linha de reflexão fundada por Pêcheux pressupõem o descentramento do sujeito e a historização do sentido. O sujeito não é mais entendido como origem e fonte do dizer, em absoluto controle estratégico e intencional do sentido de “seus” enunciados; pelo contrário, assume-se a determinação ideológica do sujeito por formações discursivas [...] que o precedem e excedem, dentro das quais se constituem as diferentes posições de sujeito que permitem ao sujeito sua enunciação. A mesma determinação ideológica opera sobre o sentido (de uma palavra, de uma frase, de um texto), o qual não está na língua [...] nem no sujeito [...]”(ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 34-35).

Sendo assim, Orlandi (2005, 11) defende que Pêcheux propõe uma prática de leitura – que constitui, propriamente, a Análise do Discurso – a qual “[...]expõe o olhar do leitor à opacidade (materialidade) do texto, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres, ao que ele não diz.”. Dessa forma, diz Orlandi (2005, p. 10), que “[...]é preciso ensinar a ler o real sob a superfície opaca, ambígua e plural do texto.”

Mayaffre (2007, p. 47) fez elaborações que contribuem com as reflexões sobre o tema das Formações Discursivas. Para ele, uma Formação Discursiva é definida por discursos que se assemelham, com suas regularidades discursivas, a ponto de essa semelhança linguística testemunhar o posicionamento ideológico-social daquela instância enunciativa. “[...]M. Pêcheux e os analistas franceses do discurso, influenciados pelo marxismo althusseriano, parecem ter utilizado a formação discursiva para indicar, no processo do discurso, o lugar social do locutor ou sua ancoragem ideológica.”(MAYAFFRE, 2007, p. 47).

Esse viés chama a atenção para a posição do intelectual-jornalista, a sua posição-sujeito, e sua atuação nas instâncias midiáticas – com toda a complexidade que disso advém e que foi tratada fortemente no segundo capítulo deste trabalho –, rememorando as discussões sobre a questão da neutralidade e imparcialidade do fazer jornalístico e, consequentemente, dos meios de comunicação. Isso mostra a relevância da abordagem das Formações Ideológicas e Discursivas para a análise de um *corpus* que entrecruza o discurso midiático e o discurso político. É preciso reconhecer as regularidades, mas também as dispersões no âmbito dos discursos, em especial, nos jornalísticos.

No relato jornalístico, há o funcionamento discursivo de um sujeito capturado pela evidência da objetividade, que anuncia o papel de ditar certezas, totalidades, exatidão e neutralidade; assim, inscrevem-se efeitos de estabilidade para o que se mostra caótico, contraditório e conflituoso na realidade, cristalizando apenas um modo de dizer. Dessa forma, o discurso jornalístico assenta uma suposta ordem, organização, certificação sobre ela, fazendo circular relatos e histórias que, muitas vezes, são tão bem inventados, que até parecem verdade.(ROMÃO, 2007, p. 145)

Neste sentido, também é relevante trazer à discussão a ideia de Formação Discursiva em Michel Foucault⁷⁹, uma vez que o filósofo francês coloca a sua preocupação com as recorrências e dispersões temáticas no discurso. Sobretudo, as dispersões. “A propósito dessas grandes famílias de enunciados que se impõem a nosso hábito – e que designamos como *a* medicina, ou *a* economia, ou *a* gramática -, eu me perguntara em que poderiam fundar sua unidade.”(FOUCAULT, 2005, p. 42, grifo do autor).

Daí o filósofo questiona e explica a sua descoberta: “Em um domínio de objetos cheio, fechado contínuo, geograficamente bem recortado? Deparei-me, entretanto, com séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações.[...].”(FOUCAULT, 2005, p. 42). Seguindo as suas teorizações, Foucault revela que encontrou formulações de níveis e funções muito diferentes e heterogêneas, que não poderiam ser entendidas como figuras únicas e nem como um texto ininterrupto. (FOUCAULT, 2005, p. 42). E que “não podem entrar na unidade de uma arquitetura lógica.” (FOUCAULT, 2005, p. 42).

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...].(FOUCAULT, 2005, p. 42).

Nessa construção argumentativa sobre Formações Discursivas, Foucault traz também a noção de “regras de formação”, que seriam “as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas).”(FOUCAULT, 2005, p. 43). Nos dizeres de Foucault, “Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou, [...] é definir o tipo de positividade de um

⁷⁹Michel Foucault foi quem primeiro definiu e conceituou Formação Discursiva. Nas palavras de Courtine (2014, p. 69), “O termo *formação discursiva* [...] aparece em 1969 com a Arqueologia do Saber, fora do domínio da AD, nos trabalhos de M. Foucault, neste vasto e fecundo questionamento sobre as condições históricas e discursivas em que se constituem os sistemas de saber.”

discurso.”(FOUCAULT, 2005, p. 142-143). “Estabelecer as estratégias de uma formação discursiva implica”(CASTRO, 2009, p. 180):

1)Assinalar os *pontos de difração*: a) pontos de incompatibilidade (dos enunciados que, ainda que apareçam na mesma formação discursiva, não podem pertencer à mesma série); b) pontos de equivalência (dos enunciados que, respondendo às mesmas possibilidades de existência e situando-se a um mesmo nível, representam uma alternativa); c) pontos de enganche em uma sistematização (a partir dos pontos de equivalência ou incompatibilidade, deriva uma série coerente de objetos, de formas enunciativas e de conceitos com outros pontos de incompatibilidade ou equivalência).2) Explicar a *economia da constelação discursiva* [...]será necessário determinar o papel que podem desempenhar em um discurso determinados enunciados com relação a outros [...]. 3)Estabelecer a *função do discurso com relação às práticas não discursivas*, como a pedagogia ou a política, os processos e o regime de apropriação, as posições do desejo em relação ao discurso.[...]. (CASTRO, 2009, p. 180)

Pêcheux, inicialmente, elaborou uma crítica a alguns achados dessa tese foucaultiana⁸⁰, dizendo que “A noção de ‘formação discursiva’ emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição.[...].”(PÊCHEUX, 2002, p. 56, grifo do autor). Segundo ele, “[...]no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora.”(PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Na Escola Francesa, especialmente em Pêcheux, a formação discursiva não pode produzir o “assujeitamento” ideológico do sujeito do discurso a não ser na medida em que cada formação discursiva está de fato dominada pelo interdiscurso – o conjunto estruturado das formações discursivas – em que se constituem os objetos e as relações entre esses objetos que o sujeito assume no fio do discurso. É o que o analista do discurso deve pôr em evidência contra as ilusões dos sujeitos.[...](CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004. p. 287, grifo do autor)

Na interpretação de Gregolin (2012, p. 41), ao deslizar o conceito de Formação Discursiva para o campo da Análise do Discurso, Pêcheux fortalece os aspectos linguísticos e insere o tema nas proposições althusserianas. “O desenvolvimento desse conceito nuclear da AD mostra “[...] as recusas de Pêcheux em relação a Foucault, na sua reticência em atribuir-lhe e o empréstimo. [...] as críticas em relação a Foucault ligam-se à teoria linguística e à

⁸⁰Como se verá mais adiante, Pêcheux posteriormente faz uma autocrítica e percebe que sua própria visão de Formação Discursiva era limitadora e “fechada”, absorvendo a visão foucaultiana de que a dispersão é inerente às Formações Discursivas.

interpretação das teses marxistas”⁸¹. (GREGOLIN, 2012, p. 41). De acordo com Gregolin (2012, p. 45-46), no entanto, “A partir de 1978, Pêcheux inicia um período de autocríticas que irá deslocá-lo, teórica e politicamente, das posições dogmáticas da ‘primeira época’. Essas retificações atingem pontos centrais das posições teóricas e políticas [...]”.

De fato, no anexo 3 do livro “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, Pêcheux apresenta essa revisão, pontuando que “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação” (PÊCHEUX, 1997, p. 293). E afirma, ao final do anexo, que “De onde essa pequena trilha que, três anos após, eu tento traçar em nosso inverno político, atendo-me a dois pontos incontornáveis” (PÊCHEUX, 1997, p. 304). O primeiro ponto é: “– não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 1997, p. 304). Já o segundo ponto é: “– ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’.” (PÊCHEUX, 1997, p. 304).

Assim, Pêcheux revê as suas teses e reconsidera alguns pilares de Foucault. Silva e Sargentini (2005, p. 88) reforçam que Pêcheux também questionou, teoricamente e politicamente, a partir de (e redimensionando) Foucault, a “concepção homogeneizante da discursividade”. “Com base nas teses de Foucault, reconhece-se a heterogeneidade estrutural de toda formação discursiva, subjacente à suposta homogeneidade do corpus discursivo [...]” (SILVA e SARGENTINI, 2005, p. 88). Desse modo, “Pêcheux, então, concluirá, que analisar as heterogeneidades discursivas, a partir de cacos e fragmentos, permitirá recuperar as contradições que produzem a história, trabalho a ser feito ‘nas bordas discursivas da língua’” (SILVA e SARGENTINI, 2005, p. 89). Além disso,

Politicamente, também, é preciso reconhecer a artificialidade da homogeneidade do discurso político; trata-se de uma homogeneidade estratégica mantida pelos órgãos oficiais de comunicação, por exemplo, o discurso da direção do Partido Comunista Francês, que, para lidar com um discurso de união das esquerdas fraturadas, emprega estratégias de homogeneização do discurso. (SILVA e SARGENTINI, 2005, p. 88)

ROMÃO (2007) reforça essa visão, observando que, pela Análise do Discurso de filiação francesa, tendo Pêcheux como seu precursor, a noção de sujeito está no centro da teoria, mas não significa que é aquela noção “[...] talhada por descrição física, forma empírica

⁸¹“Quanto à relação com o marxismo, a partir do desenvolvimento da genealogia do poder, as divergências tornam-se acirradas, pois Foucault discorda fundamentalmente das teses centrais de Althusser: os aparelhos ideológicos, a centralidade do poder de Estado, a interpelação ideológica, o assujeitamento, a luta de classes etc.[...].” (GREGOLIN, 2012, p. 43)

e categorias regidas pela cor, classe, idade, etnia[...], tampouco o sujeito afetado pelo afã de assenhorar-se plenamente de suas palavras, capaz de geometrizar o seu dizer em equações puras, lógicas e controláveis.”(ROMÃO, 2007, p. 144). Isto é, o sujeito é reconhecido como posição no discurso, sendo afetado pela interpelação ideológica que demarca quais e como os sentidos podem ser ditos, “parecendo naturais, óbvios e transparentes.”(ROMÃO, 2007, p. 144).

Com efeito, ratifica-se, aqui, a crença desta pesquisa: a de que o sujeito não é homogêneo e que não pode ser definido por categorias que tentem padronizar, quantificar, setorizar e regularizar os seus atos de linguagem e de produção de sentidos.(ROMÃO, 2007, p. 144). Granjeiro (2007, p. 40) concorda com essa concepção e defende que os postulados pecheutianos acerca do sujeito e da Formação Discursiva são “[...]uma ferida na univocidade do sujeito.”(GRANJEIRO, 2007, p. 40).

Isto é: “[...]no interior de uma mesma FD há espaço para o confronto, a divergência, a contra-identificação do sujeito, o que confirma a sua heterogeneidade constitutiva. [...]”(GRANJEIRO, 2007, p. 40). E essa é uma busca da presente pesquisa durante a análise do *corpus*, no tocante a não recair sobre a obviedade do discurso midiático como já dado, já constituído, ignorando o seu funcionamento e as suas contradições.

Dessa forma, a posição-sujeito (do jornalista) é trabalhada nesta tese como a posição-sujeito da mídia. Interessa mais enxergar os profissionais dos veículos como intelectuais orgânicos (seguindo Gramsci) que estão a serviço de uma classe hegemônica, representada pela mídia – considerando que não há Formação Discursiva pura, homogênea. Portanto, o jornalista-intelectual que estava, no momento, representando o veículo por meio dos textos noticiosos, não vai ser considerado como relevante neste trabalho. Como será visto em Pêcheux, o sujeito identifica-se com a Formação Discursiva que o “domina”.

4.1.2 O interdiscurso e o sujeito

Michel Pêcheux dedicou parte dos seus estudos à definição da posição do sujeito no discurso – o que passa pela compreensão da concepção de forma-sujeito. Para chegar a esse entendimento, Pêcheux (1997, p. 162) explica que o funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso se dá por meio das Formações Ideológicas – instâncias na qual está imbricado o interdiscurso. A ideologia é responsável por fornecer ao sujeito a sua “realidade”, vista por Pêcheux como um sistema de “evidências” e “significações” percebidas e experimentados.(PÊCHEUX, 1997, p. 162).

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, [...] enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.(PÊCHEUX, 1997, p. 163).

Assim, Pêcheux reitera a tese de que as palavras, expressões e proposições mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam; e que toda Formação Discursiva dissimula sua dependência em relação ao “todo complexo com dominante” das Formações Discursivas.(PÊCHEUX, 1997, p. 160, 162). A esse “todo complexo” ele chamou de interdiscurso. O interdiscurso, por sua vez, é constituído por dois elementos: o “pré-construído”, já citado acima, e a “articulação” (ou “processo de sustentação”).

O pré-construído filia-se ao “[...]‘sempre-já-aí’” da interpelação ideológica, que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)[...](PÊCHEUX, 1997, p. 164, grifo do autor). E a “articulação” ou “processo de sustentação” “[...] constitui o sujeito em sua relação como o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 162, grifo do autor). Segundo Pêcheux (1997, p. 163-164), esses elementos determinam o sujeito ora impondo ora dissimulando o seu “assujeitamento”, sob o simulacro da autonomia, ou seja, da estrutura discursiva da forma-sujeito. E “[...]a formação discursiva que que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva dominante[...](PÊCHEUX, 1997, p. 164, grifo do autor).

Pêcheux (1997, p. 171) ensina que o pré-construído representa “aquilo que todo mundo sabe”, ou seja, os conteúdos elaborados pelo “sujeito universal”. Por outro lado – ainda traduzindo Pêcheux –, a “articulação” corresponde ao “como dissemos” (intradiscurso), “como todo mundo sabe” (sujeito universal) e “como todo mundo pode ver” (universalidade implícita de toda situação humana). Orlandi (2006, p. 18), convergindo com Pêcheux, diz que é o “[...] efeito de pré-construído a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já-dito sustentando todo o dizer.”.

Courtine (2014, p. 74), seguindo Pêcheux, entende que o pré-construído remete a uma construção anterior, exterior, independente (por oposição) ao que é construído na enunciação. “Ele marca a existência de um descompasso entre o interdiscurso como lugar de construção do pré-construído, e o intradiscurso, como lugar da enunciação por um sujeito.”(COURTINE,

2014, p. 74). É, pois, um “efeito discursivo” vinculado ao “encaixe sintático”. Ou seja, “[...]um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse ali.”(COURTINE, 2014, p. 74). Courtine (2014, p. 74) continua:

O pré-construído remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ver” em uma dada situação. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um *sujeito universal* que garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender”, e que o assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico realiza-se, nos termos de Pêcheux, pela identificação do sujeito enunciador ao sujeito universal da FD: “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” é também “o que pode ser dito”. (COURTINE, 2014, p. 74-75, grifo do autor).

Courtine (2014) também interpreta o que vem a ser a “articulação de enunciados” (ou processo de sustentação), em Pêcheux. Segundo ele, esse elemento representa o interdiscurso na condição de lugar de constituição do pré-construído, que “[...]fornecce os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos; o interdiscurso funciona, assim, como *discurso transverso*[...].”(COURTINE, 2014, p. 75, grifo do autor).

Segundo Courtine (2014, p. 75), é a partir desse discurso transverso que se operacionaliza a articulação com o que o sujeito enunciador dá coerência ao fio do seu discurso. Para Courtine (2014, p. 75), ao empregar uma relativa “explicativa”, produz-se “[...], por expressões tais que ‘como nós dissemos/como cada um sabe, pode-se ver’, uma lembrança lateral do que se sabe por outro lado[...], produzindo um efeito de apoio correlativo à articulação das orações no intradiscurso.” A partir desses aportes, pode-se dizer, que

O interdiscurso, domínio comum de figuras, de estereótipos, de maneiras de imaginar, é, ao mesmo tempo, uma região de confronto de sentidos em que ideias contrárias se digladiam. A interpretação, como construção de uma representação coletiva, é alimentada exatamente por essa contradição: ao mesmo tempo em que os discursos se confraternizam eles se confrontam no campo social. Os gêneros, materialização textualizada dos discursos, estão em constante redimensionamento e reconfiguração e a interpretação de um texto deve ser feita dentro do amplo domínio dos campos discursivos que o circundam, já que nenhum texto se esgota em si mesmo.(GREGOLIN, 2000, p. 23).

Em outras palavras, o interdiscurso é a constituição das diversas vozes entrelaçadas no discurso, materializadas em textos, no dizer de Gregolin (2000, p. 25). “Os trajetos de sentidos materializam-se nos textos que circulam em uma sociedade. Como o interdiscurso não é transparente nem, muito menos, o sujeito é a origem dos sentidos, ninguém consegue

enxergar a sua totalidade.”(GREGOLIN, 2000, p. 24). E quando se fala em discurso midiático, é muito mais difícil *apalpar* essa materialidade discursiva e buscar os sentidos que podem vir a emergir. Gregolin (2000, p. 24) destaca o que os enunciadores (podia-se dizer, os jornalistas) fazem para imprimir um “efeito de coerência e unidade” nos acontecimentos: controlam, delimitam, classificam ordenam e distribuem. É assim que se organiza o texto jornalístico.

Cabe aqui trazer também a definição de “exterioridade” em relação ao discurso e ao interdiscurso. Baronas (2000, p. 69-70) lembra, a partir da tradição pecheutiana, que a Análise do Discurso traz a tese de que há uma relação entre a linguagem e a exterioridade. Mas essa exterioridade não significa algo fora da situação ou do contexto. Complementando essa observação, Zoppi-Fontana (1997, p. 36-37) reitera que o conceito de exterioridade pertinente é o que diz respeito a “[...] uma exterioridade que intervém materialmente na textualidade como interdiscurso, isto é, como uma memória do dizer que abrange o universo do dizível[...]”. Em suma: “O interdiscurso é, dessa maneira, o conceito teórico que permite trabalhar na AD com a exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, com sua historicidade.” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 37).

Confirmando o que foi dito anteriormente, o sujeito para a abordagem do discurso adotada nesta tese é “[...]cindido, clivado e descentrado, não se constituindo na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que estes são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante está inscrito.”(BARONAS, 2000, p. 70).

Baronas (2000, p. 70), continuando a sua explanação, destaca que esse sujeito traz consigo a “ilusão” de ser, ele mesmo, a fonte e a origem do seu discurso – ilusão esquecimento nº 1 –; e o dono absoluto do seu dizer – ilusão esquecimento nº 2. Neste momento, Baronas evocou dois procedimentos clássicos elaborados por Pêcheux: Esquecimento nº 1 e Esquecimento nº 2. Ainda em “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, Pêcheux (1997, p. 173) explica esses dois “esquecimentos”, que são fundamentais para o entendimento das teorias pecheutianas e, consequentemente, para este estudo:

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação

discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior domina a formação discursiva em questão. (grifo do autor).

Pêcheux quer dizer com isso que todo o sujeito guarda a ilusão de ser autônomo e dono da sua voz, da sua palavra, do seu discurso. O mesmo acontece com os intelectuais (“orgânicos”, segundo Gramsci), ou seja, profissionais que assumem uma ideologia de classe sem poder se dar conta disso. Jornalistas, não raro, acham-se livres no seu dizer, mesmo quando entendem que estão dentro de uma estrutura de “aparelho ideológico” (copiando Althusser) – isto é, dos meios de comunicação. Embora seja possível abrir *fissuras* nos aparatos construídos pela ideologia dominante (sim, há heterogeneidade no discurso), existe sempre um domínio ideológico de classe pela ação do inconsciente. É disso que falam os “esquecimentos” pecheutianos, que, portanto

[...]apontam para o fato de que, na constituição do sujeito do discurso, intervêm dois aspectos: primeiro, o sujeito é social, interpelado pela ideologia, mas se acredita livre, individual e, segundo, o sujeito é dotado de inconsciente, contudo acredita estar o tempo todo consciente. Afetado por esses dois esquecimentos e assim constituído, o sujeito (re)produz o seu discurso.(BARONAS, 2000, p. 70)

Daí Baronas (2000, p. 70-71) retoma a definição de “forma-sujeito” em Pêcheux, refletindo que, por essa concepção, “[...]o sujeito constitui-se numa posição limite entre o que é de dimensão enunciativa e o que é de dimensão do inconsciente, sem se limitar a nenhum dos dois aspectos, pois é nesse lugar que se inclui o que é de dimensão ideológica.” Nas palavras de Pêcheux, pode-se “[...]caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura entra aqui *um de seus fundamentos.*” (PÊCHEUX, 1997, p. 167, grifo do autor). Pêcheux (1997, p. 177), portanto, reitera que “[...]o efeito da forma-sujeito do discurso é [...] mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2.”

O “sujeito da enunciação” ou “locutor” é aquele a quem é atribuída a responsabilidade pelos conteúdos colocados, por suas palavras, por sua conduta, ou seja, o sujeito que “toma posição”, com certo conhecimento de causa. O outro é o que representa o “sujeito universal” – o sujeito da ciência. “A forma-sujeito, de fato, é a existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais. É examinando as propriedades discursivas da forma-sujeito que nos deparamos com o ego-imaginário, como sujeito do discurso.”(ORLANDI, 2006, p. 18). De acordo com Orlandi (2006, p. 19), pelo pensamento de Pêcheux, “[...]a interpelação do

indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina.”

O modo de interpelação do sujeito capitalista, pela ideologia, é, como dissemos, diferente do modo de interpelação do sujeito medieval: se no sujeito medieval a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação. Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, ainda que, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente sua ilusão: a de que ele é a origem do seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquel que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo.(ORLANDI, 2006, p. 20).

Mais uma vez, retoma-se aqui a questão das condições de produção dos discursos, que estão intimamente ligadas ao interdiscurso, já que compreendem os sujeitos e a situação. Assim, a forma como a memória aciona as condições de produção é fundamental para entender a discursivização.(ORLANDI, 2003, p. 30). Disso redonda que a memória também é interdiscurso, por reintroduzir um discurso existente, que foi dito em algum lugar. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 31), o interdiscurso é “[...]aquele que fala antes, em outro lugar, independentemente.” E a memória discursiva que traz esse “antes” para o agora. A memória discursiva é, então, “[...]o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.”(ORLANDI, 2003, p. 31)

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x”[...]. O que ele vai saber não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados. O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia.(ORLANDI, 2003, p. 32).

Para Brandão (2004, p. 95), a memória discursiva é responsável por fazer com que circule por toda a Formação Discursiva formulações anteriores, já enunciadas. Ou seja, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados em uma ou mais Formações Discursivas. “Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história.”(BRANDÃO, 2004, p. 95). Dessa forma, é impossível adotar e empreender uma investigação sob o aporte da Análise do Discurso sem reconhecer o

interdiscurso como constitutivo do discurso. Aliás, “Enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no Outro do discurso.”(BRANDÃO, 2004, p. 96).

Por isso que o “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.”(ORLANDI, 2003, p. 32). Neste mesmo caminho, Baronas (2000, p. 71) coloca que “[...]podemos conceber a memória discursiva como sendo esses sentidos já cristalizados, legitimados na sociedade e que são reavivados no interdiscurso. Ela é, assim, uma reatualização, uma revigoração dos sentidos institucionalizados.” Mas ressalta que “[...]esse reavivamento dos sentidos não é sempre explicitado. Ele é, muitas vezes, apagado pela ideologia, para produzir o efeito de homogeneidade discursiva[...].”(BARONAS, 2000, p. 71-72)

Brandão (2004, p. 93) traz, ainda, comentários relevantes para este estudo, no sentido de alertar sobre a posição do analista ao se “deparar” com o *corpus* de análise. Segundo a autora, os enunciados apresentam duas faces, indissociáveis, que nomeou de “direito” e “avesso”. Segundo ela, “[...]ao analista cabe decifrá-los não só no seu ‘direito’, relacionando-os a sua própria formação discursiva, mas também no seu ‘avesso’, perscrutando aquela face oculta em que se mascara a rejeição do discurso e de seu Outro.”(BRANDÃO, 2004, p. 92).

Trazendo para o objeto desta tese: embora a mídia faça parte de uma Formação Discursiva da classe dominante, vale lembrar, mais uma vez, que contradições, heterogeneidades e contraposições existem. Como assegurou Brandão (2004, p. 93), cabe ao analista apreender não apenas uma Formação Discursiva, mas a interação entre Formações Discursivas em jogo. Não há, por assim dizer, Formação Discursiva pura, intacta, não permeadas de outras formações. Até porque o sujeito pode contra-identificar a uma Formação Discursiva à qual está vinculado. Como se ele se *rebelasse* a ela.

Sobre essas reflexões, Indursky (2007, p. 82) observa que Pêcheux, quando trabalhou a questão da tomada de posição do sujeito, utilizou a modalidade de “contra-identificação do sujeito” para referir-se às diferenças e divergências no interior das Formações Discursivas. Disso deriva a relativização da homogeneidade e a unicidade da forma-sujeito e, consequentemente, da Formação Discursiva, ratificando orientações anteriores vistas aqui. Com isso, vê-se que “[...]a forma-sujeito abriga a diferença e ambiguidade em seu interior.” (INDURSKY, 2007, p. 83). Esta pesquisa, portanto, reconhece que o acontecimento enunciativo produz tensões nas fronteiras internas das Formações Discursivas, pondo em posição instável a unidade imaginária do sujeito.(INDURSKY, 2007, p. 85).

Trabalhar com um FD dotada de tais características inscreve o analista de discurso dentro da agitação e tensão dos sentidos de um domínio de saber e

seu gesto de individuação de uma FD consiste já em um gesto de interpretação analítica, em que o próprio analista toma posição. Este momento se constitui em um gesto metodológico por excelência, mas esta já é uma outra viagem.(INDURSKY, 2007, p. 85)

Coincidindo com as indicações teóricas pecheutianas, Indursky (2007, p. 85) chama isso de “falha no ritual”. Isto é: falha na interpelação do sujeito, no assujeitamento. Quando o sujeito pode se contra-identificar com os saberes da sua Formação Discursiva, passando a questioná-los, fragmentando a forma-sujeito e produzindo, assim, diferentes posições-sujeito. Como disse Indursky (2007, p. 85), “[...] é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD.”

Para a autora, “[...] é do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-los no interior de uma ou mais FD.” (INDURSKY, 2007, p. 86). Portanto, concorda-se aqui com ela, quando reforça que “[...]Compete ao analista traçar os tênuos contornos da FD com a qual o sujeito do discurso em análise se identifica para, somente então, e a partir daí, fazer suas análises.”(INDURSKY, 2007, p. 86)

4.1.3 O acontecimento, o enunciado e suas imbricações

Um dos temas pelos quais se entrelaçam reflexões relevantes sobre vários aportes teóricos da Análise do Discurso – e também é muito caro a esta tese – é o acontecimento discursivo e suas imbricações com outras modalidades do campo. Michel Pêcheux (2002) traz contribuições ao assunto, quando dedica a publicação “O discurso: estrutura ou acontecimento” aos caminhos que podem se cruzar na análise de um discurso, sobretudo, o político. São comentários e observações que ajudam a apurar o olhar no ato contínuo de *debruçar-se* sobre o *corpus*, a partir de um acontecimento histórico estudado por Pêcheux.

Segundo ele, há no interior desse campo o acontecimento (enunciado que é ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade), a estrutura (questão filosófica do marxismo) e a tensão entre descrição e interpretação. Pêcheux chama atenção para o fato de que o enunciado guarda uma dupla face: a aparente transparência da materialidade discursiva e a opacidade natural de todo o acontecimento.(PÊCHEUX, 2002, p. 18-19).

As observações de Pêcheux, na referida publicação, são pertinentes, em especial, para lançar luz sobre a análise dos enunciados dos discursos ancorados nos suportes das revistas e

jornais a serem aqui decifrados (não como *verdades*, mas como *realidades possíveis*), cuja intenção midiática é dar ao acontecimento (à notícia) “[...]forma e figura, na esperança de apressar a sua vinda”(PÊCHEUX, 2002, p. 18). Questões sobre a não homogeneidade das Formações Discursivas, o sujeito, o interdiscurso e as condições de produção aparecem novamente nessa análise pecheutiana, tendo como ponto de partida um acontecimento discursivo. É como se fosse um *arremate* do autor sobre alguns paradigmas, a partir da análise de um momento eleitoral da França, em 1981.

Com efeito, Pêcheux (2002) oferece pistas teóricas sobre o método da análise de discursos políticos quando retoma o grito de guerra *On a gagné*, proferido pelos eleitores franceses nas ruas de Paris, depois da vitória de François Mitterand para Presidente da França, em 10 de maio de 1981. De acordo com o autor, “todos os parisienses para quem esse acontecimento é uma vitória se reúnem em massa na Praça da Bastilha, para gritar sua alegria[...]"(PÊCHEUX, 2002, p. 21). “Ora, entre esses gritos de vitória, há um que vai ‘pegar’ com uma intensidade particular: é o enunciado ‘On a gagné’ [‘Ganhamos!’][...]" (PÊCHEUX, 2002, p. 21). O pesquisador francês chama a atenção para a repetição “sem fim” do enunciado, “apegado ao acontecimento”.(PÊCHEUX, 2002, p. 21). É então que Pêcheux orienta como se dá a observação pelo olhar de um analista de discurso sobre um enunciado, cuja materialidade discursiva é “absolutamente particular”:

Mas, simultaneamente, o enunciado ‘On a gagné’ [Ganhamos] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome ‘indefinido’ em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal ‘gagner’ [ganhar], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável.(PÊCHEUX, 2002, p. 23, grifo do autor)

De acordo com Granjeiro (2007, p. 42), no estudo desvelado em “Discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux reitera a crença na instabilidade das Formações Discursivas. Ali o autor observou, na prática, os deslizamentos de sentidos vindos à tona com o grito de guerra *On a gagné*. Granjeiro (2007, p. 42) destaca que Pêcheux percebeu “[...] os mecanismos pelos quais o discurso político começava a incorporar elementos do discurso midiático, apontando para a sua ‘espetacularização’, e colocando a necessidade de se compreender os regimes contemporâneos de discursividade[...]”.

Ou seja, “[...] quando as ‘línguas de madeira’ da política, por exemplo, começavam a absorver elementos das ‘línguas de vento’ (discurso da mídia, da publicidade

etc)." (GRANJEIRO, 2007, p. 42, grifo da autora). Para Granjeiro (2007, p. 42), a partir de Pêcheux, pode-se dizer que se entende a “[...]ideologia como elemento constitutivo dos processos de produção dos sentidos.”

Essa produção de sentidos remete a um “real” e a uma “realidade”. Para Dorneles (1999, p. 158), “[...]o acontecimento [histórico] em si, constitui-se num evento real, mas a simbolização desse acontecimento constitui-se em realidade.”. Segundo a autora, a história não reporta o real, no entanto, a realidade é construída pela discursividade. É a simbolização do fato que vai apresentar uma estabilidade lógica – processo que ocorre nas matérias e reportagens, que tentam esconder tensões e contraposições de discursos e sujeitos.

Simbolizar a vitória de Mitterand na França, falando da FD – Justiça Eleitoral Francesa, é apreender um universo logicamente estabilizado pelos números, e, com isso, constituir um real sócio-histórico que adquire as características de impossível e contingência. Impossível de ser contornável no seu todo, nas infinitas realidades que se constituíram, mas impossível também de não ser considerado no conjunto dos fatos político-sociais que se sucederam na França a partir do acontecimento.(DORNELES, 1999, p. 158)

Dorneles (1999, p. 158) chama atenção para o momento em que o fato cai em domínio público, ficando exposto ao trabalho do acontecimento discursivo, como dispositivo que poderá repeti-lo ou como uma mesma realidade ou como outras realidades diferentes. Ou seja, quando o acontecimento se transforma em materialidade discursiva, ele é entendido como “[...]algo gerado pelo encontro do sujeito do discurso com uma realidade, na qual ele situa estranhamentos e passa a questioná-los e a buscar formas de construir uma outra interpretação para esse *real* que lhe é apresentado, quando então poderá ressignificá-lo.(DORNELES, 1999, p. 158-159, grifo da autora).

Nas incursões de Pêcheux nesse estudo, Orlandi observa que ele “[...] não separa categoricamente estrutura e acontecimento, relacionando a linguagem a sua exterioridade, ou seja, o interdiscurso. Este sendo a memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer.” (ORLANDI, 2005, p. 11). Para Orlandi (2005, p. 11), esse dizer está vinculado às suas condições de produção, porque há uma ligação constitutiva do dizer à sua exterioridade. É dessa observação que emerge, mais uma vez, a importância das condições de produção dos discursos. Não fosse Pêcheux interpretar e refletir sobre as tramas do contexto político que antecedeu a vitória de Mitterand na França, e o sentido da expressão *On a gagné* naquele 1981 teria se esvaziado na sua análise.

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento, a forma material é vista

como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história.(ORLANDI, 2003, p. 19)

Pêcheux, na sua análise do acontecimento político, alerta para o fato de que o “confronto discursivo” já estava sendo gestado, muito antes do dia da vitória de Mitterand, “[...]por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento[...].”(PÊCHEUX, 2002, p. 20). De acordo com o autor, “[...]esta novidade não tira a opacidade do acontecimento, inscrita no jogo oblíquo de suas denominações” (PÊCHEUX, 2002, p. 20).

O grito coletivo *On a gagné*, segundo Pêcheux, “[...]constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar.”(PÊCHEUX, 2002, p. 21). Há, no acontecimento, segundo o autor, um apagamento do agente (sujeito), que mistura diversas posições militantes e a posição de participação passiva do espectador-eleitor, o torcedor hesitante e cético até o fim.

Gregolin (2003, p. 10) soma elementos a essa discussão, destacando que o estudo de Pêcheux sobre o enunciado *On a gagné* aborda, ainda, a espetacularização dos acontecimentos pelos meios de comunicação. Desse modo, há uma transformação da política pela mídia. “A análise de Pêcheux evidencia o fato de que o jogo metafórico em torno do enunciado *on a gagné* sobredetermina o acontecimento político, sublinhando a sua equivocidade.”(GREGOLIN, 2003, p.11, grifo da autora). Há um empobrecimento da política, ao associar o resultado político ao resultado de uma partida esportiva, sabotando perguntas que poderiam aprofundar o tema e a vitória, como “quem ganhou de verdade?”, “face a história?”(GREGOLIN, 2003, p.11, grifo da autora):

Quando adotamos o ponto de vista da *Análise do Discurso*, focalizamos os acontecimentos discursivos a partir dos pressupostos de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista de discurso é entender a relação entre essas duas ordens, já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história.

Gregolin (2003, p. 11-12) ressalta que, quando se pensa na espetacularização da cultura, como efeito do discurso, é preciso entender as práticas discursivas que as constroem, as regularidades dos enunciados, sem deixar de lado as condições do seu aparecimento, as condições de sua produção. Ela diz que o campo dos enunciados que dialogam entre si são um domínio ativo, de lutas e batalhas entre distintas posições enunciativas. No segundo capítulo desta tese, a espetacularização da sociedade (e da mídia) foi abordada e aqui esse tema é

complementado com esse olhar da Análise do Discurso, derivando daí também a espetacularização dos discursos, da língua.

Essas reflexões trazem à tona, pelo viés discursivo, que há uma midiaturização da política e uma politização da mídia – e ambas esferas adotam a espetacularização como técnica e como tática. Courtine (2003) deslinda os impactos dessa espetacularização no discurso dos dois campos, mostrando que “[...]a fala pública conhece uma profunda transformação enunciativa, que a torna uma fala breve, interativa, descontínua, fragmentada.”(COURTINE, 2003, p. 22). Embora o autor esteja se referindo à televisão, os jornais e revistas também são impactados por esse esvaziamento do/no discurso político e midiático. Assim como se vê na análise de Pêcheux sobre *On a gané*, o discurso é rebaixado de suas grandezas teóricas, garantindo um serviço ideológico mínimo, compreendido como produto homogeneizado para consumo de massa.(COURTINE, 2003, p. 23).

Em tais circunstâncias, os enunciados parecem reduzir-se ao seu mínimo possível. Indissociável do discurso, a imagem vem qualificar ou desqualificar os conteúdos, medir seus impactos, soldar os seus efeitos. Uma das consequências mais marcantes do desenvolvimento de uma tecnologia da comunicação política terá sido a de modificar a relação entre enunciação do discurso e espetáculo do corpo falante, em proveito deste último. (COURTINE, 2003, p. 24-25).

O tema do acontecimento discursivo traz, sob o enfoque midiático, uma série de outras problematizações, já que toca no funcionamento dos próprios enunciados construídos pela mídia. Entre elas, a supremacia da gramática adotada pelos veículos de comunicação, sobretudo os impressos. Possenti (2003, p. 72) constata que “A imprensa não discute as línguas como fenômeno social e histórico[...]. Tudo o que ela faz é repetir o que está em gramáticas e dicionários.”. Isso gera discursos midiáticos preconceituosos, em especial com as classes subalternas, ao serem foco dos enunciados, ou mesmo quando se fala de pessoas pertencentes a outras regiões que não são a do repórter ou a do articulista.

Segundo Possenti (2003, p. 71), isso ocorre mais frequentemente com os povos indígenas e africanos, que têm a sua “gramática” considerada inferior, errada ou simplória, por ignorância ou por preconceito. “Diga-se, de passagem, que o preconceito não é exclusivo dos jornalistas – eles apenas o repetem.” (POSSENTI, 2003, p. 71). No caso dos textos midiáticos, não há como não esperar que a linguagem se vincule, preponderantemente, à Formação Discursiva dominante.

Retomando aqui, como exemplo, a fase das colonizações na América Latina, observou-se, no terceiro capítulo desta tese, como houve um esmagamento das línguas

nativas, dos povos considerados “primeiros donos” das terras, pelo colonizador estrangeiro. Como se viu, os nativos foram compelidos a aprender a língua estrangeira. Essa invasão de uma nova língua alterou toda uma estrutura cultural genuína. Mesmo porque, “[...]a aquisição/aprendizagem de uma língua é também a aproximação de uma nova cultura.[...]" (FANJUL, 2000, p. 157). Haverá sempre uma interação entre o “próprio” e o “alheio”, a ser considerado na produção de sentidos.(FANJUL, 2000, p. 157).

É, portanto, por meio dos acontecimentos ressignificados pela mídia que se vai construindo uma história, uma memória histórica e uma narrativa dominante. Tendo em vista o permanente confronto “[...]entre memória coletiva nacional dominante e memórias marginalizadas, a mídia constitui-se [...] um elemento fundamental na manutenção do corpo social e das suas instituições, [...] em um poderoso instrumento para os rearranjos [...]da memória coletiva nacional. (BARBOSA, 2003, p. 118). Afinal, “[...]A memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.”(SCHERER e TASCHETTO, 2005, p. 122

Essas observações levam a um cuidado com os enunciados construídos pela mídia, sobretudo na vontade de estabelecer parâmetros discursivos estáveis, utilizando métodos que transparecem objetividade, estabilidade lógica, sobretudo nas manchetes, chamadas e títulos. Maingueneau (2002, p. 20) explica que entender um enunciado não é apenas buscar referências gramaticais ou de dicionários. Significa mobilizar saberes diversos, fazer hipóteses, raciocinar, ou seja, construir um contexto que não é preestabelecido e estável. Em outras palavras, “A própria ideia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de contexto⁸² torna-se insustentável.[...] O que se quer dizer é que, fora de contexto, não podemos falar realmente do sentido de um enunciado[...]"(MAINGUENEAU, 2002, p. 20).

Simplificando o seu próprio dizer, Maingueneau (2002, p. 56) observa que enunciado é oposto a enunciação, assim como o produto se opõe ao ato de produzir. Por esse viés, “[...]o enunciado é a marca verbal do acontecimento que é a enunciação. Aqui, a extensão do enunciado não tem nenhuma importância: pode-se tratar de algumas palavras ou de um livro inteiro.”(MAINGUENEAU , 2002, p. 56). Complementando: pode ser até uma expressão de um som.

Já Michel Foucault, em “Arqueologia do saber” (2005b), reverencia a importância do enunciado para o desbravamento do discurso. Uma vez que o enunciado, “Em seu modo de

⁸²Aqui entendemos o contexto como a situação e as condições de produção do discurso.

ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem; [...]”(FOUCAULT, 2005b, p. 97). E mais: “[...]para que se possa dizer se a frase está correta [...], se a proposição é legítima e bem constituída.”(FOUCAULT, 2005b, p. 97). O autor alerta: “Não é preciso procurar no enunciado uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estruturada, mas tomada como as outras em um nexo lógico, gramatical ou locutório.”(FOUCAULT, 2005b, p. 98). Daí desliza-se para o entendimento de que

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).(FOUCAULT, 2005b, p. 98)

Foucault avança nas suas teorias enfocando a *função enunciativa*, trazendo reflexões importantes para a análise do *corpus*, especialmente sobre as nomeações, recorrências, repetições, reposicionamentos de signos, palavras, expressões utilizadas pela mídia para referir-se aos países da América Latina e seus líderes. Há que se buscar o sentido na materialidade discursiva, a partir do contexto, do fato noticioso, do lugar de fala do veículo de comunicação, do momento eleitoral em voga e do líder ou país do qual se fala. O autor explica, dizendo que “O enunciado, mesmo se está reduzido a um sintagma nominal (O barco!), ou se está reduzido a um nome próprio (Pedro!), não tem com o que enuncia a mesma relação que o nome mantém com o que designa ou significa”(FOUCAULT, 2005b, p. 100).

Para ele

O nome é um elemento linguístico que pode ocupar diferentes lugares em conjuntos gramaticais: seu sentido é definido por suas regras de utilização (quer se trate dos indivíduos que podem ser validamente designados por ele, ou das estruturas sintáticas nas quais pode corretamente entrar); um nome se define por sua possibilidade de recorrência. Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização. Trata-se de uma relação singular: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado. (FOUCAULT, 2005b, p. 100-101)

Para Foucault (2005b), quando diz que “Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados ‘enunciados’, não é porque houve, um dia,

alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito.” (FOUCAULT, 2005b, p. 108, grifo do autor). Portanto, para o autor, interessa discursivamente situar a posição do sujeito no enunciado. Pois “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo o indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2005b, p. 108).

Enfim, ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. Cada um desses papéis conduz o sujeito do discurso a se lançar em operações diferentes. No primeiro caso, ele exerce o papel de codificador; no segundo, o papel de codificador, sendo ambos produtos de inferências que não são exatamente idênticas.(MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 458).

Portanto, os acontecimentos analisados no *corpus* desta pesquisa levam a uma turbulência de contrapontos: de não-ditos e já-ditos, transparências e opacidades, peculiaridades e generalizações, contextos e detalhes, condições de produção heterogêneas, sujeitos em jogo e de posições distintas, enfim, lugares e efeitos de sentido que precisarão de recortes metodológicos para serem “encontrados”. Há uma “[...]inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades.[...].”(FOUCAULT, 2006, p.7).

4.1.4 A palavra como signo ideológico

O *corpus* desta pesquisa – constituído de textos de jornais e revistas – leva, ainda, a uma reflexão sobre o peso das *palavras*. Ainda mais por se tratar de uma investigação sob o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, que estuda os acontecimentos considerando a ideologia, a história e a luta de classes. Além disso, apurar o olhar por dentro das palavras também vai clarificar o entendimento dos métodos de análise do *corpus* pelo viés da designação, modalização e silenciamento.

Como se viu no desenrolar desta tese, as palavras adquirem sentidos a partir dos sujeitos e suas posições, das condições de produção dos discursos e, consequentemente, das Formações Ideológicas e Discursivas às quais se filiam. Qual o peso das palavras nos

discursos do *corpus*? O lugar de fala da mídia anuncia uma posição ideológica – a dominante –, mas a própria heterogeneidade das Formações Discursivas aponta para possíveis instabilidades, falhas, fissuras. Ficar atento ao *valor* da palavra é, portanto, uma *segurança* a mais ao olhar para o objeto da pesquisa e não tentar atravessá-lo para buscar os sentidos literais ou conteudísticos. O sentido se dá durante a análise. Ele emerge, flui. Não é dado *a priori*.

Sabe-se que a palavra não é inocente, despojada de sentido, de história. O discurso não é inocente. Sobretudo quando se está em foco o discurso sobre a política. Ou da mídia sobre a política. Tudo adquire um peso ideológico. “As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.”(ORLANDI, 2006, p. 17). É, então, na interação e no contexto (condições de produção) que as palavras adquirem sentido ideológico.

O autor que melhor definiu e chamou a atenção para a importância do sentido das palavras na linguagem foi o filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) – que passou a ser uma referência teórica *emprestada* ao campo da Análise do Discurso. Oriundo da tradição marxista, assim como Pêcheux, Bakhtin discorreu sobre esse assunto, em particular, no livro “Marxismo e filosofia da linguagem” (2006), que se tornou basilar para os estudiosos do tema.

Para Bakhtin (2006, p. 34, grifo do autor), “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo.[...]A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social.” Fica claro que “[...]No pensamento bakhtiniano, a palavra reposiciona-se em relação às concepções tradicionais, passando a ser encarada como um elemento concreto de feitura ideológica.”(STELLA, 2005, p. 178).

Bakhtin (2006, p. 35-36) recomenda que seja realizada uma análise profunda e aguda de cada palavra como signo social. Só assim é possível compreender o seu funcionamento como instrumento da consciência. Segundo o autor, “É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criaão ideológica, seja ela qual for.”(BAKHTIN, 2006, p. 36, grifo do autor).

Essa visão de Bakhtin remete às Formações Discursivas (em Pêcheux), instâncias que se definem a partir de uma dada Formação Ideológica, determinando o que pode e o que se deve dizer. Já que os sentidos não existem em si mesmos, mas surgem das posições ideológicas em jogo. Portanto, as palavras podem mudar de sentido, dependendo do sujeito-

locutor e seu lugar de fala, bem como das condições de produção e o processo sócio-histórico que determinou a emergência das palavras no contexto.

Pode-se dizer, portanto, que “A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação.”(BAKHTIN, 2006, p. 36). Para o autor russo, é pertinente investigar os textos como um conjunto de signos ideológicos, permeados de sentidos produzidos pelos sujeitos e, às vezes, à revelia deles. (Essa avaliação faz fronteira com a “identificação” ou “desidentificação” do sujeito com a Formação Discursiva à qual pertence, elaborada por Pêcheux e vista mais acima neste capítulo).

Para Bakhtin (2006, p. 36), “Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior.[...]. Segundo ele, “[...] Todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isolados nem totalmente separados dele.[...].”(BAKHTIN, 2006, p. 36).

Orlandi (2003) converge com Bakhtin, ao enfatizar que “[...]os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja.”(ORLANDI, 2003, p. 43). Descortinando a memória discursiva e a interdiscursividade, Orlandi (2003, p. 43) ressalta que “Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade[...], na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.”. Dessa forma: “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.”(ORLANDI, 2003, p. 43)

Tal como Pêcheux, Bakhtin leva a ideologia à centralidade de suas teorias. Os escritos de Bakhtin sobre os signos e a ideologia são apropriados para o estudo do discurso da mídia sobre a política e os políticos da América Latina. As teorias do autor, baseadas no materialismo histórico, mostram que a palavra e o discurso são a manifestação mais pura da ideologia. Ou a revelam ou aparentemente a escondem, mas ali está a ideologia.

Daí não se poder negligenciar a importância do contexto histórico (as condições de produção) e sociopolítico na interpretação dos signos. A palavra está sempre dotada de ideologia. “Os signos só emergem [...] do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos.” (BAKHTIN, 2006, p. 32). Desse modo, “A consciência só se torna consciência quando se

impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e,[...] no processo de interação social.” (BAKHTIN, 2006, p. 32)

O filósofo destaca que as palavras penetram em todas as relações entre indivíduos: seja nas relações de colaboração, de base ideológica, nos simples encontros fortuitos do cotidiano ou nas relações de caráter político. É como se fossem uma rede emaranhada. E elas “[...]são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.(BAKHTIN, 2006, p. 40). Nesse comentário, o pensamento de Bakhtin coincide com a ideia da não homogeneidade das formações discursivas – uma crença desenvolvida também nesta tese, a partir de outros autores. E mais: de alguma forma, reflete a possibilidade de fissuras e contrapontos mesmo no seio de um bloco hegemônico (na esfera da sociedade civil, em Gramsci) ou em um aparelho ideológico de Estado (em Althusser).

É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador mais sensível de* todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados.(BAKHTIN, 2006, p. 40)

Segundo Miotello (2005, p. 172), traduzindo o pensamento bakhtiniano, as mais insignificantes mudanças repercutem na língua, nas palavras. Ele diz que “[...]os sujeitos interagentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais.(MIOTELLO, 2005, p. 172). Ele assevera que: “Dentro das palavras, em uma sociedade de classes, se dá discursivamente a luta de classes.”(MIOTELLO, 2005, p. 172). Assim, “A manutenção da divisão social e a perpetuação da hegemonia da classe dominante exige que os sinais contraditórios ocultos em todo o signo ideológico sejam mantidos apagados.”(MIOTELLO, 2005, p. 173)

E desse nível é que a ideologia [...] principia sua relação mais efetiva com o com esse nível oficial da ideologia, infiltrando-se progressivamente nas instituições ideológicas (imprensa, literatura, ciência, leis, religião), e as renovando, ao mesmo tempo em que é renovada por elas. Nesse sinal de renovação também está presente o sinal de refração da ideologia, pois que a classe dominante confere ao signo ideológico um caráter intangível, imutável e supraclasse sociais, abafando ou ocultando a luta dos índices sociais de valor, e divulgando o discurso de monovalência.(MIOTELLO, 2005, p. 173)

Continuando na sua análise sobre o entendimento da palavra como signo ideológico, Bakhtin expõe que “Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário

destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior.”(BAKHTIN, 2006, p. 29).

Desse modo, “Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia.*”(BAKHTIN, 2006, p. 29, grifo do autor). O mesmo raciocínio serve para um instrumento de produção. O autor diz que, em si, “[...]um instrumento não possui um sentido preciso, mas apenas uma função: desempenhar este ou aquele papel na produção. E ele desempenha essa função sem refletir ou representar alguma outra coisa.”(BAKHTIN, 2006, p. 29-30). Ele traz como exemplo os signos da foice e do martelo como símbolos da antiga União Soviética:

Todavia, um instrumento pode ser convertido em signo ideológico: é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética. A foice e o martelo possuem, aqui, um sentido puramente ideológico. Todo instrumento de produção pode, da mesma forma, se revestir de um sentido ideológico: os instrumentos utilizados pelo homem pré-histórico eram cobertos de representações simbólicas e ornamentos, isto é, de signos. Nem por isso o instrumento, assim tratado, torna-se ele próprio um signo. (BAKHTIN, 2006, p. 30)

É importante destacar que o signo resulta em significados diversos a partir da interação com outros signos. Da mesma forma, decorre de um consenso entre indivíduos socialmente organizados, justamente no processo de interação.(BAKHTIN, 2006, p. 43). “Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo.”(BAKHTIN, 2006, p. 43, grifo do autor). Algumas observações e alertas realizados por Bakhtin também auxiliam no olhar sobre o *corpus* da tese, o que o autor chamou de “regras metodológicas”. A saber:

- 1.*Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infraestrutura).(BAKHTIN, 2006, p. 43, grifo do autor).

Enfim, pensar o *corpus* sob a perspectiva de *sentir* a palavra como um signo ideológico – dentre tantos outros signos – é reunir vários aportes da Análise do Discurso, reativando o contexto (as condições de produção), o sócio-histórico e a interação entre signos. É enxergar a mídia em sua relação *simbiótica* com o Estado (o poder central), ou seja, com a

classe hegemônica, dominante. Como elaborou Bakhtin (2006, p. 32), “Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos.” Dá-se, no dizer do filósofo russo, uma “[...]cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo[...]”(BAKHTIN, 2006, p. 32).

4.2 MÉTODO DE ANÁLISE DO CORPUS: DESIGNAÇÃO, MODALIZAÇÃO E SILENCIAMENTO

Chega-se, aqui, à fase de explanação do método de análise, propriamente dita, do *corpus* desta pesquisa. E logo vem a pergunta: o que se quer desta investigação das matérias, artigos, editoriais e reportagens dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, Estado de S. Paulo e das revistas Veja e Carta Capital? Quer-se verificar o funcionamento do discurso midiático sobre a América Latina e seus principais líderes, a fim de apreender como a mídia significa o que é *ser* latino-americano e qual a posição que a região ocupa no discurso dos meios de comunicação impressos do Brasil. Interessa conhecer os efeitos de sentido da/na construção simbólica que resulta da representação da realidade elaborada pelos veículos de comunicação nos seus enunciados.

Para tanto, a pesquisa precisa apreender como se dá esse funcionamento do discurso da mídia, no entrecruzamento dos discursos que circularam nos textos veiculados pelos jornais e revistas. Como se viu no início deste capítulo, tomou-se como ponto de partida para a condução dos aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso as definições sobre Formação Ideológica e Formação Discursiva, para, em seguida, discorrer pelos conceitos e métodos advindos desses dois eixos – tendo como focos os aportes mais pertinentes a este estudo.

Portanto, o campo da Análise do Discurso foi abordado a partir da centralidade dessas formações, tendo como princípio as relações entre ideologia, luta de classes e discurso. Indo do simbólico às intrincadas relações de poder. Ou seja, entendendo o discurso como objeto sócio-histórico, pois interessa desvelá-lo por meio das relações entre o sujeito, a história e a língua.

Concorda-se com Orlandi (2006, p. 23) quando diz que “[...]há uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto, a trama dos sentidos nele, mas ela não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo a termo.”. Ou seja, é uma relação

permeada de interfaces que, para ser trabalhada, é preciso que se compreenda o “funcionamento do texto” – e é este que precisa ser, metodologicamente, apurado, capturado, em seus sentidos e significados: nunca literais, nunca homogêneos.

Antes de chegar aqui, a pesquisa *bebou na fonte* das teorias althusserianas e gramiscianas sobre o lugar de fala da mídia. Acreditando que o discurso não é homogêneo e, assim, as Formações Discursivas, logicamente, não são homogêneas, foi instituído um método que favoreceu a adoção de dispositivos de análise do *corpus*, propiciando a percepção das regularidades, bem como as possíveis contradições, contrapontos, deslizamentos, recuos, falhas e fissuras no seio das Formações Ideológicas e Discursivas. E, por esse caminho, deslindar os efeitos de sentidos dos discursos.

Para isso, foram adotados três filtros-vértices de análise, que são as definições teórico-metodológicas de *designação*, *modalização* e *silenciamento* (conforme esquema na figura 3, abaixo). No entanto, diz-se, aqui, de antemão, que esse recorte é um guia e não um limitador da pesquisa. Portanto, outros olhares, fora desse tripé teórico-metodológico, podem ser acionados na análise. É importante dizer, ainda, que se adota, neste trabalho, a visão de entrelaçamento das categorias-vértices que, em muitos momentos, estão imbricadas umas nas outras.

Ilustração 3: Esquema de análise



Fonte: Autora, 2016.

4.2.1 Designação

A escolha em apurar o olhar sobre o *corpus* pelo viés das teorias sobre designação – como método e instrumento de análise – justifica-se pelos traços observados no discurso midiático, ainda na fase de leitura dos textos do *corpus* ampliado, que sinalizaram para uma forte categorização dos líderes latino-americanos, com deslizamentos de sentidos em várias direções. Como o recorte do *corpus* seguiu a lógica de capturar as matérias no período eleitoral dos países em foco, naturalmente os líderes foram mais referenciados nos textos jornalísticos ou de articulistas do que os próprios países, dos quais o cargo de Presidente da República estava sendo disputado.

Um dos autores que mais se aprofundaram no conceito pela “via de reflexão enunciativa para os problemas da designação” foi o brasileiro Eduardo Guimarães, sobretudo na publicação “Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação” (2005). Intitulando-se de corrente materialista, já que não toma a linguagem como transparente e entende que a sua relação com o real é histórica, Guimarães já desenvolveu vários trabalhos sob a abordagem da designação, com relevância para o estudo de nomes próprios. Apesar de suas abordagens fazerem interface com outros campos, nos pontos de contato com a Análise do Discurso, Guimarães adota a linha pecheutiana.

De acordo com o Dicionário Houaiss (2009, p. 654), designação significa ato ou efeito de designar, indicação, escolha, nomeação, representação, significação, símbolo, denominação, classificação, qualificação, referência. Em Guimarães, o conceito adquire contornos mais profundos, sob o ponto de vista da linguagem. “Para configurar o que considero designação vou distinguir esta palavra num conjunto de palavras muitas vezes usadas umas pelas outras, ou distinguidas de modos diferentes, dependendo do autor ou da posição de cada um.”(GUIMARÃES, 2005, p. 9). Assim, ele diferencia designação de *nomeação* (funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome) e de *referência* (denotação), embora aborde a ligação estreita entre esses procedimentos.

A *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (símbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar tal como Rancière (1992), que os nomes identifiquem objetos. Hipótese que me interessa fortemente tanto para os nomes comuns, como para os nomes próprios, como se verá. A *referência* será vista como a particularização de algo na e pela enunciação.(GUIMARÃES, 2005, p. 9, grifo do autor).

Segundo o autor, é cabível “referir” algo porque as coisas são significadas e não apenas existentes. Ele exemplifica: “Podemos referir algo com a palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los. E é isso que torna possível a referência a um ser particular entre os seres assim identificados.” (GUIMARÃES, 2005, p. 10, grifo do autor). O autor segue estabelecendo relações entre designar e nomear e entre designar e referir, dizendo que o modo de nomear é elemento constitutivo da designação de um nome; da mesma forma, as referências feitas com um nome ou por outros nomes (substituindo os nomes no texto) são também constitutivos da designação.(GUIMARÃES, 2005, p. 26-27).

Guimarães (2005, p. 27) explica que, entre designação e nomeação, observa-se uma relação entre enunciações, ou seja, acontecimentos de linguagem – o que vale sobretudo para os nomes próprios. Já no caso da designação e referência, deve-se levar em consideração como um nome aparece referindo no texto. “Assim é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência substituibilidade.”(GUIMARÃES, 2005, p. 27). Dessa forma, “[...]os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome são um modo de determiná-lo, de predicá-lo. E neste sentido é que constituem a designação do nome em questão.”(GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Em especial, Guimarães (2005, p. 33) tratou do funcionamento da designação dos nomes próprios da pessoa, e lembrou que esse estudo leva ao domínio que pensa a relação da linguagem com o mundo e o sujeito. Para ele, pensar o nome próprio de uma pessoa leva a considerar que existe um nome único para um “objeto” único ou uma pessoa única. Traduzindo: o autor revela que o nome está em relação com “aqueles que falam”, “que são sujeitos no dizer”. Daí, “Isto por si só ressignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito.”(GUIMARÃES, 2005, p. 33).

Ao analisar nomes próprios, Guimarães (2005, p. 33-34) chama atenção para os aspectos “morfossintáticos”, ou seja, que mostram um modo de construção dos nomes e sobrenomes, como um fator determinante e, algumas vezes, restritivo. Afinal, os nomes e sobrenomes especificam algo sobre o que se nomeia; dizem muito da pessoa a quem se referem. O funcionamento morfossintático mostra que há uma “[...]construção de relações linguísticas e não uma relação direta entre palavras e objetos.”(GUIMARÃES, 2005, p. 35).

No aspecto “semântico-enunciativo” relativo aos nomes próprios, o autor destaca os mecanismos que regem esse movimento, como: o ato de dar nome à pessoa ou de atribuir-lhe um nome (os pais aos filhos), os nomes predominantes em cada época, as formas de escolher

ou selecionar qual sobrenome vai utilizar (caso dos militares, por exemplo), enfim, seleções que se constituem em uma busca de unicidade.(GUIMARÃES, 2005, p. 35). Afinal, pensa-se no nome para uma única pessoa.

Há sempre uma tentativa de unicidade. Mas, não há unicidade. Para Guimarães (2005, p. 40), “[...]a não unicidade se dá pelo cruzamento de lugares enunciativos diferentes que levam à nomeação: o da corporação, o coletivo, o da atualidade etc, relacionados com uma história de enunciações que vai afetando o nome.”(GUIMARÃES, 2005, p. 40). Os indivíduos são identificados biologicamente, para o Estado e para a sociedade. “A questão interessante é procurar saber o que significa esta construção de unicidade do nome próprio.” (GUIMARÃES, 2005, p. 36).

Minha hipótese aqui é que esta unicidade é um efeito do funcionamento do nome próprio como processo de identificação social do que se nomeia. Isso ganha contornos especiais e muito particulares no caso dos nomes próprios de pessoa, porque neste caso, o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação. Ou seja, passa a ser uma questão do sujeito.(GUIMARÃES, 2005, p. 36)

Essa colocação do autor ilumina a análise do *corpus* desta pesquisa, para que o olhar sobre o discurso busque os sentidos das designações que funcionam nos textos. Sobretudo, entendendo as designações funcionando para construir um *lugar* para o sujeito, não só para um processo de “identificação social”, mas, no caso dos líderes latino-americanos nomeados pela mídia, há também elementos que derivam do social para uma identificação ideológica e política. Assim, pode-se dizer que a designação “[...]opera enunciativamente no processo de identificação social do indivíduo.”(GUIMARÃES, 2005, p. 37). Mas o indivíduo enquanto sujeito.

Guimarães chega ao cerne da questão sobre o que é designar quando diz que “[...]as pessoas têm nelas algo que lhes é dado pelo processo de designação.”(GUIMARÃES, 2005, p. 41). Isto é, o sujeito das enunciações se constitui sujeito “[...]enquanto fala de uma posição ideologicamente configurada pelo interdiscurso: posição de sujeito jurídico-liberal, ou religioso, ou administrativo etc.[...]O sentido do nome próprio lhes constitui, em certa medida.”(GUIMARÃES, 2005, p. 41). Por esse entendimento, concorda-se com o autor para quem “O sentido constitui o mundo que povoamos. E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito.”(GUIMARÃES, 2005, p. 41). Mas, para ele, não é o sujeito que nomeia (ou refere), nem a expressão. É o acontecimento. Isso porque ele constitui o seu próprio passado.

Esta pesquisa acrescenta também ao âmbito das designações os *neologismos*⁸³, que foram identificados em matérias, reportagens, artigos e editoriais do *corpus* (analisados mais à frente). No Estado de S. Paulo, por exemplo, um título traz o neologismo “cristinismo”, como pode ser observado no título “*Argentina avança para o 'cristinismo'*”, em 25/10/2011, referente à então presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Já a Folha de S. Paulo, traz no a expressão “chavismo” no corpo do texto, publicado em 9/10/2012: *Substituir um caudilho é operação complexa em qualquer circunstância, até porque não me lembro de "ismo" que tenha sobrevivido a seu criador. Será diferente com o "chavismo"?*

Ao utilizar o processo de substituição do nome próprio dos líderes, busca-se também a subjetivação, ou seja, dar ao sujeito um lugar outro que não estava determinado pelo seu nome próprio. Persegue-se uma unicidade que não existe, basta ativar-se o interdiscurso e a memória discursiva. Indo mais além, os sentidos desses neologismos emergem também analisando a Formação Discursiva à qual pertence a mídia. Isso tudo foi levado em consideração na investigação do *corpus*.

Guimarães (2005, p. 41) reforça que o funcionamento referencial dos nomes, particularizando alguém, é produzido pelo processo enunciativo que se dá como procedimento de identificação na sociedade. “Ou seja, nomear uma pessoa é uma enunciação que funciona por um processo determinação semântico-enunciativa em virtude de se dar no interior do processo social de identificação[...]”(GUIMARÃES, 2005, p. 41). No caso dos líderes, seria uma identificação “macrossocial”, em larga esfera, pelo alcance da mídia. Afinal, o lugar de fala dos líderes ocupa um espaço, inclusive, internacional. Por isso, as designações por neologismos dos líderes em foco ganham um peso maior. O peso ideológico das palavras.

Mónica Zoppi-Fontana, no texto “É o nome que faz a fronteira” (1999), acrescenta observações que podem fazer interface com este estudo. A autora lembra as instabilidades e dispersões do discurso midiático, identificadas a partir da análise de designações. Ao estudar as designações pelas quais são nomeados os espaços públicos, as modalidades de uso e ocupação desses espaços e os atores que neles desenvolvem sua prática, Zoppi-Fontana percebeu como a mídia realiza categorizações e referenciações, por meio de analogias ou de maneira indireta, com designações de outros atores ou de outras práticas sociais.(ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 203)

Esses processos também foram percebidos em relação aos líderes dos países latino-americanos. No estudo do *corpus* desta tese, vê-se como os candidatos-presidentes são

⁸³Emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras existentes, na mesma língua ou não; atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua. (HOUAISS, 2009, p. 1350).

referenciados por atuações outras, que, necessariamente, não têm ligação com o cargo o qual disputam. Isso se dá, geralmente, como forma de ressaltar, de maneira preconceituosa, uma atividade que pode gerar conflito na atuação como chefes de uma nação.

Zoppi-Fontana (1999, p. 204) chama atenção, ainda, para as relações de paráphrase estabelecidas entre designações que geram efeitos de indefinição nas relações de referência e de indistinção das designações. Isso acaba resultando no apagamento das orientações interpretativas produzidas pelos atos de nomear. “Assim, o mesmo gesto que nomeia a partir dessas categorias, nega a adequação ou propriedade das mesmas para identificarem eficazmente os referentes nomeados.”(ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 205). Outro ponto destacado pela autora é o fato de a mídia intervir na interpretação, por meio da produção e/ou reprodução de imagens (aqui, dos líderes), que constroem evidências do senso comum. (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 202). De fato, a mídia é especialista em ratificar o senso comum.

Sobre designações de nomes comuns, ainda no livro “Semântica do acontecimento”, Guimarães discorre sobre esse tipo de análise de palavras designadas não a objetos únicos (pessoas).(GUIMARÃES, 2005, p. 69). A partir de palavras como cidade, município e comarca, o autor elabora estudos que mostram como elas levam a outras que designam espaços da cidade. É como se fossem *desmembramentos* de significados, que interessam para a análise dos discursos dos jornais e revistas. “O que nos interessa é a análise do que estas palavras designam enquanto unidades que funcionam em enunciados no acontecimento enunciativo.”(GUIMARÃES, 2005, p. 69).

Assim, Guimarães (2005, p. 28) traz para somar à sua teoria um dispositivo que ele chama de “reescrituração”, que quer dizer “[...]uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente.”(GUIMARÃES, 2005, p. 28). Ou seja, a enunciação rediz o que já foi dito, insistentemente. “E ao reescriturar, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável.” Esta tese recoloca essa questão no paradigma de que um discurso é sempre a retomada de outros discursos, a partir de condicionamentos de uma Formação Discursiva, com possibilidades de fissuras e contrapontos. Neste sentido, a reescrituração é também interdiscurso e memória discursiva.

O autor em tela coloca que o dispositivo de reescritura aporta elementos de linguagem que permitem a interpretação do texto (ou melhor, do discurso), como os dêiticos, anáforas, catáforas, repetições, elipses, substituições, que ele nomeia de procedimentos de “deriva do sentido” próprios da textualidade.(GUIMARÃES, 2005, p. 27-28). Ele é categórico em dizer

que não existe texto sem deriva de sentidos, como não há texto sem reescritação. (GUIMARÃES, 2005, p. 28).

A reescritação referencial funciona no acontecimento como um modo de predicar o nome, ou os nomes reescriturados. Sendo assim, [...]a reescritação, ao mostrar-se como dizendo o mesmo, diz outra coisa, e esta outra coisa passa a fazer parte da designação do nome reescriturado.” (GUIMARÃES, 2005, p. 69).

Como exemplo, o autor mostra um texto publicado em uma revista que se refere ao tema da *cidade*. Nele, o autor ensina a observar como a palavra é reescriturada no discurso. Assim, ele orienta a observar como a palavra *cidade* funciona no texto para referir algo e como a reescritação de *cidade* motiva o sentido de outras palavras para a mesma referência, “[...] de tal modo que estas outras palavras, por referirem algo como o mesmo, constituem uma predicação de cidade e assim constituem o que *cidade* designa.”(GUIMARÃES, 2005, p. 70). Assim, o autor procurou ver o sentido de *cidade* analisando o acontecimento enunciativo e a sua temporalidade, observando no texto jornalístico: “[...]a) sua inclusão na seção *Cidades* da revista; b) o jogo designativo parafrástico entre *cidade*, *município*, *comarca* (trata-se de ver, no texto, a substituição de uma palavra por outra...);c)as reescritações de enunciados por outros no decorrer do texto[...].”(GUIMARÃES, 2005, p. 70).

Ao construir amarrações à sua teoria, o autor reforça que “O que o nome designa é construído simbolicamente.”(GUIMARÃES, 2005, p. 91). De acordo com o autor, designar é, sim, construir significação, a partir a apreensão do real – este significando na linguagem do mesmo modo que o dizer identifica o real para sujeitos, em um processo social e histórico. Neste sentido, quem nomeia também “[...]é parte do que identifica um sujeito”. (GUIMARÃES, 2005, p. 91). Ou seja, ao designar os países e líderes latino-americanos, a mídia também constitui o seu lugar de fala nas Formações Discursivas. Os meios de comunicação designam e referem (os países e os líderes), na medida em que os identificam em um processo social e histórico.

No decorrer de análises preliminares para esta tese, verificou-se que as designações dos líderes latino-americanos estão muito vinculadas a qualificações⁸⁴: adjetivações ou atribuições de valor que agregam uma carga simbólica às designações. Por isso, as análises pelo recorte das designações vão agregar também qualificações. Esse procedimento aqui foi entendido como enriquecedor para a apreensão dos efeitos de sentido das designações.

⁸⁴Para o dicionário Houaiss (2009, p. 1584), qualificar é emitir opinião a respeito de; avaliar, apreciar; indicar qualidades de; classificar; modificar, acrescentando características e limitando a extensão do conceito (o adjetivo qualifica o substantivo).

4.2.2 Modalização

A materialidade do discurso jornalístico, por si só, já recomendaria um recorte de análise sob o ponto de vista da modalização. Isso porque as técnicas de elaboração dos enunciados noticiosos adotam o método de *modalizar* o discurso ao citar fontes, escamotear possíveis intencionalidades, simular neutralidade e objetividade, induzir interpretações, transferir responsabilidades, enfim, como *tentativas* (falhas) de ora mostrar ora esconder sentidos.

E ainda mais quando se trata de um estudo sobre o político, tendo países e seus líderes como foco dos enunciados jornalísticos. Some-se a isso o fato de que o ato de categorizar, nomear ou referenciar vincula-se, não raro, a formas modalizadoras, sobretudo tendo o aspeamento de palavras (e, em alguns casos, o itálico⁸⁵) como forte recurso. Por isso, o uso e funcionamento das aspas será privilegiado neste estudo e na análise do *corpus*. Assim, a modalização autonímica⁸⁶ vai exigir maior dedicação neste levantamento teórico-metodológico.

Indo ao dicionário, vê-se que modalização significa, literalmente, “[...]marca com que o falante assinala seu enunciado, a fim de indicar sua relação com o conteúdo do mesmo[...]”(HOUAISS, 2009, p. 1303). Desse modo, pode se referir a conteúdo assumido inteiramente pelo falante, assumido com reservas, não assumido; pode marcar, ainda, transparência ou opacidade do sujeito falante ou tensão entre locutor e interlocutor. (HOUAISS, 2009, p. 1303). A Análise do Discurso denomina a modalização de forma similar, dizendo que “[...]designa a *atitude* do sujeito falante em relação a seu próprio enunciado, atitude que deixa marca de diversos tipos (morfemas, prosódias, mímicas....).” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 336, grifo dos autores).

⁸⁵Sobre o itálico, Maingueneau (2002, p. 165) orienta que o dispositivo pode ser utilizado sozinho ou junto com as aspas. Também pode ser utilizado tanto no caso da autonímia como da modalização autonímica, como no exemplo “Paulo é muito *ligado nas coisas*”. Segundo ele, é mais comumente adotado em palavras estrangeiras e para chamar atenção ou destacar alguma palavra ou expressão.(MAINGUENEAU, 2002, p. 165). Mas o autor ressalta que, muitas vezes, é utilizado indistintamente, assim como as aspas. “Quando se trata não de discurso relatado, mas de modalização autonímica, as regras de utilização do itálico ou das aspas variam de uma jornal para outro e mesmo de um artigo ou de um jornalista para outro[...]”(MAINGUENEAU, 2002, p. 167).

⁸⁶Aqui não será abordado o uso das aspas no discurso direto, já que este uso é comum no jornalismo, para citar as fontes entrevistadas e autores de “falas”. Interessa à pesquisa o uso que está relacionando às designações e aos silenciamentos. No discurso citante escrito (discurso direto), a colocação das aspas ou do itálico funciona para “indicar que houve um ato de fala” ou “marcar fronteira que separa o discurso citado”. Esses recursos do discurso direto são utilizados como estratégias para “criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; “distanciar-se” ou “mostrar-se objetivo, sério”. (MAINGUENEAU, 2002, p.142,143). Nesses casos, as aspas podem vir no começo, no final ou intercaladas. Exemplos: Um delegado sindical esclarece: “...”, ou: “Tenho vergonha do meu escritório, prefiro que seja filmada na sala de reunião”, confessava ele. O futebol foi glorificado nesta noite”, destaca Guy Roux” (MAINGUENEAU, 2002, p.143,144)

De acordo com Koch (2002, p. 136, grifo da autora), “[...]consideram-se **modalizadores** todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor em relação ao seu discurso.”. Acredita-se, aqui, que essas “intenções”, “sentimentos” e “atitudes” são tentativas de ação consciente do sujeito, mas o sentido sempre escapará a ele. Cabe ao analista de discurso articular a forma-sujeito, a posição-sujeito e as condições de produção do enunciado (discurso) para deslindá-lo. Dessa forma, ideologia e história são determinantes para o estudo a partir de dispositivos modalizadores.

Maingueneau (2012) ratifica que “O discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais [...] e, [...] indica que *atitude* está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu co-enunciador (fenômeno de ‘modalização’).”(MAINGUENEAU, 2002, p. 55, grifo do autor). No caso, pode indicar o responsável pelo que se está dizendo: “[...]um enunciado simples como ‘Está chovendo’ é colocado como verdadeiro pelo enunciador, que se apresenta como responsável pelo enunciado, como fiador de sua veracidade.”(MAINGUENEAU, 2002, p. 55, grifo do autor).

Ainda de acordo com Maingueneau (2002, p. 55), sempre há modalizações “possíveis” no discurso. Segundo ele, a expressão “Talvez esteja chovendo”, por exemplo, deixa uma incerteza no ar, bem como poderia delegar a responsabilidade a outra pessoa, se dissesse “De acordo com Paulo, está chovendo”. “Ele poderia até mostrar ao co-enunciador estar apenas fingindo assumi-lo (caso das enunciações irônicas)”(MAINGUENEAU, 2002, p. 55). Ou seja, as modalizações dizem muito sobre o sujeito e sobre o lugar de fala, isto é, a Formação Discursiva à qual o sujeito está vinculado, pois aponta pistas de deslizes de sentido, rupturas, heterogeneidades, falhas, equívocos.

Sendo assim, “A modalização pode ser explicitada por marcas particulares, ou manter-se no implícito do discurso, mas ela está presente, indicando a atitude do sujeito falante frente a seu interlocutor, a si mesmo e a seu próprio enunciado.”(MAINGUENEAU e CHARAUDEAU, 2004, p. 337). Essas modalizações, mesmo marcadas e passíveis de captura no texto, precisam, “estabelecer relações entre o estudo das marcas linguísticas da modalização e os fatores que exercem coerções sobre a situação de comunicação específica do discurso considerado.”(MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 337).

Para entrar no tema da modalização autonímica, Maingueneau (2002, p. 157), de forma básica, explica que a frase “‘Gato’ é um substantivo masculino”, traz a palavra *gato* aspeada para designar o próprio signo linguístico (significante e significado) e não o animal.

“Esse tipo de emprego em que o enunciador se refere aos signos em si mesmos é denominado *autonímico* e se opõe ao uso corrente, em que as aspas se referem a realidades externas à linguagem (por exemplo: “gato” na frase “O gato é preto”) (MAINGUENEAU, 2002, p. 157).

O autor segue na explanação, mostrando que esse emprego autonímico não permite a substituição das aspas por sinônimos. Ele dá o exemplo da frase “‘Cão’ tem três letras”, quando a palavra *cão* não pode ser trocada na frase por “o melhor amigo do homem”. A modalização autonímica, caracteriza-se, então,

[...]por não se limitar às palavras colocadas entre aspas, mas por englobar o conjunto dos procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra, **de uma certa maneira**, seu discurso para comentar sua fala enquanto está sendo produzida. Ao comentar assim sua própria fala, o enunciador produz uma espécie de enlaçamento na enunciação. (MAINGUENEAU, 2002, p. 158, grifo nosso)

Para deixar claro o que está dizendo, Maingueneau (2002, p. 159) utiliza o exemplo da citação acima. A expressão em negrito “de uma certa maneira” é uma operação de modalização autonímica, pois mostra o verbo “desdobrar” como parcialmente inadequado, mas não interrompe a frase. A modalização autonímica pode ser marcada por várias categorias, construções, expressões, como: “de uma certa forma”, “desculpe a expressão”, “ou melhor”, “isto é”, “enfim”. Mas pode também ser manifestada por meio de aspas, itálico, reticências, reticências, parênteses. (MAINGUENEAU, 2002, p. 159).

Como na análise do *corpus* desta pesquisa será privilegiado o estudo das aspas, recorre-se aqui às pesquisas de Jacqueline Authier-Revuz. Em “Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido” (2004), a autora faz uma extensa análise sobre o uso de aspas. Ao dizer que as aspas são “palavras mantidas a distância”, Authier-Revuz revela que “Esse sinal de distância que o locutor pode colocar, na escrita, em palavras que produz tem [...] dois valores diferentes: a *autonímia*, de um lado, a *conotação autonímica*, de outro.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 217).

Para diferenciar a autonímia da conotação autonímica, Authier-Revuz (2004, p. 217) refere-se a duas amostragens, nas quais ela traz os enunciados: (1) “Ele disse: ‘I don’t mind’”; (2) a. “A palavra ‘caridade’ tem quatro sílabas”; b. “A palavra ‘caridade’ realiza boas obras”. A autora aponta que o estatuto autonímico aparece “[...]em (1), pelo verbo de dizer e pela ruptura sintática próprios ao modo direto de discurso relatado; em (2), pelo apresentador metalingüístico “palavra” e pela ruptura na combinatória que o acompanha.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 217). Assim, “O locutor faz aqui *menção* e não *uso* das palavras aspeadas.

O que está associado ao significante é todo o signo – significado e significante.”(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 217).

O elemento autonímico constitui, no enunciado em que figura, um corpo estranho, um objeto “mostrado” ao receptor; nesse sentido, pode-se considerar essas palavras aspeadas como “*mantidas a distâncial*”, em um primeiro sentido, como se mantém afastado um objeto que se olha e que se mostra.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218)

Com isso, Authier-Revuz (2004, p. 218) vai em direção ao terceiro exemplo, no qual o funcionamento das aspas ocorre diferentemente dos dois primeiros casos apontados: (3) “Nós nos contentaremos provisoriamente com essa ‘definição’. Não há aqui, como em (1) e (2), justaposição sobre a cadeia do uso e da menção, mas, ao mesmo tempo, uso duplicado, acompanhado de menção”. Segue a explicação:

Combinando as duas estruturas complexas da conotação – em que é o signo todo que funciona como significante – e da autonímia, a conotação autonímica age, parece-nos, particularmente em dois casos: o modo dito “discurso indireto livre” do discurso relatado, no qual nenhuma marca específica, unívoca, assinala a conotação que concerne a uma parte de discurso sintaticamente integrada ao todo [...]; as palavras ou sintagmas marcados, como em (3), com aspas de distanciamento, sinal que não é redundante – contrariamente às aspas da autonímia simples de (1) ou (2) –, pois concerne a elementos sintaticamente integrados ao contexto⁸⁷.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218)

E é à conotação autonímica (não marcada do discurso indireto livre) que a autora dedica a maior parte do estudo no livro em referência aqui – e que é de interesse desta tese. São essas palavras que, segundo a autora, são verdadeiramente “*mantidas2*” pelo locutor, no sentido em que se “faz uma declaração, um discurso”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218). “[...] mas essas palavras das quais *contudo* o locutor faz uso, ele, pela conotação de menção, ao mesmo tempo, as ‘mantém a distância2’”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218-219).

Entre as várias operações das aspas, Authier-Revuz (2004, p. 219) destaca as que são a marca de um dispositivo metalinguístico “local” de distanciamento. Ou seja, assumindo um funcionamento de “suspensão de responsabilidade”, que funciona para outras palavras. Trata-se dos momentos quando, durante o discurso, uma palavra é designada na intenção do receptor como o objeto. “Essa suspensão de responsabilidade determina uma espécie de vazio a preencher, através de uma interpretação, um ‘apelo de glosa’, se assim se pode dizer, glosa

⁸⁷Authier-Revuz (2004, p. 218), em nota de rodapé, chama atenção para que o dispositivo de conotação autonímica rememora a entonação de voz diferenciada, em relação à autonímia. A saber: “Notemos, sem poder aqui entrar em detalhes, que às aspas de conotação autonímica, o oral faz obrigatoriamente corresponder uma entonação diferenciada, o que não ocorre com as aspas de autonímia; e que as formas verbalizadas do tipo “entre aspas, com aspas etc.” são reservadas à conotação autonímica.”(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218)

que, às vezes, se explicita, permanecendo mais frequentemente implícita.”(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219)

As aspas estão presentes em uma fala sob vigilância, sob controle, uma fala “mantida³”, em um terceiro sentido, aquele em que se diz que “se mantém seu cachorro, seus empregados, sua casa” ou que “se sabe se manter”. Opõe-se a uma fala do “deixar acontecer”, abandonada a si mesma, que se perde. Nesse sentido, pode-se considerar as aspas como “antilapso”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219)

A autora explica que as palavras aspeadas são consideradas deslocadas, fora de seu lugar, pertencendo ou adequando-se a outro discurso. São casos frequentes as colocações de aspas em palavras estrangeiras, neológicas, técnicas, que se supõe que são compreendidas pelos interlocutores; no entanto, as aspas as remetem à margem do código.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 221). São exemplos trazidos pela autora: “O ‘sit-in’ dos estudantes defronte da embaixada...”; “A ‘giscardização’ acelerada da administração superior.”; “Os leitores de La Croix descobriram, graças a um croqui acompanhado de numerosas explicações, o segredo das famosas ‘termobombas’”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 221).

Authier-Ravuz (2004, p. 221) destaca, ainda, como de uso comum, as aspas em palavras ou expressões familiares ou conhecidas. Ela diz que elas sempre “[...] remetem[...]a um outro nível de língua: quer seja negligência verdadeira ou falsa, acompanhada de remorso ou de coqueteria, [...]sempre é asserção, diferentemente do nível não familiar próprio ao discurso em que elas funcionam.”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 221). Como modelo desse tipo de aspas, ela cita um comentário de Altuhusser: “Feuerbach é um estranho personagem filosófico que apresenta essa particularidade, perdoem-me a expressão, de ‘entregar o jogo’”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 221).

Authier-Revuz (2004) destaca, também, os usos de aspas, com demarcações mais sutis ou não, nos sentidos de distinção, de proteção, de condescendência, concessiva, pedagógica ou questionamento ofensivo, enfim, vários funcionamentos diferentes. As aspas empregadas no sentido “de proteção”, por exemplo, tentam prever eventuais réplicas e, por assim dizer, “[...]frustram preventivamente a ofensiva do outro, uma vez que apagam os contornos da palavra, organizam um espaço de flutuação, de jogo, que é o espaço proposto para uma retificação do outro que, assim prevista, não pode tomar a forma do conflito aberto.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 224).

Esse emprego das palavras, *como* que retraído, que marca uma fala receosa, é o do “*locutor ilegítimo*”, ou seja, do locutor levado a empregar palavras carregadas, para ele, de um saber ou de uma situação social da qual não se considera depositário ou ocupante legítimo: palavras eruditas, “palavras enfáticas”, palavras técnicas...; também é o do locutor que, em uma *situação*

ameaçada, dirá mesmo assim a palavra que deseja dizer, mas "sob o abrigo" das aspas, isto é, não de modo ofensivo. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 224).

Do lado oposto, em vez de dispositivo "de proteção", as aspas podem remeter a um lugar de "questionamento ofensivo" do caráter apropriado de uma palavra.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225). Isto é: "Dizer 'mentalidades' no lugar de 'ideologia' pode ser para um locutor, em determinada situação, prudente, até mesmo obrigatório, para não desencadear um conflito ou simplesmente para se fazer compreender[...]"(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225).

Um desses casos pode ser visto no *corpus* desta pesquisa: quando o Jornal Folha de S.Paulo, no dia 9/10/2012, coloca o título da matéria "Revigorado pelas urnas, Chávez quer acelerar 'socialismo'". A palavra "socialismo", tão polissêmica em seus sentidos e práticas, é colocada à distância pelo locutor, que prefere não se comprometer com o seu sentido. Até porque, o governo chavista é considerado pela mídia, em geral, bolivariano e não socialista. Ao fazer isso, o jornal gera mais significações. O jornal não acredita que Chávez é socialista? Qual o socialismo chavista? Há uma ironia no ar? Socialismo é algo desprezível? Precisaria alguma definição da mídia sobre o que seria socialismo e as aspas mostram essa lacuna? Ou o jornalista aspeou *socialismo* para defender-se da definição? Enfim, cabe ao analista de discurso observar o todo do texto, além do título, e buscar os aportes das teorias da Análise do Discurso para desvelar os sentidos.

Com efeito, Authier-Revuz (2004, p. 225) reforça que "[...]a cada vez que um locutor é obrigado a falar com palavras que percebe impostas pelo exterior, no lugar de suas próprias palavras, que lhe são proibidas, pode defender-se com essas aspas que são de reação ofensiva em uma situação dominada.". Segue um texto no qual as aspas são utilizadas nesse sentido, no caso, sobre discurso preconceituoso em relação ao estado emocional das mulheres, demonstrado pela autora: "O 'nervosismo tradicional' das mulheres está presente para corroborar a ideia de que estamos sempre no limite do equilíbrio, e a engrenagem do patológico é, por vezes, tão poderosa que nos achamos 'loucas' antes de ter podido gritar nossa verdade.[...]"(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225).

Tão em curso na língua universal, as aspas assumem uma função importante, sobretudo para a Análise do Discurso, uma vez que favorecem a uma aproximação dos discursos – na sua transparência e opacidade – para fazer emergir o sentido (o real, o representado) do discurso. Para a Authier-Ravuz (2004, p. 229), "Conceber as aspas como *marca, falta, imperfeição* é criar a fantasia de um discurso '*ideal*', isento de qualquer colocação de aspas; é representar-se a fala "mantida", que reconhece palavras como não

apropriadas[...]"'. Assim, as aspas são “[...] em um discurso algo como *o eco de seu encontro com o exterior*. Apesar dos termos interior/exterior, borda, fronteira, esse encontro não se faz segundo uma [...] justaposição, mas na forma de uma *zona de interação*, de imbricação, de invasão.”(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229).

As aspas se fazem "na borda" de um discurso, ou seja, marcam o *encontro com um discurso-outro*. São uma balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um *trabalho* sobre suas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior. Essa borda é, a um tempo só, *reveladora e indispensável*: acompanhar o mapeamento das palavras aspeadas de um discurso é acompanhar a zona fronteiriça reveladora *daquilo* em relação ao que lhe é essencial se distanciar: "Diz-me o que tu aspeias..."; ao mesmo tempo, é pelo fato de colocar algumas palavras como não apropriadas que um discurso constitui, em si mesmo, o complementar dessas palavras: palavras essas plenamente apropriadas, às quais o locutor supostamente adere sem distância; é o trabalho constitutivo das aspas.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229).

Há um largo leque de usos e funcionamentos de aspas, que devem ter a sua interpretação vinculada a um contexto (condições de produção) sócio-histórico e de posição-sujeito, ao serem analisadas. E podem assumir sentidos diferentes, inclusive, dos previstos pela autora. O mais importante é entender como as aspas funcionam no texto (e no discurso), somando a outros aportes teóricos da Análise do Discurso. Na verdade, são inesgotáveis as possibilidades de usos e sentidos das aspas e de qualquer outro dispositivo de modalização, tanto quanto são inesgotáveis as interpretações e sentidos.

4.2.3 Silenciamento

Desde as primeiras aproximações desta pesquisadora junto ao *corpus* da presente investigação, foram percebidas “ausências” e “lacunas” de temas e vozes nos discursos midiáticos sobre a América Latina e seus líderes. Diante disso, buscou-se – dentro do aparato oferecido pela Análise do Discurso – suportes teórico-práticos que favorecessem um recorte metodológico por esse viés. Chegou-se, assim, ao tema do *silenciamento*, em especial, como foi trabalhado e sistematizado por Eni Orlandi, em “As formas do silêncio: no movimento dos sentidos” (2007) – que, portanto, foi adotado para o tratamento do tema em pauta.

Aliás, a autora, diferencia *silêncio* de *silenciamento*. Silenciamento é a “política do silêncio”, na qual entra questões como “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar ou silenciar. (ORLANDI, 2007, p. 29). “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de

sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E é a política do silêncio que vai, prioritariamente, interessar a esta pesquisa, uma vez que se está refletindo nesta tese sobre o discurso vinculado a uma Formação Discursiva dominante, que é a midiática.

É por esse caminho que Orlandi (2007, p. 24) distingue as formas de silêncio entre o “silêncio fundador” e o “sileciamento” (ou política do silêncio):

- a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio que se subdivide em: b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b2) o silêncio local, que se refere à censura, propriamente dita (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

Mas, para entender o silenciamento, é preciso percorrer os caminhos que levam a compreender, primeiro, o silêncio. Para Orlandi (2007, p. 11-12), é preciso observar que “1. há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio[...]; 2)o estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas “pôr em silêncio”). Para a autora, o primeiro caso livra o silêncio da pecha de “passivo” ou “negativo”, como comumente é interpretado na cultura. Já o segundo, Orlandi diz que prevê que há um processo de produção de sentidos silenciados, que representa uma dimensão do não-dito, ligando o não-dizer à história e à ideologia.(ORLANDI, 2007, p. 12)

Por outro lado, há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. Essa dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do “um” (da unidade, do sentido fixo), o lugar do *non sense*, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não-apreensível), não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo do seu funcionamento.(ORLANDI, 2007, p. 12, grifo da autora)

O modo de significar o silêncio, apresentado por Orlandi, leva em consideração, inclusive, o entendimento da censura – não como algo sediado na consciência, de um sentido considerado proibido, mas como um fato produzido pela história. Nessa perspectiva, a noção de censura se amplia para qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito. Mas a “força corrosiva” do silêncio faz com que o que não significou em um lugar, vai significar em outro, ou seja, muda apenas de caminho.(ORLANDI, 2007, p. 13). Dessa forma, “[...]o fora da linguagem não é o nada mas ainda sentido.”(ORLANDI, 2007, p. 12). Com efeito, “[...]quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam.”(ORLANDI, 2007, p. 14).

De acordo com a autora, apropriar-se do tema do silêncio requer um maior entendimento sobre “efeito de sentido”, que significa compreender a necessidade da ideologia na construção dos sentidos e dos sujeitos-locutores (posições do sujeito). “É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas [...] que se constituem os diferentes efeitos de sentido entre locutores.”(ORLANDI, 2007, p. 21).

Portanto, “Falar em ‘efeitos de sentido’ é pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido ‘outro’ e [...] do investimento em ‘um’ sentido.”(ORLANDI, 2007, p. 22). E, de acordo com a autora, é aí que está situado o trabalho do silêncio. Orlandi (2007, p. 28) chega a dizer que “o real da significação é o silêncio”⁸⁸. Se o objeto é o discurso, tem-se que o silêncio é o real do discurso. “O homem está ‘condenado’ a significar.[...] O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico.”(ORLANDI, 2007, p. 30-31, grifo da autora).

Seguindo nesse raciocínio, a autora defende que há tipos de silêncios múltiplos, entre eles, o das emoções, o místico, o da contemplação, o da revolta, o da disciplina, o da resistência, o do exercício do poder e o da derrota da vontade. Ou seja, o silêncio significa de diversas maneiras.(ORLANDI, 2007, p. 42). E, para trabalhar o silêncio como método de análise, é preciso apreendê-lo. Ou, como diz Orlandi (2007, p. 22), “[...] observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, desestrutivistas.”(ORLANDI, 2007, p. 45). Pois, “Quando se trata do silêncio, nós não temos *marcas* formais, mas *pistas, traços*. É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra, fugazmente”(ORLANDI, 2007, p. 46). Desse modo, a autora revela que, quando o silêncio se multiplica em sentidos, quanto mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos podem aparecer.

Olhando pela ótica da análise de uma Formação Discursiva midiática, os silenciamentos nos discursos dos jornalistas, articulistas ou editores assumem sentidos diversos. O próprio fazer jornalístico já atribui um poder a quem está com a autoridade de, por meio da pseudoneutralidade, dizer, redizer ou desdizer algo. Mas, atravessado pela ideologia,

⁸⁸Esta observação da autora reforça ainda mais o interesse desta pesquisa em analisar o corpus também pela via do silenciamento. Como foi visto no segundo capítulo desta tese, a mídia organiza a espetacularização da política e isso prevê a “verbalização” exacerbada, a adoção de estratégias de ultra visibilidade, do efêmero e das palavras vãs, com efeitos sensacionalistas. Afinal, vivencia-se a “sociedade do espetáculo”. Contudo, entende-se aqui que, quanto mais se espetaculariza, mais se tenta transparecer e expor, mais se entra na opacidade, tornando o olhar sobre os “silêncios” mais instigante. Orlandi (2007, p. 35), inclusive, diz que “O nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas. Isso se expressa pela urgência do dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano. Ao mesmo tempo, espera-se que se estejam produzindo signos visíveis (audíveis) o tempo todo. Ilusão de controle pelo que ‘aparece’: temos de estar emitindo sinais sonoros (dizíveis, visíveis) continuamente.(ORLANDI, 2007, p. 35)

o sujeito-jornalista-intelectual orgânico, sente-se transparente. No entanto, pela sua desidentificação com a Formação Discursiva à qual faz parte, pode entrar em conflito ou se contrapor ao seu lugar de fala. E o que dizer dos países e líderes latino-americanos? São vozes, muitas vezes, silenciadas, que emergem carregadas de sentidos diversos.

Quando se pensa o sujeito em relação com o silêncio, a opacidade do “Outro” se manifesta. Assim, pensar o silêncio é pensar a solidão do sujeito em face dos sentidos, ou melhor, é pensar a história solitária do sujeito em face dos sentidos. É por aí que se pode fazer intervir as “fissuras” que nos mostram efeitos de silêncio. O Outro está presente mas *no* discurso, de modo ambíguo (presente e ausente). E os modos de existência (presença) das personagens do discurso são significativos.(ORLANDI, 2007, p. 48)

Compreender e trabalhar com o silêncio como método, representa explicitar o modo pelo qual ele significa. Não é lhe atribuir um sentido metafórico em sua relação com o dizer, como se fosse traduzir o silêncio em palavras. Mas conhecer os processos em jogo. (ORLANDI, 2007, p. 50). Na dimensão política do silêncio, por exemplo, resulta uma forma de fazer dizer “uma” coisa para não deixar dizer outras. “Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política. Essa dimensão [...]está assentada sobre o fato de que o silêncio faz parte de todo o processo de significação (dimensão fundante do silêncio).(ORLANDI, 2007, p. 53-54)

De acordo com Orlandi (2007, p. 55), o método para trabalhar com o silêncio deve ser histórico (discursivo) e fazer apelo à interdiscursividade. A autora, para exemplificar o funcionamento do silêncio, explica “como o índio foi excluído da língua e da identidade nacional brasileira”. “Com efeito, o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos.”(ORLANDI, 2007, p. 57). Dessa forma, há um silenciamento da “voz” dos índios na história. A mediação silencia a voz dos índios. A saber:

Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo.(ORLANDI, 2007, p. 57-58, grifo da autora)

A explicação de Orlandi coincide com os achados desta pesquisa, se fôssemos comparar a “mediação” feita ao discurso dos índios, com a “mediação” ao discurso dos líderes latino-americanos pelos jornalistas, pela mídia. Há sempre um silenciamento de vozes no ar.

Observou-se, por exemplo, que a voz dos opositores dos candidatos-presidentes ganha força em vários textos observados.

Orlandi (2007, p. 58) segue na sua explanação dizendo que, para entender esse silêncio dos índios no discurso, foi necessário reconstruir uma trama discursiva constituída pela ciência, pela política social e pela religião, ao longo de quinhentos anos de história. “Por seu lado, esse silêncio pode ser compreendido como resistência do índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se ‘espera’ que ele fale).”(ORLANDI, 2007, p. 58, grifo da autora). Para tanto, o funcionamento do interdiscurso (memória discursiva) deve ser apreendido, a fim de verificar a ação do dispositivo do silêncio.

Continuando na análise, a autora emite sua avaliação, colocando que, mesmo que “[...]se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que o colocou *no* silêncio. Nem por isso ele deixa de significar em nossa história.(ORLANDI, 2007, p. 58). Daí ela arremata, dizendo: “O silêncio não é pois imediatamente visível e interpretável. É a historicidade inscrita no tecido textual que pode “devolvê-lo”, torná-lo apreensível, comprehensível. Desse modo, o trabalho com o silêncio implica a consideração dessas suas características.”(ORLANDI, 2007, p. 58)

Chega-se agora às duas formas de existência do silenciamento ou política do silêncio, ligadas entre si: o “silêncio constitutivo” e o “silêncio local”. O silêncio constitutivo põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer. Orlandi (2007, p. 74) dá como exemplo a denominação de “Nova República” a um período político-administrativo brasileiro. E explica: foi “[...]no Brasil, atribuída ao regime que seguiu a ditadura militar. Ao nomear-se assim esse período, apagava-se o fato de que o que tínhamos tido antes era uma ditadura.”(ORLANDI, 2007, p. 74). “Podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras.”(ORLANDI, 2007, p. 74)

Ainda no âmbito da política do silêncio, há, como já se tocou aqui, ao lado do silêncio constitutivo, o silêncio local – este considerado a “interdição do dizer”, que é a manifestação mais visível desta política, tendo como pilar principal a censura.(ORLANDI, 2007, p. 74). A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, *não* deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala.(ORLANDI, 2007, p. 77). Orlandi, então, volta aos paradigmas pecheutianos, ao dizer que o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo e, ao funcionar o dispositivo de censura, proíbe-se o sujeito de ocupar certos “lugares”.

Ou seja, “[...] proíbem-se certas ‘posições’ do sujeito.”(ORLANDI, 2007, p. 76). A autora continua na análise, reforçando que, desse modo, “A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação.”(ORLANDI, 2007, p. 76). Por essa visão, “[...] a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso[...].”(ORLANDI, 2007, p. 76).

A relação com o “dizível” é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja, não se pode dizer o que se pode dizer.(ORLANDI, 2007, p. 77).

Volta-se, novamente, à questão do sujeito em Pêcheux. Se há sempre uma “incompletude” no sujeito, que lhe é intrínseca, por outro lado, há uma busca incessante de completude, devido à própria “ilusão” do sujeito. “A incompletude do sujeito pode ser compreendida como trabalho do silêncio”(ORLANDI, 2007, p. 78). Como diz Orlandi (2007, p. 78), “O sujeito tende a ser completo e, em sua demanda de completude, é o silêncio significativo que trabalha sua relação com as diferentes formações discursivas, fazendo funcionar a sua contradição constitutiva.”(ORLANDI, 2007, p. 78).

Orlandi mostra, a todo tempo, ao falar de censura, como esta funciona ao lado da opressão: “proíbem-se palavras para proibirem-se certos sentidos.”(ORLANDI, 2007, p. 79). Segundo ela, há uma “asfixia” que representa a “[...]interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado.”(ORLANDI, 2007, p. 79). Como exemplo, a autora rememora o autoritarismo: “No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos.” (ORLANDI, 2007, p. 79).

4.3 A ANÁLISE DO CORPUS

A captura do *corpus* desta pesquisa seguiu o “método de busca”⁸⁹ com palavras-chave dos nomes dos países e dos seus líderes (presidentes candidatos à reeleição)⁹⁰, no momento

⁸⁹ As buscas foram realizadas via plataforma virtual dos jornais e revistas em foco, por meio de filtros como: “impresso” ou “versão impressa”, além do período proposto para análise. Os temas de busca foram o nome do

eleitoral definido: um mês antes e um mês depois do dia da eleição. No entanto, observou-se que há claramente um foco preponderante da mídia em noticiar e referenciar os líderes latino-americanos e menos os países. Óbvio que o fato de se estar noticiando períodos eleitorais forçosamente há uma centralidade maior em personas, em candidatos.

Mas observa-se um exagero da mídia em elaborar uma nomeação de seus líderes e, não por acaso, dos progressistas. Do mesmo modo, observou-se uma falta de profundidade na maioria dos textos, sobretudo no tocante à contextualização sobre a América Latina e o que estava em jogo, conjunturalmente, nas disputas eleitorais. Os títulos das matérias também ganharam relevância no estudo, uma vez que se mostram como enunciados talhados para atingir as estratégias midiáticas, mas que, discursivamente, geram mais sombras do que luzes, por meio de designações, modalizações e silenciamentos. Sombras a serem desveladas.

O que mais importa para a Análise do Discurso é entender como os textos significam (ORLANDI, 2003, 17), já que esse campo “[...]não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica”.(ORLANDI, 2003, 18). Ou seja, a Análise do Discurso “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.”(ORLANDI, 2003, 18).

Diante disso, a condução deste estudo se deu por dois vieses: a análise dos títulos e dos textos das matérias, reportagens, artigos e editoriais. Esquematicamente, será analisado por país, sendo o primeiro Venezuela, seguido por Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e, por último, Brasil. Assim sendo, cada país vai ser estudado por publicação: Jornal Folha de S. Paulo (Grupo Folha); Jornal O Estado de S. Paulo (Grupo Estado); Jornal O Globo (Organizações Globo); Revista Veja (Editora Abril); e Carta Capital (Editora Confiança). A estrutura de análise partirá de seleções de “sequências discursivas” (SD) e, ao final, uma síntese comentada sobre os “efeitos de sentido”.

Assim, atenta-se, sobremaneira, para o que alerta Courtine (2006), “O próprio *corpus*, que conferirá ao *corpus* discursivo a determinação das condições de produção assegurada em uma observação particular, fornecerá uma certa representação do modo de existência dos discursos políticos em uma situação histórica definida.”(COURTINE, 2006, p. 66). Dessa forma, distancia-se aqui da “[...]tendência em direção a uma homogeneização das condições

¹⁰Líder em disputa eleitoral, do país em foco e a América Latina. Cada veículo apresenta uma forma diferente de captura dos textos arquivados nas suas plataformas.

¹⁰Levando em consideração os mais cotados a vencer, de acordo com as pesquisas.

de produção do discurso[...]"(COURTINE, 2006, p. 67). Sabendo que é necessário levar-se em consideração a exterioridade discursiva do *corpus*.(COURTINE, 2006, p. 67). A crítica de Courtine (2006) recai sobre o fato de que algumas análises discursivas incorrem no erro de entender que:

[...] muitos *corpora* se constituem de uma sincronia única até o ponto em que toda enunciação política é parte de um *corpus* de doutrina. E o que caracteriza tal conjunto de enunciados é que ele se apoia sobre uma *tradição discursiva*, um reagrupamento das coisas que foram ditas, que permite apenas o retorno ou retomada dos enunciados. Uma definição estritamente sincrônica das condições de produção do discurso político apaga o fato de que o discurso sempre esteve lá. Assim, confundem as determinações históricas em um plano único, envolvidas no desenvolvimento do processo discursivo e conjuntural, fatores circunstanciais ligados à situação do enunciado que têm sido assegurados pela sincronia.(COURTINE, 2006, p. 66-67)

O que está dado nessas condições de produção da discursivização do político pela mídia é que, de maneira geral e recorrente – sob o peso de toda a pressão política, econômica e cultural sobre a América Latina por parte do mundo eurocêntrico e dos Estados Unidos –, os países latino-americanos ainda vivenciam uma espécie de guerra interna e particular contra as estratégicas midiáticas de desconstrução (ou nova construção) de seus líderes e as suas respectivas ações, decisões e políticas.

Essa *nova* dominação não precisa de inimigos de fora: é da América Latina para a América Latina. A mídia brasileira é uma referência desse fenômeno, como será visto ao longo da análise. Com filiações *simbióticas* às elites econômicas e políticas oligárquicas, não é incomum se observar veículos da comunicação comercial utilizando mecanismos discursivos para *demonizar* ou *desqualificar* os líderes latino-americanos – que estão do *outro lado* da ponta, no *território* dos excluídos pelo capital. Esse é um dos pontos de partida da análise do *corpus* que ora se desdobra.

Desse modo, como foi apontado ao longo da tese, a mídia faz parte da Formação Discursiva dominante, hegemônica, embora reconhecendo as contradições possíveis de serem encontradas durante a investigação do *corpus*. Ou seja, essa é a formação de referência para esta análise, já que é o seu discurso o objeto principal deste estudo. Por outro lado, os líderes progressistas da América Latina estão situados na Formação Discursiva contra-hegemônica, entre os subalternos, os dominados na conjuntura neoliberal. Sendo assim, são duas Formações Discursivas que se opõem e, a partir delas, desse confronto, os efeitos de sentido se presentificam.

Para referendar que os discursos analisados – da mídia sobre a América Latina e seus líderes – serão vistos e compreendidos como um *palco de disputas*, uma *arena de lutas*, aqui serão nomeados, de forma *figurativa*, de *Formação Discursiva da Casa Grande* (os discursos midiáticos), e *Formação Discursiva da Senzala* (os discursos dos líderes, o seu lugar de fala)⁹¹. Essa renomeação feita por esta tese se deve ao fato de todo o trabalho estar ancorado no contraponto dos discursos de dominação-subalternidade que permearam os países do Sul do continente, desde a era das “descobertas”.

Portanto, a *Formação Discursiva da Casa Grande* refere-se aos discursos dos jornais e revistas em tela, que, ao serem vinculados ao poder hegemônico, tanto podem representar o colonizador europeu como o colonizador estadunidense: ambos que, guardadas as devidas relações tempo-espaciais e sócio-históricas, desempenham e desempenharam uma função de dominação pelo lucro, pela exploração da força de trabalho e pela discriminação étnico-racial. A *Formação Discursiva da Senzala* vai designar o discurso dos líderes progressistas nas suas funções de candidatos-presidentes, bem como em relação a sua origem de colonizados nativos ou escravos, vinculados à formação da região. A *Formação Discursiva da Senzala* é, acima de tudo, um lugar de resistência.

Somente pelo fato de estarem numa página de jornal, as palavras impressas que compõem os títulos e textos já chegam carregadas de sentidos ideológicos. Por isso, é necessário ir além das aparências das palavras como se fossem letras reunidas sem história e em frases sem sentidos. Ao analisar os títulos e textos dos jornais e revistas, vê-se que as palavras fazem sentido de acordo com o contexto no qual estão inseridas, o momento histórico (neste caso, eleitoral), o lugar de fala dos sujeitos (posição-sujeito), as condições de produção, enfim, elementos valorizados e imprescindíveis para uma investigação. Mas também há toda a significação nascida do leitor, do interlocutor, da interpretação do outro sujeito do discurso.

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. É justamente uma das tarefas da ciência das ideologias estudar essa evolução social do signo linguístico. Só esta abordagem pode dar uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do ser; é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal do signo pelo ser como

⁹¹Estes serão enfocados de forma secundária, já que os discursos dos líderes não aparecem como eles queriam que fossem, mas são discursivizados pela mídia. Portanto, a referência que baseia este estudo está na análise teórica realizada no terceiro capítulo desta tese.

uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração realmente dialético do ser no signo.(BAKHTIN, 2004, P. 44, grifo do autor).

4.3.1 A Venezuela e a reeleição de Hugo Chávez

4.3.1.1 *Jornal Folha de S. Paulo*

Quais as pistas deixadas pelo Jornal Folha de S. Paulo sobre a Venezuela e o candidato Hugo Chávez, pelos caminhos nunca neutros e imparciais dos discursos nas páginas dos jornais? Entre todos os líderes latino-americanos estudados na pesquisa, um dos mais referenciados é Chávez, um expoente do assédio midiático, embora os demais presidentes também tenham destaque. Nesta busca pela emergência de sentidos, vê-se que há uma preocupação do jornal em tentar demarcar a imagem desse líder latino-americano como radical, autocrata e ditador, tornando-o, de fato, o mais polêmico. Além disso, é comum associar-se Chávez a Cuba e a Fidel Castro. Ocorre que o líder venezuelano foi um dos que empunhou fortemente a bandeira do discurso da integração regional – gerando incômodos nos Estados Unidos e no mundo eurocêntrico.

Foram analisados títulos e matérias, artigos e editoriais publicados pelo jornal no período entre 1º de setembro de 2012 a 31 de outubro de 2012, meses pré-eleitoral e pós-eleitoral na Venezuela, uma vez que as eleições presidenciais no país ocorreram no dia 7 de outubro de 2012. Dos 70 arquivos capturados, foram selecionados para a análise 25 títulos e textos publicados na versão impressa do Jornal Folha de S. Paulo, dos quais foram extraídas amostragens de silenciamentos, designações/qualificações e modalizações (aspas) que propiciam verificar os efeitos de sentido que daí resultaram. Para enriquecer a pesquisa, outras sequências discursivas consideradas relevantes, fora desse recorte, foram analisadas, como exceções.

Nessas eleições presidenciais de outubro de 2012 na Venezuela, Chávez foi reconduzido ao poder com 54,42% dos votos válidos, vencendo o opositor Henrique Capriles, do Partido Primeira Justiça. Chávez, representante do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), já estava há 14 anos no poder e deveria cumprir mandato de mais seis anos, completando vinte anos no comando do país⁹². (Gazeta do Povo, 2012). Como líder

⁹² Hugo Chávez não tomou posse no dia 10 de janeiro de 2013, por se encontrar internado em Cuba para tratamento de câncer. Faleceu em março de 2013, em Caracas, na Venezuela. O vice-presidente Nicolás Maduro, assumiu a presidência.

remanescente da Revolução Bolivariana⁹³, Chávez deixou a carreira militar para se dedicar à política. Ficou conhecido pelo antiamericanismo, antineoliberalismo, defendendo um novo socialismo.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas:

Este primeiro agrupamento de sequências discursivas, que vai de SD1 à SD6, traz apenas títulos dos textos publicados no período eleitoral assinalado, levando em consideração, prioritariamente, designações (qualificações), silenciamentos e modalizações (aspeamentos), para mostrar o funcionamento discursivo nessas sequências. A saber:

SD1- *Chávez ameaça* (título - 04/09/2012)

SD2 - *Uma esquerda equivocada* (título - 05/09/2012)

SD3 – *Em tom de ameaça, Chávez diz que sua derrota pode gerar guerra civil* (título - 11/09/2012)

SD4 – “*Mercosul não tem como moderar Chávez*” (título - 23/09/2012)

SD5 – *Chávez corteja pobres com “suco socialista”* (título - 04/10/2012)

SD6 – *Revigorado pelas urnas, Chávez quer acelerar “socialismo”* (título - 09/10/2012)

A primeira observação a ser lançada, que não poderia passar despercebida, é quanto à repetição do nome “*Chávez*” nos títulos. Foram 16 citações do sobrenome do presidente da Venezuela – um número considerável em relação ao total de 25 títulos (pré-analisados). Por mais que seja justificável, jornalisticamente, chamar a atenção do leitor para a matéria, por meio do sujeito principal da notícia, nota-se uma personificação do líder venezuelano. Será que não haveria outros elementos na matéria mais importantes do que o nome do presidente?

⁹³A “Revolução Bolivariana” foi uma expressão reproduzida pelo presidente Hugo Chávez para designar as mudanças políticas, econômicas e sociais iniciadas com a sua chegada ao poder, baseadas nos ideais do libertador Simón Bolívar. De fato, das revoluções dos anos 1950, no Sul, a que mais se destacou foi a Revolução Bolivariana, “pelas transformações que realizou e também por suas consequências teóricas.” (FORTES, 2005, p. 81). “Significativamente, comunistas e trotskistas coincidiam em qualificar o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) de fascista e em ignorá-lo como uma opção de esquerda, e, por essa razão, ao final, ambos viram a revolução passar sem influir em seu curso. Por outro lado, isto contribuiu para obstruí-la e para que o processo logo retrocedesse, depois que o próprio MNR sentiu que havia desencadeado algo que ultrapassava as intenções de seus iniciadores e procurou refreá-lo.”(FORTES, 2005, p. 81).

A palavra “*Venezuela*” – que, em tese, reflete mais poder do que uma figura política – aparece somente sete vezes, por exemplo. O Jornal Folha de S. Paulo não rompeu com o discurso vigente. Apenas repetiu a fórmula, como é comum na mídia, de conduzir os temas por meio de “personagens”⁹⁴.

Na outra ponta da análise, está o fato de que, mesmo referenciando Chávez repetidamente, a grande maioria das citações remete a um contexto desfavorável. Ou seja, a repetição não serve para gerar um discurso de qualificação positiva sobre o gestor venezuelano. Os títulos são carregados de palavras com conotação negativa, como pode ser observado nas SD1, SD3 e SD4: *Chávez ameaça; Em tom de ameaça, Chávez diz que sua derrota pode gerar guerra civil; “Mercosul não tem como moderar Chávez”*;

Nesses recortes, percebe-se a designação de Hugo Chávez como ameaçador, alguém que “ameaça”, que, de acordo com o Houaiss (2009, p. 113), significa “fato, ação, gesto ou palavra que intimida ou atemoriza” ou “indício de acontecimento desfavorável ou malefício, sinal (de temporal, de doença)”. Nem o Mercosul, entidade criada para atuar pela integração econômica da região, pode “moderar” alguém tão ameaçador. Um líder sem limites e ameaçador é um ditador (expressão que está suprimida no discurso), ou seja, um gestor que não condiz com os princípios democráticos pretensamente defendidos pela imprensa brasileira. Mesmo porque:

Há sempre batalhas discursivas movendo a construção dos sentidos na sociedade. Motivo de disputa, signo de poder, a circulação dos enunciados é controlada de forma a dominar a proliferação dos discursos. Por isso, aquilo que é dito tem de, necessariamente, passar por procedimentos de controle, de interdição, de segregação dos conteúdos. Por serem produtos de práticas, social e historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades dos discursos são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer.[...](GREGOLIN, 2003, p. 12)

As outras sequências discursivas, dão conta de uma tentativa de controle do sentido de *esquerda* e *socialismo*, nas SD2, SD5 e SD6: *Uma esquerda equivocada; Chávez corteja pobres com “suco socialista”* e; *Revigorado pelas urnas, Chávez quer acelerar “socialismo”*. O primeiro título traz a palavra “esquerda” para reconhecer que esse *tipo* de esquerda defendida pelo venezuelano é equivocada, ou seja, enganada. A expressão “suco socialista” e “socialismo” estão modalizadas sob aspas, uma vez que a mídia não reconhece como legítimo para o seu vocabulário, ou melhor, para o seu discurso, o socialismo defendido por Chávez.

⁹⁴Jargão utilizado nas redações da mídia para designar os entrevistados.

Em “suco socialista”⁹⁵ ainda há uma ironia com uma ação da campanha de Chávez. Para a Folha de S. Paulo, o esquerdismo ou socialismo chavista é repudiado. Entrelaçam-se outros discursos no discurso da mídia, com expressões próprias do campo de esquerda, progressista, socialista, antineoliberal, mas no sentido de deslegitimá-las: ao dizer, tenta apagar.

O interdiscurso determina a formação discursiva. E o próprio da formação discursiva é dissimular na transparência do sentido, a objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina. Essa objetividade material contraditória reside no fato de que algo fala sempre antes em outro lugar e independentemente. O interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva.[...]Para que uma palavra tenha sentido é preciso que ela já faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso, do Outro). A isso é que chamamos historicidade na análise de discurso.[...](ORLANDI, 2006, p. 18)

Vale a pena comentar as sequências discursivas que se referem a dois artigos: um do articulista Clóvis Rossi, sob o título “*Chávez ganhou. Mas levará?*” (SD7), que trata da saúde do presidente venezuelano; e outro de Simón Alberto Consalvi, sob o título “*O poder de Chávez na Venezuela*” (SD8):

SD7 - *Substituir um caudilho é operação complexa em qualquer circunstância, até porque não me lembro de "ismo" que tenha sobrevivido a seu criador. Será diferente com o "chavismo"? [...] Em uma nova eleição, sem Chávez, o "chavismo" tende a ser batido por uma oposição que capturou 45% dos votos, o que não é pouco. Meu palpite: parece ilógico supor que Chávez não esteja sendo atualizado pelos líderes cubanos, nos quais tem plena confiança, sobre os problemas que enfrenta na ilha o socialismo do século 20, de tal forma a evitar aprofundar rumo idêntico no seu socialismo do século 21. A ver.* (Artigo - 9/10/2012)

SD8 - *O próprio Chávez não sabia que estabeleceria um governo radical, aboliria a propriedade privada e criaria uma parceria ideológica com Cuba. [...] Os venezuelanos votaram em um Chávez diferente, não no líder autocrático que hoje controla a maior parte do país. [...] A Venezuela tem uma longa tradição de caudilhos, os homens fortes latino-americanos, e essa história ajuda a explicar a ascensão de Chávez. Ele acredita ser o herdeiro de Simón Bolívar, o primeiro caudilho e fundador da Venezuela, e tenta imitá-lo repetindo constantemente suas palavras, embora manipule a realidade conforme necessário. Por exemplo, ele diz que Bolívar, que foi na verdade um conservador, montou um sistema que foi o "precursor do socialismo". Chávez está preso em um labirinto de sua própria criação.*

⁹⁵Tratou-se de uma bebida em caixa, feita a base de frutas, supostamente distribuída pela campanha de Chávez.

Enquanto ele avança para estabelecer o "socialismo do século 21", que é simplesmente a nacionalização de toda a economia, e a condena a depender do Estado, seu fracasso é inevitável. (Artigo - 29/10/2012)

O texto da SD7 foi veiculado dois dias após o pleito. O autor levanta suspeita sobre o estado de saúde do líder, pondo em questão a sua posse. O texto do articulista é um dos mais incisivos sobre o futuro de Chávez e da Venezuela, recheado de especulações mais do que informações sobre a sua saúde. Chama a atenção a palavra “caudilho” para designar o venezuelano. A palavra, segundo o Houaiss (2009, p. 426), significa chefe militar; gerente de forças irregulares que lhe são fiéis; chefe político que possui uma força militar própria; ditador espanhol ou latino-americano. Mais uma vez, Chávez é referenciado como ditador.

Em seguida há outra modalização, na SD7, com a adoção do neologismo “chavismo”, para designar o presidente, referenciando um modo de governar personalista, ditatorial, uma *nova era* na Venezuela, um “socialismo do século 21”, mas que imita um socialismo atrasado, “socialismo do século 20”, de Cuba. Tanto que o autor diz: *não me lembro de "ismo" que tenha sobrevivido a seu criador. Será diferente com o "chavismo"?* Ou seja, não há um projeto político de sociedade, mas um projeto individual, criado pelo próprio Chávez e seu “ismo”, seu modo de governar autocentrado – embora depois o autor sustente que é um projeto cubano, entrando em contradição com a narrativa do projeto personalista.

Como se viu, há uma crítica do articulista a Cuba, país no qual, explicitamente, Chávez se espelha. Todo o discurso é construído para deslegitimar o modelo adotado por dois países da América Latina: Cuba e Venezuela, estes que são considerados os mais antiamericanos e antineoliberais.

É interessante observar, ainda na SD7, que há um apagamento do movimento de integração regional latino-americana. A Venezuela está associada a Cuba, mas não por um programa de articulação e coletivização de pensamentos e ações em prol do Sul do continente. Há um silenciamento, por censura, desse viés, uma vez que a integração regional é desconsiderada na maioria dos discursos dos jornais. Mas, ao vincular os dois países, há um reconhecimento implícito do trabalho ideológico conjunto dos dois países.

A SD8 apresenta um artigo de outro articulista, que também reforça a *Formação Discursiva da Casa Grande*, retomando discursos já engendrados na SD7. Na SD8, aparece um presidente que estabeleceu um *governo radical*, aboliu a *propriedade privada*, criou uma *parceria ideológica com Cuba* e adota o “socialismo do século 21” (*que é simplesmente a nacionalização de toda a economia e a condena a depender do Estado*). A atuação de Chávez

foi comparada à de um político com posição anti-hegemônica, progressista, antineoliberal. Cuba é citada, mas a integração regional não é mencionada.

Há, portanto, um reconhecimento do lugar de fala contra-hegemônico de Chávez, mas, ao mesmo tempo, para o jornal, esse lugar não é adequado, apropriado, deve ser abolido. Não é o lugar da democracia. Até porque, Chávez é designado como *líder autocrático, caudilho, herdeiro de Simón Bolívar (o primeiro caudilho e fundador da Venezuela, “precursor do socialismo”)*, ou seja, controlador e manipulador da realidade. Há no discurso do jornal a ideia de que a posição anti-hegemônica é autocrática, é ditatorial, é contra a democracia. Essa desqualificação é parte importante dessa estratégia midiática:

Independentemente da fantasia excêntrica segundo a qual as “elites dirigentes” da América do Sul seriam hostis à autocracia, as mídias anglo-saxônicas sempre consideraram Chávez um palhaço que servia apenas para provocar escândalos, arruinar a economia, sabotar as eleições e desrespeitar os direitos humanos. Associá-lo a um tirano “profundamente antidemocrático” (*Daily Beast*, 7 mar. 2013) era, para elas, uma evidência. (RENDALL, 2013, p. 9)

Há uma outra sequência discursiva que remete a uma posição-sujeito que retoma um preconceito de classe. Trata-se de uma matéria da enviada especial a Caracas, Flávia Marreiro, que aborda o final da campanha que levou Chávez à vitória, junto com o seu vice, Nicolás Maduro – este sendo o personagem principal da matéria. O título é *O sub de Chávez*, com subtítulo: *Sem diploma universitário e com passado de motorista, Nicolás Maduro ganhou a confiança do presidente reeleito da Venezuela*.

SD9 – Espécie de "Lula da diplomacia", Maduro dirigia os ônibus da frota ligada ao metrô nos anos 1990. Chegou a presidente do sindicato da categoria. O chanceler só terminou o ensino médio e jamais escapou das críticas de mal preparado e simplório, mesmo que desde 2006 seja o titular de uma das pastas mais bem-sucedidas do governo, capaz de fazer da Venezuela um relevante ator geopolítico regional. (Matéria - 12/10/2012)

Nessa SD9, as designações e qualificações referentes a Nicolás Maduro merecem destaque. Ainda no título, o prefixo “sub” é concebido como substantivo. O “sub” significa posição abaixo ou inferior (HOUAISS, 2009, p. 1.777). Maduro é “sub” não por ser vice-presidente, mas por ser um ex-motorista que virou vice-presidente. Na escala de valores sociais da mídia, ele ocupa o lugar de “sub”.

Vejam-se as designações/qualificações do vice-presidente na SD9:

Quadro 1: Designações/Qualificações de Nicolás Maduro na SD9

Nicolás Maduro
<ul style="list-style-type: none"> - Lula da diplomacia. - Motorista de ônibus. - Presidente do sindicato dos motoristas. - Não tem nível superior (Sem diploma). - Chanceler. - Mal preparado. - Simplório. - Capaz de fazer da Venezuela um relevante ator geopolítico regional.

Fonte: Autora, 2016.

A análise da SD9 deslinda uma série de distinções de classe direcionadas à Nicolás Maduro. Há uma reificação da posição de subalternidade do vice-presidente, que, para a mídia, jamais saiu da condição de motorista – como se este fosse um lugar menor na escala social. Para o discurso midiático, a subalternidade de classe não pode ser superada, nem com um cargo de chanceler ou de vice-presidente, pois é uma condição *natural*, determinada pela *vida*. Assim, a mídia confirma a sua própria posição de classe hegemônica, dominante.

O que move a mídia de um país como o Brasil a investir na desconstrução de um candidato a vice-presidente de uma outra nação? Que, “por acaso”, é da mesma região? Toda uma carga de preconceitos foi destilada sobre o vice. Aparece, a todo tempo, o discurso encapsulado sob outro: o discurso do colonizador que enxerga o colonizado como um ser “mal preparado” e “simplório” (não simples), tal como Maduro, tal como um “Lula da diplomacia”, tal como Chávez.

Mas o que desliza dos sentidos é a emergência de uma região que começa a se articular. O “Lula da diplomacia” traz para o jogo político a ideia de convergência entre Brasil e Venezuela. Já foi Cuba (nas outras SD), agora é o Brasil. Isso escapa ao sentido desejado pelo texto. Galeano (2012) preconizou que a tarefa da emancipação da região não seria fácil:

Há muita podridão para lançar ao mar no caminho da reconstrução da América Latina. Os despojados, os humilhados, os amaldiçoados, eles sim

têm em suas mãos a tarefa. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa nascer de novo, será preciso derrubar seus donos, país por país. Abrem-se tempos de rebelião e de mudança. Há quem acredite que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre as consciências dos homens.(GALEANO, 2012, p. 345- 346)

No caminhar pelos discursos da Folha de S. Paulo sobre a Venezuela e Hugo Chávez, emergiu uma contra-identificação do sujeito com a *Formação Discursiva da Casa Grande*. Na arena de disputas do espaço midiático, um título publicado na seção Opinião, mudou totalmente o discurso até então adotado em quase todos os enunciados⁹⁶. Trata-se do artigo *Conheçam a Venezuela*, assinado pelo embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, Maximilien Arveláiz. O subtítulo traz explícita uma forte crítica à mídia; mais que isso, um desabafo do autor sobre o tratamento dispensado ao seu país: “A mídia brasileira não admite a nossa plena democracia, apoia a oposição e ataca Chávez com adjetivos elitistas de quem não conhece o país, como ‘populista’”. O artigo segue discorrendo mais críticas sobre a mídia comercial brasileira, ressaltando a cobertura do processo eleitoral venezuelano:

SD10 – *Diante de tudo isso, constrange a forma com que os meios de comunicação internacionais, dentre os quais os brasileiros têm relevância, custam a enxergar a existência de uma democracia consolidada na Venezuela. Seja por puro desconhecimento da realidade do nosso país, seja em união a uma campanha internacional contra os avanços da revolução bolivariana, a mídia privada brasileira fez uma cobertura desequilibrada do processo eleitoral no país. É claro que utilizei aqui o recurso da generalização. Mas, numa leitura rápida das notícias, salta aos olhos o apoio deliberado da mídia pela oposição e a tentativa sistemática de deslegitimar o processo revolucionário em curso na Venezuela.[...]. O favoritismo de Chávez foi creditado primeiro a um "populismo" do presidente "caudilho" e depois ao suposto uso da máquina pública e abuso de tempo de propaganda televisa. Tal análise, elitista e preconceituosa, pressupõe que a população, passiva e despolitizada, troca votos por casas, comidas e eletrodomésticos – o que é facilmente descontruído com uma visita ao país.* (Artigo - 21/10/2012)

Quando o embaixador venezuelano diz que a mídia “*ataca Chávez com adjetivos elitistas*”, atualiza-se, aqui, ainda mais, as teorias de Mikhail Bakhtin, muito pertinentes aos

⁹⁶ Esta pesquisa não conseguiu averiguar se a publicação do artigo do embaixador venezuelano foi por meio de algum pedido de “direito de resposta” ao jornal ou se foi apenas uma concessão ao governo venezuelano. Não há qualquer menção ou observação justificando a publicação do artigo.

achados desta pesquisa. As palavras são, sim, signos ideológicos e que fazem sentido a partir do contexto histórico, político, econômico, social e cultural no qual estão postas – ditas ou não-ditas, explicitamente. O que transparece ou o que esconde. O que está na superfície e o que está na opacidade. Agora, de uma posição de classe contra-hegemônica, ocupando a esfera midiática, o embaixador venezuelano acusa os próprios meios de comunicação – inclusive a Folha de S. Paulo. Dessa vez como locutor, como dono da palavra. Não como objeto discursivo referenciado pela matéria.

Legitimado pelo seu cargo de embaixador, ele defende o seu país e o seu presidente. Desse modo, em plena mídia, Maximilien Arveláiz lança um discurso vinculado à *Formação Discursiva da Senzala*, desidentificada com a mídia. Ou melhor, em confronto com a *Formação Discursiva da Senzala*. Critica as designações de um Chávez “populista” e “caudilho”. Acusa a análise da mídia sobre as eleições recentes de “elitista” e “preconceituosa”. Nega, desse modo, as designações/qualificações e nomeações e refaz as modalizações, aspeando as palavras para reintroduzi-las, criticamente, no discurso midiático. As qualificações do discurso do embaixador são contundentes e fartas:

Quadro 2: Designações/Qualificações da crítica do embaixador Maximilien Arveláiz à mídia brasileira

Mídia privada brasileira
<ul style="list-style-type: none"> - Elitista. - Preconceituosa. - Custa a enxergar a democracia na Venezuela. - Desconhece a realidade do país (Venezuela). - Une-se a uma campanha internacional contra os avanços da revolução bolivariana. - Fez uma cobertura desequilibrada do processo eleitoral no país. - Dá apoio deliberado à oposição.

Quadro 2: Designações/Qualificações da crítica do embaixador Maximilien Arveláiz à mídia brasileira (cont.)

Mídia privada brasileira
<ul style="list-style-type: none"> - Tenta, sistematicamente, deslegitimar o processo revolucionário em curso na Venezuela. - Pressupõe que a população, passiva e despolitizada, troca votos por casas, comidas e eletrodomésticos.

Fonte: Autora, 2016.

Vale salientar, que o embaixador venezuelano não apela à integração regional para tentar sensibilizar a mídia – afinal, são países-irmãos pela Unasul. O tom do seu discurso é de protesto, de denúncia. Mas leva a crer que a regionalização ainda não é encampada e disseminada como uma posição amplamente adotada pelos países do Sul do continente.

b)Efeitos de sentido:

É possível dizer que há uma mitificação do personagem Chávez, ao retratá-lo como maior até que o próprio país que governa, ao nomeá-lo na maioria dos títulos do *corpus*. Por outro lado, o fato de trazer a palavra “Chávez” para o *palco* não quer dizer que há uma intenção de propagar os seus ideais. Ao contrário, o discurso entoa pejorativo e formulado para desconstruir o personagem Chávez.

Mas, à medida que tenta apagar sentidos, revela outros. Há no discurso da Folha um presidente ameaçador, ditador, caudilho, deslegitimado pelo processo eleitoral, desonesto (com suspeita de uso da máquina pública para as eleições), que adota um socialismo ultrapassado, escolhe um vice que é simplório e sem nível superior, engana a população e usa os meios de comunicação ao seu favor eleitoralmente, enfim.

Há uma reificação da *Formação Discursiva da Casa Grande*, com a desqualificação dos discursos e do suposto socialismo ou “esquerdismo” que o líder venezuelano defenderia. Ao criticar na posição venezuelana a nacionalização da economia, a abolição da propriedade privada, a força do Estado como regulador da sociedade (e não o mercado) e a associação a Cuba, a Folha de S.Paulo define o seu lugar de fala na sua Formação Discursiva e coloca o

líder venezuelano como oponente, constitutivo de uma Formação Discursiva contrária, a da *Senzala*.

Revela-se, por assim dizer, uma disputa entre discursos de colonialismo e um anticolonialismo. O peso das palavras da Folha de S. Paulo recai sobre Chávez. Como os próprios conceitos bakhtinianos ensinam, não é possível pensar que há neutralidade da mídia, se a palavra é um signo ideológico. Há, sim, parcialidade. No entanto, não existe uma assunção de parcialidade, de tomada de posição pelo veículo. Sugere-se uma neutralidade. Um relato fiel dos fatos. Para o leitor, o interlocutor, seria essencial essa demarcação de *lugar de fala* pela mídia, para garantir os seus “direitos imprescritíveis sobre a palavra”.

Em síntese, convergem designações/qualificações que silenciam vozes e argumentos, modalizam palavras e expressões, todos no sentido de colocar o líder venezuelano (e o seu vice-presidente) em uma posição inferior, deslocada do europeu “branco” do estadunidense “superior”, do dominante trabalhador, democrático, com “nível” para assumir um cargo de presidente. A “censura” ao processo de regionalização é generalizada, com o silenciamento desse tema.

A desidentificação do sujeito é desvelada com o artigo do embaixador venezuelano, comprovando a heterogeneidade das Formações Discursivas, que pode guardar em si diferentes posições-sujeito.

4.3.1.2 Jornal O Globo

Foram encontrados 39 textos sobre a Venezuela e Hugo Chávez no Jornal O Globo, dentro do período estabelecido no recorte desta pesquisa. Diferentemente das matérias impressas da Folha de S. Paulo, O Globo recorre a um apelo imagético maior, utilizando fotos abertas e coloridas nas suas páginas. A maioria das matérias foi veiculada na seção “Mundo”, mesclando entre reportagens, pequenos artigos e entrevistas. Ao aproximar-se a data do pleito, o jornal criou uma vinheta “Venezuela rumo às urnas” ou “Eleições Venezuelanas”, com foco nos acontecimentos eleitorais. Depois da consolidação do resultado eleitoral, essa vinheta passou a ser “A quarta vitória”, relacionando à reeleição de Chávez.

Assim como a Folha de S. Paulo, O Globo também relacionou a campanha de Hugo Chávez ao uso da máquina governamental nas eleições, ao populismo e à ditadura. Observou-se, ainda, o intuito de dar voz ao opositor Henrique Capriles, quase como uma campanha declarada contra Chávez. Foi recorrente – também como a Folha – entrevistar “fontes” que elaboraram críticas ao presidente venezuelano. Ou trazer artigos com conteúdo menos

analítico e com maior tom de denúncia contra Chávez. Dois fatores chamam a atenção no discurso do Jornal O Globo: a inserção sistemática de outros países no contexto, mesmo não reconhecendo a regionalização como algo relevante para a América Latina; e a distinção de classe entre dos concorrentes: Chávez x Capriles.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas:

Algumas sequências discursivas, com títulos e textos, apontam essas observações realizadas acima:

SD11 – Risco de derrota do mecenaz Chávez deixa aliados como Cuba e Nicarágua apreensivos (Subtítulo – 11/09/2012)

SD12 – Como o Brasil ficou refém de uma decisão de Hugo Chávez (Título – 22/09/2012)

SD13 – “As relações entre Brasil e Venezuela vão muito além de Lula e Hugo Chávez” (Título – 25/09/2012)

SD14 – O “imperialismo” de Dilma e Lula (Título - 7/10/2012)

As sequências SD11 a SD14 são alguns indicativos do envolvimento, pelo jornal, de outros países no jogo político venezuelano, sobretudo o Brasil e seu líderes. Em algumas situações, há o reconhecimento de que são nações aliadas, mas isso não é referenciado como uma tomada de posição coletiva da América Latina. Há um silenciamento sobre a reorganização da região como estratégia antineoliberal.

No artigo vinculado ao título “*O ‘imperialismo’ de Dilma e Lula*”, o autor José Casado comenta que o governo brasileiro estava torcendo pelo terceiro mandato de Chávez, e que o venezuelano, se vencesse, ficaria 20 anos no poder. Ele diz que: “*Dilma manteve a política de Lula de interferência direta na política interna de um país vizinho – atitude que, paradoxalmente, ela e Lula proclamam repudiar quando contestam os gestos “imperiais” de intervenção dos Estados Unidos na América Latina.*”

O “imperialismo” de Dilma e Lula e os gestos “imperais” dos Estados Unidos estão aspeados, no título e no texto do artigo. Quando se refere a Lula e Dilma, a modalização emite

o sentido de ironia, como se Lula e Dilma tivessem *dois pesos e duas medidas* para definir quem adota uma política imperialista. Até porque, comumente, os Estados Unidos (sobretudo nos anos 80) eram designados de imperialistas por correntes contra-hegemônicas. Já o imperialismo estadunidense, para o autor e para o jornal, não passa de apenas “gestos imperiais” sobre a América Latina e não uma colonização, um imperialismo de fato.

A pesquisa identificou, ainda, sequências discursivas que definem a posição de classe de Chávez e Capriles. E, com isso, o jornal reforça sua identificação com a *Formação Discursiva da Casa Grande*. Esse discurso estava encoberto nos títulos e subtítulos de duas matérias conjugadas, que trouxeram um “Perfil” de cada candidato à Presidência da Venezuela. As dimensões e composições das duas matérias sendo semelhantes, simulam uma equidade na abordagem dos dois candidatos (ver figura abaixo)⁹⁷. Ou seja, como se houvesse isenção na matéria jornalística. Assinam as matérias uma jornalista, “enviada especial”.

Na parte com o perfil de Chávez, foi selecionada a seguinte sequência, sob o título: “*Autoritário e acostumado a vencer*”:

SD15 – *Governante ressurgiu das cinzas após ser debilitado por câncer, mas foi obrigado a fazer campanha mais limitada do que em ocasiões anteriores.* (Subtítulo – 7/10/2012)

Na abordagem sobre Capriles, com o seu perfil, a matéria coloca-se abaixo do título: “*O jovem unificador da oposição*”:

SD16 – *Advogado saiu de uma família de classe alta, foi deputado aos 25 anos e teve papel nebuloso durante deposição de Hugo Chávez em 2002* (Subtítulo – 7/10/2012) [...] *Solteiro e sem filhos, Capriles dedica seu tempo integralmente às atividades públicas. É advogado, tendo se formado na Venezuela e especializando-se em países como Holanda, Itália e Estados Unidos.* (Matéria vinculada ao subtítulo – 7/10/2012)

Enquanto as designações/qualificações de Chávez apontam para um político autoritário e frágil (debilitado pelo câncer e que ressurgiu das cinzas), a discursivização do perfil de Capriles indica vitalidade, jovialidade e disposição para o trabalho. Sem contar que ele é “unificador” e não “autoritário” como seria Chávez. Mas o que desvela a posição do sujeito de Capriles na *Formação Discursiva da Casa Grande* é o fato de ele ser um “advogado” de “classe alta” e que estudou e aprendeu com o *saber eurocêntrico*,

⁹⁷No original, a matéria de Chávez veio acima e a de Capriles abaixo, mas ambas com as mesmas dimensões.

estadunidense, “branco”, hegemônico: *especializando-se em países como Holanda, Itália e Estados Unidos*. E, com isso, o jornal também ratifica o seu lugar de fala na *Formação Discursiva da Casa Grande*.

Uma outra matéria, assinada por duas jornalistas, complementa o discurso das SD15 e SD16. Refere-se aos últimos comícios da campanha de Capriles e Chávez. Dessa vez, retrata o perfil dos eleitores dos dois concorrentes, também em espaços proporcionais, um ao lado do outro, com o título geral “*Eleitorados fiéis*” e vinheta “*Venezuela rumo às urnas*”. Eis as sequências, sendo a primeira (SD17) referente à Chávez, e a segunda (SD18), ao seu opositor:

SD17 - *A estudante Maria Lorena Rei, 20 anos, moradora do município de Petare – um dos mais humildes da grande Caracas – chegou ao último comício do presidente Hugo Chávez com o clássico uniforme dos seguidores da revolução bolivariana. Como em toda marcha chavista, o vermelho predominou, e a presença de gente humilde e dos servidores públicos – em massa – foi a marca registrada. [...] Chavistas genuínos, que acreditam no líder bolivariano tanto quanto em Deus, misturam-se a funcionários públicos de Caracas e outras cidades que, segundo a oposição, foram obrigados pelo governo a participar. Maria Lorena representa o setor de fiéis soldados do presidente, favorecidos pelas missões bolivarianas e que graças a ele tiveram acesso à saúde, educação e casa própria. Para o grupo, o chavismo é uma religião, e a revolução, a única forma de vida.* (Matéria – 5/10/2012)

SD18 – De diferentes idades, raças e classes sociais, gritam unidas pelo amarelo, azul e vermelho: “Se vê, se sente, Capriles presidente”. *Em seus comícios, cartazes com o slogan “Há um caminho” se misturam com bonecos do candidato com a faixa presidencial, miniaturas de seu “ônibus do progresso” e bem-humorados pedidos de casamento.* “Em processo de divórcio, quero se a sua primeira-dama”, se lê em um deles. *No auge da sua forma física e inegavelmente charmoso, o advogado de 40 anos está solteiro e arranca gritos das mulheres por onde passa. [...] Mas a adoração a Capriles não é uma idolatria desvairada e personificada como no caso de Chávez. Seu público – emocionado, sem dúvida – é mais controlado e escuta seus discursos com um sorriso no rosto e olhos de esperança.* (Matéria – 5/10/2012)

Observa-se nas duas sequências acima, SD17 e SD18, designações /qualificações que definem o público-eleitor dos dois candidatos:

Quadro 3: Designações /Qualificações do público-eleitor de Chávez e Capriles

Eleitores de Hugo Chávez	Eleitores de Henrique Capriles
<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes. - Servidores públicos (obrigados a participar da campanha). - Gente humilde. - Uniformizados. - Seguidores da revolução bolivariana. - Chavistas genuínos. - Chávez é um Deus para eles. - Soldados fiéis do presidente. - Favorecidos pelas missões bolivarianas. - O chavismo é uma religião para eles. - A revolução é uma forma de vida para eles. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferentes idades, raças e classes sociais. - Pedem Capriles em casamento, de forma bem-humorada. - Querem ser primeira-dama. - Mulheres que gritam quando ele passa. - Têm adoração por ele. - São emocionados, mas controlados. - Escutam, felizes, o seu discurso (<i>com sorriso nos lábios e olhos de esperança</i>).

Fonte: Autora, 2016.

O discurso do jornal continua enaltecedo os dotes físicos de Capriles e sua performance junto às mulheres, que gritam por onde ele passa. Mesmo assim, é um público “equilibrado”, pois “*a adoração a Capriles não é uma idolatria desvairada e personificada como no caso de Chávez*”, sem contar que “*é mais controlado e escuta seus discursos*”. Já o público-eleitor de Chávez, para o discurso do veículo, é “fanático”, não racional, como soldados ou súditos que seguem um “messias”. A matéria ressalta a cor vermelha da campanha de Chávez, que é o símbolo da esquerda; e as cores vermelho, azul e amarelo de Capriles. Mas do que marcar o viés ideológico de cada uma, essa menção também reforça que o presidente-candidato é sectário, de uma cor só e o seu oponente agrupa a todos, pois é “unificador”.

Essa adoção de discurso messiânico não é novidade na mídia brasileira. Inclusive, está vinculada a uma cultura do país. A mídia lança mão desse discurso, com sofisticação, geralmente quando se refere a artistas, políticos, ícones do esporte, enfim. Há discursivização de sujeitos como “salvadores da pátria”. No caso de Chávez, há um deslizamento para referir

que o voto em Chávez é insano, movido por *cegueira de súditos* ou soldados. É mistura do profano e do religioso que está arraigada à história do país.

A história do Brasil traz em seu bojo características flagrantes desse imaginário mítico-religioso que tem interferido nos destinos políticos do país. Desde o seu descobrimento, os portugueses já aqui vinham com a esperança de encontrar o Paraíso Terreal. A colonização, portanto, foi feita sob bases de catequização: a Igreja e o Estado caminharam *pari passu* até a Proclamação da República; no entanto, a República não pôde prescindir totalmente da influência da Igreja e passou-lhe a responsabilidade de manter a hegemonia social de acordo com os cânones políticos. (TAVARES, 1998, p. 13)

De acordo com Foucault, o discurso religioso está circunscrito na base de outros discursos, como se fosse um discurso primeiro ou fundador na sociedade, embora isso não imprima uma ordem fixa, acabada nos discursos. “É certo que esse deslocamento não é estável, nem constante, nem absoluto. Não há, de um lado, a categoria dada uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores(...)(FOUCAULT, 2006, p. 23). Não é sempre que o discurso político está impregnado pelo discurso religioso, mas pode surgir (e surge) em conceitos éticos, morais, de normas e padrões sociais do que é considerado *certo* para a sociedade. A postura de Chávez, não é a “certa” para os seus eleitores, segundo o jornal.

b)Efeitos de sentido:

Ao fazer um cruzamento entre o discurso do jornal sobre Capriles e o discurso sobre Chávez, deslinda-se uma identificação de classe entre a posição do jornal e a de Capriles. Ambos representam a Formação Discursiva hegemônica, ou seja, da *Casa Grande*. Do lado oposto, encontra-se Chávez, que constitui a *Formação Discursiva da Senzala*, dos subalternos e dominados. No entanto, não é por isso apenas que o jornal não *opta* por Chávez, mas por Capriles (mesmo dizendo que é neutro e imparcial). Não é apenas a posição de classe de Chávez; é também porque o seu discurso se coloca em confronto com a classe hegemônica na América Latina, da qual a mídia faz parte. Portanto, o discurso de Chávez é contra-hegemônico, opositor ao discurso da mídia (do jornal) e das forças políticas que Capriles representa no jogo político latino-americano.

4.3.1.3 Jornal Estado de S. Paulo (Estadão)

Na busca realizada na plataforma virtual do Estadão, foram capturados 30 arquivos, com 70 matérias (entre principais e vinculadas numa mesma página), O tom discursivo-

ideológico do Estado de S. Paulo sobre as eleições venezuelanas segue na mesma linha da Folha e de O Globo: os neologismos (chavismo), as designações (caudilho); a referência ao medo que a campanha dele provocaria nos funcionários públicos, obrigando o voto; a vinculação a Cuba; e a exaltação dos problemas de segurança na Venezuela. Por outro lado, vê-se a apologia ainda maior à jovialidade de Capriles e a sua postura unificadora e de quem está pronto para promover as mudanças que a Venezuela precisaria. As matérias, em sua maioria, estavam localizadas na seção Internacional, além de dois editoriais.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas:

As sequências abaixo simbolizam esse discurso convergente com os demais jornais analisados:

SD19 – *Chávez diz que votaria em Obama se fosse americano* (Título – 1/10/2012)

SD20 – *Oposição tenta convencer eleitor a votar sem medo* (Título - 5/10/2012)

SD21 – *Chávez encerra campanha em Caracas sob acusação de uso da máquina* (Título – 05/10/2012)

SD22 – *Possibilidade de vitória de Capriles assusta Cuba* (Título - 7/10/2012)

SD23 – *Sob cenário incerto, venezuelanos vão às urnas e ameaçam poder de Chávez* (Título – 7/10/2012)

SD24 – *Chávez aposta no medo* (Título – 9/09/2012)

A sequência discursiva selecionada abaixo (SD25) é um forte exemplo desse discurso midiático hegemônico, pois trata-se de um trecho do Editorial do jornal, ou seja, a “voz oficial” do Estadão sobre o tema das eleições na Venezuela, que dispensa qualquer outra observação, por reunir filigranas do discurso de uma classe “superior” sobre a outra, subalternizada. O título é “*Entre Chávez e Capriles*”:

SD25 - *A cinco dias da eleição presidencial venezuelana, na qual o caudilho Hugo Chávez, de 58 anos, busca se reeleger pela segunda vez para ficar no poder no mínimo até 2019, ou*

dois decênios consecutivos, a menor das incertezas diz respeito ao resultado do seu confronto com o jovem (40 anos) Henrique Capriles, candidato da ampla frente oposicionista Mesa da Unidade Democrática (MUD). [...] As dúvidas relevantes se relacionam com o que poderá ocorrer na Venezuela, a partir da jornada eleitoral do próximo domingo. Como reagirá o chavismo a um duvidoso, porém de forma alguma impossível, êxito da oposição? E como ficará o país, no terceiro mandato de um governante autocrático sob o risco de uma recidiva do câncer que o acometeu? O tumor na região pélvica foi diagnosticado há pouco mais de um ano. Chávez não se cansa de repetir que está curado, mas o seu desempenho na campanha – em razão da enfermidade ou do tratamento a que se submeteu – deixou patentes as limitações do antigo militar que fazia praça de sua disposição física e capacidade para discursar horas a fio. “As suas aparições públicas têm sido poucas e muitas vezes melancólicas”, registrou um observador europeu. [...] O cenário é de instabilidade política, sejam quais forem os números proclamados pela autoridade eleitoral (que, diferente da do Brasil, é subordinada ao Poder Executivo). Chávez já invocou o fogo dos infernos contra os que ousarem ameaçar “as conquistas da revolução”, falando em guerra civil, se as urnas lhe forem adversas. Não é retórica: em caso extremo, o autocrata pode acionar as milícias “bolivarianas”, recrutadas entre a população desempregada. Espalhadas pelo país, as organizações paramilitares leais ao regime se inspiram nos comitês de defesa do castrismo em Cuba. [...] Capriles tem conduzido uma campanha conciliadora, prometendo manter os programas de promoção social que, segundo dados oficiais, retiraram 30% dos venezuelanos da miséria. O seu foco é a monumental incompetência do governo, que dilapidou a estatal do petróleo PDVSA, provocou o desmanche da infraestrutura nacional, enquanto a inflação disparava e a criminalidade batia recordes. Até Chávez, entre advertências apocalípticas, passou a prometer “mais eficiência”. (Editorial - 2/10/2012)

Quando o Estadão colocou o título do seu editorial “Entre Chávez e Capriles”, referendou que o espaço do jornal é mesmo uma arena de disputas ideológicas. Colocou no ringue os dois candidatos. Mas não deu voz a eles nessa luta. Falou por eles. O jogo foi ganho, ali, por Capriles. Afora as palavras com pesos pejorativos referentes a Chávez (caudilho, chavismo, autocrata), há sentidos ora ocultos ora explícitos que dão conta de um presidente “chefe de milícias”, “castrista”, “seguidor de Cuba”, “mentiroso” (*não se cansa de repetir que está curado*), “melancólico”, “defensor da guerra civil”, “apocalíptico”, “incompetente”.

Em relação a Capriles, há sentidos que resultam positivos nas palavras e expressões utilizadas pelo jornal, como conciliador, jovem, saudável, líder de uma “*ampla frente oposicionista*”. O texto completo fala mais de Chávez do que de Capriles, mas o valor do que é dito e não-dito no discurso não está no tamanho do espaço da publicação, nem no número das citações sobre cada um. Está na representação simbólica da realidade ali construída.

Esse modo de "jogo com o outro" no discurso opera no espaço do não-explicito, do "semidesvelado", do "sugerido", mais do que do mostrado e do dito: é desse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos irônicos, antífrases, discursos indiretos livres, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem o auxílio do "dito" que ela se manifesta: é desse jogo, "no limite", que vêm o prazer - e os fracassos - da decodificação dessas formas. É também o que instaura, em vez de patamares e de fronteiras, um *continuum*, uma graduação, que leva das formas mais ostentatórias - em sua modalidade implícita - às formas mais incertas da presença do outro, tendo no horizonte um ponto de fuga no qual se esgotaria a possibilidade de apreensão linguística no reconhecimento - fascinado ou desiludido - da presença diluída do outro no discurso.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18)

Mas o interdiscurso remete a sentidos outros que precisam ser *lidos* nesse discurso. A memória discursiva presentificada no Editorial, remete a uma relação colonizado-colonizador. No trecho *"As suas aparições públicas têm sido poucas e muitas vezes melancólicas"*, *registrou um observador europeu.*”, aparece deslocada, tecnicamente (jornalisticamente). Primeiro, é uma informação irrelevante e não há credibilidade na informação. Qual a fonte? Quem disse? Apenas um “observador europeu”. Ou seja, um observador europeu, uma *frente* sem nome e sem referências, tem mais credibilidade do que o presidente da Venezuela. Qualquer europeu teria mais credibilidade do que um latino-americano? É o discurso da supremacia do europeu sobre os latino-americanos.

Há também uma ativação da memória discursiva quando se observa, ainda na SD25, o texto *“Chávez já invocou o fogo dos infernos contra os que ousarem ameaçar ‘as conquistas da revolução...’”*. Esse discurso remonta à ideia de personagem e práticas sobrenaturais, que teria pacto com o demônio, alguém diabólico. O uso da ironia nessa discursivização ajuda a moldar o perfil de um personagem patético, ao mesmo tempo que é autocrata, ditador.

b)Efeitos de sentido:

O discurso do Estadão é identificado com a *Formação Discursiva da Casa Grande*, assim como a Folha e O Globo. A opção por Capriles é uma escolha pelos critérios de classe social, de ideologia, de defesa de interesses de poder e hegemonia. Vale comentar, aqui, sobre

o messianismo e o sobrenatural, encapsulados no discurso do Estadão e de O Globo – este discursivizou o chavismo como religião e Chávez como um Deus; o Estadão como o demônio que invoca o fogo dos infernos. O interdiscurso rememora a colonização. Os nativos das terras “descobertas” atribuíam muitos fenômenos da natureza a eventos sobrenaturais. Com a chegada do colonizador e a imposição de outras culturas, o sobrenatural se misturou com religiosidade, sobretudo com a catequese dos jesuítas.

[...]os primeiros cronistas e missionários assinalam certa efervescência religiosa em tribos tupi-guaranis nos primeiros tempos da colonização; profetas indígenas iam de aldeia em aldeia apresentando-se como a reencarnação de heróis tribais, incitando os índios a abandonar o trabalho e a dançar, pois os “novos tempos”, que instalariam na terra uma espécie de Idade de Ouro, estavam para chegar.(QUEIROZ, 2003, p. 165).

Há citações nos escritos da era da colonização no Brasil que dão conta de existirem crenças místicas e religiosas. “Afirmava o pajé que não nascera de pais e mãe e sim da boda de Deus; viera anunciar a palavra divina e era quem dava fertilidade à terra, mandava no sol e na lua, outorgava aos índios bens e alimentos.”(QUEIROZ, 2003, p. 167). Essas e outras histórias estão registradas, como a que um “[...]índio de nome Antonio, educado na casa jesuítica de Tinhare, chefiou seita em que elementos cristãos se misturavam a elementos indígenas; reuniu em torno de si um grupo grande de adeptos cujos maiorais formavam [...]uma corte celeste de santos e santas[...].”(QUEIROZ, 2003, p. 178).

Esse sincretismo ganhou outros elementos com chegada da cultura dos escravos africanos, como o exemplo de “[...]um indivíduo mestiço, o qual, manifestando dons proféticos, pôs em polvorosa as margens do Amazonas e principalmente do Rio Negro, que percorria doutrinando, batizando, casando, tudo segundo ritos de sua invenção. Fazia-se chamar Cristo Alexandre.”(QUEIROZ, 2003, p. 169)

Essa memória discursiva reproduzida para referenciar Hugo Chávez, ao mesmo tempo que desconstrói, reconstrói a imagem mítica do político: como santo ou demônio. Mas ajuda a pôr uma aura de “mito” na sua figura – sentido que foge ao domínio da mídia. Essa reconstrução realiza-se por meio de uma posição-sujeito classista: para a mídia, Chávez é parte da *Formação Discursiva da Senzala* – e isso reforça que mídia e progressista são parte de Formações Discursivas oponentes.

Mas isso não é novidade para o discurso midiático. Álvaro Larangeira (2006) defende que há uma “comunicação monoteísta” a qual “[...]se nutre de conceitos como *mito*, *crença*, *fé* e *dogma*. É mítica, crente e dogmática.”(LARANGEIRA, 2006, p. 37, grifo do autor). Ele explica que essa forma de comunicação catequiza, aliciando por cartilhas que

podem ser religiosas ou profanas.(LARANGEIRA, 2006, p. 37). Ou seja, nesse outro sentido, há também uma memória discursiva que leva ao entendimento de que a mídia utiliza desse discurso “catequista” tal como os jesuítas fizeram na era das “descobertas”. Assim, quer dizer que é a comunicação monoteísta é

Mítica porque tem em sua essência o caráter de sagrado. Apresenta-se como verdadeira porque se pretende reveladora do todo, do Cosmo e da sua criação. Transcede à materialidade do profano para reiterar as explicações que extrapolam a racionalidade humana. É crente, porque induz à adesão a um princípio do valor universal, legítimo. Incita à subjetividade, à inclinação para determinada proposição sem a necessidade da logicidade do argumento e da comprovação do fato. É dogmática, porque pressupõe a certeza em oposição à dúvida.(LARANGEIRA, 2006, p. 37).

Por esses pontos de vista, pode-se dizer que, na transparência da materialidade discursiva, a mídia referencia Hugo Chávez como “Deus” ou “demônio” para denotar que o presidente aliena eleitores com seus discursos irreais e falsas crenças, já que ele, de verdade, não pode ser Deus ou demônio, mas queria apresentar-se como tal. Mas, na opacidade do discurso, a mídia remonta o discurso da mitificação, do sagrado, da fé, porque fala do “alto” da *Formação Discursiva da Casa Grande*, que traz o interdiscurso da catequese dos “nativos”, ou melhor, aqui, dos leitores.

4.3.1.4 Revista Veja

Logicamente, as revistas semanais reapresentam os acontecimentos discursivos que povoam os jornais diários, com menos factualidade e, em alguns casos, mais contextualização. Os jornais atualizam as notícias dia a dia; as revistas fazem um apanhado com informações mais *frias*, quer dizer, mais atemporais, e procuram elaborar reportagens quando o assunto interessa à linha editorial da publicação ou se trata de tema que esteve com muita frequência na pauta diária. A Veja trouxe apenas uma matéria no período estudado nesta análise: um mês antes e um mês depois do dia da eleição na Venezuela.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas:

Na busca realizada pela pesquisa, foram capturados o subtítulo e a matéria abaixo, dez dias depois da eleição, cujo título principal é “*Um futuro muito pior*”:

SD26 - *Chávez quer usar o quarto mandato para aprofundar a “cubanização” da Venezuela, mas sua saúde pode influir nos rumos do país* (Subtítulo - 17/10/2012)

A matéria, vinculada ao título e subtítulo acima, é assinada por uma repórter “enviada especial” a Caracas, ocupando as páginas 82 e 83, na seção Internacional. Apesar de estar contida em duas páginas, a matéria é relativamente pequena, trazendo uma foto de Chávez, em primeiro plano, com um binóculo olhando para o horizonte. Abaixo aparece a imagem do opositor Capriles, olhando para baixo, como se estivesse lendo um papel que está entre suas mãos. Na legenda das fotos está escrito:

SD27 - MAIS DO MESMO: *Chávez observa carreata durante a campanha, em Maracay (ao lado), e Capriles anuncia derrota (abaixo): o apoio à oposição está crescendo.* (Legenda – 17/10/2012)

Já no título da matéria, é possível verificar a condução do enunciado construído pela revista Veja: “Um futuro muito pior” revela, ainda na transparência, o seu significado mais emergente. Mas, na opacidade, outros sentidos acontecem. Como se viu no subtítulo, salta aos olhos a palavra aspeada “cubanização”. Nota-se, neta pesquisa, que é recorrente a mídia utilizar neologismos quando se refere a Chávez. Neste caso, verifica-se que mesmo com todas as diferenças entre Cuba e Venezuela, há uma insistente comparação entre as duas nações.

Há um intuito de nomear Chávez de ditador. Compará-lo a Fidel Castro, embora a Revolução Cubana não tenha sido similar à chamada Revolução Bolivariana, preconizada pelo líder venezuelano. Por que a modalização à palavra “cubanização”? Em primeira análise, parece um certo pedido de licença da revista para criar um neologismo; depois, uma necessidade de modalização. Será que colocar as aspas em “cubanização” significa dizer que a Veja é uma revista “séria” e “objetiva” e, ao deslizar o sentido dessa palavra, não está *traindo* o seu *leitor-modelo* com uma expressão repleta de carga ideológica. “E assim se estabelece um jogo sutil com as expectativas do leitor.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 161)

Para que as aspas sejam decifradas adequadamente, é necessário uma *conivência* mínima entre o enunciador e o leitor. Cada interpretação bem-sucedida reforçará esse sentimento de conivência. O enunciador que faz uso das aspas, conscientemente ou não, deve construir para si uma determinada representação dos seus leitores, para antecipar sua capacidade de interpretação: ele colocará aspas onde presume que é isso o que se espera dele (ou então, onde não se espera, para surpreender, para provocar um choque). Por seu lado, o leitor deve construir uma determinada representação do universo ideológico do enunciador para conseguir ter sucesso na interpretação pretendida. (MAINGUENEAU, 2002, p. 163)

Lembrando Authier-Revuz (2004), há uma “espera” da repórter ou do editor da Veja para que o leitor/coenunciador interprete a colocação da palavra “cubanização” modalizada no

texto para “completar” o sentido do enunciado, que tem a ver com a alteridade: a relação entre o enunciador e o outro no discurso. Há também a possibilidade de um recurso irônico da Veja para deixar à mostra uma tentativa frustrada de Hugo Chávez em imitar o percurso de Cuba e Fidel Castro.

Outras discursivizações foram identificadas na matéria em foco, demonstrando uma recorrência de designações, silenciamentos e modalizações, em relação aos jornais impressos, como pode ser visto na SD28:

SD28 - *A vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais do dia 7 de outubro ocorreu em meio a uma certeza e a uma incerteza. A certeza é que o caudilho, que recebeu 54% dos votos, pretende fazer mais do mesmo. A incerteza é se será capaz de governar até o fim de seu quarto mandato, desta vez de seis anos.[...]Se não ficar incapacitado para governar, por causa de um câncer operado em meados do ano passado (detalhes sobre a gravidade da doença são segredo de estado), o presidente completará vinte anos no comando de um projeto alucinado que tem destruído as bases econômicas do país. De agora em diante, ele promete tornar a sua “revolução socialista” irreversível. Suas políticas incluirão, como sempre, confisco de empresas, perseguição aos opositores e à imprensa independente, controle artificial dos preços, centralização da economia e submissão da Justiça aos interesses do partido no poder. O que já está ruim, tende a piorar.* (Matéria - 17/10/2012)

De início, observa-se que tanto a “certeza” quanto a “incerteza” descritas no enunciado são referentes a projeções negativas para o possível mandato. A “certeza” é a de que fará “mais do mesmo” e a “incerteza” é a morte do presidente. A matéria ainda exalta os 45% alcançados pelo adversário Henrique Capriles e volta a tecer comentários adjetivados sobre Chávez. As opiniões emitidas pela jornalista autora do texto mais parecem de um artigo autoral. Há um apagamento de informações sobre assertivas feitas na matéria: afinal, quantas empresas foram “confiscadas”, dados sobre a “perseguição” aos opositores, números de veículos de mídia independente que foram também perseguidos, o que se trata de “controle

artificial dos preços”, sobre a “centralização da economia” e, finalmente, “submissão da Justiça” ao partido?

Também é oportuno observar que – como aconteceu em matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo – a Veja insere no contexto, inesperadamente e de forma deslocada, outro líder

latino-americano, quando, referindo-se ao vice de Chávez, Nicolás Maduro, cita o presidente do Paraguai:

SD29 - *Em junho, na função de chanceler, ele foi a Assunção, no Paraguai, incitar os militares a impedir o Congresso de votar o impeachment do presidente Fernando Lugo. O chavismo, com ou sem Chávez, não combina com democracia.* ”. (Matéria - 17/10/2012)

Há, mais uma vez, um silenciamento sobre o movimento de regionalização e integração da América Latina em toda a matéria. Mas, ao associar outro líder regional – no caso, Lugo, na mesma matéria, quando, em absoluto, se referia ao Paraguai ou às lutas latino-americanas, emerge um sentido de reconhecimento do movimento de integração dos países ao Sul do continente. Discursivamente, aceita-se esse fato, mesmo negando-o, silenciando-o.

Outra sequência discursiva da Veja ligam o presidente venezuelano ao narcotráfico e à “medocracia”:

SD30 - *Em treze anos, Chávez multiplicou por sete a dívida externa da Venezuela. Os laços com o narcotráfico, outra fonte de receitas, também crescerão.[...]Até 2019, a Venezuela se consolidará como um estado polialesco. [...]Nas salas das universidades privadas, um dos últimos redutos institucionais ainda livres do domínio político de Chávez, esse estilo de governo foi batizado de “medocracia”. Esse medo baseia-se na convicção de que o governo é capaz de manipular as urnas eletrônicas para saber como cada cidadão votou. [...]O velho método do curral eleitoral também é utilizado. No domingo passado, havia mesários votando no lugar dos eleitores ausentes ou permitindo que militantes chavistas acompanhassem os cidadãos na cabine de votação.*

A revista induz ao entendimento de que há uma associação do governo Chávez com o narcotráfico. A modalização de “medocracia” é para demarcar o neologismo para designar o “governo do medo”.

b)Efeitos de sentido:

Para a Veja – assim como para a Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão – *chavismo*, representa a “era Chávez”, que é qualificada como a era da incompetência, do medo, do narcotráfico, de um Estado polialesco, da autocracia, da ditadura, do caos, da fraude. E, mais recentemente, a era da doença. A todo tempo, o câncer que acometeu o presidente é mencionado com a “dúvida”: Chávez vai assumir? Ou como dissesse: vale a pena votar em

um presidente que possivelmente não vai assumir? Há um efeito de sentido que resvala também para o reforço da mitificação em torno de Chávez: é negado que há um projeto “bolivariano” ou do “socialismo do século 21” (palavras e expressões sempre modalizadas nos textos) ou de integração latino-americana. Para mídia, existe um projeto personificado na liderança de Hugo Chávez. Como se Chávez representasse apenas a si mesmo.

Vale ressaltar que o público da revista não é eleitor de Chávez. Então, por que tomar o partido do opositor, como se quisesse desencorajar o eleitor a votar no presidente venezuelano? A *Formação Discursiva da Casa Grande*, embora negando e silenciando, “reconhece” que há um processo de integração regional em curso, contra-hegemônico. Tanto que é preciso arrefecer a força desse processo para que o discurso hegemônico seja propagado para a região. Na medida em que a mídia silencia, censura, deixa escapar o sentido do movimento da regionalização, sobretudo pelo discurso dos líderes progressistas.

4.3.1.5 Revista *Carta Capital*

Há um já-dito que emerge quando se abre uma matéria da Revista *Carta Capital* sobre algum líder progressista latino-americano: a revista é defensora desses líderes, tem um discurso mais “à esquerda”, é o oposto da Revista *Veja*, defende os governos anti-estadunidenses, antineoliberais. Mas, para um analista de discurso, a *Carta Capital* é também constitutiva da Formação Discursiva hegemônica – aqui *Formação Discursiva da Casa Grande* –, por ser uma mídia comercial, que também busca o lucro e tem entre seus articulistas uma variedade de vozes destoantes. A análise dos textos reforçará ou negará não esse lugar de fala ou apenas apontará *fissuras*.

Foram localizadas duas reportagens, tendo como foco Hugo Chávez e a eleição na Venezuela, no período eleitoral previsto no recorte. Ambas são assinadas por uma mesma repórter, “de Caracas”, ou seja, enviada para cobrir o período eleitoral no país. A primeira foi veiculada antes do pleito, no dia 26/09/2012, entre as páginas 40 e 43; a segunda, depois da vitória de Chávez, no dia 17/10/2012, entre as páginas 40 e 42 – ambas na seção “Nosso Mundo”.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas:

Seguem as sequências discursivas analisadas da primeira reportagem, sob o título “*Um outro beta*”, começando pelo texto de abertura e depois a reportagem, na SD31:

SD31 – VENEZUELA. Hugo Chávez lança novos programas sociais para atrair as classes emergentes e os jovens e garantir em 7 de outubro os votos do “chavismo light” (Abertura – 26/09/2012)

SD32 – Nos muros das periferias de Caracas, antigas imagens do presidente venezuelano, de 58 anos, se misturam com o Chávez juvenil. Ora de brinco e jeans apertado, ora com cabelo raspado, ou na versão de jogador de basquete. O “comandante” que disputará sua terceira eleição presidencial em 7 de outubro ganhou novo apelido: “Outro beta”. “Chávez é outro beta porque é alternativa a tudo que nos oprime. Identificou-se com a gente e queremos nos identificar com ele. Antes nos humilhavam. Ele (Chávez) nos viu, disse que somos gente”, conta Manuela Zarate, 19 anos, uma das líderes do movimento juvenil Outro Beta na cidade de periférica de Los Teques, ao sul de Caracas. “Agora ele também tem tatuagem como as nossas, anda em moto, usa brincos como nós.” Beta, na gíria da periferia, é tudo o que é ruim ou significa problema. Ser Outro Beta é ser diferente, é ser “o cara”. Manuela tinha apenas 6 anos quando Chávez ganhou a Presidência, em 1998. A jovem cresceu assistindo a seus discursos pela televisão. “Ele nos transmite rebeldia, por ser crítico e nos ensinar que temos que mudar esse sistema para conquistar a liberdade.” Nessas eleições, será a primeira vez que a jovem irá às urnas. O “velho” é o candidato da juventude, diz. [...] Em Los Toques, o movimento Outro Beta contraria essa tendência. A juventude que ali acompanhava a luta de boxe, embalada pelo som de um “rap revolucionário”, criticava a candidatura opositora. “Capriles e seu partido só têm garotos ricos, não sabem o que é ter de levantar cedo para trabalhar ou viver com um salário. Estão desconectados de nossa realidade”, criticou Adolfo “Pepe” Oropeza, de 28 anos. “Se Capriles chegasse ao poder, perderíamos tudo o que conquistamos com Chávez.” [...] Apesar do tom triunfalista com que o governo avalia as pesquisas, na prática há sinais de preocupação. A campanha chavista tem batalhado para atrair a classe média emergente e o chamado “chavismo light”, os quais tendem a ter uma visão menos ideologizada e mais crítica da administração pública. (Reportagem – 26/09/2012)

O trecho selecionado na SD32 desvela uma mudança radical no discurso, em relação aos demais veículos aqui analisados até agora. O primeiro indicativo é a não menção da doença de Chávez nem nos títulos principais, nem nas primeiras páginas. Apenas na terceira página fala-se do câncer. Também chama a atenção o uso da expressão modalizada com aspas “chavismo light” no texto de abertura (SD31) e no corpo da matéria (SD32) para designar

setores que apresentam uma visão “menos ideologizada e mais crítica da administração pública”. Com isso, a Carta Capital inaugura uma *virada* no sentido do neologismo “chavismo” discursivizado pelos demais veículos analisados. E suaviza a simbologia versada na mídia de que Chávez é ditador, autocrata, ameaçador. Afinal, existe um *outro* Chávez – o *light*.

Esse *outro* Chávez está presentificado, também, no discurso que a revista conduz pela narrativa de entrevistados da periferia: “*Chávez é outro beta porque é alternativa a tudo que nos oprime*”. Quando cita a expressão o “outro beta”, inclusive no título principal, a Carta Capital não a modaliza com aspas. Ela concorda com a titulação dada pela periferia. O discurso sobre o *outro* Chávez percorre a reportagem e designa o presidente como candidato da juventude. Um entrevistado da periferia endereça a Capriles – o qual tem a juventude exaltada na campanha e na mídia – um recado: *O “velho” é o candidato da juventude, diz.* A modalização de “*velho*”, feita pela revista nega que Chávez seja velho de verdade. O aspeamento é um recurso de ironia da revista, também endereçada a Capriles, “o jovem”.

Há uma variedade de designações/qualificações referenciando o presidente venezuelano, enquanto o opositor é *apagado* no discurso, como pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 4: Designações/Qualificações relacionadas à presentificação de Chávez x apagamento de Capriles

Hugo Chávez	Henrique Capriles
<ul style="list-style-type: none"> - Presidente venezuelano. - Candidato da juventude/juvenil. - “Velho”. - Outro Beta (alternativa a tudo que oprime). - Comandante. - Identificado com as periferias. - É diferente. - É “o cara”. - Rebelde. - É crítico. - Ensina a mudar o sistema para conquistar a liberdade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Candidato opositor. - Não conhece a realidade das periferias. - Representa jovens ricos. - Ameaça as conquistas das periferias (se ganhar).

Essas nomeações/qualificações dizem muito sobre o discurso da Carta Capital. Rememorando Guimarães: “O que o nome designa é construído simbolicamente.” (GUIMARÃES, 2005, p. 91). Assim, ao designar, ao construir significação, identifica-se sujeitos em um processo social e histórico. Portanto, a nomeação identifica o outro e a si (quem nomeia). Daí, quem nomeia também “[...]é parte do que identifica um sujeito”. (GUIMARÃES, 2005, p. 91).

Outras características do discurso da Carta Capital são dissonantes com os demais veículos. A revista se esmera em mostrar dados sobre a queda dos índices de pobreza na Venezuela e de pobreza extrema. Diferencia dos demais jornais e revistas analisados o fato de a revista utilizar dados econômicos e sociais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e entrevistar um analista político da Universidade Central da Venezuela e um ex-ministro de Chávez, além de moradores da periferia. Ou seja, é dada *voz* a outros discursos contra-hegemônicos. Mas há críticas no texto da reportagem, como pode ser visto na SD33:

SD33 – Já a falta de transparência na execução do orçamento, a corrupção e a burocracia tendem a minar o voto do eleitor chavista crítico. Outro ponto de desgaste é a ineficiência na gestão das prefeituras e governos estaduais apadrinhados por Chávez. (Reportagem – 26/09/2012)

Embora haja críticas, o *tom* é diferente. Não há um sentido denuncista e não existe um formato de espetacularização das notícias negativas. Há, com efeito, uma proposta mais de contextualização e análise de cenário, contudo, com sentido pró-Chávez.

Em mais uma sequência da reportagem, a revista afirma a adesão de Chávez ao socialismo, como poder ser visto na próxima sequência investigada:

SD34 – Chávez mantém a defesa do projeto socialista, enquanto se apresenta como garantidor da estabilidade do país. “Até aos ricos convém que ganhe Chávez. Às famílias ricas, que pensam de maneira racional, que têm suas boas casas, seus bons veículos, propriedades, que gostam de viajar ao exterior, convém uma guerra civil?”, pergunta o presidente. “Votem em Chávez, porque Chávez garante paz, estabilidade e crescimento econômico.”

A revista não quis controlar o sentido de “projeto socialista”, expressão que não foi modalizada no texto; portanto, a Carta Capital não põe em dúvida a existência do socialismo, nem a adesão de Chávez a esse modelo. Há também um discurso indutor da inserção da classe média entre os eleitores de Chávez, quando o próprio presidente *fala*, através da revista, às “famílias ricas”. Aliás, transcrever uma fala do presidente, de forma propositiva, não ocorreu nos outros jornais analisados. Na SD34, também foi anotado o sentido de “estabilidade” e “paz” associado ao presidente, quando as demais publicações o vinculam a instabilidade e guerra civil. Ao contrário do discurso da Folha de S. Paulo (SD3), por exemplo, que diz que Chávez ameaça guerra civil. Vale dizer, ainda, que a reportagem dá pouca visibilidade à campanha de Capriles, que é enfocada na última página, trazendo, inclusive, algumas propostas de governo e trechos de entrevista com o coordenador nacional da campanha.

A segunda reportagem encontrada, com data de 17/10/2012, veiculada dez dias depois do pleito, traz como título principal “*Mais seis anos*”:

Ilustração 4: Matéria de Carta Capital sobre reeleição de Hugo Chávez

Mais seis anos

VENEZUELA | Hugo Chávez conquista 55% dos votos, vence a terceira eleição seguida e promete tornar “irreversível” o projeto do socialismo do século XXI

POR CLAUDIA JARDIM, DE CARACAS

SOMOS UM Povo responsável. Ele (Chávez) não vai perder, não podemos perder. Ele é o nosso herói”, sentenciou o ambulante William Madriz enquanto vendia café na fila de votantes eleitoral em Caracas no domingo. “É um dia muito tarde, na hora das Miraflores”, brincou. A versão de Madriz foi curiosa: Hugo Chávez foi reeleito pela terceira vez com um nível de 55% da população. Seu rival de centro-direita, Henrique Capriles, obteve 44% dos votos, no melhor desempenho eleitoral da oposição desde a chegada de Chávez ao poder. A participação dos eleitores chegou a 80%, um recorde na história do país. “A Venezuela nunca votou tanto”, declarou Chávez. A Venezuela continuaria transitando rumo ao socialismo democrático e bolivariano do século XXI, disse o presidente na sede do governo.

O mapa político venezuelano continua pintado de vermelho. O presidente venceu em 21 dos 23 estados. Com maioria parlamentar na Assembleia Nacional, terá ao menos dois anos para promover mudanças capazes de aprofundar o projeto socialista. O processo legislativo de 2013. Sua vitória não foi tão esmagadora como na última eleição presidencial, mas não foi apertada conforme previam os analistas mais conservadores e algumas pesquisas.

Não há, porém, espaço para medias

Radicais, opina o cientista político Javier Biordas, professor da Universidade Central da Venezuela. A vantagem de 11 pontos percentuais na urna joga para terra quente aquele que queria quebrar o tabu do voto individual: mas tudo isso reduzido ao apoio ao projeto chavista. “Se tentar radicalizar, com essas poucas ações, corre o risco de engovernabilidade”.

Para os governistas, 55% dos votos representaram um avanço inédito para antecipar no consolidação do projeto do socialismo do século XXI. “Nossa proposta foi transparente. Todos que votaram por Chávez votaram pelo socialismo, pela independência, pela soberania e pelo poder popular”, afirmou Blanca Eriberto, vice-presidente

da Assembleia Nacional. Parte da nova geração de políticos ligados a Chávez, Eriberto contesta as críticas à legitimidade do governo. “Dentro da democracia burguesa, 2 pontos são suficientes para queimar o sistema. Mas, se somarmos os que acreditam na construção do poder popular, superamos 10 pontos e ainda durávam.”

No discurso da vitória, Chávez agraciou seu oponente por reconhecer suas diferenças. Era “um conciliador, convencido sem adversidade ao diálogo. Na segunda-feira 8, ligou para Capriles. No Twitter, escreveu: “Acreditem, tive uma amena conversa telefônica com Henrique Capriles. Fizemos um convite à unidade nacional, respeitando as diferenças”.

O resultado mostra, porém, que a oposição tem acumulado mais força eleitoral que o chavismo. De 2006 até agora, o grupo de Chávez agregou pouco mais de 1 milhão de eleitores, enquanto a oposição subiu sua base de apoio em mais de 2 milhões de eleitores. “Se o governo não conseguir o rumo e a posição manter sua estratégia de parecer ‘progressista’, nas eleições de 2019 haverá uma perda de apoio de eleitores da direita, e isso pôr”, afirma Biordas.

O governo relativiza o crescimento do número de eleitores da oposição. Atribui o avanço às propostas “engraçadas” de Capriles, que no início da campanha tentou vender a imagem de político preocupado com os interesses sociais e apresentou como uma espécie de Lula venezuelano. “Para que eles alcancem essa quantidade de votos tiveram que mentir”, disse Eriberto. “Fizeram de tapete seu sentido progressista, de afirmar que acreditam tanto nas missões (programas sociais), que eram quase ‘socialistas’”.

De qualquer forma, a alta militância da oposição não faz mal em detrimento da turma radicalista. Nas vésperas da eleição verifica-se que, caso o resultado das urnas fosse apertado, os antichavistas mais exaltados criariam protestos para lidar com a onda de desconfiança contra uma suposta fraude. Apesar de Capriles ter reconhecido a derrota, seu grupo não pode controlar um grupo que decide não aceitar os resultados. A famigerada marcha de 1º de maio, com operários e pais de violentos protestos no passado, voltar a pegar fogo. O trânsito da movimentada avenida da Avenida da capital foi bloqueado por uma barricada. Os manifestantes queimaram pneus e torceram Capriles. Os dirigentes da oposição criticaram a ação das forças sociais, numa tentativa de deslegitimar a ação. O protesto durou pouco mais de 24 horas e foi dissolvido pelo prefeito. O governo federal não interveio.

Segundo analistas precisos, o governo, não haverá grandes mudanças na estrutura econômica. Chávez deve manter o controle dos setores considerados estratégicos, entre eles, petróleo, telecomunicações, alimentos

40 | CARTA CAPITAL | 17 DE OUTUBRO DE 2012 | 41

Fonte: Carta Capital, 17/10/2012.

A abertura da reportagem e o texto inicial mostram que o propósito do texto é enunciar a vitória de Chávez na eleição, como pode ser visto nas sequências discursivas abaixo:

SD35 – VENEZUELA. Hugo Chávez conquista 55% dos votos, vence a terceira eleição seguida e promete tornar “irreversível” o projeto do socialismo do século XXI.

SD36 – “*Somos um povo responsável. Ele (Chávez) não vai perder, não podemos perder o que conquistamos*”, sentenciou o ambulante William Madriz enquanto vendia café na fila de um centro eleitoral em Caracas, no domingo 7. “*Nos vemos mais tarde, na festa em Miraflores*”, brincou.[...] Seu rival de centro-direita, Henrique Capriles, teve 44% dos votos, no melhor desempenho eleitoral da oposição desde a chegada de Chávez ao poder.[...] “A Venezuela nunca mais voltará ao neoliberalismo. A Venezuela continuará transitando rumo ao socialismo democrático e bolivariano do século XXI”, discursou o vencedor na sede do governo.[...] O mapa político venezuelano continuará pintado de vermelho. O presidente venceu em 21 dos 23 estados.

A SDS36 referenda uma tomada de posição da revista pela *Formação Discursiva da Senzala*, contra-hegemônica, em vários sentidos: ao começar a reportagem com a fala transcrita de uma ambulante; ao designar Capriles como candidato de “centro-direita”; ao reproduzir o trecho do discurso do presidente eleito, quando ele diz que “*A Venezuela nunca mais voltará ao neoliberalismo. A Venezuela continuará transitando rumo ao socialismo democrático e bolivariano do século XXI*”, sem aspear as expressões “neoliberalismo” e “socialismo democrático e bolivariano do século XXI”, ou mesmo comentar essa afirmação de Chávez; e, finalmente, ao dizer que o mapa político do país continuará “*pintado de vermelho*”, sendo vermelho um signo que referencia as bandeiras de “esquerda”.

b) Efeitos de sentido:

O discurso da Carta Capital, de fato, é contra-identificado com a *Formação Discursiva da Casa Grande*, comprovando que há heterogeneidade nas formações discursivas. Apesar de ser um veículo que integra – *a priori* – a Formação Discursiva hegemônica, não se percebeu a emergência de discursos (interdiscursos/memórias discursivas) que situassem a Carta Capital na *Formação Discursiva da Casa Grande*, pelo menos na cobertura da eleição da Venezuela, nas duas reportagens analisadas. Ao passo que várias evidências de sentidos localizam a revista na *Formação Discursiva da Senzala*. Observa-se também que não há uma mitificação de Hugo Chávez pela revista, como “Deus” ou “demônio” (como ocorreu nos jornais analisados), ou mesmo a adoção de discurso messiânico para designar ou qualificar o presidente venezuelano.

4.3.2 A Argentina e a reeleição de Cristina Kirchner

4.3.2.1 *Jornal Folha de S. Paulo*

O pleito na Argentina ocorreu no dia 23 de outubro de 2011, resultando na vitória de Cristina Kirchner ainda no primeiro turno, reeleita para mais quatro anos de mandato, representando a Frente pela Vitória, considerada uma sublegenda do Partido Peronista. A presidente obteve 53,8% dos votos, cerca de 35 pontos de diferença para o segundo colocado, o socialista Hermes Binner (16,9%). Na ocasião, também foram eleitos parlamentares para compor a Câmara de Deputados e o Senado, conforme estabelecido pela Constituição da Argentina e as leis eleitorais. Aqui serão trabalhadas sequências discursivas, sempre carregadas de múltiplos sentidos, a fim de verificar-se os efeitos que nascem do entrecruzamento da Formação Discursiva da Casa Grande discursivizando a América Latina e seus líderes – neste caso, Cristina Kirchner e a Argentina.

a) Sequências Discursivas (SD) analisadas:

Nesta primeira parte da observação sobre a discursivização de Cristina Kirchner e a Argentina, pela Folha, serão analisados os enunciados das matérias, enunciados, entrevistas e artigos, a maioria publicado na seção Mundo. A partir destes títulos, é possível obter um “panorama” da abordagem realizada pelo jornal, nos meses pré e pós-eleitorais. Foram capturadas 60 matérias, sendo selecionadas 25 para a análise⁹⁸. Seguem os títulos, entre as SD37 e SD43:

SD37 – Justiça argentina exige fontes de jornalistas (Título - 23/09/2011)

SD38 – Democracia maquiada (Título - 24/09/2011)

SD39 – Narcotráfico vira tema de debate em eleições argentinas (Título - 09/10/2011)

SD40 – Cartéis comandam área metropolitana de Buenos Aires (Título - 09/10/2011)

SD41 – Populismo é marca em berço dos Kirchner (Título - 16/10/2011)

⁹⁸Das 60 matérias, cerca de 30% referiam-se à economia, geralmente na seção Mercado, não interessando a esta pesquisa.

SD42 – *Após maior crise do seu governo, Cristina coopta os ruralistas* (Título - 20/10/2011)

SD43 – *Cristina abre larga vantagem com apelo social na periferia* (Título - 21/10/2011)

Por essa amostragem dos títulos selecionados acima, percebem-se discursos que remetem o lugar de fala de Cristina Kirchner a uma mesma Formação Discursiva que Hugo Chávez. E, por outro lado, reificam a Formação Discursiva da mídia. Claro que a abordagem sobre a campanha de Hugo Chávez despertou maior interesse da mídia, na proporção em que ocupou mais páginas de jornais, sem dizer que foi mais “agressiva” na tentativa de desconstrução/reconstrução da imagem de Chávez do que da presidente argentina.

Mas repetem-se a associações dos dois líderes ao narcotráfico, à incompetência, à inabilidade política, ao uso da máquina estatal/institucional nas campanhas e à maior inserção eleitoral nas classes populares e periferias. O populismo também aparece como traço do governo de Cristina. São expressões e palavras, com força ideológica, ressignificadas no contexto eleitoral e nas páginas do jornal. Foram endereçadas à presidente ou ao seu governo as expressões: “*democracia maquiada*”, “*narcotráfico vira tema de debate*”, “*cartéis comandam*”, “*populismo é marca*”, “*Cristina coopta os ruralistas*”, e “*apelo social na periferia*”.

Vale a pena analisar um trecho do Editorial, sob o título “*Democracia maquiada*”, que revela a luta travada entre o governo e a mídia argentina⁹⁹, que reclama de cerceamento da liberdade de expressão pela gestão de Cristina Kirchner – tema que acabou sendo recorrente nos meios de comunicação impressos do Brasil. O discurso é quase uma metalinguagem, pois a mídia fala de si própria. No caso, há uma espécie de solidariedade da Folha de S. Paulo com os jornais da Argentina que estariam sendo obrigados pela Justiça a informar os dados pessoais dos editores, redatores e repórteres que escrevem sobre os índices econômicos do país.

SD44 - *Incomodada com a publicação frequente, pela imprensa do país, de cifras da inflação muito superiores aos números maquiados oficialmente, a Casa Rosada move na Justiça um processo contra analistas e consultorias que elaboram índices próprios de preços.[...] Trata-se, portanto, de mais uma tentativa grosseira de intimidação por parte de um governo que*

⁹⁹Desde que o governo de Cristina Kirchner aprovou a Lei de Meios – o novo Marco Legal das comunicações na Argentina – que entrou em vigor em 2009, foi estabelecida uma “guerra” entre os meios de comunicação privados e o seu governo. A lei prevê o controle dos oligopólios de mídia, para garantir maior diversidade e pluralidade na mídia comercial.

elegeu a imprensa local como inimiga.[...] Insuflada por alta aprovação popular e pela perspectiva de vitória nas próximas eleições presidenciais, no mês que vem, a presidente Cristina Kirchner ganha confiança para suas investidas autoritárias e segue os passos de seu colega venezuelano, Hugo Chávez. É a democracia nesses países que, como seus índices de inflação, aparece cada vez mais maquiada. (Editorial - 24/09/2011)

No texto, a “voz oficial” (o editorial) do jornal garante que as informações extraoficiais divulgadas pelos periódicos são corretas e verdadeiras, já que o governo elegeu a mídia como “*inimiga*”. Chama a atenção a referência à “maquiagem”, que foi utilizada no título e duas vezes no texto: “democracia maquiada”, “números maquiados oficialmente” e “a democracia” (como os índices de inflação) “aparece maquiada”. Há um objetivo de “feminilizar” a gestão, trazendo para a arena a questão de gênero. Não foram poucas as vezes que a Folha (e outros jornais aqui estudados) se referiu ao “marido” de Cristina Kirchner como o seu mentor¹⁰⁰. Assim, a metáfora da “maquiagem” pesa sobre uma mulher-presidente, considerada progressista, que toma iniciativas contra os oligopólios de mídia, mas é frágil, segue o legado do marido morto.

O discurso patriarcal¹⁰¹ sobre mulher não é novidade para o Brasil. O sistema colonial foi severo com as mulheres. As mulheres escravas eram obrigadas a ter relações sexuais com o “senhor branco”. Escritos mostram que o feminino era ligado apenas à reprodução, tanto para a negra e índia, quanto para a branca. Segundo a historiadora Celma Burille (2012, p. 3, grifo da autora), eram comuns “[...]as tensões racistas, as transgressões e desordem que se encontravam no dia-a-dia: os concubinatos com mulheres de cor, que se apresentavam nos espaços públicos. Mulheres mestiças ou negras que eram tratadas de maneira terrível – as ‘indiadas da terra’[...].” A autora reforça que as mulheres brancas também eram oprimidas no Brasil Colônia, “[...] o papel da mulher branca era muito claro – reproduzir e transmitir propriedades e símbolos dos colonizadores. As mulheres brancas eram vigiadas constantemente e de perto, sendo criticadas até de falarem a língua indígena[...].”(BURILLE, 2012, p. 3)

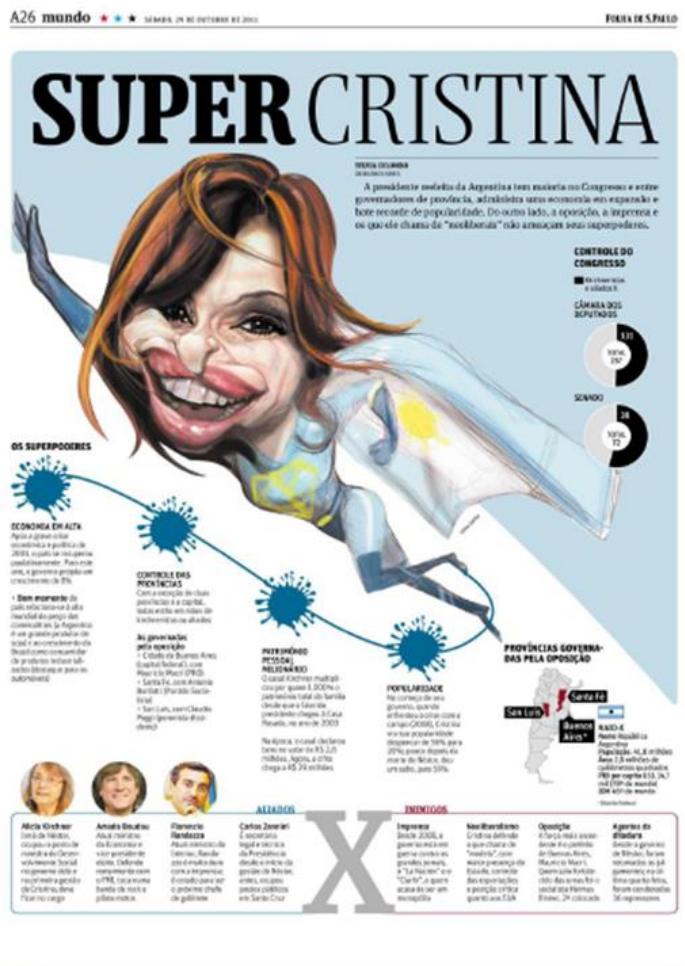
¹⁰⁰Um exemplo disso é a matéria veiculada em 23/10/2011, na Folha de S. Paulo, sob o título “Cristina tenta hoje reeleição histórica”, a qual traz o trecho: “Única representante do projeto político iniciado por seu marido, Néstor Kirchner (1950-2010), em 2003, e explorando o luto e o legado do ex-presidente, Cristina encontrou um caminho tranquilo para a reeleição com uma oposição fragmentada.”

¹⁰¹De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.85), “A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.”

Outro apontamento sobre o discurso do Editorial (SD44) deve ser mencionado aqui: o silenciamento sobre a integração latino-americana – e a Argentina como parte importante dessa integração – mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento da atuação regional no não-dito: *a presidente Cristina Kirchner ganha confiança para suas investidas autoritárias e segue os passos de seu colega venezuelano, Hugo Chávez*. Jornalisticamente, tecnicamente, em absoluto a Venezuela era uma questão fundamental para as informações que o Editorial retomou. Ou seja, Cristina Kirchner, que copia Hugo Chávez, que copia Fidel Castro.

Seguindo na análise, observa-se que o discurso “opositor” da Folha é minimizado com a chegada da eleição e a vitória de Cristina Kirchner. Apenas seis dias depois do pleito, a Folha publica uma matéria de uma página, que mais parece uma peça publicitária, sob o título “*Super Cristina*”, veiculada na seção Mundo, conforme imagem abaixo:

Ilustração 5: Infográfico da Folha de S. Paulo sobre reeleição de Cristina Kirchner



Fonte: Folha de S. Paulo, 29/10/2011.

Na verdade, não chega a ser uma matéria, mas uma ilustração, com a imagem da presidente como uma super-heroína saída das histórias em quadrinhos para as páginas do periódico. Trata-se de um exemplar da espetacularização da política. Os conteúdos (poucos escritos) apontam para informações positivas sobre a gestão Kirchner, como mostra a SD45:

SD45 – *A presidente reeleita da Argentina tem maioria no Congresso e entre governadores de província, administra uma economia em expansão e bate recorde de popularidade. De outro lado, a oposição, a imprensa e os que ela chama de “neoliberais” não ameaçam seus superpoderes.*(Texto de abertura – 29/10/2011)

É relevante observar, na SD45, que o jornal coloca a própria imprensa *de outro lado*, além de reconhecer que os “que ela chama de ‘neoliberais’” não ameaçam seus poderes de super-heroína. Ou seja, o jornal assume que a presidente não é neoliberal (é oponente), modalizando “neoliberal”, porque esta é uma palavra censurada para a *Formação Discursiva da Casa Grande*. Mas o que silencia, revela: a oposição e a imprensa são consideradas “neoliberais”.

Na arte da ilustração, o jornal mapeia quais são os superpoderes de Cristina Kirchner. A saber, “Economia em alta”, “Controle das províncias” e “Popularidade”. E, destoando dos adjetivos propositivos, traz como feitos dos governos Kirchner o “Patrimônio pessoal milionário”, dizendo que “O casal Kirchner multiplicou por quase 1.000% o patrimônio total da família desde que o falecido presidente chegou à Casa Rosada, no ano de 2003”.

A referida página ilustrada da Folha enumera, ainda, no rodapé os “Aliados” e os “Inimigos” da presidente. Embora com análises pouco profundas, lança-se luz sobre alguns paradigmas de “esquerda”, como se o jornal estivesse referendando um lugar de fala de Cristina Kirchner e do seu governo, na condição de opositores ao neoliberalismo. Na verdade, um discurso “clássico” pelo qual os líderes latino-americanos progressistas, como Cristina Kirchner, querem ser reconhecidos e lutam por ele. Entre os “Aliados”, o jornal coloca “Amado Boudou”, que, sobre ele, o texto, diz:

SD46 – *Atual ministro da Economia e vice-presidente eleito. Defende rompimento com o FMI¹⁰², toca numa banda de rock e pilota motos.*

Já na relação de “inimigos”, destaca, entre outros, a “Imprensa”, que:

¹⁰²Fundo Monetário Internacional.

SD47 – Desde 2008, o governo está em guerra contra os grandes jornais, o “La Nación” e o “Clarín”, a quem acusa de ser um monopólio.

O outro “inimigo” são os “Neoliberais”:

SD48 – Cristina defende o que chama de “modelo” com mais presença do Estado, controle das exportações e posição crítica quanto aos Estados Unidos.

E também os “Agentes da ditadura”:

SD49 – “Desde o governo de Néstor, foram retomados os julgamentos; na última quarta-feira, foram condenados 16 repressores.

Nas sequências acima, estão os paradigmas progressistas: rompimento com o FMI, que é um pilar de resistência para os países latino-americanos, que cultivaram uma dependência nefasta com o órgão durante décadas; a imprensa, que é um aparelho de ideologia do Estado; o neoliberalismo, que é o sistema hegemônico; e os agentes da ditadura, que foram apoiados pela política estadunidense para impedir avanços progressistas na América Latina. Ressalte-se que contra a palavra “modelo” está aspeada, pois o jornal não reconhece o neoliberalismo como “modelo”.

b)Efeitos de sentido:

Do entrecruzamento de vozes (silenciadas ou reverberadas) no discurso da Folha de S. Paulo sobre Cristina Kirchner e o seu governo vê-se que a questão de gênero é colocada: a referência sempre ao “marido” Néstor Kirchner, a “maquiagem” utilizada (metaforicamente) e a imagem da “Super Cristina”, como se fosse a “mulher maravilha” das histórias em quadrinhos. A relação colonizador-colonizada, no Brasil Colônia, na qual a mulher branca, negra ou índia sofria opressão e o seu lugar no social era a maternidade, é rememorada aqui.

Notou-se, assim como ocorreu com Hugo Chávez, que o tom opositor no discurso dos jornais (e da Veja) decresce com o passar da eleição e a vitória do/da líder progressista. O veio denunciante é minimizado. Houve uma definição pelo jornal, no caso de Kirchner, do seu lugar de fala em relação ao neoliberalismo e os paradigmas que defende. Mais uma vez, houve um silenciamento sobre a integração regional nas matérias observadas.

4.3.2.2 Jornal Estado de S. Paulo (Estadão)

O Jornal Estado de S. Paulo (ou Estadão) segue a mesma linha discursiva da Folha: dar *voz* e vez nas páginas do jornal aos candidatos de oposição, associar o “marido” da presidente à sua atuação política, *denunciar* uso da máquina estatal na campanha, enfocar a *guerra* entre governo e imprensa, a política social, entre outros. Foram capturados sessenta textos – destes, cerca de 30% relacionavam-se a temas que não interessavam ao foco da pesquisa. A busca procurou assuntos que referiam Cristina Kirchner e/ou a Argentina, sendo que a maioria que era referente ao processo eleitoral encontrava-se na seção Internacional do periódico. Há, porém, uma forte investida na questão de gênero, por designações e qualificações, referenciando Cristina Kirchner com clichês e ideias pré-concebidas sobre a mulher.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas:

De início, serão destacados títulos que enunciam discursos que mostram um panorama de interdiscursos recorrentes:

SD50 – “Os Kirchners são doentes pelo poder”, diz Duhalde (Título - 17/10/2011)

SD51 – “Populismo pop” fortalece campanha de Cristina (Título – 9/10/2011)

SD52 – Agenda social atrai eleitor para peronismo (Título - 23/10/2011)

SD53 – Argentina avança para o “cristinismo” (Título - 25/10/2011)

SD54 – Novo bote do governo Kirchner (Título - 27/09/2011)

SD55 – Cristina planeja novo cerco à imprensa (Título – 21/10/2011)

SD56 - A yiúva nas nuvens (Título - 25/10/2011)

Os grifos acima guardam discursos que trazem reincidências de sentidos. Na SD50, o jornal dá *voz* ao opositor de Cristina Kirchner – Duhalde –, que não ficou sequer em segundo lugar na eleição. O título também se refere ao casal Kirchner (pelo artigo “Os”), quando Néstor já estava morto, mas é uma tônica associar sempre Cristina ao marido. Nas SD51 e

SD52, os títulos reapresentam o “*populismo*” e a investida na “*agenda social*” da presidente, que, inclusive, foi recorrente com Chávez.

Já a sequência seguinte, a SD53, traz o neologismo “*cristinismo*”, agora para atribuir um tom mais *pessoal* ao governo de Cristina. Acima desse título, há um pequeno trecho de *apresentação da matéria* que diz: “*Triunfo arrasador de Cristina Kirchner nas eleições de domingo encerra o ‘kirchnerismo’ e reforça o poder da presidente argentina*”. O jornal utiliza “analistas” para dizer que o neologismo “*kirchnerismo*” significa “*vertente peronista criada pelo ex-presidente Néstor Kirchner*”; e “*cristinismo*” representa a nova fase tendo Cristina Kirchner como “*figura central*”.

É como se essa eleição esmagadora desse um impulso à presidente, que até então teria somente a força do marido. Fora dessa transparência do sentido de “*cristianismo*”, exposto pelo jornal, há o outro sentido, na opacidade: “*cristianismo*” significaria todos os problemas que assolam a Argentina, de acordo com a mídia.

E nas SD54 e SD55, retoma-se o confronto entre mídia e governo argentino, trazendo na matéria informações que dão conta de que “*o Estado kirchnerista investe pesadamente também contra a imprensa que desmoraliza as versões da Casa Rosada, ao cumprir o dever elementar de dar voz ao outro lado.*” O tema é recorrente.

Contudo, o que mais chama a atenção no Estadão é o discurso de gênero que permeia as abordagens sobre a presidente, tanto em matérias como em artigos ou editoriais. A SD56 é um exemplo. Trata-se do título de um Editorial do jornal, publicado após a reeleição da presidente, inclusive falando da sua “*arrasadora reeleição*”, mas a designa como “viúva”.

Outra amostragem disso ocorreu antes das eleições, ainda no dia 16 de outubro. O texto de apresentação da matéria cujo teor apontava para a vitória de Cristina no primeiro turno trazia a qualificação de “viúva”:

SD57 – Argentina. *Depois da morte de Néstor Kirchner, presidente soube se beneficiar de sua condição de viúva para recuperar popularidade perdida com crises intensas no país e hoje está na frente das pesquisas para ser reeleita com votação histórica no dia 23.*

Afora a insistente vinculação ao marido, há também discursos que chegam a utilizar estratégias de derrisão para referenciar Cristina Kirchner. No dia 24 de outubro, o anúncio da reeleição da presidente veio com uma matéria na seção Internacional, assinada por um “correspondente de Buenos Aires”, com a *vinheta e chamada*: “*Perfil: Cristina Fernández Kirchner, presidente da Argentina*”. O título dizia: “*Milionária presidente do nacionalismo*

popular". A matéria se dispunha a trazer o perfil político da presidente. Mas começa com os seguintes discursos:

SD58 – “Autoritária” e “vaidosa”, *Cristina Kirchner torna-se a primeira presidente mulher a se reeleger na América Latina.* (Texto de abertura – 24/10/2011)

SD59 – “Um espelho! Quero um espelho!”. O pedido desesperado foi pronunciado em julho de 1982 por Cristina Fernández de Kirchner. Ela havia acabado de acordar no hospital de Río Gallegos, capital da Província de Santa Cruz, na Patagônia. Uma hora antes havia sofrido um grave acidente. Coberta de sangue, sua primeira preocupação foi com a condição estética[...] A revista *Noticias* afirmou em seu primeiro ano de governo que ela era psicologicamente “bipolar”. Seus antigos colegas de Senado reconhecem sua oratória mas a definem como “arrogante”. Cristina retruca e diz que as críticas são comentários “machistas” e “misóginos”. (Matéria - 24/10/2011)

As sequências SD58 e SD59 reapresentam uma memória do discurso machista, que, por sua vez, leva a um interdiscurso da colonização e a concepção patriarcal da mulher e do feminino na sociedade. Apesar de ter sido a “*primeira presidente mulher a se reeleger na América Latina*”, a expressão deslocada com os adjetivos “*Autoritária e vaidosa*” puxam a frase e se destacam no discurso.

A SD59 faz uma *caricatura* do comportamento da presidente, chegando a alcançar um efeito de derrisão: Cristina Kirchner, accidentada, coberta de sangue, mas gritando “*Um espelho! Quero um espelho!*” no hospital. Um suposto episódio de 1982 é o fato mais relevante para começar a traçar o “perfil” da presidente reeleita?

Para Simone Bonnafous (2003, p. 35), derrisão é a “[...] associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria.” Ela diz que esse tipo de discurso é tradicional na política, há muito tempo, mas que chegou também à imprensa. “Depois dos *Père Duchêne* monarquistas e revolucionários, até a imprensa política de entre-guerras e, particularmente, a imprensa fascista, o discurso político francês se nutriu de zombarias, gracejos, trocadilhos, jogos de palavras irônicos etc.”(BONNAFOUS, 2003, p. 35).

Entre as características desses jogos discursivos de derrisão estão o “argumento de distinção” e de “desqualificar o outro”.(BONNAFOUS, 2003, p. 35). No caso de Cristina Kirchner, o discurso do jornal, sobre ela, a distingue de outros presidentes do sexo masculino

da América Latina, por ser mulher. Tudo pode ser utilizados nesses jogos discursivos, como “Traços físicos, nomes próprios, atributos e práticas presumidas, tudo lhe é, pois, pretexto para formulações deselegantes”.(BONNAFOUS, 2003, p. 39).

De acordo com a autora, ”Essa prática da derrisão coloca, evidentemente, a delicada questão da distinção entre a ‘farsa’ (*blague*) e a ‘caricatura’ que seriam essencialmente humorísticas e a injúria e o sarcasmo que seriam, sobretudo, de tendência agressiva.” (BONNAFOUS, 2003, p. 40). No discurso do Estadão, a agressividade está presente, sobretudo, quando o jornal reproduz um comentário antigo de uma revista, designando a presidente de “*psicologicamente ‘bipolar’*”. *Bipolar* está modalizada com aspas, assim como a transcrição da resposta da presidente, acusando que os comentários da revista referida são “machistas” e “misóginos”.

O discurso do Estadão segue com esse viés de preconceito de gênero. No dia 23 de setembro de 2011, saiu uma nota também na seção Internacional que chama a atenção. Com o “chapéu” (palavra acima do título da nota ou matéria) “*Argentina*” e o título “*Cristina Kirchner gastou US\$ 110 mil em sapatos*”. A nota traz a seguinte sequência discursiva:

SD60 – *O jornal New York Post afirmou ontem que a presidente argentina, Cristina Kirchner, teria gastado US\$ 110 mil em sapatos do estilista Christian Louboutin. Cristina teria comprado 20 pares com preços médios de US\$ 5,5 mil cada um. A compra teria sido realizada em Paris, um dia antes da viagem da presidente argentina a Nova York, onde participa da Assembleia-Geral da ONU.* (Nota – 23/09/2011)

A imagem de uma presidente psicologicamente desequilibrada pode estar entre os discursos opacos nesta sequência discursiva. Ou de uma presidente que não tem controle das finanças e gasta sem limite. Por outro lado, o uso do verbo *ter* no *futuro do pretérito* (condicional) comprova que o jornal não confia na fonte ou não tem suas próprias fontes para republicar a informação como verdadeira. Curioso ver que a participação de Cristina Kirchner em uma Assembleia da ONU não é a informação mais relevante para o jornal, aparecendo como um detalhe na nota. Não teria o jornal considerado a fonte e o conteúdo da informação por ser de um veículo estadunidense sobre uma líder latino-americana? Seria, ainda, censurado a uma presidente latino-americana comprar um artigo de classe alta, em Paris? Esse é outro teor do discurso que se esconde por trás da transparência das palavras ditas pelo jornal.

A suposta compra dos sapatos pela presidente foi considerada tão relevante para o Estadão que foi também tema de um artigo do articulista Mac Margolis, na seção Internacional, sob o título “*Silenciando a verdade na Argentina*”, no qual começa dizendo:

SD61 – *Cristina Kirchner está de salto alto. Segundo o tabloide americano New York Post, a estilosa presidente argentina foi flagrada em Paris de sapato Christian Louboutin – 20 pares deles, aliás. A US\$ 5.500 o par, a conta total teria chegado a \$ 110 mil.* (Artigo – 25/09/2011)

b) Efeitos de sentido

O que mais se destaca no Estadão é o apelo às questões de gênero ao discursivizar Cristina Kirchner e o seu governo. A *Formação Discursiva da Casa Grande*, para subalternizar uma líder progressista que representa a *Formação Discursiva da Senzala*, agrupa novos elementos que ativam uma memória discursiva que desqualifica a mulher a assumir cargos de relevância, porque seria: desequilibrada, gastadeira, instável, excessivamente vaidosa e focada na estética, enfim, clichês discursivos utilizados para desabonar uma gestora. Assim como em relação a Chávez, há uma *personalização* da política latino-americana, que é interpretada como focada em pessoas, líderes, e não em projetos político-ideológicos, mesmo isso resvalando nos discursos, ao associar esses líderes às classes populares, à esquerda, ao antineoliberalismo. É um jogo de esconde-revela que ratifica o discurso da mídia na Formação Discursiva hegemônica.

4.3.2.3 Jornal O Globo

Em O Globo foram anotados 26 registros de textos publicados sobre a Argentina e Cristina Kirchner, no período do recorte estabelecido nesta pesquisa: um mês antes e um mês depois do dia do pleito. O tema da eleição foi veiculado, em geral, na seção Mundo. Já perto da eleição, o jornal criou a vinheta “Hermanos nas urnas”. Chama a atenção o fato de que grande parte das matérias não está hierarquicamente como a principal da página, ficando entre as secundárias.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

As sequências que vão da SD62 a SD66 referem-se a título de artigos e matérias veiculados no jornal. Apresentam regularidades discursivas, inclusive, em relação aos jornais analisados.

SD62 – *Sapatos rendem denúncia contra Cristina* (Título – 24/09/2011)

SD63 – “*Cristina Kirchner não está capacitada para governar*” (Título – 27/09/2011)

SD64 – *Cristina e o poder da ficção* (Título – 14/10/2011)

SD65 – *No reino de Cristina* (Título – 16/10/2011)

SD66 – *A cara da pobreza argentina* (Título – 18/10/2011)

A primeira sequência traz o mesmo discurso do Estadão, tornando muito relevante a notícia da suposta compra de sapatos em Paris, agregando o fato de que um promotor estaria querendo investigar o episódio. Já a SD63, exalta uma *fala* do opositor Duhalde, em entrevista ao jornal, questionando a capacidade da presidente para governar o país. A terceira e a quarta sequências trazem um novo discurso, ativando a ideia de um governo de *fantasia*, *irreal*, como se a presidente tivesse o “*poder da ficção*”, da mentira, ou tratasse a Argentina como um “*reino*” encantado. Aliás, a indução do discurso de que Cristina Kirchner é um personagem de histórias em quadrinhos (fantasiosas) já emergiu na matéria-ilustração analisada que fala da “*Super Cristina*” (na SD45).

Na transparência da materialidade discursiva, o “*reino*” a que o jornal se refere é dando conta de que “*A transformação de El Calafate, na Patagônia argentina, exemplifica o poder e a fortuna acumulados pelos Kirchner*”. Mas o título que aborda o “*poder da ficção*” está vinculado a um Editorial que trata da disputa entre a imprensa e o governo da Argentina, dizendo que: “[...] *Jo governo vende aos argentinos, num clima de ficção, que o país vive no melhor dos mundos. E, portanto, não tem o menor interesse que os meios de comunicação quebrem esse encanto com o peso da realidade.*” (Editorial - 14/10/2011)

Desse modo, o sentido de trazer o discurso para o simbolismo de *mundo encantado* traz no não-dito a suposta “censura” que os veículos atribuem ao governo, em relação ao que eles chamam de imprensa “*crítica*” e “*independente*”. Como se o governo Cristina escondesse o mundo real e, para isso, precisaria *calar* a imprensa.

Na SD66, uma matéria estampa a “*cara da pobreza argentina*”, com uma foto de uma mulher e seu filho nos braços, em um cenário de periferia, dizendo na chamada que “*Com 156 favelas, La Matanza é fiel a Cristina, que elevou em 22,7% a verba de programas*

assistencialistas". Assim, o discurso reforma a teoria dos jornais aqui estudados sobre o perfil "populista" dos presidentes latino-americanos.

Uma outra matéria, veiculada na seção Mundo, no dia 23 de outubro de 2013, salta aos olhos porque traz como *protagonistas* alguns dos principais líderes latino-americanos. O intuito da matéria é cobrir a forma como chargistas retratam esses presidentes do Sul do continente. O título é: "*A arte de desenhar líderes que não gostam de brincar*" e o subtítulo traz: Chargistas da América Latina comentam as suas criações. O texto vem cercado de cinco charges sobre os presidentes: Evo Morales, José Mujica, Hugo Chávez, Cristina Kirchner, Rafael Correa e Sebastián Piñera. A matéria enaltece os chargistas e reporta o controle da imprensa pela maioria desses países:

SD67 – Quando no dia 1º de abril de 2008, diante de 50 mil pessoas reunidas na Praça de Maio, Cristina Fernández Kirchner acusou Hermenegildo, a lenda viva do “Clarín”, de ser “quase mafioso”, Alfredo Sábat se sentiu afetado como colega e como familiar: desde 1999 Alfredo desenha para o jornal “La Nación” e é filho do audacioso que naquele dia retratou a presidente argentina amordaçada. Tratava-se de outra colisão entre a imprensa e o governo argentino desde que os Kirchner chegaram ao poder. Dessa vez contra os que pensam as notícias em imagens, dando forma a elas com lápis e pincéis. É uma tarefa que, na América Latina, enfrenta tempos complexos, com presidentes relutantes à crítica e à chacota, líderes que enfrentam epidemias de tiros e drogas, com pouco ânimo para brincadeiras. (Matéria – 23/10/2011)

Nessa sequência acima, O Globo simula no discurso uma ideia de identidade entre os líderes latino-americanos, mas não como chefes de nações que, integradas, defendem modelos de governo antineoliberais ou lutam pela regionalização da América Latina. Para o jornal, eles são unidos por serem "*relutantes à crítica e à chacota*", por enfrentarem "*epidemias de tiros e drogas*" e por apresentarem "*pouco ânimo para brincadeiras*". A ideia de uma América Latina complexa, periférica, violenta e com líderes que fazem como que a região viva um momento de censura à imprensa "*independente*".

b) Efeitos de sentido

Depois de observar que a maioria dos jornais e revistas até agora estudados associam, comumente, os líderes latino-americanos às periferias e suas populações, inclusive a Carta Capital, remete-se aqui à possibilidade de estar-se determinando, discursivamente, o lugar de

fala da América Latina como a região de pessoas e “países periféricos”, como são qualificados pelo poder hegemônico, seja estadunidense, seja eurocêntrico. Tanto que Cristina Kirchner, como moradora periférica da periférica América Latina, não poderia ter comprado sapatos em Paris. Embora O Globo tenha enfocado mais a Cristina Kirchner “censora” do que a Cristina Kirchner excessivamente vaidosa e superficial.

Observa-se também que a América Latina é sempre referenciada como lugar de violência, drogas, censura. Há uma construção simbólica de uma região caótica, com líderes que beiram o desequilíbrio, para não dizer “psicologicamente bipolares”. O sentido de América Latina como região vale apenas para identificar os problemas similares e não como força de integração.

4.3.2.4 Revista Veja

Na procura por matérias, reportagens artigos e editoriais sobre a Argentina e Cristina Kirchner, na plataforma virtual da Veja com os arquivos da versão impressa, foram localizadas uma reportagem e uma pequena matéria – esta é quase uma foto-legenda, de uma página, na seção “*Panorama – Imagem da Semana*”, veiculada no dia 2 de novembro de 2011, depois do pleito, com o título: “*Cristinismo é isso mesmo*”. Já a reportagem, foi publicada no dia 19 de outubro de 2011, ou seja, poucos dias antes do pleito, compondo quatro páginas, mas com muitas fotos grandes e pouco texto, cujo título dizia: “*A eleição do nestornauta*”, na seção Internacional. O discurso não traz qualquer novidade. Fala-se, por exemplo, do uso da máquina pública na campanha da presidente, a sua “dependência” da imagem do marido morto e a censura a quem “fala a verdade” sobre índices e números da economia do país. A única diferença é que, dessa vez, o super-herói é Néstor Kirchner.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A primeira sequência discursiva analisada será a que se refere à reportagem, que, além do título “*A eleição do nestornauta*¹⁰³”, agrupa o subtítulo e o texto da reportagem:

SD68 - *Com gastos excessivos em clientelismo e uma campanha que atribui ao falecido Kirchner a aura de super-herói argentino, Cristina vai às urnas confirmar o poder do clã.*
(Subtítulo – 19/10/2011)

¹⁰³Segundo a revista, “nestornauta” é um personagem de Néstor Kirchner criado pela campanha de Cristina Kirchner, imitando um outro personagem das histórias em quadrinhos do país, chamado “Eternaúta”. O “nestornauta”, segundo a revista, foi utilizado em bandeiras, faixas e camisetas de campanha.

SD69 – *O finado marido é o seu maior cabo eleitoral.* “Eu acho que ele não morreu. Creio que ele vai viver no povo e em suas obras”, disse Cristina no ano passado. *Ela não perde a chance de fazer uso político do seu luto e da nostalgia* que os argentinos adoram sentir por seus *ídolos mortos*. O lema da campanha, “Força, Cristina”, por exemplo, remete aos incentivos que a presidente recebeu para contornar a *dor da perda*[...] O governo tenta a todo custo *escamotear o aumento real dos preços*. Desde 2007, ainda sob o comando de Néstor Kirchner, as estatísticas oficiais de inflação, pobreza e desemprego são *pura ficção*[...]O uso da máquina de propaganda estatal na campanha é intenso. (Reportagem - 19/10/2011)

As SD68 e SD69 revelam que Veja acompanha o discurso dos outros veículos, com o discurso de acusação ao clientelismo, uso da máquina estatal na campanha, sem contar a excessiva vinculação da imagem de Cristina à de Néstor Kirchner: perdura a visão de “casal” e não de uma presidente prestes a ser reeleita. Um casal que vive da ficção: “*Desde 2007, ainda sob o comando de Néstor Kirchner, as estatísticas oficiais de inflação, pobreza e desemprego são pura ficção*”. Há, ainda, o discurso da “viúva sofrida”, embora ela não tenha sido, na matéria, designada de “viúva” diretamente, mas faz “*uso político do seu luto e da nostalgia*”. O “mundo da fantasia” dos Kirchner é completado pelo “nestonauta”, o personagem de Néstor Kirchner para movimentar a campanha, segundo a revista.

Já em “*Cristinismo é isso mesmo*”, na “matéria” do “Panorama”, de uma página, o texto de abertura diz que “*Cristina Kirchner se reelege e, à moda Argentina, vira mito*”. Entre os vários sentidos do texto, há uma preocupação em denominar o que é “cristianismo”, como pode ser visto na SD70:

SD70 – *Os argentinos sentem-se confortáveis quando o poder é exercido em casal, ou pareja. Perón e Evita. Néstor e Cristina. Ao explicarem os rumos de um país que olha para o passado quando traça os planos futuros, dizem simplesmente: “Ele é ele. Ela é ela”. Mais direto: Néstor é Perón. Cristina é Evita.[...]O sucesso foi conseguido com a ajuda dos outros três integrantes do quarteto citado acima. Néstor foi o cabo eleitoral in memoriam da campanha. Cristina comemorou a vitória na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, erguendo um cartaz em que aparece abraçada ao marido, falecido há um ano. O legado da pareja peronista (a original) aparece nas políticas assistencialistas, na distribuição de carne, peixe, netbooks e dinheiro ‘para todos’. A poderosa combinação reduziu a tibia oposição a nada. A fortuna declarada dos Kirchner aumentou quase 1.000% em sete anos? Pouca gente*

ligou. Os ataques à liberdade de imprensa não incomodam ninguém fora dos meios jornalísticos. A inflação anual bateu nos 25%? Escondam-se os dados. O ‘cristinismo’ é isso mesmo.” (Matéria/Foto legenda 19/10/2011)

Pela narrativa acima, construída pela Veja, “cristianismo” representa a gestora sentimental que não assume sozinha o bônus e o ônus de vencer uma reeleição em primeiro turno, a mulher que vive à sombra do marido e a viúva que usou na campanha um cabo eleitoral “*in memoriam*”. Cristinismo é também seguir o legado de Evita e Péron, como casal e gestores, é ser peronista e, sobretudo, realizar “políticas assistencialistas, na distribuição de carne, peixe, netbooks e dinheiro ‘para todos’.”. É, ainda, o enriquecimento ilícito (A fortuna declarada dos Kirchner aumentou quase 1.000% em sete anos?), o ataque “à liberdade de imprensa” e o governo que esconde os dados de inflação. O neologismo feminino “cristinismo” – que a revista não modalizou no título, mas modalizou o final do texto – é o simbolismo feminino de um suposto modo de governar que não merece aprovação. A Folha de S. Paulo também utilizou o neologismo com esse sentido (em SD53).

b) Efeitos de sentido

A Veja não destoa do discurso dos demais veículos analisados acima, ao discursivizar Cristina Kirchner e a Argentina. A *feminilização* pelo viés do olhar colonizador “patriarcal” ressoa no discurso, assim como o uso do neologismo para reforçar uma suposta fragilidade de Cristina Kirchner. Por outro lado, o sentido político-ideológico também resvala na medida em que a revista associa a gestão argentina ao uso da máquina estatal na campanha, o cerceamento da liberdade de imprensa e aos problemas sociais no país.

4.3.2.5 Revista *Carta Capital*

A Carta Capital publicou duas reportagens sobre Cristina Kirchner, sendo uma antes da eleição, e outra, depois. A primeira data de 26/10/2011 (embora tenha sido publicada depois do pleito, foi produzida antes do resultado eleitorial), indo da página 48 a 51, com o título “*Cristina na cabeça*” e o subtítulo “*O kirchnerismo se impõe, ao menos no curto prazo*”. A segunda, veiculada em 2/11/2011, ocupou duas páginas, 54 e 55, e traz como título “*O futuro do kirchnerismo*” e o subtítulo “*Reeleita, Cristina se apoia no legado do marido, que tirou o país do ‘inferno’, mas terá de vencer a ameaça da inflação*”. Ambas foram publicadas na seção “Nossa Mundo”. As duas reportagens abordam o contexto da eleição e

enfocam as dificuldades e as vantagens do governo da presidente. A primeira, mais longa, traça comparações entre Cristina e Evita Perón, além de pontuar o legado de Néstor Kirchner para a candidata. Aqui interessa entender a construção da identidade da presidente, levando em consideração a questão de gênero, uma vez que a Carta Capital demonstra, discursivamente, estar na mesma Formação Ideológica que os líderes latino-americanos progressistas.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

SD71 – *Carismática, eficaz oradora, essa advogada de 58 anos tem méritos. Conheceu o ex-presidente Néstor Kirchner, falecido no fim de 2010, na universidade. Mudou-se de sua cidade natal, La Plata, capital de Buenos Aires, para Santa Cruz, na Patagônia, de onde o marido era oriundo. Lá, Cristina, juntamente com o marido, construiu sua carreira política. E criou o kirchnerismo, um suposto continuísmo do peronismo. Foi deputada, senadora, cumpriu um mandato como presidenta. Na Casa Rosada, já presidenta a partir de 2007, lidou com desembaraço com questões de abusos dos Direitos Humanos, e legalizou casamentos do mesmo sexo. Criou elos com sindicatos. Como o marido, manteve vivo o marketing para promover o kirchnerismo.* (Reportagem - 26/10/2011)

A sequência discursiva acima mostra designações/qualificações que valorizam o papel de Cristina Kirchner, independentemente da influência e do legado de Néstor Kirchner. Os papéis sociais que ela desempenha na política e na vida social foram relacionados:

Quadro 5: Designações/Qualificações valorizando Cristina Kirchner

Cristina Kirchner
<ul style="list-style-type: none"> - Carismática. - Eficaz oradora. - Advogada. - Construiu a carreira política, juntamente com o marido. - Criou o kirchnerismo (suposto continuísmo do peronismo). - Deputada. - Senadora.

Quadro 5: Designações/Qualificações valorizando Cristina Kirchner (cont.)

Cristina Kirchner
<ul style="list-style-type: none"> - Presidenta. - Corajosa (“enfrentou com desembaraço, abuso dos Direitos Humanos e legalizou casamentos do mesmo sexo”). - Articulada (“Criou elo com os sindicatos”).

Fonte: Autora, 2016.

Há uma inversão de sentidos, no tocante ao papel político de Cristina Kirchner, em relação aos demais veículos analisados. Embora a narrativa da revista ressalte a influência e o legado do ex-presidente na trajetória da líder argentina, há nomeações que empoderam a sua presença para a nação argentina. É curioso que a revista também trata na reportagem sobre o uso político na campanha da imagem de Néstor Kirchner. Mas, em seguida, traz uma citação de Eric Nepomuceno, especialista em América Latina, que opina que essa estratégia é uma “jogada de marketing legítima”.

Outro trecho da reportagem da Carta Capital toca no assunto mais silenciado nos veículos estudados: a integração regional. A revista transcreve parte do discurso da líder, como pode ser visto na próxima sequência:

SD72 – “Somos gente do Mercosul, da Unasul (União das Nações Sul-Americanas)”, afirmou Cristina no seu discurso no Teatro Coliseo. “Somos orgulhosamente latino-americanos e, se fizermos uma integração inteligente, poderemos ser protagonistas do século XXI porque como região produzimos alimentos e energia.” (Reportagem - 26/10/2011)

Assim, o discurso da Carta Capital se contrapõe aos demais jornais e à Veja, não censurando o tema da integração regional, que é abordado como positivo, na perspectiva de impulsionar o protagonismo da América Latina. Com isso, a revista coloca a presidente argentina como uma lidera no processo de integração regional.

Na outra reportagem, há uma repetição de informações, inclusive de entrevistados, não aportando novidades para esta pesquisa. Interessa, apenas, entender como o neologismo kirchnerismo é interpretado na publicação, após a vitória da presidente:

SD73 – *O kirchnerismo vive, mas agora sob a tutela de Cristina* (Reportagem - 2/11/2011)

Com essa sequência acima, percebe-se o discurso de atribuir à própria Cristina o legado do kirchnerismo, independentemente de Néstor Kirchner. Como se a reeleição tivesse elevado mais o seu papel como líder da nação.

b) Efeitos de sentido

O discurso da Carta Capital, a partir das sequências analisadas, desvela um contraponto à abordagem de gênero dos demais veículos estudados. Aqui, a questão de gênero não é considerada como um argumento para construir um discurso de subalternidade de uma líder latino-americana. Não há um peso nas palavras que resultem em sentidos de relações entre dominantes-dominados. O discurso colonizador, patriarcal, é silenciado na materialidade discursiva. Também chama a atenção a reverberação do projeto de integração latino-americana, pelo discurso transrito da presidente reeleita – tema silenciado nas sequências discursivas analisadas nos demais meios de comunicação. Isso reforça a identificação da Carta Capital com a Formação Discursiva contra-hegemônica.

4.3.3 O Equador e a reeleição de Rafael Correa

O pleito que garantiu a reeleição de Rafael Correa para Presidente do Equador foi realizado no dia 26 de abril de 2009. Ele obteve cerca de 52% dos votos. O seu principal opositor foi Lucio Gutiérrez, que terminou o pleito com 30% da votação total. O Equador, entre os países estudados nesta pesquisa, é um dos menos visibilizados pela mídia. Nação pequena e com uma considerável parcela de equatorianos morando fora do país como imigrantes, o Equador é politicamente influente para a América Latina. O próprio Rafael Correa já foi presidente da Unasul, no período entre 10 de agosto de 2009 a 26 de novembro de 2010. Inclusive, a sede da Unasul é em Quito.

4.3.3.1 Jornal Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo elaborou matérias “positivas” sobre Rafael Correa, atribuindo-lhe a responsabilidade pela estabilidade institucional do país, que passou por grande turbulência política, com presidentes que não concluíram seus mandatos nos últimos anos. Foram capturadas apenas 14 matérias no período do recorte da pesquisa, grande parte na seção

“Mundo”, sendo a maioria em posição secundária na página. Foram extraídas sequências discursivas que se referem à eleição e uma a um encontro de líderes latino-americanos com Barack Obama.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A três sequências selecionadas abaixo estão relacionadas à vitória de Rafael Correa, mas sem ainda os dados oficiais finais. Como a reeleição do presidente era dada como certa pelas pesquisas, praticamente não havia dúvida sobre o resultado do pleito, conforme as matérias abaixo apontam. Os títulos são, respectivamente: “*Equador deixa instabilidade e vota para reelegir Correa*” (SD74), “*Após vitória, Correa fala em aprofundar socialismo*” (SD75) e “*Opositor de Correa cobra recontagem*” (SD76).

SD74 – *Convocadas após a aprovação da nova Constituição, as eleições de hoje também renovarão governadores e prefeitos, entre outros cargos, “zerando” todos os postos eletivos do país. Essa fórmula é bastante semelhante à adotada pela Venezuela de Hugo Chávez e pela Bolívia de Evo Morales. (26/04/2009)*

SD75 – *Fortalecido com a vitória no primeiro turno, o presidente do Equador, Rafael Correa, prometeu “aprofundar, radicalizar e acelerar o socialismo durante o novo mandato de quatro anos obtido no domingo. “Continuaremos fazendo o que temos feito nos últimos seis meses [contra a crise] e continuaremos com o socialismo. Foi para isso que o povo equatoriano votou”, disse Correa, em coletiva ontem. (Matéria - 28/04/2009)*

SD76 – *O candidato oposicionista à Presidência Lucio Gutiérrez acusou o governo do Equador de roubar votos na eleição de domingo, que, de acordo com apuração parcial e projeções, reelegeu Rafael Correa para um mandato com duração até 2013. Com 77% das urnas contabilizadas, o ex-presidente Gutiérrez obteve 28% dos votos contra 51,9% de Correa. Segundo observadores da União Europeia, a votação foi “transparente”, mas desequilibrada pela presença “dominante” de Correa nos meios de comunicação. (Matéria – 29/04/2009)*

A SD74 coloca no jogo discursivo dois países latino-americanos – a Venezuela e a Bolívia – que, em princípio, não acrescentariam nada à matéria, carecendo de informações para explicar porque a “fórmula” é tão semelhante. Isso aponta para uma convergência de políticas entre países, mas a integração é silenciada nos jornais capturados nesta pesquisa. Já a

SD 75, há uma “falha” na posição-sujeito (o locutor, ou seja, a voz do jornal), quando a jornal não modaliza a palavra socialismo, não colocando, discursivamente, em xeque a afirmativa de Correa no discurso transcreto, como foi o caso de outros exemplos desta pesquisa.

A SD76 traz um questionamento do candidato da oposição, Lucio Gutiérrez, sobre os resultados parciais da eleição. O jornal não aspeia a palavra “roubar”, quando o opositor acusa “*o governo do Equador de roubar votos na eleição de domingo.*”. Ao fazer isso, não remete a acusação a terceiros. É como se o jornal concordasse ou não se preocupasse com a veracidade da grave acusação. Curioso é o jornal trazer como fonte principal e legítima para referendar os resultados do pleito no Equador a União Europeia¹⁰⁴, que ainda acusa o uso indevido dos meios de comunicação, por Correia: “*Segundo observadores da União Europeia, a votação foi “transparente”, mas desequilibrada pela presença “dominante” de Correa nos meios de comunicação.*” Neste caso, o jornal modaliza as palavras “transparente” e “dominante”, não se responsabilizando por essas informações. A opinião dos colonizadores (que compõem a União Europeia) é, para o jornal, revestida de “autoridade” para dar o *veredito* sobre a lisura ou não da eleição.

Entre as matérias que citam Rafael Correa¹⁰⁵ e o Equador, a pesquisa localizou uma sob o título “*Obama reduz resistência de líderes latinos*”, assinada pelo articulista Clóvis Rossi. Trata-se do encontro da Cúpula das Américas. A foto que ilustra a matéria mostra um clima cordial entre os líderes internacionais. Mas o discurso do jornal reforça a ideia de soberania estadunidense em relação à América Latina e seus líderes. Segue a chamada (texto abaixo do título), o texto de abertura e trecho da matéria:

SD77 – *Apesar das cobranças sobre Cuba e intervencionismo, presidente americano é assediado e poupadão de ataques na Cúpula das Américas.* (Chamada – 19/04/2009)

SD78 – *Ambiente do encontro demonstra permanência do peso dos EUA na região e expectativa de mudanças em políticas de Washington.* (Texto de abertura - 19/04/2009)

SD79 – *Depois de conquistar os Estados Unidos no ano passado, o presidente Barack Obama conquistou o restante das Américas – do Sul, Central e Caribe – com sua participação na 5ª Cúpula, que se encerra hoje no Port of Spain. Conquista que já havia*

¹⁰⁴A União Europeia (UE) reúne cerca de 28 países europeus, com o intuito de fortalecer os econômica, social e politicamente, atuando de forma integrada em várias demandas da agenda internacional. Uma das iniciativas da EU foi a implantação da moeda única Euro, para parte dos seus países-membros.

¹⁰⁵O presidente Rafael Correa aparece na foto e é citado na legenda.

começado no mês passado com o presidente do mais importante dos países latino-americanos, Luiz Inácio Lula da Silva, que não disfarça seu encantamento com seu colega do Norte e com o tratamento de aliado preferencial que ele lhe dá. [...] O encantamento com Obama alcançou até o venezuelano Hugo Chávez, que chegou a brincar ontem com o líder americano: “Temos uma excelente relação energética e agora temos boas relações políticas”. [...] Em qualquer reunião nas Américas, o presidente dos EUA será sempre o centro das atenções. (Matéria – 19/04/2009)

Ilustração 6: Matéria da Folha de S. Paulo sobre a relação EUA/AL

The screenshot shows the header of the 'mundo' section of Folha de S. Paulo. It includes the newspaper's logo, the date 'DOMINGO, 19 DE ABRIL DE 2009 * A15', and contact information: Tel: 011/3228-3452 Fax: 011/3223-5844 E-mail: mundo@fol.com.br Serviço de atendimento ao assinante: 0800-779-8080 Oficina São Paulo: 011/3224-3070 Ombudsman: ombudsman@fol.com.br

AFRICA DO SUL
Desigualdade marca eleição mais disputada desde o fim do regime do apartheid
Págs. A22 e A23

Obama reduz resistência de líderes latinos

Apesar das cobranças sobre Cuba e intervencionismo, presidente americano é assediado e poupado de ataques na Cúpula das Américas

Ambiente do encontro demonstra permanência do peso dos EUA na região e expectativa de mudanças em políticas de Washington

CLÓVIS ROSSI
ENVIADO ESPECIAL A PORT OF SPAIN

Depois de conquistar os Estados Unidos no ano passado, o presidente Barack Obama conquistou o restante das Américas – do Sul Central e Caribe – com destaque na 5ª Cúpula das Américas, que se encerra hoje em Port of Spain.

Conquista que já havia começado no mês passado com o presidente do mais importante dos países latino-americanos, Luiz Inácio Lula da Silva, que não disfarça o encantamento com seu colega do Norte e com o tratamento de aliado preferencial.



Os presidentes Obama (esq.), Ronald Venetiaan (Suriname), Elias Saca (El Salvador), Tabaré Vázquez (Uruguay), Correa (Equador) e Chávez na hora da foto oficial

Fonte: Folha de S. Paulo, 19/04/2009.

O discurso da relação colonizador-colonizado emerge nessas sequências destacadas. O presidente dos Estados Unidos é considerado o “dominante” que é “assediado” e “poupado” de ataques pelos líderes latino-americanos, subalternizados no discurso da Folha (SD77). Esse “ambiente” justificaria a “permanência do peso dos EUA na região”, ou seja, a submissão da América Latina aos Estados Unidos (SD78). Na matéria, em SD79, Obama é discursivizado como o colonizador que “conquistou o restante das Américas – do Sul, Central e Caribe”. Ou seja, é uma recolonização, uma nova “conquista” das Américas, desta vez pelos Estados Unidos e não pela Europa. Para a Folha, o encantamento com o “superior” Obama atingiu Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez – este considerado o mais incisivo crítico da política estadunidense. O discurso da mídia referenda o lugar de fala de “colonizado” da América

Latina e seus líderes quando diz que “*Em qualquer reunião nas Américas, o presidente dos EUA será sempre o centro das atenções.*”

b) Efeitos de sentido

O discurso da Folha sobre Rafael Correa ratifica a concepção de América Latina subalterna. O jornal não construiu uma narrativa forte e crítica sobre o presidente equatoriano, mas “deixou” deslizar o lugar de fala da mídia na *Formação Discursiva da Casa Grande*, ao legitimar outras *vozes* no texto. A matéria sobre o encontro da Cúpula das Américas veio referendar o discurso de subalternidade dos países ao Sul do continente – e seus líderes –, em relação aos Estados Unidos. Essa sequência discursiva é importante porque produziu um sentido de apagamento da *Formação Discursiva da Senzala*, a partir do momento em que referenciou os líderes latino-americanos como não críticos aos Estados Unidos e “encantados” com o presidente estadunidense.

4.3.3.2 Jornal *Estado de São Paulo* (*Estadão*)

Assim como a Folha, também foram encontrados 14 arquivos no Estadão, a maioria na seção “Internacional”, no período de cerca de um mês, anterior e posterior à campanha de Rafael Correa. O jornal fez cobertura do desempenho do presidente equatoriano nas pesquisas e repassou informações sobre a vitória no dia 26 de abril. Apenas dois textos chamam mais atenção: uma matéria *vinculada* na qual Correa, juntamente com Hugo Chávez, faz críticas à imprensa; e um Editorial que apresenta Rafael Correa como um seguidor de Chávez.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A primeira sequência mostra o discurso do Editorial do jornal, ou seja, a “voz oficial” do Estadão, sob o título “*Correa e o chavismo*”:

SD80 – *A tomar pelo valor de face as primeiras declarações do equatoriano Rafael Correa depois de vencer as eleições presidenciais de domingo no primeiro turno, com cerca de 52% dos votos, a revolução bolivariana de Hugo Chávez teria pelos próximos quatro anos em Quito um baluarte tão seguro quanto o de La Paz, sob Evo Morales. “Estamos caminhando rumo ao socialismo do século 21”, proclamou Correa, ecoando o bordão do caudilho de*

Caracas. “Aprofundar, radicalizar e acelerar” formam outros verbos que apensou ao termo socialismo.[...] Correia, a rigor, é um reformista que não se deixa embalar por suas próprias tiradas – e, quanto mais não seja, com a sua vitória no pleito que os Estados Unidos reconheceram ter sido “transparente e pacífico”, o Equador parece se encaminhar para um período de estabilidade política e institucional inédito em sua história.[...] Aos 46 anos, esse economista formado nos Estados Unidos, que disparou para a popularidade denunciando a “partidocracia” equatoriana – como, antes dele, tantas outras estrelas em ascensão na América Latina que, no poder, se transformaram em autocratas ou déspotas – teve a sorte de o seu primeiro período de governo coincidir com a alta estratosférica das cotações do petróleo, principal riqueza de seu país. (Editorial – 2/05/2009)

O Editorial teve o objetivo aparente de abordar a reeleição de Rafael Correa, mas traz o nome de Chávez no título. O líder venezuelano é tido como o mentor de Correa. O discurso do jornal ironiza esse fato, sugerindo que tanto Correa como Evo Morales são “*baluartes*” do projeto chavista de “*socialismo do século 21*” de Chávez (que é o “*caudilho*” para o jornal). Para o jornal, o socialismo aparece não como um projeto político, um modelo, mas um “*termo*”, uma expressão – minimizando o seu sentido.

Assim como o discurso da Folha, o Estadão *delega* aos Estados Unidos o poder de referendar o pleito equatoriano, que teria sido “*transparente e pacífico*”. Os Estados Unidos também são mencionados como referendo da formação acadêmica de Correa – “*economista formado nos Estados Unidos*”. Em seguida, o jornal, ainda no Editorial, insinua que, Correa pode transformar-se como “*tantas outras estrelas em ascensão na América Latina que, no poder, se transformaram em autocratas ou déspotas*”. A estrela, certamente, refere-se ao Partido dos Trabalhadores, no Brasil, o qual tem uma estrela como símbolo.

A segunda sequência analisada traz o título “*Chávez pede fiscalização da imprensa*”, posicionamentos de Correa e Chávez:

SD81 - *Os presidentes do Equador, Rafael Correa, e da Venezuela, Hugo Chávez, propuseram à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) a criação de uma instância que “defenda os governos locais dos abusos da imprensa”, descrita por eles como a maior inimiga do socialismo. Correa disse que quer livrar o Equador de uma imprensa que descreveu como “corrupta”, “instrumento de oligarquias” e inimiga das relações internacionais.* (Matéria – 25/05/2009)

O discurso do trecho selecionado acima abre espaço para a *Formação Discursiva da Senzala* falar *por ela mesma*. Há um “equívoco” na linguagem porque “[...] todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. Essa dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração)[...]" (ORLANDI, 2007, p. 12). Assim, houve uma fissura na *Formação Discursiva da Casa Grande*, ao “falhar”, deixando os líderes latino-americanos criticarem fortemente a própria Formação Discursiva da mídia. Dessa forma, confirma-se, mais uma vez, que não há Formação Discursiva pura, homogênea; ela é sempre permeada de outras Formações Discursivas. Por isso, foi possível Chávez e Correa chamarem a imprensa de “*corrupta*”, “*instrumento de oligarquias*” e “*inimiga das relações internacionais*”. Nessa mesma lógica, a Unasul foi referenciada como instância de proteção dos interesses latino-americanos.

b) Efeitos de sentido

A primeira sequência discursiva (SD80) reforça a *Formação Discursiva da Casa Grande* por meio de uma narrativa que transforma Rafael Correa e Evo Morales em *súditos* de Hugo Chávez – e não como integrantes de um projeto de integração regional. Remete os Estados Unidos ao lugar de hegemônico em relação à América Latina, que seria subalterna. O segundo trecho analisado (SD81) reafirma a heterogeneidade das Formações Discursivas, quando o jornal dá voz, quase sem “mediação”, aos líderes latino-americanos – à *Senzala*.

4.3.3.3 Jornal *O Globo*

O Jornal *O Globo*, pela busca realizada nesta pesquisa, publicou seis matérias referentes ao Equador e Rafael Correa no período de um mês antes e um mês depois da eleição do país. Os temas giram em torno das pesquisas que dão favoritismo a Correa, bem como a sua reeleição. Não trazem novidades em relação aos demais jornais aqui analisados, com exceção de uma matéria maior, publicada na seção “Mundo”, com o chapéu (ou vinheta) “*Integração nas Américas*”, o título “*Novo olhar para os vizinhos*” e o subtítulo “*Obama começa no México primeira viagem pela região para mudar imagem dos Estados Unidos*”. Essa é a matéria principal da página, que é composta por vinculadas, entre elas, um tema que interessa à pesquisa “há também uma vinculada que tem como título “*Com Unasul, chance para aparar arestas*” e subtítulo “*Presidente dos Estados Unidos propõe reunião em que estarão Chávez, Morales e Correa*”.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A pesquisa selecionou duas sequências que considera importantes: um trecho da matéria principal e um segmento da *vinculada*, respectivamente SD82 e SD83:

SD82 – *Mais do que apenas ouvir, como quer fazer crer a diplomacia americana, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, inicia hoje sua primeira viagem à América Latina com o objetivo claro de convencer os líderes da região de que o maior país das Américas é um parceiro, e não um inimigo, cujo atual governo dá importância a seus vizinhos de continente e não pretende relegá-los ao limbo em nome da guerra ao terror, política que foi a tônica dos últimos oito anos no governo de George W. Bush. Obama passará o dia de hoje no México e segue amanhã para Trinidad e Tobago, onde participará da Cúpula das Américas, que terá 34 países do continente, com exceção de Cuba. A agenda de discussões está repleta de assuntos de interesse dos vários países da região, como os efeitos da crise econômica no aumento da pobreza, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, o aquecimento global, novas políticas energéticas maior participação dos emergentes nos organismos internacionais, entre outros temas.* (Matéria – 16/04/2009)

SD83 – *O encontro entre o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e os líderes da União Sul-Americana de Nações¹⁰⁶ (Unasul) será uma oportunidade única para que o líder americano e presidentes de países historicamente problemáticos, como Venezuela, Bolívia e Equador possam se sentar em volta da mesma mesa e tentar apurar arestas[...]. – O presidente Obama não pode conversar com toda a América Latina, que é um saco de gatos. Ele precisa falar com grupos menores – comentou um graduado diplomata brasileiro, envolvido diretamente no assunto.* (Matéria vinculada – 16/04/2009)

O discurso das SD82 e SD83 apresenta os Estados Unidos como condutores da integração latino-americana, deslegitimando os países ao Sul do continente do direito e responsabilidade sobre a regionalização. A narrativa adotada pelo jornal conduz a matéria a partir de Obama e não dos líderes. Ou seja, o critério de noticiabilidade foi embasado na “iniciativa” do presidente estadunidense em sentar à mesa com os líderes do Sul. O lugar da América Latina para o jornal é o de região difícil e problemática, reforçando um simbolismo

¹⁰⁶O jornal escreveu errado: Unasul é União das Nações Sul-Americanas.

de região subalterna. Os Estados Unidos são colocados discursivamente como superiores. As designações/qualificações, nas duas sequências discursivas, deslindam isso:

Quadro 6: Designações/Qualificações sobre a relação EUA/AL

Estados Unidos	América Latina
<ul style="list-style-type: none"> - O maior país das Américas. - Parceiro da América Latina (e não um inimigo). - Dá importâncias a seus vizinhos de continente. - Não pretende relegar a América Latina ao limbo. - Quer aparar arestas com os líderes latino-americanos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vizinhos. - Emergentes. - Países com problemas (crise econômica, pobreza, narcotráfico, crime organizado, aquecimento global). - Países historicamente problemáticos. - Saco de gatos.

Fonte: Autora, 2016.

b)Efeitos de sentido

A integração regional e a própria Unasul são temas que passaram, via de regra, ao largo das questões eleitorais dos países trabalhados nesta pesquisa. Não há, comumente, pelo menos até agora, a vinculação das eleições (e nem da vitória dos líderes latino-americanos) com a integração das nações do Sul. Há um silenciamento, por censura, na *Formação Discursiva da Casa Grande* sobre a integração, que normalmente é vista, pelo discurso dos jornais, como jogo de interesses e alguns países ou são relatados de forma conflituosa. No discurso de O Globo, o tema é tomado com outro viés: Barack Obama – e os Estados Unidos – seria o eixo dessa integração latino-americana. Assim, O Globo discursiviza a América Latina dominada aos Estados Unidos.

4.3.3.4 Revista Veja

A pesquisa não conseguiu identificar qualquer matéria, reportagem, artigo ou editorial específico sobre o momento pré e pós-eleitoral no Equador. Apenas pequenas notas ou quando o Equador era citado em textos que retratavam outros presidentes, mas sem relevância

para o foco desta esta pesquisa. Há, no entanto, uma nota na seção “Panorama”, que cita a reeleição de Rafael Correa que dá o tom da discursivização da Veja sobre o presidente. Também vale a pena comentar, aqui, na seção “Livros”, que aborda a América Latina, a partir do livro “As veias abertas da América Latina”, Eduardo Galeano.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A primeira sequência discursiva refere-se à nota no “Panorama”:

SD84 – *Reeleito o presidente do Equador, Rafael Correa. É a primeira vez em trinta anos que o país reelege um presidente. A proeza de Correia é ainda maior porque ele a realizou no primeiro turno. Populista, Correa imita o venezuelano Hugo Chávez e é chegado a dar calote. Deixou de pagar 3,2 bilhões da dívida externa e ameaçou dar um cano de 243 milhões de dólares no BNDES.* (Nota – 6/5/2009)

A outra sequência selecionada fala sobre a América Latina, citando países enfocados nesta pesquisa, entre eles, o Equador de Rafael Correa. Trata-se de um artigo e é curioso porque designa a “esquerda” de “herbívora” ou “vegetariana” e de “carnívora”. O título é “A bíblia da esquerda herbívora”. O texto é assinado por Reinaldo Azevedo.

SD85 – *O livro do uruguai Eduardo Galeano (1940), publicado em 1971, é sucesso nos Estados Unidos desde que o ditador da Venezuela, Hugo Chávez, presenteou com um exemplar o presidente americano, Barack Obama.[...] Pensadores dividem hoje a esquerda latino-americana em “vegetariana”, a mais moderada, e “carnívora”, a mais radical. Galeano é a esquerda herbívora. As Veias Abertas é um livro errado desde as primeiras letras: “Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializaram em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalancaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta.” Fotos dos chefes de estado presentes à cúpula evidenciam o erro: quase não há brancos – “europeus” – ali. Resultado certamente de muita dor e de muita luta, as Américas são governadas por mestiços.[...] Para o autor, os Estados Unidos são os continuadores das espoliações espanhola e portuguesa.[...] A condição de vítima, na política, é um lugar disputado porque confere licença para uma luta que dispensa pruridos morais.[...] Para as esquerdas, mais importante é a moral da história. Na de Galeano, como*

sempre, o lobo come o cordeiro. Alguns líderes latino-americanos, a exemplo de Chávez, pretendem se fingir de cordeiros para “fincar os dentes na garganta” dos adversários. Galeano é o delírio herbívoro da esquerda carnívora. (Artigo - 29/04/2009)

A SD84 apenas confirma o discurso de outros veículos de que Correa “imita” e é súbito de Hugo Chávez, também chamado de populista, como o presidente equatoriano na nota. É também qualificado de caloteiro e de quem dá “cano” em credores. Já a segunda sequência, a SD85, tendo como mote o encontro da Cúpula das Américas, quando Chávez presentou Obama com o livro de Galeano, aproveitou para comentar, ironicamente, sobre os equívocos do próprio Galeano e a versão histórica de que a América Latina foi sempre espoliada, desde a era das “descobertas” (por espanhóis e portugueses). O autor critica a abordagem que dá conta de que os Estados Unidos continuaram a exploração do Sul do continente, após as colonizações.

O interessante é o autor do artigo constatar que “*Fotos dos chefes de estado presentes à cúpula evidenciam o erro: quase não há brancos – “europeus” – ali. Resultado certamente de muita dor e de muita luta, as Américas são governadas por mestiços.[...]*”. O autor considera que a chamada espoliação ou exploração dos latino-americanos não existe mais, pelo fato de “mestiços” serem governantes dos países ao Sul. Há um silenciamento acerca do contexto da região, as ditaduras e as condições nas quais esses líderes são tratados, inclusive pela mídia, por serem “mestiços”, remanescentes de colonizadores europeus e depois estadunidenses. E também não há associação de que, por não serem brancos europeus, esses líderes se contrapõem a eles, no sentido de se contrapor aos colonizadores.

O discurso sugere a vitimização dos líderes latino-americanos, que passam a “*se fingir de cordeiros para “fincar os dentes na garganta” dos adversários.* Para a narrativa do jornal, ao contrário do que diz Galeano, os “cordeiros” seriam os superiores estadunidenses e os “lobos” seriam os líderes “herbívoros” e “carnívoros” de esquerda da América Latina.

b)Efeitos de sentido

A revista Veja reafirma, nas sequências ora analisadas, a sua posição clássica na *Formação Discursiva da Casa Grande*: o silenciamento da exploração latino-americana na era das colonizações, o legado de dependência que resultou da fase das “descobertas”, as ditaduras vivenciadas pelos países da região, o neoliberalismo engendrado pelos Estados

Unidos, entre outros apagamentos. O discurso da revista é o discurso hegemônico, do europeu e dos Estados Unidos, em detrimento dos países do Sul.

4.3.3.5 Revista Carta Capital

A Carta Capital realizou uma entrevista com Rafael Correa após a sua vitória nas eleições do Equador. Foi o único arquivo encontrado pela pesquisa, dentro do recorte estabelecido aqui. A entrevista ocupa três páginas (70, 71 e 72) com foto grande do líder na segunda página. Rafael Correa tem amplo espaço na entrevista para falar dos temas sobre a possibilidade de democratizar o capitalismo, a radicalização do socialismo do século XXI, a consolidação da Unasul e como “*torná-la efetiva*”, a conjuntura da América Latina e a economia do Equador, entre outros temas. Há um reforço no discurso de sua postura progressista e inspirada no Chavismo.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A entrevista revela mais do discurso de Rafael Correa do que da Carta Capital. A *presença* da revista está marcada nas perguntas e no texto de abertura, que não trazem novidades. O título sugere o lugar de fala da revista e do presidente equatoriano.

SD86 - “*Mente bolivariana*” (Título – 6/5/2009)

SD87 - “*Primeiro presidente reeleito no Equador, Rafael Correa tenta colocar em prática o “socialismo do século XXI”*” (Subtítulo – 6/5/2009)

b) Efeitos de sentido

O que reafirma a posição da Carta Capital na *Formação Discursiva da Senzala*, nessa entrevista, é o fato mesmo de a revista ter dado o amplo espaço a Rafael Correa, para que ele pudesse falar livremente sobre o seu projeto socialista e a integração da América Latina, entre outros temas. Ao dar voz e vez a um líder, sobretudo o de um país que teve a sua eleição secundarizada pela mídia – com poucas menções em artigos, editoriais, matérias ou reportagens – a revista tirou do silêncio assuntos “censurados” nas demais publicações aqui estudadas. O lugar de fala de Rafael Correa já está consolidado na Formação Discursiva da Senzala e, ao reverberar o discurso dele, a revista sintoniza com essa formação, entrando em

contradição com a Formação Discursiva da mídia, ou seja, da *Casa Grande*, da qual é também parte.

4.3.4 O Uruguai e a eleição de José Mujica

As eleições presidenciais no Uruguai levaram ao poder José “Pepe” Mujica, com 52,6% dos votos, depois de ir ao segundo turno, no dia 29/11/2009, com o candidato de centro-direita do Partido Nacional, Luis Alberto Lacalle, que obteve 43,3% da votação. O primeiro turno foi realizado no dia 25/10/2009. Mujica – que em todos os veículos foi designado de “ex-guerrilheiro tupamaro”¹⁰⁷ – representou a coalizão de esquerda Frente Ampla, com o apoio do então atual presidente Tabaré Vásquez. Nota-se que a cobertura eleitoral do Equador e do Uruguai, possivelmente por serem países pequenos e com menos poder econômico, é desproporcional à visibilidade alcançada pela Venezuela e Argentina, sobretudo nos jornais. Não apenas pelo volume de matérias, artigos e editoriais publicados, mas também pelo espaço ocupado e estarem em posição secundária na página. Mas, curiosamente, a pesquisa identificou, no período eleitoral do recorte desses países considerados menores, textos que traziam uma abordagem sobre a América Latina, citando esses países. Talvez, para a lógica editorial dos jornais, os países não teriam *peso* para amplas coberturas, mas, sim, no contexto eleitoral latino-americano.

4.3.4.1 Jornal Folha de S. Paulo

No Jornal Folha de S. Paulo, foram capturados na pesquisa 28 textos, entre eles, oito referentes ao primeiro turno, que não foram analisados aqui. A maioria das matérias traz mais *resenhas* sobre as eleições, especulações sobre as pesquisas de intenção de voto e rearranjos políticos para o segundo turno. Outras referem-se a temas da economia do país. Tanto quanto ocorreu com o Equador, os textos, em geral, não são publicados como os principais na hierarquia das páginas.

Percebe-se que o jornal procura mostrar um “acirramento” da disputa no segundo turno, dando visibilidade a Lacalle, que chega a ganhar uma entrevista exclusiva. Dois textos, no período analisado, mostram essa regularidade discursiva: um deles, trata-se de um

¹⁰⁷Referência ao Movimento de Liberação Nacional Tupamaro, grupo guerrilheiro do qual José Mujica participou, antes de ser preso e torturado na ditadura Uruguaia, que durou entre 1973 e 1985.

editorial, que “aproveita” o momento eleitoral no Uruguai para criticar líderes latino-americanos; e outra que retrata a América Latina como região-problema.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

No Editorial, publicado no dia 1º/12/2009, cujo título foi “*Eleição no Uruguai*”, o texto reporta que Mujica utilizou o tom mais moderado para vencer as eleições no país. Diz que o novo presidente “*encampou discurso conciliador*”, nomeando para vice um economista “moderado”. A partir disso, o jornal constrói uma narrativa sobre mais dois países da América Latina:

SD88 – *O presidente eleito recebeu o resultado procurando serenar os ânimos. Pedi à sua militância que tenha respeito pelos adversários e fez acenos políticos aos derrotados. Numa região que já conta com o incendiário Hugo Chávez – e com o populismo do casal Kirchner na Argentina, que busca silenciar parte da imprensa local insuflando radicalismo na sua base sindical –, são mais do que bem vindos os gestos e as declarações do uruguaiense.*
 (Editorial - 1º/12/2009)

O discurso captado na SD88 pretende mostrar um José Mujica “moderado”, diferentemente dos seus aliados da América Latina, que têm perfil “incendiário” e “populista”, como Chávez e o casal Kirchner. Observa-se sempre a tentativa da mídia em incluir outros líderes no discurso, com um discurso de crítica a eles. Segue o mesmo discurso de desconstrução dos países do Sul de seus líderes.

As próximas análises referem-se à América Latina, sendo extraídas de matéria publicada entre o primeiro e o segundo turno das eleições no Uruguai – país referenciado no texto –, tendo como título “*Insegurança pressiona governos latinos*” e subtítulo “*À diferença de índices sociais, violência piora; com 8% da população, América Latina tem 33% dos homicídios do mundo*”. Seguem texto de abertura e trechos da matéria:

SD89 – *Da Argentina à Venezuela, desempenho na área é desaprovado; delinquência é considerada o principal problema nesses países.* (Texto de abertura – 15/11/2009)

SD90 – *Nos oito países da América do Sul* (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela) com dados disponíveis, a taxa de homicídios cresceu, em

média, 34% de 1994 a 2005. O fenômeno tem reflexos eleitorais. No Chile, na Bolívia e no Uruguai, que elegem presidentes neste ano, é bandeira da oposição de centro-direita contra candidatos governistas.[...] A falta de conexão entre a política de segurança local e uma estratégia integrada regional também alenta o fracasso. (Matéria – 15/11/2009)

Há dois aspectos que interessam nessas duas sequências acima. O primeiro diz respeito à publicização de insegurança, violência e delinquência na América Latina, sem, no entanto, contextualizar o histórico desses problemas. Não é à toa que se menciona a eleição em três países, associando a informação ao cenário de suposta violência. Outro ponto que ganha destaque é uma certa *cobrança* do jornal sobre a falta de “*uma estratégia integrada regional*” que deveria fazer conexão com as políticas de segurança nacional. O tema tão silenciado nos textos dos jornais, aparece como uma possibilidade, mas somente nas questões de segurança e não de política emancipatória.

b) Efeitos de sentido

Com essas sequências, o jornal reforça a sua circunscrição na *Formação Discursiva da Casa Grande*, afetando o “real da história” da América Latina com um simbolismo de uma região violenta e problemática.

4.3.4.2 Jornal Estado de S. Paulo (*Estadão*)

O *Estadão* não destoa discursivamente da *Folha de S. Paulo*. Parte das matérias trata do primeiro turno das eleições, sempre na seção “Internacional”. O jornal também traz uma entrevista exclusiva com Lacalle, mas, posteriormente, publica uma entrevista com Mujica. O jornal repete o discurso do acirramento eleitoral no segundo turno, trazendo pesquisas de intenção de votos, entre outras especificidades do pleito, sem muita relevância para o foco desta pesquisa. No entanto, algumas sequências discursivas interessam pela discursivização do líder Mujica e pela referência ao contexto latino-americano.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A primeira análise considerada reflete o tema da América Latina e como o jornal discursiviza a região. Dessa vez, com o mote de denominar os países da região de “esquerda”, “centro” e “direita”, o jornal aponta para uma América Latina dividida. A matéria aborda as

eleições no Uruguai, entre outros países. Seguem as sequências, com título, subtítulo e trechos da matéria:

SD91 – *América Latina prepara maratona eleitoral* (Título – 18/10/2009)

SD92 – *Quatro anos após votações que consolidaram “giro à esquerda”, centro e direita têm chances em alguns países.* (Subtítulo – 18/10/2009)

SD93 – *A América Latina prepara-se para uma maratona eleitoral. A sequência de votações começa com as eleições presidenciais no Uruguai, no domingo. Até maio, elegerão seus presidentes Honduras, Bolívia, Chile, Costa Rica e Colômbia. O Brasil pode fechar o ciclo, em outubro. Mas ainda falta definir a data das eleições legislativas na Venezuela – que devem ficar para o fim de 2010. Há quatro anos, uma onda de eleições consolidou um “giro à esquerda” na região. Na época, a direita venceu apenas na Colômbia (com a primeira reeleição de Álvaro Uribe). Agora, partidos centristas ou direitistas têm possibilidade de vencer em pelo menos mais três países. No Brasil, Lula tem dificuldade para transferir sua popularidade para Dilma Rousseff. No Chile, o empresário de direita Sebastián Piñera pode acabar com quase duas décadas de hegemonia da Concertação (que se dividiu entre dois candidatos). E, no Uruguai, apesar de o governista José Mujica ser favorito no primeiro turno, pode perder no segundo para Luis Alberto Lacalle, de centro-direita.[...]. O cenário é mais complexo do que há quatro anos e, segundo analistas, é difícil analisá-lo apenas com base em simplificações e categorizações ideológicas. “Temos uma divisão na região que pode se aprofundar com essas eleições”, diz o cientista político chileno Guillermo Holzmann. Contudo, é menos uma divisão entre direita e esquerda e mais entre modelos diferentes de desenvolvimento, atuação estatal e inserção global.[...] De um lado, portanto, estariam os países pragmáticos, com elites políticas moderadas, um sistema democrático mais amadurecido e uma atitude pró-globalização. Nessa categoria estariam Chile, Brasil e Uruguai.[...] Do outro, estariam os países de governos radicais, como a Venezuela e a Bolívia. Eles seriam marcados por discursos anticapitalistas, modelos estatistas e ameaças a princípios democráticos, como a alternância de poder e a liberdade de expressão.* (Matéria – 18/10/2009)

Título, subtítulo e texto discursivizam uma América Latina que promoveu um “giro à esquerda” – expressão que está com aspas, mas, curiosamente, as palavras “centro” e “direita” não estão modalizadas. “Giro”, para o Houaiss (2009, p. 971), significa “movimento giratório

em torno de um centro”; “volta”, “rotação”; “efeito ou ação de girar, giração”; “passeio curto”; “volta”; “que age como maluco, amalucado, desorientado”. Em todos esses sentidos, há a ideia de instabilidade. Seria instabilidade dos próprios governos de esquerda ou da duração – que seria apenas temporária – da “esquerda” no poder? Em ambas direções, há o discurso de que esse “giro à esquerda” não vai durar.

Tanto que o jornal faz o prenúncio de que “*partidos centristas ou direitistas têm possibilidade de vencer em pelo menos mais três países*”, referindo-se ao Uruguai, Brasil e Chile (o jornal acertou apenas com o Chile, que elegeu Piñera). Daí o Estadão constrói a narrativa de que a região está dividida, a partir da opinião de um cientista político chileno: “*Temos uma divisão na região que pode se aprofundar com essas eleições*”. Essa suposta divisão seria entre os países “pragmáticos” e “radicais”. Os pragmáticos seriam Chile, Brasil e Uruguai. Entre os radicais, foram nomeados Venezuela e Bolívia. Ou seja, os países que são, junto com o Equador, considerados mais envolvidos na integração regional, sendo todos membros da Unasul.

Outra sequência discursiva que chama a atenção é relativa a uma cobertura sobre as eleições uruguaias no segundo turno. Traz uma matéria principal e duas vinculadas. Entre menções positivas ao governo do Uruguai (que apoiou Mujica), ressaltando a estabilidade do país, que é considerado pelo jornal como “*o menos corrupto e o mais democrático da América Latina*”, uma matéria vinculada ganha relevância, como pode ser visto abaixo:

SD94 – Mujica vota e pega na enxada (Título – 26/10/2009)

SD95 – O candidato governista José “Pepe” Mujica manteve seu estilo simples e direto no dia da eleição. Depois de votar pela manhã, Mujica aproveitou o domingo para se dedicar a sua outra atividade profissional: o cultivo de flores e hortaliças em seu sítio na área metropolitana de Montevidéu. Com o trabalho atrasado por causa da campanha eleitoral, Mujica dirigiu seu trator e cuidou da lavoura.

O presidente Mujica é conhecido por seus atos e palavreados simples. No entanto, o título da matéria acima realça a memória discursiva da colonização, já que em nenhum momento o texto da matéria fala na suposta “enxada” que Mujica utilizou no seu sítio. O lugar de fala de Mujica, para o jornal, é do trabalhador da enxada, do campo.

b)Efeitos de sentido

Com essa matéria do Estadão sobre a América Latina (SD91, SD92 e SD93) consolida-se o discurso dos jornais analisados nesta pesquisa de simbolizar uma desterritorialização da região. Há uma ideia predominante de uma região esfacelada. Tal como na era das colonizações, a América Latina, sob a ótica do poder hegemônico, é *mapeada* em países que sempre estão em divergência entre si, embora vários deslizamentos de sentidos, marcados pela heterogeneidade no âmbito da *Formação Discursiva da Casa Grande*, demonstrem uma convergência de propósitos políticos, econômicos e ideológicos entre os países ao Sul do continente. Ao silenciar, ao negar, reafirma-se isso nas páginas dos jornais aqui trabalhados e da revista Veja. Observou-se também a memória discursiva da colonização ao associar Mujica ao trabalho “forçado”, nas SD94 e SD95, de arar a terra, como ocorreu com os nativos e escravos na então “descoberta” América Latina.

4.3.4.3 Jornal *O Globo*

Foram capturados oito arquivos referentes a matérias publicadas em *O Globo*, sendo todos relacionadas com a eleição no Uruguai. Prognósticos de pesquisas e entrevistas marcaram os textos. Apenas uma cobertura interessou à pesquisa, como será observado abaixo.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

As sequências analisadas, aqui, referem-se a uma mesma matéria publicada no dia da eleição, em 29/11/2009, mas já dando como certa a vitória de Mujica. O interesse nesta seleção se deveu ao título principal que fez menção ao passado de Mujica: “*Tupamaros longe das armas e perto do poder*”. A matéria traz uma vinculada com o “Perfil” dos dois candidatos, em espaços proporcionais, reforçando o lugar de fala de Mujica e de Lacalle. As seleções abaixo vão mostrar, primeiro, o título e um trecho do perfil de Mujica (SD96 e SD97), e, depois, o do opositor (SD98 e SD99).

SD96 – Da guerrilha ao voto (Título - 29/11/2009)

SD97 – Depois de unir-se ao Movimento de Liberação Nacional Tupamaros, na década de 60, Mujica participou ativamente da guerrilha em seu país, foi várias vezes preso e também participou de históricas fugas organizadas pelo movimento. Sua última detenção ocorreu em 1972 e durou quase 14 anos.[...]O candidato disse que continuará morando no mesmo lugar,

uma casa muito humilde, onde o casal gosta de dedicar o pouco tempo livre que tem a plantar verduras e flores. (Matéria - 29/11/2009)

SD98 – Sofisticação neoliberal (Título - 29/11/2009)

SD99 – *O líder do Partido Blanco (ou Nacional) foi presidente do Uruguai entre 1990 e 1995. Luis Alberto Lacalle é considerado um dirigente conservador e neoliberal por seus adversários. Alheio às críticas, o ex-presidente gosta de definir-se como um nacionalista pragmático.[...] Casado com a ex-senadora Julia Pou, representante da alta sociedade uruguaia, Lacalle conta com o respaldo de um importante setor da classe média alta, mas tem dificuldades em penetrar nos bairros proletários e nas cidades mais humildes do país.* (Matéria - 29/11/2009)

b) Efeitos de sentido

As sequências discursivas reverberam uma distinção de posições ideológicas entre os candidatos oponentes. Enquanto Mujica representa a *Formação Discursiva da Senzala*, Lacalle situa-se na *Formação Discursiva da Casa Grande*. Isso reforça o papel de Mujica entre os principais líderes progressistas da América Latina, sendo o primeiro ex-guerrilheiro eleito na região.

4.3.4.4 Revista Veja

No período estabelecido para a captura do *corpus* desta pesquisa, a Veja publicou apenas uma matéria sobre o Uruguai – esta, referente à provável eleição de José Mujica. Trata-se de uma matéria de uma página, na seção “Internacional”, no dia 2/12/2009, com foto de Mujica segurando a bandeira do seu país. Seguem as sequências:

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

SD100 - Mujica não assusta (Título - 2/12/2009)

SD101 – *O agricultor, favorito nas eleições presidenciais do Uruguai, foi guerrilheiro tupamaro. Mas a probabilidade de ele se aproximar do venezuelano Hugo Chávez é pequena.* (Subtítulo - 2/12/2009)

SD102 – Com 74 anos, bigodão e barrigona, o político foi guerrilheiro dos Tupamaros, um dos grupos de luta armada mais temidos da América Latina nos anos 60 e 70. Participou de sequestros de políticos e de assaltos a banco. Passou catorze anos na cadeia e fugiu duas vezes. Hoje, cultiva flores e hortaliças em seu sítio de 20 hectares. Tem um fusca na garagem e traz sempre ao lado uma cachorra de 16 anos, que não tem uma perna. Finda essa breve apresentação, a pergunta é: uma vez eleito, Mujica se tornará mais um integrante da esquerda carnívora, aquela que destrói empresas, ataca jornalistas, persegue opositores e ecoa a retórica bélica e alucinada do presidente venezuelano Hugo Chávez? Por hora, não há motivo para se preocupar com o país vizinho, de 3,4 milhões de habitantes. Na campanha uruguai, ninguém demoniza a imprensa nem usa os sindicatos para atacar a oposição. Não se fala em estatização. A economia do país, muito ligada à produção de carne, trigo, lâ e soja, cresceu em média 7% nos últimos três anos.[...] Quando aponta para fora do país, ele se espelha em político de uma esquerda moderada. Nos comerciais de televisão, apareceu ao lado de Lula e da presidente chilena Michelle Bachelet – os quais visitou em agosto, em seus respectivos países. (Matéria - 2/12/2009)

Quadro 7: Designações/Qualificações de Veja sobre o presidente uruguai José Mujica

José Mujica
<ul style="list-style-type: none"> - Agricultor. - Não assusta. - Ex-guerrilheiro tupamaro (grupo de luta armada dos mais temidos da América Latina). - Tem bigodão e barrigona. - Participou de sequestros e assaltos a banco. - Foi preso e fugiu. - Cultiva flores e hortaliças. - Tem um fusca.

Quadro 7: Designações/Qualificações de Veja sobre o presidente uruguai José Mujica (cont.)

José Mujica
<ul style="list-style-type: none"> - Anda com uma cachorra de 16 anos. - Não demoniza a imprensa. - Não fala em estatização. - Não usa sindicatos para atacar a oposição. - Espelha-se numa esquerda moderada (em Lula e Bachelet).

Fonte: Autora, 2016.

A construção discursiva da Veja sobre Mujica tem o intuito de categorizá-lo como “esquerda moderada” e, por isso, ele seria diferente de Chávez, que é representante da “esquerda carnívora”. Se fosse parecido com o presidente venezuelano, poderia ser temido, mas “*Mujica não assusta*”. Esse sentido está na transparência da materialidade discursiva. No entanto, as designações/qualificações elaboradas sobre o candidato uruguai, pela revista, revigoram a imagem de um político que coleciona *bizarices*, excentricidades. Há características físicas (“*bigodão e barrigona*”) e do seu histórico (preso, fugitivo) que, comumente, não são atribuídas a um futuro estadista (a revista dá a sua vitória como quase certa).

Assim, o discurso da Veja não desaprova Mujica, já que ele não estaria preocupado com o uso dos sindicatos para atacar a oposição, a demonização da imprensa e a estatização – estes últimos, pilares do projeto antineoliberal de Chávez e dos principais líderes do Sul do continente. Ou seja, Mujica não ameaçaria a hegemonia da *Formação Discursiva da Casa Grande*. Por outro lado, o lugar ocupado por Mujica é de um agricultor, plantador de flores e hortaliças e ex-guerrilheiro. O jornal silencia do perfil de Mujica que ele foi deputado, senador e liderou a pasta do Ministério da Agricultura, entre 2005 e 2008, no governo do presidente Tabaré Vázquez.

b)Efeitos de sentido

Essa construção discursiva sobre José Mujica leva ao entendimento de que, para a mídia, o lugar de fala próprio de um líder progressista latino-americano pode até ser da

“esquerda moderada”, mas não deixará de ser determinado por condições étnico-raciais ou sociais. Ou seja, é alguém que apresenta características não-europeias e, portanto, é digno de comentários que apontem para os seus traços físicos e os seus costumes.

E essas designações/qualificações elaboradas pela Veja não abonam ou desabonam um postulante ao cargo de presidente, apenas situam o lugar que ele ocupa na geopolítica mundial: que seria menor, lugar de latino-americano, não hegemônico. Boaventura de Sousa Santos defende que a luta contra o capitalismo deve ser conduzida de modo paralelo à luta anticolonialista. “A dominação de classe e a dominação étnico-racial se alimentam mutuamente, portanto, a luta por igualdade não pode estar separada da luta por reconhecimento da diferença.”(SANTOS, 2013, p. 17, tradução nossa).

4.3.4.5 Revista Carta Capital

A Carta Capital publicou duas reportagens sobre José Mujica e eleições: uma que trata do contexto latino-americano, tendo como um dos focos o futuro pleito no Uruguai; e outra, que já traz a vitória do uruguai. A primeira está sob o título “*Votos em tempo de tormentas*”, com o texto de abertura: “*AMÉRICA LATINA. Quatro eleições vão aferir o pulso político da região neste fim de 2009*”. A segunda traz o título “*Pepe tecnológico*” e o texto de abertura “*URUGUAI. O ex-guerrilheiro tupamaro eleito presidente promete investir alto em ciência, pesquisa, educação e transformar o vizinho em um país “agrointeligente”*”. Ambas foram publicadas na seção “Nossa Mundo”, com amplas fotos do candidato.

a) Sequências discursiva (SD) analisadas

Em “*Votos em tempo de tormentas*”, que ocupa duas páginas (63 e 63) e foi publicada em 2/12/2009, a revista contextualiza as eleições no Uruguai, Honduras, Bolívia e Chile, computando índices de pesquisas para apontar os possíveis vencedores. Mas é a eleição do Uruguai que puxa a reportagem da revista, que trata de problemas enfrentados por Mujica na campanha, entre eles, a contra-campanha da Igreja à sua candidatura:

SD103 – A Igreja também parece ter queimado em vão seus últimos cartuchos, ao orientar os fiéis, no último domingo antes da eleição, a não votarem em quem defende a união civil homossexual e a descriminalização do aborto. (Matéria - 2/12/2009)

Na matéria da Carta Capital, entra em cena a Igreja, considerada uma ala conservadora e, portanto, contra as mudanças defendidas por Mujica na campanha, que foi considerado “moderado” pela maioria dos veículos. As bandeiras do casamento homossexual e a descriminalização do aborto são tipicamente dos grupos mais à “esquerda”. A Igreja, neste caso, é sintonizada com a *Formação Discursiva da Casa Grande*, já que a Formação Discursiva da Igreja, tradicionalmente, está aliada ao poder hegemônico. Assim, retoma-se a memória discursiva da colonização, com as catequeses dos jesuítas junto aos recém-colonizados povos das Américas. O sentido que disso advém é a tentativa de dominação do poder hegemônico sobre a *Senzala*, que, pelo discurso da reportagem, a revista desaprova.

Já a SD104, vai mostrar trechos da reportagem “*Pepe tecnológico*”, que tem a narrativa construída para revelar um perfil “competente” de Mujica, abordando a gestão que vai assumir no Uruguai. Além disso, revela o perfil não só de guerrilheiro, mas também de parlamentar e gestor. A matéria está entre as páginas 56 a 59, na edição de 9/12/2009.

SD104 – *Comparado a Lula e Hugo Chávez, na verdade nunca houve um presidente na América do Sul como Mujica.[...] Aos 74 anos, Pepe Mujica é um sobrevivente da ditadura que a história tratou de recolocar em evidência.[...] Participou de vários assaltos, sequestros e da célebre ocupação de Pando, em 1969, quando guerrilheiros tupamaros tomaram a cidade a 32 quilômetros de Montevidéu e levaram 400 mil dólares dos bancos locais.[...] Com a restauração da democracia no Uruguai, tornou-se o primeiro tupamaro a se eleger deputado, em 1995. Em 2000, chegaria ao Senado. Com a eleição à Presidência de Tabaré Vázquez, em 2004, foi nomeado ministro da Pecuária, Agricultura e Pesca. O ex-guerrilheiro plantador de flores e acelgas, e que pessoalmente abomina os computadores, sonha transformar o pequeno país de 3,2 milhões de habitantes em uma potência biotecnológica que, em vez de exportar carne, exporte o conhecimento que tornou possível aos uruguaios, por exemplo, terem aumento de produção sem ampliar o rebanho.* (Reportagem – 9/12/2009)

A próxima sequência discursiva foi selecionada porque traz, em um texto de *janela* (ou *olho*) da reportagem, na página 59, um discurso que seria das “elites” uruguaias, segundo a Carta Capital, expondo designações/qualificações sobre Mujica.

SD105 – *A elite uruguaia debocha do estilo “cantinflesco” de Mujica, que prefere manter um estilo de vida simples.* (Janela – 9/12/2009)

A Carta Capital, na SD104, apesar de referenciar o passado guerrilheiro de Mujica, exalta os cargos pelos quais ele passou na vida pública – diferentemente da Veja, por exemplo. Também tenta desconstruir a visão do Mujica “agricultor” e ressalta um presidente “tecnológico”, com discurso moderno. Esses parâmetros discursivos referendam uma opção de classe da revista pelo líder progressista, como ocorreu com os demais líderes aqui referenciados. Não por ele parecer “moderado”, mas pelo projeto de América Latina integrada, do qual ele faz parte.

Na SD105, a revista comenta que Mujica sofre preconceito por parte da elite do Uruguai, que debocha do seu estilo de vida simples. Esse estilo seria considerado “cantinflesco”, ou seja, parecido com o humorista mexicano, Cantinflas – ou Fortino Mario Alfonso Moreno Reyes, de origem pobre e que teria um modo popular e simples de se comunicar por meio dos seus personagens. Esse deboche ao estilo *cantinflesco* de Mujica remete ao discurso da revista Veja, sobre Mujica, analisadas nas SD100, SD101 e SD102. Com base nesse discurso da Veja, pode-se deduzir que a revista seguiu as designações/qualificações realizadas pela elite uruguaia.

b)Efeitos de sentido

A Carta Capital tenta discursivizar Mujica como gestor e homem simples – qualificações sempre silenciadas pela *Formação Discursiva da Casa Grande*. Esta, ao contrário, mostra seus hábitos simples como “bizarices”. Também deve ser levado em consideração o espaço que a Carta Capital dedica ao processo eleitoral nos países da América Latina, com reportagens e coberturas contextualizadas. Isso denota uma valorização do tema e uma preocupação em dar visibilidade à região.

4.3.5 A Bolívia e a reeleição de Evo Morales

O pleito na Bolívia foi realizado no dia 6/12/2009, no qual Evo Morales foi reeleito presidente pela sigla “MAS - Movimento ao Socialismo”, com cerca de 63% dos votos. O opositor Manfred Reyes Villa, do “Plano Progresso-Convergência Nacional”, ficou em segundo lugar na disputa. Morales é sempre referenciado pela mídia por sua origem indígena. Em geral, não houve grande cobertura do processo eleitoral na Bolívia nos veículos estudados, se comparados à Venezuela e à Argentina. A cobertura dos meios se deu mais perto das eleições e logo a após o pleito.

4.3.5.1 Jornal Folha de S. Paulo

Na busca no acervo impresso da Folha, no período pré e pós-eleitoral, foram encontrados 39 arquivos que citavam a Bolívia e Evo Morales, a maioria foi publicado na seção “Mundo”. Os temas estritamente sobre economia, problemas de segurança na fronteira entre o Brasil e a Bolívia e com foco em outros países do Sul não foram analisados. Não houve uma cobertura sistemática das eleições da Bolívia pela Folha de S. Paulo, com apenas seis matérias que repercutiram o processo eleitoral.

a) Sequências Discursivas (SD) analisadas

Entre as matérias de interesse desta pesquisa, uma chama atenção: refere-se à matéria vinculada ao título “*Morales leva Presidência e Senado na Bolívia*”, publicada um dia após a eleição, divulgando a pesquisa de boca de urna que atribuiu a vitória a Evo. A vinculada que será estudada traz o título “*Divisão de apoios em bastião evista reflete país em transformação*”.

SD106 – *El Alto é uma metrópole majoritariamente indígena, a 4.100 metros de altitude, ao lado (e acima) de La Paz. É um enorme tabuleiro coalhado de casas sem pintura externa, colorido aqui e ali pelas roupas das mulheres indígenas e por propagandas de celular. É símbolo da fortaleza política dos movimentos sociais bolivianos e do aimará Evo Morales, que sempre abocanha mais de 80% dos votos da quinta maior cidade do país. Mas até lá se pode captar os desafios e transformações da complexa sociedade boliviana, que assiste ao fortalecimento de Morales no poder. Ontem, a altenha Cecilia Robles de Portugal, 25, saiu de casa com a avó para votar. De roupa esportiva, ela ajudava diligentemente Hortência Rivas de Portugal, 90, vestida com roupa tradicional de cholita, a marcar o nome do presidente na cédula. “Ela fez questão de vir. Ajudei, mas vou votar na oposição”, afirma. Hortência diz que os “karas” (homens brancos) não respeitavam as mulheres de “pollera” (saia rodada) como ela. Morales, sim. A neta, formada em pedagogia, está preocupada, não com a valorização da identidade indígena sob Morales – “Nunca me vesti de cholita, mas tenho muito orgulho da minha avó” –, mas com o poder que o presidente pode ter no novo mandato. “Vou votar para fortalecer a oposição, para que Morales não faça o que quiser. Não quero uma nova Venezuela”, diz ela.[...] Num colégio no bairro de classe média de Sopocachi, a jornalista aposentada Jaqueline – ela não quis dizer o sobrenome – disse que*

não voltaria a votar em Morales, como em 2005. “Tinha esperança na conciliação, mas ele incentiva o ressentimento. Todos os países têm sua história, mas é preciso esquecer a parte ruim.” Jaqueline se queixa porque diz que, agora, os indígenas tratam mal os brancos. “Não sorriem. Quando estão reunidos, nos ofendem. É verdade que eram maltratados por pessoas do meu nível social, mas essa não é a solução”. (Matéria – 7/12/2009)

A sequência discursiva acima, rica em sentidos, esconde-revela o âmago da relação branco-índio nos processos de colonização da América Latina. Ao selecionar os entrevistados e os trechos das entrevistas publicadas, o jornal fincou bases profundas na memória discursiva da colonização e, de resto, no seu lugar de fala hegemônico. A narrativa traz, de um lado, uma avó de 90 anos, vestida “com roupa tradicional de cholita¹⁰⁸”, que vai votar em Morales porque “os ‘karas’ (homens brancos) não respeitavam as mulheres de “pollera” (saia rodada) como ela. Morales, sim”. Do outro lado está a sua neta, 25 anos, pedagoga, de “roupa esportiva” e que nunca se vestiu de *cholita*. Ela, a neta, disse não estar preocupada “com a valorização da identidade indígena sob Morales”. O candidato reeleito é aimará – uma população indígena dos Andes bolivianos e peruanos¹⁰⁹.

O jornal estabelece um jogo discursivo entre o velho e o novo; o tradicional e o moderno; o superado e o evoluído, que aponta para a ideia de que a defesa das questões indígenas é algo ultrapassado e, por isso, votar em Evo Morales é optar por essa tradição que seria antiquada. Mas não é só isso. Uma outra entrevistada – jornalista aposentada que “não quis dizer o sobrenome” – revela que “agora, os indígenas tratam mal os brancos”, segundo ela, graças a Evo Morales no poder, porque ele “incentiva o ressentimento”, pois os índios “Não sorriem. Quando estão reunidos, nos ofendem”.

A Folha traz o discurso do índio que deve ser dócil com o seu colonizador – o hegemônico. Por que o índio boliviano não sorri? Por que trata mal os brancos? Orlandi já disse que “[...]esse silêncio pode ser compreendido como resistência do índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se ‘espera’ que ele fale).”(ORLANDI, 2007, p. 58, grifo da autora). Essa “incompreensão” está, de fato, arraigada nos processos colonizadores, pois há registros da “[...] pouca percepção que Colombo tem dos índios, mistura de autoritarismo e condescendência; a incompreensão de sua língua e de seus sinais; a facilidade com que aliena a vontade do outro[...].”(TODOROV, 2010, p. 46)

¹⁰⁸O traje *cholita* caracteriza vendedoras indígenas pobres que, geralmente, usam longas tranças e roupas próprias, com saias ou vestidos compridos.

¹⁰⁹De acordo com o Houaiss (2009, p. 77), “Os aimarás comprehendem, aproximadamente, dois milhões de indivíduos na Bolívia, Sul do Peru e alguns grupos ao Norte do Chile e da Argentina.”

b) Efeitos de sentido

A proposta político-ideológica de Evo Morales é reconhecida, pelos silenciamentos do discurso do jornal, como a de um presidente de origem indígena que defende a inversão dos paradigmas colonizadores, sobretudo a superação da relação desigual branco-índio. Mas é discursivizado como alguém que “*incentiva o ressentimento*”. A *Formação Discursiva da Casa Grande* induz ao entendimento de que os conflitos sociais e entre etnias devem ser minimizados, apagados, harmonizados. Até porque, para o discurso do jornal, “*Todos os países têm sua história, mas é preciso esquecer a parte ruim*”, como disse uma das entrevistadas. Ou seja, manter a hegemonia de uma classe sobre a outra.

4.3.5.2 Jornal Estado de São Paulo (Estadão)

Foram disponibilizados 27 arquivos na plataforma virtual do Estadão, com as buscas referindo Evo Morales ou a Bolívia, no período de recorte desta pesquisa. No entanto, os enunciados eram relativos a questões comerciais e relações entre países, além, claro, do processo eleitoral. Assim como a Folha, o Estadão não fez grande cobertura do pleito e nem elaborou grandes reportagens sobre o tema. As sequências analisadas, aqui, vão apontar o que houve de interessante para este estudo.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

Uma matéria publicada na seção “Internacional”, em 6/12/2009, dia da eleição, sob o título “*Evo consolida ‘refundação boliviana’*”, traz novas designações do líder e mostra como a questão de etnia/racial é forte para a política do país.

SD107 – *Quase quatro anos depois de sua eleição para a presidência da Bolívia, o ex-líder cocaleiro Evo Morales deve dar hoje um dos mais importantes passos para a consolidação de seu projeto de “refundar o país” por meio de uma nova Constituição.[...]O ex-líder sindicalista que se tornou o primeiro indígena eleito para a presidência boliviana deve obter a votação necessária para evitar a realização de um segundo turno.[...]Evo vê seus adversários como uma elite racista que tenta derrubá-lo enquanto se apega a seus privilégios e nega à população indígena participação nos recursos naturais do país. A oposição, por seu lado, acusa o presidente de forçar a divisão racial no país e de ser um fantoche de Hugo Chávez.* (Matéria - 6/12/2009)

Na sequência SD107, Evo Morales é designado como ex-líder cocaleiro e ex-líder sindicalista, em referência ao seu passado de agricultor na produção da folha de coca, tendo presidido o sindicato da categoria. Só depois dessas designações, o jornal diz também que Morales é o “*primeiro indígena eleito para a presidência boliviana*” – atribuição mais importante para a sua história política e que, de fato, demarca o seu lugar de fala como presidente reeleito, mas que só é mencionada no quarto parágrafo do texto. Tanto que, em seguida, o jornal escreve que o presidente diz que seus opositores são “*uma elite racista*”, que “*nega à população indígena participação nos recursos naturais do país*”. Por outro lado, a oposição revela que ele força a divisão racial no país e é um “*fantoché*” de Chávez. Isso mostra como o discurso da etnia/raça é emergente na política e, consequentemente, na campanha da Bolívia. As designações primeiras soam pejorativas, secundarizando o papel político de Morales.

A segunda sequência discursiva selecionada faz parte da SD107, sendo uma pequena matéria *vinculada*, sob o título “*Grupos podem obter autonomia*”:

SD108 – *O presidente boliviano, Evo Morales, espera conseguir hoje maioria de dois terços no Legislativo, o que lhe daria o poder de implementar o complexo sistema de autonomias impulsionado por ele. Além dos quatro departamentos (similar a Estados), que já aprovaram autonomia fiscal e administrativa – Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando –, 12 pequenos municípios de maioria quíñchua poderão obter um regime autônomo. Nessas localidades, comunidades indígenas poderão até aplicar leis de acordo com costumes ancestrais.* (Matéria vinculada - 6/12/2009)

O discurso da SD108 referenda a posição do presidente boliviano na *Formação Discursiva da Senzala*. A sua luta política está intrinsecamente voltada para as comunidades tradicionais, que também representam a sua origem. O seu projeto político prevê autonomia fiscal, administrativa e legal para que haja preservação dos costumes ancestrais no país.

b) Efeitos de sentido

Assim, o presidente referenda o seu papel na descolonialidade, que passa pela superação da colonialidade, “[...] não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado.”, como defendeu Quijano (2010, p. 126). A emancipação dos grupos tradicionais para a Bolívia – e, portanto, para a América Latina – representa uma luta contra-hegemônica para a região.

4.3.5.3 Jornal O Globo

Apesar de publicar apenas nove matérias sobre as eleições na Bolívia e temas afins, O Globo fez uma cobertura mais contextualizada do que os demais jornais aqui analisados, bem como não adotou um discurso sensacionalista ou polêmico. As matérias trazem ações das políticas sociais do governo e o alcance de bons índices econômicos, mas também dão voz a adversários e analistas políticos, além da população. Cometam, ainda, sobre os problemas com a imprensa, dizendo que “*Em 2005, Morales declarou a mídia como ‘o principal inimigo do governo*”, publicada em 6/12/2009. Diz, em outra matéria, que “*Partido de Evo Morales esmaga oposição ao conquistar dois terços das cadeiras do Senado*”, em 8/12/2009. Os textos não trazem novidades para a pesquisa, nem são relevantes para o foco de análise; portanto, não foram selecionadas sequências discursivas de O Globo.

4.3.5.4 Revista Veja

A Veja publicou uma reportagem, uma matéria e uma nota no período de um mês, anterior e posterior à eleição da Bolívia. A matéria, na verdade, tem o foco principal na relação do Presidente Lula com a imprensa, referindo que o governo brasileiro trata a mídia como inimiga, assim como Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e os Kirchner. A reportagem e a nota trazem o enfoque da Bolívia e serão consideradas nesta análise – nas duas, inclusive, foi desvelado um discurso entre os mais ácidos da revista em relação a líderes do Sul do continente. Esta pesquisa vai abrir mais uma exceção para analisar, aqui, um texto da seção “Leitor”, publicada em 16/12/2009, que se trata de uma “resposta” da “Encarregada de Negócios da Embaixada da Bolívia sobre a reportagem citada,

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

Primeiro será analisado o discurso da reportagem publicada no dia 2/12/2009, apenas quatro dias antes do pleito na Bolívia. Os textos ocupam três páginas: 174, 175 e 176. A abertura da reportagem traz a vinheta “DROGAS” no alto (ver figura abaixo) e é estampada com a foto de Evo Morales em campanha. Ao fundo da imagem do candidato com o microfone na mão, há um quadro com uma foto sua com a faixa presidencial. O título vem na página seguinte: “*Coca para ele; cocaína para nós*”.

Ilustração 7: Matéria de Veja sobre o presidente boliviano Evo Morales



Fonte: Revista Veja, 2/12/2009.

SD109 – Com Evo Morales na Presidência da Bolívia, mais droga passou a entrar pela fronteira brasileira. Nas próximas eleições, ele ganhará mais cinco anos. (Subtítulo – 2/12/2009)

SD110 – EVO VIU A FOLHA. A ideologia oficial do presidente é promover o uso tradicional da coca. Problema: nem se mascassem uma montanha andina os bolivianos consumiriam tanta planta. (Legenda da foto principal – 2/12/2009)

SD111 – Não há país na América Latina em que o discurso politicamente correto e demagógico possa produzir resultados tão desastrosos quanto a Bolívia. Não há país da região que possa ser tão afetado por causa disso quanto o Brasil. No poder desde 2006, Evo Morales prega uma versão local do socialismo, o indigenismo e o bolivarianismo. Os resultados foram vistos quando ele nacionalizou as refinarias de gás pertencentes à

Petrobras. Outro recurso natural que Morales defende com veemência é a coca, planta típica da região andina usada desde os tempos pré-colombianos. A folha é mascada pelos bolivianos ou maceradas no chá – aumenta a resistência à altitude a e ao trabalho braçal, embora em nada se compare aos efeitos eufóricos do seu derivado mais poderoso e deletério, a cocaína. O presidente da Bolívia trabalhou como plantador de coca e já mascou as folhinhas até em encontro da ONU em Viena. Na nova Constituição, escrita sob seu comando, a planta ganhou o status de “recurso natural renovável da biodiversidade da Bolívia e fator de coesão social”. No próximo dia 6, Evo Morales deverá se reeleger presidente praticamente sem oposição. A vida da maioria dos bolivianos melhorou muito pouco, ou nada, mas o estilo populista e a identidade aimará – um dos grandes grupos indígenas da Bolívia – alimentam a sua popularidade. A defesa da coca também. O principal reduto eleitoral de Morales é a região do Chapare, onde está a maior parte do cultivo da coca. [...] A mais drástica medida adotada como parte da política de promoção da coca foi expulsar a agência antidrogas americana, a DEA, em novembro do ano passado, sob a falsa acusação de fomentar o golpismo. (Reportagem – 2/12/2009)

Há dois pilares que emergem da representação simbólica que a Veja realiza sobre Evo Morales e a Bolívia: espetacularização da notícia e derrisão. Ao oferecer um *status* de reportagem ao tema da “droga”, com três páginas, presume-se que o tema é “sério”. Então, por que o uso do sensacionalismo e do humor? Aliás, humor e agressividade, que são as características do discurso derrisório, com estratégias de desqualificação do outro.

Uma amostra disso é a expressão “*Evo viu a folha*”, ativando, na memória discursiva, a antiga frase usada na alfabetização de crianças “Ivo viu a uva”. A postura do líder teria a inconsequência de uma criança – um ser que tudo está ainda por aprender. Todorov, como mostrou esta tese, já havia dito que os índios nativos eram para Colombo uma “página em branco à espera de inscrição espanhola e cristã[...]”. (TODOROV, 2010, p. 49. Há, portanto, um sentido de idiotização do líder boliviano.

Quando diz que “*A ideologia oficial do presidente é promover o uso tradicional da coca. Problema: nem se mascassem uma montanha andina os bolivianos consumiriam tanta planta*”, a revista ironiza sobre o que seria a verdadeira intenção de Morales: promover a coca também para consumo externo. O discurso da Veja responsabiliza o presidente venezuelano pelo impulso do tráfico no Brasil.

O discurso de exaltação ao “colonizador” está presente também no texto. Afinal, a Veja considera que a “*mais drástica medida adotada como parte da política de promoção da coca*” está incutida na “expulsão”, pelo governo Morales, da agência antidrogas americana, a DEA, “*sob a falsa acusação de fomentar o golpismo*”. A revista não apura se houve o fomento de golpismo ou se é mesmo falsa a acusação. O que surge, como efeito de sentido, é recorrente atribuição aos Estados Unidos de país *legitimado* pela mídia para resolver os problemas da América Latina.

Quadro 8: Qualificações da matéria de Veja sobre o presidente boliviano Evo Morales

Evo Morales
<ul style="list-style-type: none"> - Responsável por entrar mais drogas na fronteira do Brasil. - Prega uma versão local do socialismo, o indigenismo e o bolivarianismo. - Produz um discurso politicamente correto e demagógico possa produzir resultados desastrosos. - Defende a coca com veemência. - Trabalhou como plantador de coca e já mascou as folhinhas até em encontro da ONU. - Tem estilo populista e a identidade aimará. - Realiza falsas acusações (contra os Estados Unidos).

Fonte: Autora, 2016.

Apenas como reforço da ideologia da Veja ao abordar Morales, segue a sequência discursiva na qual a revista associa – desta vez, claramente – Evo Morales à propagação da cocaína, na seção Panorama/Datas:

SD112 – *Reeleito. Presidente da Bolívia por mais cinco anos o líder cocaleiro Evo Morales. No poder desde 2006, Morales teve 63% dos votos, e seu partido, o Movimento para o Socialismo (MAS), obteve a maioria das cadeiras no parlamento. Além de incentivar a produção de cocaína, Morales segue a cartilha do perfeito idiota latino-americano e se inspira no modelo totalitário do caudilho bolivariano Hugo Chávez.* (Nota – 16/12/2009).

Esta última sequência discursiva, relativa a Evo Morales e a Bolívia, tem o intuito de presentificar a relação colonizador-colonizado pelo espaço *literal* e *simbólico* utilizado pela mídia. Trata-se de uma *carta* da seção “Leitor”, publicada em 16/12/2009, que se refere a uma “resposta” de Maria Cristina Linare, referenciada como “Encarregada de Negócios da Embaixada da Bolívia”, sobre a reportagem estudada aqui nas SD109, SD110 e SD111. Segue a nota, na íntegra:

SD113 – “*Bolívia e a coca*” (Título - 16/12/2009)

SD114 – *Veja apresenta o governo boliviano como responsável por fatos que ocorrem em território da Bolívia com efeitos no Brasil (“Coca para ele; cocaína para nós”, 2 de dezembro). O governo boliviano, presidido pelo excelentíssimo senhor Evo Morales, em uso e cumprimento dos preceitos constitucionais, determinou a nacionalização de recursos naturais e implementou mudanças muito importantes e de relevância na luta contra o cultivo ilegal da folha de coca, a produção e o tráfico de drogas. Os atores da sociedade civil não devem se esquecer de que a luta contra a produção, o consumo e o tráfico de drogas e os delitos transfronteiriços são uma tarefa de responsabilidade conjunta de todos os estados. Lamentavelmente, a realidade é diferente. A produção da droga se dá em maior quantidade quando existem potenciais mercados externos.* (Carta ao Leitor - 16/12/2009)

O discurso parece mais em resposta ao governo brasileiro do que à Veja. No entanto, o que chama atenção, aqui, é a nomeação do presidente boliviano, como “*excelentíssimo senhor Evo Morales*”. Há um pedido de respeito silenciado. Como as cartas à redação são editadas, não se sabe se houve a intenção também de críticas explícitas à revista.

b) Efeitos de sentido

Na opacidade, vê-se o discurso da desagregação regional e a indicação de influência negativa de um líder vizinho. Sempre os líderes latino-americanos são referenciados como mau-exemplo nos veículos aqui analisados. Mais uma vez, a integração regional dos países ao Sul do continente é silenciada.

Mas o que salta dos sentidos dos textos acima é o espaço que a mídia utiliza para expor a sua opinião e a sua ótica, em detrimento do que é disponibilizado para uma “resposta” ou “defesa” por parte do país que se sentiu ofendido. Coube à representante da Bolívia uma pequena nota na seção “Leitor”, junto com outras cartas de leitores anônimos da revista. Metaforicamente, há uma “desterritorialização” simbólica dos países latino-americanos.

Tal como os países do Sul quando foram colonizados na era das “descobertas”, o líder latino-americano não tem *voz* e *vez*. Ele torna-se despossuído de suas identidades e valores. É ultrajado no seu direito de apenas se defender em “espaço” proporcional. Assim, a mídia reifica o seu lugar não apenas de Aparelho ideológico de Estado, como reproduutora da hegemonia dominante. Mas também como colonizadora. Um discurso que coloniza o outro.

4.3.5.5 Revista *Carta Capital*

A Carta Capital segue no discurso de valorização do papel dos líderes latino-americanos progressistas, que são foco desta tese. No período eleitoral definido como recorte da pesquisa, foi publicada uma reportagem de duas páginas sobre a reeleição de Evo Morales. Melhorias sociais e econômicas e estabilidade política são apontados como legados da primeira gestão de Morales na Presidência da Bolívia. Aqui serão abordados os títulos, subtítulos e legendas da reportagem, que deslindam um discurso opositor ao da Veja, do Estadão e da Folha de S. Paulo.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A reportagem da Carta Capital foi veiculada no dia 16/12/2009, na seção “Nosso Mundo”, páginas 66 e 67.

SD115 – A legalidade vence o espírito golpista (Título – 16/12/2009)

SD116 – Evo Morales é reeleito com ampla margem de votos e seu partido conquista maioria acachapante no Legislativo (Subtítulo – 16/12/2009)

SD117 – Um ano após ter estado à beira da guerra civil, a Bolívia tem uma eleição tranquila e se destaca como país de maior crescimento na América Latina. (Janela – 16/12/2009)

Uma legenda ao lado de uma foto de bolivianos humildes comemorando a vitória de Evo Morales, desperta interesse, pois associa o presidente a um projeto anticolonização (não há essa reflexão no texto da reportagem):

SD18 – Após quase 500 anos de domínio colonial e semicolonial, a Bolívia passou a ter a cara de seu povo (Legenda - 16/12/2009)

A Carta Capital descontrói a *imagem* de “illegal”, de “ex-cocaleiro” incentivador da produção de cocaína na América Latina, que a Veja, por exemplo, construiu no seu discurso sobre Morales. Ou seja, a “*legalidade vence*”. O subtítulo mostra uma supervalorização da vitória de Evo, com as expressões: “*ampla margem*” e “*maioria acachapante*”. A SD17 dá o mérito a Morales de afastar o país da eminente guerra civil, conduzindo uma eleição tranquila. Também desvela uma referenciação de gestor competente, que levou a Bolívia a ser considerada o “*país de maior crescimento na América Latina*”. Também há, na SD18, uma menção à importância do papel do líder para as comunidades mais carentes, bem como para a emancipação dos povos indígenas do país, que ainda sofreriam resquícios da colonização.

b) Efeitos de sentido

Com isso, a revista referenda que está circunscrita na *Formação Discursiva da Senzala*, trazendo um discurso diferenciado em relação às demais coberturas (com exceção de O Globo) sobre as eleições na Bolívia. Dessa forma, a Carta Capital vai consolidando um olhar anticolonização e antineoliberal sobre os líderes dos países do Sul.

4.3.6 O Brasil e a eleição de Dilma Rousseff

As eleições no Brasil, em 2010, foram para o segundo turno, que ocorreram no dia 31 de outubro. Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), disputaram um dos pleitos mais acirrados dos últimos

tempos no país. Dilma venceu com 56,05% dos votos, contra 43,95% de Serra. O economista José Serra representou a coligação PSDB, DEM, PTB, PPS, PMN e PT do B, tendo um currículo que coleciona cargos na política: foi deputado federal, senador e ministro do Planejamento e da Saúde, além de governador e prefeito de São Paulo.

Já Dilma, era estreante em campanhas eleitorais como candidata, mas assumiu cargos no governo Luiz Inácio Lula da Silva, como ministra das Minas e Energia e ministra-chefe da Casa Civil. No Rio Grande do Sul, foi secretária de Energia, Minas e Comunicação. Economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores, ela ficou à frente de uma das mais amplas coligações eleitorais, que abarcou as siglas PT, PMDB, PC do B, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC e PTN. Dilma Rousseff teve o apoio do então presidente Lula, que também foi muito referenciado nas notícias, bem como a sua gestão no Governo Federal.

Trocas de acusações, intrigas entre partidos, polêmicas, costuras políticas em busca de apoios para o segundo turno, assuntos delicados discutidos sem profundidade, como o aborto¹¹⁰, por exemplo, foram apenas alguns dos temas que povoaram as páginas dos jornais e revistas brasileiros. A espetacularização da política foi bem servida pelos jornais e revistas, que redimensionaram as suas estratégias “[...]em uma época de sensacionalismo, tabloidização, escândalos e contestações políticas.”(KELLNER, 2006, p.122).

As notícias seguiram essa lógica do espetáculo, pulverizando ainda mais os temas, que, em geral, foram abordados sem contextualização – com raras exceções. Quanto mais acontecimentos emergiam, mais a mídia parecia querer dar conta de tudo, sobre as duas candidaturas, mesmo fatos sem comprovação ou denúncias vazias. Isso resultou em variações entre quatrocentos a quinhentos arquivos disponibilizados, individualmente, nas plataformas virtuais da Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo, quando a pesquisa entrou no sistema de “busca” dos jornais para a captura de textos que referiam Dilma Rousseff e o período eleitoral.

Assim, esta investigação considerou todos os arquivos para uma leitura mais geral e focou a análise em sete dias antes e depois do pleito¹¹¹, no caso dos jornais. As revistas permaneceram com o período de recorte de um mês antes e um mês depois do pleito, como com os outros países que são objeto deste estudo. Percebeu-se que o lugar de “colonizada” de

¹¹⁰O tema do aborto foi um dos mais polêmicos na campanha política presidencial ainda no primeiro turno, seguindo pelo segundo turno e indo até o final do pleito. Tudo começou quando o candidato José Serra divulgou que Dilma Rousseff havia declarado, em 2007, que apoiava o aborto. Houve uma forte manifestação de religiosos contra Dilma e o PT. Isso motivou Dilma a publicar que era contra o aborto. Essa foi uma das mais fortes polêmicas das eleições e foi gestada, primordialmente, no âmbito da mídia. A revista Veja chegou a dar matéria de capa sobre Dilma e o aborto.

¹¹¹Esta pesquisa considerou uma ou outra matéria fora dos sete dias (antes e depois do pleito) estipulados quando entendeu que era muito relevante.

Dilma foi reapresentado com a ativação da memória discursiva sobre a religião e gênero, trazidas para o *palco* através da questão do aborto. Outras situações, fora a questão do aborto, também presentificaram o discurso de gênero. A sua condição de primeira mulher eleita no Brasil influenciou os discursos que circularam na mídia e serão priorizados aqui.

4.3.6.1 *Jornal Folha de S. Paulo*

A Folha de S. Paulo não destoou do discurso geral na campanha. Sensacionalismos, factoides, pesquisas e algumas matérias mais contextualizadas e artigos ocuparam suas páginas. A polêmica do aborto também veio à tona, logicamente. Foram selecionadas 111 matérias para uma análise mais geral.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

Aqui serão analisados dois títulos e seus subtítulos que enfocaram os dois pilares que pretendiam fragilizar a campanha de Dilma Rousseff: a questão de gênero e do aborto, que são reflexões imbricadas uma na outra. Também serão analisados trechos de uma entrevista com Frei Betto.

SD119 – Voto das mulheres ainda é calcanhar de aquiles de Dilma (Título - 24/10/2010)

SD120 – Demógrafo do IBGE calcula que petista teria vencido no 1º turno se não fosse o “gap” de gênero em seu eleitorado (Subtítulo - 24/10/2010)

SD121 – Para arcebispo, o aborto é assunto de eleição (Título – 27/10/2010)

SD122 – Dom Raymundo, de Aparecida, afirma que tema é relevante para o “voto consciente” (Subtítulo – 27/10/2010)

As SD119 e SD120 discursivizam a candidata como não agregadora do voto feminino, apresentando um “gap” de gênero na campanha, ou seja, uma lacuna. Ao mesmo tempo que dá esse foco, o jornal não exaltou nas suas matérias o fato de Dilma ser mulher e, por isso, deveria convergir o voto feminino para a sua postulação. Enquanto tenta apagar a “novidade” de uma mulher ter chances de chegar ao poder central no país, o jornal, pelo silenciamento,

reforça que seria natural que as mulheres elegessem por opção de gênero. Já as SD121 e SD122, trazem a “autoridade” da Igreja Católica para tratar o tema do aborto. Dessa vez, foi Dom Raymundo Damasceno quem assumiu o tema na Folha, mas vários representantes da Igreja Católica se revezaram nas páginas dos jornais e revistas, ocasionando, logicamente, interferências nas eleições, sobretudo com o peso da palavra “aborto” sobre Dilma Rousseff. O religioso deixa claro que o tema é relevante para o “*voto consciente*”.

Uma sequência discursiva desconstrói essa visão sobre a questão do aborto na campanha: é a que traz trechos de uma entrevista de Frei Betto, com os títulos e subtítulos:

SD123 – *Igreja introduziu vírus oportunista na campanha* (Título/Entrevista - 24/10/2010)

SD124 – *Eleitor de Dilma, fraude afirma que maneira como aborto é tratado na eleição planta sementes de fundamentalismo* (Subtítulo – 24/10/2010)

SD125 – Por que aborto e religião entraram tão fortemente na pauta? Porque lidam com o emocional. Como o latino-americano em geral, a primeira visão de mundo que o brasileiro tem é de conotação religiosa. Sempre digo que, na América Latina, a porta da razão é o coração, e a chave do coração é a religião. Ela tem um peso muito grande na concepção de mundo que a população elabora.[...]Por que é tão difícil para os candidatos debaterem o tema do aborto com clareza? Porque é um tema que os surpreende. Não é um tema fundamental numa campanha presidencial. É um vírus oportunista numa campanha em que você tem que discutir infraestrutura, programas sociais, questão energética, preservação ambiental. [...]Como o sr. vê a participação de bispos, padres e pastores na campanha, pregando contra ou a favor de candidatos? Defendo o direito de que qualquer cidadão brasileiro tenha a sua posição e a manifeste. O que considero um abuso é, em nome de uma instituição como a igreja, como a CNBB, alguém se posicionar tentando direcionar o eleitorado. (Entrevista – 24/10/2010)

Apesar de ressaltar no subtítulo que Frei Betto é “*eleitor de Dilma*” – e não ter dito em quem votavam os religiosos que entraram na arena de disputa desabonando o voto em Dilma por ela supostamente ter dito que era a favor da descriminalização do aborto –, o jornal mostrou uma versão diferente do discurso que ocupou a mídia no período eleitoral. Frei Betto tocou no ponto-chave da questão, mas não se aprofundou: a religião está no cerne da colonização da América Latina.

Também não pôde, no espaço midiático, dizer que esse “vírus oportunista” foi disseminado com o auxílio da mídia. Afinal, os jesuítas vieram “catequizar” os nativos com uma ideologia e uma cultura europeia. A Igreja, com a questão do aborto, tenta demarcar o seu lugar de Aparelho ideológico de Estado (segundo Althusser), tal como é a mídia. Assim, precisa desconstruir a campanha de candidatos que não estariam em sintonia com os dogmas da Igreja – também classe hegemônica.

b)Efeitos de sentido

Por que Dilma Rousseff não foi discursivizada pela Folha de S. Paulo como ex-guerrilheira que participou da luta armada nos anos 1960, durante a ditadura no Brasil? Que é uma ex-presa política? Afinal, foi dessa forma que os jornais designaram e qualificaram o presidente do Uruguai, José Mujica: ex-guerrilheiro. Logicamente, associar a presidente à matança de crianças, por supostamente ter defendido o aborto, é uma estratégia de desconstrução de imagem mais eficiente. Na opacidade do sentido, essa vinculação de Dilma – logo uma mulher! – ao aborto, ainda presentifica a religiosidade incutida na memória discursiva brasileira.

Assim, a mídia, Aparelho ideológico de Estado, ganha o reforço de outro Aparelho ideológico: a Igreja, ou a religião. Entra em cena, com muita força na campanha, o discurso religioso. A instituição Igreja, sobretudo a Católica, assume na mídia o seu papel de garantir a hegemonia de classe, opondo-se ao discurso contra-hegemônico (naquele contexto eleitoral) de Dilma Rousseff. Para esta tese, a religião, assim como a mídia, está circunscrita na *Formação Discursiva da Casa Grande*.

4.3.6.2 Jornal Estado de S. Paulo (Estadão)

Foram pré-selecionados 106 arquivos nos sete dias anteriores e posteriores ao pleito, para a filtragem dos discursos que poderiam ser foco da pesquisa. Temas dispersos em vários cadernos e editorias foram encontrados, notas, comentários e *resenhas* sobre pesquisas eleitorais de institutos. A pesquisa escolheu sequências discursivas que centralizam o foco da pesquisa. O Estadão segue o discurso da Folha de S. Paulo.

a)Sequências discursivas (SD) analisadas

Inicialmente, serão vistos títulos e subtítulos que dão pistas do lugar de fala de cada candidato, bem como seus apoios eleitorais.

SD126 – MST convoca militantes para campanha de Dilma (Título – 16/10/2010)

SD127 – Comunicado assinado por movimentos sociais diz ser preciso “derrotar a candidatura Serra, que representa as forças direitistas e fascistas do País” (Subtítulo - 16/10/2010)

SD128 – Estados de forte produção agrícola preferiram Serra (Título – 3/11/2010)

SD129 – Tolerância com o MST e falta de incentivo ao setor no governo Lula explicariam vitória do tucano em 7 dos 8 principais exportadores (Subtítulo - 3/11/2010)

SD130 – Percepção de corrupção piora sob Lula, diz ONG (Título – 26/10/2010)

SD131 – Em oito anos, segundo a Transparência Internacional, o País vem perdendo posições no ranking (Subtítulo – 26/10/2010)

SD132 – Bispo diz que “PT é o partido da morte” (Título – 24/10/2010)

SD133 – Para Bergonzini, que fez 2 milhões de cópias de folheto “apelo a todos os brasileiros e brasileiras”, o PT aceita aborto até 9º mês de gravidez (Subtítulo - 24/10/2010)

SD134 – “Lamento a conversão forçada de Dilma” (Título/Entrevista – 8/11/2010)

SD135 – Ao completar 90 anos, religioso¹¹² cobra da presidente eleita fidelidade aos compromissos firmados na campanha e diz temer pressões para a descriminação do aborto (Subtítulo – 8/11/2010)

As sequências discursivas acima dão o tom do discurso adotado pelo Estadão sobre temas delicados de campanha e que envolviam diretamente a candidata Dilma. Também desvelam as forças que defendiam a sua candidatura: os movimentos sociais, entre eles, o

¹¹²Dom Eugênio Sales, cardeal e arcebispo emérito do Rio de Janeiro.

Movimento dos Sem-Terra. Por outro lado, aponta os ruralistas apoiando o oponente. O tema da corrupção também foi recorrente na campanha, com foco no governo Lula. Nas SD132, SD133, SD134 e SD 135, o tema da religião-aborto é reforçado, antes e depois da eleição, trazida por dois religiosos; um deles era do arcebispo Dom Eugênio Sales.

Uma matéria do Estadão, pós-vitória de Dilma Rousseff, chama a atenção. Foi publicada na seção “Nacional”. Trata-se da polêmica sobre adotar ou não a palavra “presidenta”, já que o movimento de mulheres opta pela “feminilização” do nome do cargo. Como Dilma é a primeira Presidente da República mulher, houve essa discussão na mídia. O título do artigo é: “Um ‘café com a presidenta?’”. O subtítulo traz: “Com a eleição de Dilma, forma correta de descrever cargo no feminino divide estudiosos”.

SD136 - Tudo certo, nada resolvido. Essa é a grande conclusão sobre a dúvida que se abateu domingo à noite sobre o País – se ele será governado, a partir de janeiro, por uma presidente ou uma presidenta. Está tudo certo porque as duas formas são gramaticalmente corretas. Mas não está nada resolvido porque os preciosistas continuam perguntando qual das duas convém usar. Não adianta procurar a resposta nos bambambãs do vernáculo. O Aurélio, o Houaiss, o Michaelis e mesmo o Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras gastam seu latim com regras, não com conveniências.[...]Na vida real, "a presidente" tem ampla maioria de votos. A escritora Nélida Piñon sempre se apresentou como "a primeira presidente da Academia Brasileira de Letras", assim como Patrícia Amorim se considera presidente do Flamengo e Ellen Gracie foi presidente do STF - só para citar três casos. A CNBB, em mensagem oficial na segunda-feira, saudou "de maneira especial a sra. Dilma Rousseff, eleita presidente...". O Estado optou também por "a presidente", solução adotada praticamente pela unanimidade da mídia brasileira. Os legalistas vão à raiz e informam que "presidente", como outros termos terminados em "nte", são o que se chama comum de dois (uma palavra única para os dois gêneros, masculino e feminino) e não devem variar. Apenas o artigo define o gênero.[...] Portanto, Dilma Rousseff será "a presidente" do Brasil. Mas já circulou, na praça, um cordão de feministas e simpatizantes dizendo que "presidenta" ajudaria a valorizar a mulher na sociedade brasileira. Também unificaria o tratamento no continente. Pois na Argentina Cristina Kirchner exige que a chamem de presidenta, como os chilenos chamavam a ex Michelle Bachelet. Cristina, na Casa Rosada, chegou a devolver documentos que vinham "no masculino". (Matéria – 3/11/2010)

Esse tema, que poderia parecer banal, diz muito sobre o posicionamento da mídia. Como, para esta tese, a palavra é um signo ideológico por excelência (acompanhando Bakhtin), a opção por “presidente” ou “presidenta” não é uma mera decisão gramatical. É pela palavra que a ideologia atravessa consciências, materialmente e simbolicamente. O discurso do Estadão, como mostra a SD136, recorre à norma culta da língua portuguesa para justificar porque o “*O Estado optou também por ‘a presidente’, solução adotada praticamente pela unanimidade da mídia brasileira*”. Dos veículos estudados nesta tese, apenas a Carta Capital nomeia Dilma Rousseff de “presidenta”

O jornal traz os exemplos de mulheres que adotaram o termo “presidente”, como Nélida Piñon, Patrícia Amorim e Ellen Gracie. Mas, referendando o discurso religioso, tão em alta durante a campanha, ratifica a forma oficial que deve ser adotada com a voz da Igreja Católica: “*A CNBB, em mensagem oficial na segunda-feira, saudou ‘de maneira especial a sra. Dilma Rousseff, eleita presidente...’*”.

Não é novidade a resistência da mídia. Até porque, a padronização sempre denota uma negação de diferenças de gênero, de raça, de etnia. A relação colonizadores-colonizados já mostrava isso. “A homogeneização linguística realizada pelos jesuítas, por meio da gramatização da ‘língua geral’, cancelava tendencialmente a diversidade e a riqueza étnica e linguística nativa.”(CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 19). Trata-se, portanto, da demarcação do lugar de fala da mídia. As palavras adquirem sentidos a partir dos sujeitos e suas posições, das condições de produção dos discursos.

Tanto que, em seguida, o jornal diz que “*já circulou, na praça, um cordão de feministas e simpatizantes dizendo que ‘presidenta’ ajudaria a valorizar a mulher na sociedade brasileira*”. Depois, o discurso do Estadão – por baixo da transparência – trai o discurso gramatical e diz, ironicamente, que chamar “presidenta” “*unificaria o tratamento no continente. Pois na Argentina Cristina Kirchner exige que a chamem de presidenta, como os chilenos chamavam a ex Michelle Bachelet*”.

b)Efeitos de sentido

Assim como a Folha, o Estadão acolhe o discurso religioso nas suas páginas, reforçando que a Igreja e a mídia estão circunscritas na *Formação Discursiva da Casa Grande*, em oposição à *Formação Discursiva da Senzala*. O jornal também depõe sobre a sua própria ideologia, ao discorrer sobre os argumentos de adoção ou não da designação de “presidenta” para nomear Dilma.

4.3.6.3 Jornal O Globo

Foram identificados duzentos arquivos que referiam Dilma Rousseff e as eleições presidenciais no Brasil. As matérias, artigos e editoriais seguem a mesma linha discursiva dos demais jornais: pesquisas, polêmicas, acusações de ambos os lados na disputa. Todos os principais temas foram recorrentes. A título de reforço do lugar de fala de O Globo, aqui serão abordadas duas matérias: uma principal e outra *vinculada*. A única novidade é que há a citação de “Estado laico”.

a) Sequências discursivas (SD) analisadas

A primeira sequência selecionada mostra a repercussão pelo jornal de uma interferência do Papa Bento XVI na campanha brasileira. O líder religioso recomendou que os católicos brasileiros votassem em quem fosse contra a legalização do aborto. O título da matéria é “*Lula: Papa não disse novidade alguma*”, publicada um dia antes do segundo turno. O então Presidente Lula, tratado, inconsistentemente, pela mídia como “cabo eleitoral” de Dilma, foi procurado para falar sobre o tema. Seguem trechos da sua resposta:

SD137 – *Não vi nenhuma novidade na declaração do Papa. Esse é o comportamento da Igreja Católica desde que ela existe.[...] Este país é um país democrático, laico, portanto, as pessoas se manifestam como quiserem.[...]Fiquei triste porque a campanha teve um nível muito baixo. A candidata Dilma foi vítima de um preconceito, mais uma vez, mostrado de forma arraigada contra a mulher brasileira.* (Matéria – 30/10/2010)

Uma matéria vinculada a essa (acima) também traz a opinião de Frei Betto, que desta vez fala em “forças conservadoras”, sob o título Frei Betto critica declaração do Papa. O religioso dominicano, disse:

SD138 – *Pena que o Papa Bento XVI tenha virado cabo eleitoral de forças conservadoras! Por que não elogia políticas sociais que salvam vidas? [...] Como chefe de Estado, o Papa faria bem ao não opinar na eleição brasileira, assim como Lula não opinou sobre a escolha do novo Papa e Obama (Presidente dos Estados Unidos) não opinou sobre a eleição no Brasil.* (Vinculada – 30/10/2010)

A única novidade nas abordagens acima é a menção que o Presidente Lula faz do “*país laico*”. Seria uma oportunidade para o jornal, assim como os demais veículos, enfocarem a questão da interferência da Igreja na política e a laicidade do Estado. O presidente também colocou na pauta o “*preconceito*” contra a mulher, contra Dilma. Mas não houve aprofundamento do tema, uma vez que o objetivo de grande parte da mídia era o desgaste da campanha de Dilma. Frei Betto denunciou o fato de a religião estar a serviço de forças conservadoras.

b)Efeitos de sentido

O silenciamento da mídia sobre o Estado laico e sobre a questão do aborto, que não foi discutida e refletida no âmbito da saúde pública, pela ótica da saúde de mulheres e bebês, reflete também o sensacionalismo, a espetacularização da notícia. O Globo seguiu a *cartilha* dos demais veículos estudados até agora.

4.3.6.4 Revista Veja

As matérias e reportagens da Veja, no período de um mês antes e um mês depois do pleito, no segundo turno, realizado em 31 de outubro, tiveram um forte caráter de denuncismo. O alvo foi sempre o Governo Federal, deslizando, ainda, para a Casa Civil, da qual Dilma Rousseff foi chefe. Houve coberturas eleitorais, mas, claramente, favorecendo o candidato José Serra. Entre notas, matérias e reportagens, foram capturados 45 arquivos. Seguindo na priorização dos temas de religião e gênero, a pesquisa selecionou uma capa, com seus textos, e uma matéria interna para serem analisadas.

a)Sequências discursivas (SD) analisadas

A primeira sequência analisada refere-se à capa da Veja, que trouxe o tema do aborto, no dia 13/10/2010. Nela, há a imagem da candidata Dilma em dois lados opostos (ver figura abaixo), como se fosse em frente e verso. A capa fala por si. Os trechos analisados seguem abaixo.

Ilustração 8: Capa da revista Veja sobre Dilma e o aborto



Fonte: Revista Veja, 13/10/2010.

SD139 – “*Acho que tem de haver a descriminação do aborto. Acho um absurdo que não haja*”. *Dilma Rousseff, em 4 de outubro de 2007.* (Capa/parte vermelha – 13/10/2010)

SD140 –“*Eu, pessoalmente, sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência.*” *Dilma Rousseff, em 29 de setembro de 2010.* (Capa/parte branca – 13/10/2010)

A reportagem interna consta de nove páginas, que discorrem sobre os “*Ditos e não ditos de Dilma*”, induzindo o sentido de que ela é uma pessoa sem convicções. Mas há uma página que traz religiosos de créditos diferentes, com opiniões sobre o aborto, e, dois deles, em especial, *desencorajando* o voto na candidata.

SD141 - “*O estado tem obrigação de garantir a segurança das crianças ainda no ventre materno. É inadmissível tratar assassinato como medida de saúde pública*”. *Wilton Acosta, presidente do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política.* (Depoimento - 13/10/2010)

SD142 - “O aborto é o mais horrendo dos homicídios. A dona Dilma tem documentos, programas dizendo que é um absurdo o Brasil não aprovar o aborto. O recuo é mero oportunismo”. Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo de Guarulhos (SP) (Depoimento - 13/10/2010)

SD143 - “A prática do aborto é um crime aos olhos de Deus. Um espírita tem esse princípio, que é levado em conta na hora de escolher um candidato. Quem defende o aborto será prejudicado”. Geraldo Campetti, diretor executivo da Federação Espírita Brasileira. (Depoimento - 13/10/2010)

O discurso da Veja sobre o tema de Dilma sobre o aborto ganha contornos mais agressivos do que os demais veículos aqui analisados. Para não atribuir apenas à Igreja Católica a interferência da religião na campanha política, a revista destaca depoimento de evangélico, espírita e católico. Nas duas últimas páginas da reportagem, há uma matéria grande com o título “*Voltamos à pergunta: quando começa a vida?*” e subtítulo “*A definição sobre a gênese do ser humano varia conforme convicções morais, religiosas e científicas*”. Com isso, a revista deslizar o tema da política para a ciência.

Esse discurso da Veja, que é de gênero também, é reforçado por uma matéria na seção “Moda”. Trata-se da matéria “*Vestida para mandar*”, escrita por um repórter, que traz como subtítulo:

SD144 - “Em busca de um estilo para chamar de seu, Dilma Rousseff não tem mandado bem. Contratou um estilista famoso, mas vacila entre o brega e o careta. Eleita ou não neste domingo, o que não dá é para deixar esse PAC pela metade. (Subtítulo - 6/10/2010)

Há um trecho que, em cima de fotos de Dilma, “consultoras de moda” e “jornalistas de moda” elaboram uma “crítica” sobre a sua roupa:

SD145 – “Baião de dois. Pronta para tomar um chope! Blusa de uma cor e calça de outra encurtam a silhueta. Os brincos brilhantes jamais devem sair para passear com o colar de pastilhas”. Regina Guerreiro. (Depoimento - 6/10/2010)

Outra sequência traz a imagem da presidente em uma tribuna:

SD146 – “Leve e (quase) solta. O casaco sonha ser Chanel, mas faltam a imponência do corte, o DNA da textura, e os debruns são frágeis demais”. Regina Guerreiro. (Depoimento - 6/10/2010)

Sobre um relógio da presidente, na mesma imagem:

SD147 – “Elegante e bem executado. Trouxe leveza à imagem da candidata. Foi boa a opção de relógio sem cara de brechó”. Erika Palomino. (Depoimento - 6/10/2010)

No texto, entre comparações com Michelle Obama e Carla Bruni, ex-primeiras-damas dos Estados Unidos e da França, respectivamente, que “*até os acessórios refletem o estilo de governo dos maridos*”, a Veja diz, no último parágrafo:

SD148 – *Todo o esforço de Dilma Rousseff em direção a uma fórmula que favoreça tanto suas ambições de símbolo de autoridade quanto sua figura matronal – até agora aprisionada em tailleur nem sempre bem cortados – é elogiável. Mas ela tem de se entregar mais aos braços do povo – não aquele de macacão das fábricas, fique claro, mas o do mundinho fashion. Entre erros e acertos, concessões e teimosias, Dilma pode vir a encontrar, finalmente, um estilo agradável à visão do mundo, ainda que não condizente com a visão de mundo dos radicais nem tão chiques do Planalto. O que não dá, meu amor, é para deixar esse PAC pela metade.* (Matéria - 6/10/2010)

Esse discurso, que foi materializado em uma seção de “Moda”, traz estratégias de derrisão. Assim como ocorreu com Cristina Kirchner, que teve a suposta vaidade caricaturada pela mídia, Dilma teve o seu “estilo” designado pela revista como oscilando entre o “*brega*” e o “*carena*”. Referenciada como “mulher de meia-idade corpulenta” (“*matrona*”), Dilma foi ridicularizada com um “*O casaco sonha ser Chanel*”, e um relógio “*sem cara de brechó*”. O preconceito de classe, além de gênero, sobressai. Por ser do PT, partido nascido do sindicalismo, a presidente foi associada a alguém que não tem gosto refinado, “*fashion*”.

Também é silenciado um discurso que simboliza uma certa falta de identidade na candidata. Ou seja, emerge, sob o discurso da Veja, a mulher que precisa procurar “*uma fórmula que favoreça tanto suas ambições de símbolo de autoridade quanto sua figura matronal*”. Para a revista, Dilma ainda carece de autoridade. Afinal, ela é, como disse sempre

a mídia, “criação” de Lula. Ao final, a matéria ironiza “*O que não dá, meu amor, é para deixar esse PAC pela metade*”. Dilma é considerada a “mãe” do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, criado pelo governo Lula.

b)Efeitos de sentido

Assim como ocorreu com a candidatura de Cristina Kirchner, na Argentina, o “lugar de mulher” da candidata Dilma Rousseff norteou o discurso midiático. A memória discursiva do papel da mulher na colonização, mais uma vez, vem à tona. Imbricado a ele, o discurso religioso foi mais agressivo, com o apoio da imprensa, que reverberou e ampliou esse discurso.

4.3.6.5 Revista Carta Capital

A revista Carta Capital publicou dez capas sobre política, no período de um mês antes e depois do segundo turno da eleição. Cerca de quarenta matérias, reportagens e artigos foram publicadas. Do lado oposto à Veja e aos jornais analisados, o discurso da Carta Capital *ouviu* mais entrevistados e articulistas que mostraram sempre uma outra versão das denúncias contra o governo Lula e a candidatura de Dilma Rousseff. O tema do aborto ganhou reportagem de capa, como pode ser observado nas sequências discursivas selecionadas.

a)Sequências discursivas (SD) analisadas

A reportagem de capa da Carta Capital trouxe o tema “*Aborto e oportunismo eleitoral*” (ver figura abaixo). Não colocou fotos de candidatos ou partidos na capa, mas a imagem de um feto. Não fosse o título, o discurso da imagem remeteria a uma matéria sobre saúde. E, de fato, a revista quis simbolizar que não se tratava de um tema político-eleitoral. O subtítulo da capa dizia: “*Uma em cinco brasileiras já abortou. É esta a realidade, longe do proselitismo religioso e político*”. Nas páginas internas, a reportagem foi publicada na seção “Nosso país”.

Ilustração 9: Capa da Carta Capital sobre aborto e eleições



Fonte: Carta Capital, 13/10/2010.

SD149 - *Sem qualquer relação com o problema que leva milhares de mulheres à morte todos os anos, o debate sobre o aborto virou uma arma dos conservadores* (Subtítulo – 13/10/2010)

SD150 - *Em 3 de outubro, um domingo, os brasileiros acordaram cedo, votaram, decidiram democraticamente pelo segundo turno das eleições presidenciais e foram para a cama no século XXI. Mas acordaram no dia seguinte em plena Idade Média, com a religião e o aborto no centro do debate político. Como a eleição termina no dia 31, em pleno Halloween, - nas redes sociais a candidata do PT, Dilma Rousseff, passou a ser tratada por seguidores de José Serra, do PSDB, como uma bruxa a quem será preciso queimar. O clima inquisitorial, patrocinado não só por evangélicos, como chegou a se publicar, mas também por alas conservadoras da Igreja Católica, é estimulado pelos tucanos e democratas, que pretendem focar a campanha no tema. Quando o Brasil foi dormir naquela noite, o aborto era uma questão séria de saúde pública. Realizado clandestinamente, é o responsável por 15% das mortes maternas no País, a quarta causa de óbito de mulheres durante a gestação. São realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) mais de 180 mil curetagens por ano, grande*

parte delas causada por abortos malsucedidos.[...] Ao acordar na segunda-feira 4, o brasileiro deparou-se com a notícia de que esse grave problema havia se transformado num trunfo para tentar mudar o resultado das eleições, nas mãos de religiosos e políticos conservadores.[...] Para os coordenadores da campanha de Dilma, a prioridade é combater a estratégia de serristas de trazer o tema do aborto para o centro do debate político. “Querem explorar a religiosidade do povo brasileiro. Essa questão não está no centro do debate, não está no programa. A posição da candidata é clara, ela não vai precisar ficar repetindo isso todas as vezes. Isso é uma baixaria”, reclamou Marco Aurélio Garcia, coordenador do programa de governo. Os petistas vão repetir que nunca esteve nos programas do PT a defesa da descriminalização do aborto.

Chamada pela revista de “arma de conservadores”, a polêmica do aborto na eleição foi abordada como um retrocesso à “Idade Média”, por acender um “clima inquisitorial”, contra Dilma, que “passou a ser tratada por seguidores de José Serra, do PSDB, como uma bruxa a quem será preciso queimar”. Contrariando o tom discursivo dos veículos analisados até aqui, a revista elabora críticas a setores evangélicos e “alas conservadoras da Igreja Católica”, que colocaram na pauta o tema do aborto, estimulados “pelos tucanos e democratas, que pretendem focar a campanha no tema”.

A Carta Capital entra em um embate com as religiões, ao passo que divulga números que procuram levar o assunto ao campo da saúde pública, dizendo que o aborto é “*responsável por 15% das mortes maternas no País, a quarta causa de óbito de mulheres durante a gestação*”. Ao final, a reportagem reforça que os “*petistas vão repetir que nunca esteve nos programas do PT a defesa da descriminalização do aborto*”. Mas, em nenhum momento, a revista entra na polêmica sobre se Dilma apoia ou não a descriminalização do aborto.

Na mesma reportagem, a revista traz uma entrevista com Maria José Rosado, da Organização Não Governamental Católicas pelo Direito de Decidir:

SD151 – Maria José Rosado, da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, está chocada com o tratamento eleitoral dado ao tema aborto. “É abominável. Nossos corpos, nossas vidas, não podem ser objeto de barganha.” Segundo ela, o assunto não pode ser submetido a princípios religiosos. “É uma questão de saúde pública.” (Entrevista – 13/10/2010)

Na sequência acima, a Carta Capital dá voz e vez a uma mulher católica, de uma ONG, que critica o “*tratamento eleitoral dado ao tema aborto*”; ou seja, um discurso que não foi visto nas páginas de jornais e revistas, quando a grande maioria dos entrevistados – representantes evangélicos, católicos e espíritas (caso da Veja) – era do sexo masculino. Sem contar que se trata de uma entidade de mulheres, que, de fato, é a categoria mais *legitimada* para falar sobre o tema. E a revista faz questão de mostrar a indignação da entrevistada, que diz “*É abominável. Nossos corpos, nossas vidas, não podem ser objeto de barganha.*” Assim, a revista associa o tema do aborto à questão de gênero – vinculação que até então foi silenciada pela mídia. E o sentido que emerge é apontar que a candidata Dilma, de fato, sofreu discriminação de gênero.

b)Efeitos de sentido

Com essa análise, esta pesquisa referenda que, embora a Carta Capital seja constitutiva da *Formação Discursiva da Casa Grande*, por ser um veículo de mídia comercial, a revista desidentifica-se com a sua própria Formação Discursiva e assume a *Formação Discursiva da Senzala*. Contrapõe-se, assim, ao discurso hegemônico, circunscrevendo-se no discurso contra-hegemônico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria a mídia um “colonizador”? Essa pergunta atravessou todas as minhas reflexões ao longo da escrita da tese. Vejamos... Em Althusser, os meios de comunicação são Aparelhos ideológicos de Estado, ou seja, são estruturados por meio da ideologia, primordialmente, e em segundo plano, através da repressão. O autor ressalta que ela pode ser bastante atenuada, dissimulada ou ainda simbólica. Sendo assim, não existe aparelho puramente ideológico, como nos trouxe Althusser. Daí, concluímos que os veículos de comunicação, como os demais aparelhos, “[...] ‘moldam’ por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas.[...]" (ALTHUSSER, 2003, p. 71, grifo do autor). Enfim, para Althusser, a função dos meios é, sim, de reprodutores da ideologia dominante.

Já em Gramsci, os meios de comunicação são entendidos como aparelhos privados de hegemonia, sob a influência de classes, instituições e elites. São compreendidos como “sociedade civil”, que é um espaço de hegemonia, no qual se articulam outras pretensões além das advindas do Estado e da classe dominante. O Estado é a sociedade política mais a sociedade civil. É um lugar de contradições. Tanto em Althusser como em Gramsci, existe o entendimento de que há uma relação *simbiótica* da mídia com a ideologia do Estado. Isto é, a mídia é aparelhada por uma ideologia dominante.

Assim, os meios de comunicação atuam como um “edifício cultural” que cria as condições para a sobrevivência da própria classe à qual pertence. Os jornais impressos e as revistas estão duplamente vinculados à ideologia dominante: como reprodutores da hegemonia dominante, através da *informação*; e como empresa privada que lucra por meio da “venda” ou comercialização da sua matéria-prima: a “informação”. Para isso, utiliza a força de trabalho e o potencial intelectual de “prepostos” que vão manter esse edifício erguido e sempre em expansão.

Como observei no aprofundamento da pesquisa, em Pêcheux, os aparelhos ideológicos de Estado são palcos de uma forte e contínua luta de classes. Ou seja, não são meros instrumentos da classe dominante, são um campo de disputa. Por isso, não funcionam de forma homogênea. De fato, foram encontradas fissuras, equívocos e heterogeneidades no discurso midiático, durante a análise do *corpus* desta tese. Mas foi muito raro, e não um *lugar comum* nos veículos aqui estudados: Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e Revista Veja. Um caso à parte foi a Revista Carta Capital, que, apesar de pertencer à *Formação*

Discursiva da Casa Grande, por ser um veículo de mídia comercial, seu discurso é contra-identificado com sua própria formação, ficando circunscrita na *Formação Discursiva da Senzala* – lugar de contra-hegemonia, de resistência, de luta anti-estadunidense e antineoliberal. Lugar dos líderes latino-americanos. Neste sentido, a pesquisa comprovou a heterogeneidade discursiva da Carta Capital, em relação aos demais veículos estudados, em relação a sua própria Formação Discursiva de “origem”.

No entanto, pelo estudo do *corpus*, juntamente com o cruzamento das teorias aqui refletidas, é possível dizer que os meios de comunicação não apenas trabalham para manter a ideologia de Estado e a sua própria sobrevivência e expansão; mas, ao referenciar os líderes e os países latino-americanos que são foco desta pesquisa, a mídia atua com um *discurso colonizador*. Nesse processo, o lugar que a mídia reserva à América Latina é um lugar de “colonizada”, de subalterna, dependente. O discurso da era das “descobertas”, das primeiras colonizações, ainda se mantém vivo nas páginas dos jornais e revistas (menos da Carta Capital).

Vamos aos detalhes... Quando investiguei o *corpus*, por um recorte que priorizou designações, modalizações (por aspas) e silenciamentos (por censura), emergiram muitos sentidos que estavam embotados por um já-dito de lugares bem comuns. Esses já-ditos, transparentes, davam conta de que “a mídia demoniza os líderes progressistas dos países ao Sul do continente porque eles são de ‘esquerda’ e a mídia é de ‘direita’”. Ou que “os líderes são anti-estadunidenses e questionam os interesses do capital e isso não interessa à mídia privada”. Ou ainda que a América Latina “está repleta de líderes radicais, que querem coibir a liberdade de expressão das empresas midiáticas”. Sem contar a retórica de que “são todos imersos em fraudes, corrupção, fazem uso político da máquina estatal ou são autocratas”. Enfim...

Então, vamos à opacidade... Os frutos deste meu estudo indicam que a mídia configura-se como uma elite hegemônica, que, por meio do poder econômico, invade um território discursivo (as páginas dos jornais e revistas), que não pode e não deve favorecer o desenvolvimento e a integração da América Latina; oprime culturalmente os líderes latino-americanos, negando-lhes voz e vez; intervém, linguisticamente, sobre eles, ao *renomear-los*, *designá-los* e *qualificá-los*; *desconstrói/reconstrói* ou ridiculariza suas imagens, posturas e decisões; e, ainda, *desterritorializa-os*, ao negar o movimento de integração regional. Desse modo, a mídia é o mais forte colonizador simbólico da atualidade, que possui tentáculos na estrutura econômica, política, religiosa e cultural. Mas não é por meio de qualquer discurso que a mídia coloniza...

Vamos aos exemplos... A invasão do *território discursivo* é deslindada com mais clareza porque a mídia inviabiliza discursos *outros* a assumirem as páginas dos jornais e revistas, potencializando o seu poder hegemônico. Essa potencialização ocorre porque a mídia adota uma posição-sujeito pretensamente neutra, imparcial e objetiva, simulando um relato fiel dos fatos. Assim, ganha supremacia sobre outros discursos taxados de *ideologizados*, mas que declaram de que lado estão – como ocorre com os líderes latino-americanos.

Essa invasão territorial ganha contornos acentuados quando vemos a reportagem da revista *Veja*, afirmando “*Com Evo Morales na Presidência da Bolívia, mais droga passou a entrar pela fronteira brasileira. Nas próximas eleições, ele ganhará mais cinco anos*”, publicada em 2/12/2009. A Embaixada da Bolívia no Brasil ganhou, como “direito de resposta”, a publicação de uma *carta* veiculada na seção “Leitor” da revista, com poucos centímetros de largura e de altura, no dia 16/12/2009. É esse pequeno território midiático que resta à América Latina – o espaço não muito nobre da seção Leitor, um lugar não priorizado na estrutura do veículo. Será que essa invasão simbólica não causa tantos danos quanto a invasão geograficamente territorial?

No *corpus* analisado, há também um excesso de designações e qualificações relativas aos líderes e seus governos. Hugo Chávez é “caudilho” “idiota” e “autocrata”, com seu “chavismo”. José Mujica é “ex-guerrilheiro”, “simplório”, de “bigodão” e “barrigona”. Evo Morales é “ex-cocaleiro”, Cristina Kirchner é “psicologicamente bipolar”, “viúva”, com seu “cristianismo” e “kirchnerismo”. Dilma Rousseff tem jeito “matronal” e se veste como quem está “*Pronta para tomar um chope!*”. E haja invasão territorial simbólica.

Trazendo nos meus estudos a memória discursiva das primeiras colonizações na América Latina, vi que um dos fortes sintomas da intervenção linguística pelo invasor europeu foi a iniciativa de Colombo em renomear lugares e pessoas, ignorando as nomeações já realizadas pelos índios. Como bem pontuou Todorov, as palavras dos outros não interessavam ao colonizador, por isso a soberba de rebatizar lugares, mostrando toda a supremacia de quem está acima do poder econômico e simbólico. “[...]a nomeação, além disso, equivale a tomar posse.” (TODOROV, 2010, 38).

Portanto, a mídia impressa brasileira, representada pelos veículos aqui estudados, com exceção da *Carta Capital*, processa uma intervenção linguística ao referenciar os líderes latino-americanos, com designações e qualificações que exercem uma função discursiva de derrisão, demonização ou desqualificação. Sigo aqui Todorov, dizendo que são nomeações que a mídia considera “justas” para o lugar que os líderes e a América Latina ocupam no espaço hegemônico midiático. Há sempre um lugar *menor* para situar os líderes. Um lugar de

colonizado. Como ensinou Todorov, o maior simbolismo da falta de atenção para com a língua do outro foi o branco europeu, durante as colonizações, levar os índios à Espanha para aprender uma verdadeira língua, para aprender a falar, como se fossem, de verdade, páginas em branco.

No caso especial das candidatas mulheres, observei que Cristina Kirchner e Dilma Rousseff receberam um tratamento diferenciado nos discursos midiáticos. Delas, fala-se da instabilidade emocional, da dependência política do marido ou do “cabo eleitoral”, do excesso de vaidade ou do estilo que vai do “brega” ao “careta”. Cristina é temperamental pelo excesso de vaidade. Dilma é destemperada por ser “durona”. Tal como nas primeiras colonizações, há um desrespeito às questões de gênero. Na época das “descobertas”, as mulheres eram consideradas, na escala social, apenas como mães ou figuras decorativas, se fossem da casa grande. As da senzala, eram exploradas sexualmente ou escravizadas. Pela mídia, simbolicamente, as duas mulheres que chegaram ao poder maior de uma nação são expostas a um lugar de fragilidade, de clichês femininos.

Mas nada foi tão grave quanto a investida contra Dilma Rousseff na questão do aborto – tema que tomou conta da campanha presidencial em 2010, como foi visto na análise do *corpus*. Por uma mulher estar envolvida nessa polêmica, o assunto ganhou repercussão maior. Nesse momento, a mídia filiou-se a uma Formação Discursiva que é circunscrita na sua mesma Formação Ideológica: a religião. Mídia e religião são aparelhos ideológicos de Estado e constituem a Formação Ideológica hegemônica.

Para mim, para este trabalho, nas páginas dos jornais e revistas em foco, as igrejas que entraram na polêmica do aborto também são parte da *Formação Discursiva da Casa Grande*. Isso porque as igrejas não se mantiveram na esfera religiosa durante as discussões sobre o aborto. Deslizaram para o discurso político, chegando a recomendar que os “fiéis” não votassem em Dilma Rousseff por ela defender a descriminalização do aborto. Com isso, mídia e religião ocuparam a mesma Formação Discursiva.

Como teorizaram Haroche, Pêcheux e Henry (2007, p. 26), a formação ideológica institui atitudes e representações que não são “individuais” e “universais”, no entanto, relacionam-se, em alguma medida, a *posições de classes* em conflito. Ou seja, as formações ideológicas guardam em si uma ou várias formações discursivas, que são interligadas e, sendo assim, determinam o que pode e deve ser dito.

Aqui vem à tona a questão da laicidade do Estado. Se hoje o Estado brasileiro é laico, como a religião pode tão fortemente interferir nas questões políticas? E isso não apenas ocorreu com o tema do aborto, mas em outros temas enunciados pelos jornais ora estudados.

Mais uma vez, volto às colonizações. Os colonizadores europeus, já nas primeiras expedições, trouxeram jesuítas para catequizar os nativos. Essa influência, além de religiosa, foi também linguística. Era preciso educar as “páginas em branco”, os nativos e negros escravizados. Assim, essa era das “conquistas” foi marcada também pela vinda dos cristãos ao chamado Novo Mundo para disseminar a religiosidade entre índios e negros e, em troca, levar as riquezas dos países latino-americanos.

Os discursos da mídia sobre a América Latina – ao reavivarem e ressignificarem memórias discursivas, recolocando-as na atualidade – reforçam sentidos cristalizados na sociedade. Sentidos que remontam a uma América Latina colonizada, subdesenvolvida, inferior. Assim, pelo *lugar confortável* dos jornais e revistas, dos quais supostamente só emanam discursos neutros, verdadeiros e objetivos, geram-se discursos que reificam uma identidade “inviolável” do que é ser latino-americano.

O candidato a presidente da Bolívia, Evo Morales, foi um caso clássico. Além de ridicularizar a sua imagem com jogos de linguagem como “Evo viu a folha”, como fez a Veja, houve a retomada de discursos discriminatórios em relação à sua etnia. A luta indígena é qualificada como “divisão racial” pelo jornal Estadão, em matéria de 6/12/2009: “A oposição, por seu lado, acusa o presidente de forçar a divisão racial no país e de ser um fantoche de Hugo Chávez.”. O presidente é também *idiotizado* ao ser comparado a um “fantoche”.

Já a Folha de S. Paulo, trouxe o discurso do senso comum *índio bom x índio mau*, ao enunciar a candidatura de Evo Morales à reeleição, induzindo o sentido de que, sob a sua gestão, “agora, os indígenas tratam mal os brancos”. Isso porque: “Não sorriem. Quando estão reunidos, nos ofendem. É verdade que eram maltratados por pessoas do meu nível social, mas essa não é a solução”. Tratava-se da entrevista de uma jornalista aposentada “branca”, justificando que Morales provocou uma fissura na relação índios e brancos. Como pode um índio nem sorrir a um “dominante”?

José Mujica não foi um dos mais referenciados pela mídia, mas sempre foi designado como “ex-guerrilheiro tupamaro”. Candidato pela primeira vez à presidência do Uruguai, não estava com um histórico de “gestão presidencial” para sofrer avaliações da mídia. O que se viu foi uma deturpação de seus costumes simples para “simplório”, como alguém que “vota e pega na enxada”. Foi também designado de “agricultor”, mas não como ministro da Agricultura – cargo que ocupou no seu país. É o lugar de fala do colonizado que é, para a mídia, típico de quem anda trabalhando com uma “enxada” na mão, longe de uma atividade intelectualizada.

Nas análises das matérias, reportagens, artigos e editoriais, que tiveram como foco o presidente do Equador, Rafael Correa, desvelaram-se discursos que evidenciaram uma supremacia estadunidense, em contraposição a um lugar de subalternidade da América Latina. Um trecho da matéria publicada em 16/04/2009 diz: “*O encontro entre o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e os líderes da União Sul-Americana de Nações (Unasul) será uma oportunidade única para que o líder americano e presidentes de países historicamente problemáticos, como Venezuela, Bolívia e Equador possam se sentar em volta da mesma mesa e tentar aparar arestas[...]*”. A América Latina é “historicamente problemática” ou historicamente explorada, inclusive, pelos Estados Unidos? Há silenciamento no discurso de contraposição ao hegemônico, sempre.

O Equador é um país pequeno e possui uma economia proporcional ao seu tamanho. Mas politicamente o país é forte, com boa representatividade na Unasul, da qual Rafael Correa já foi presidente. Embora tenha essa legitimidade, comumente a mídia o coloca como “súdito” de Hugo Chávez e do “socialismo do século XXI”. Ou seja, um líder que não teria autonomia. Para o bem ou para o mal – geralmente para o mal –, Chávez é sempre referenciado como o manipulador dos demais presidentes latino-americanos.

Pode-se dizer que Hugo Chávez foi o mais demonizado entre todos os líderes – e o que mais ganhou espaço nas coberturas eleitorais¹¹³ pelos veículos aqui estudados. Um achado curioso ocorreu durante as análises dos jornais e revistas sobre o venezuelano. Há uma mitificação do então presidente venezuelano. Ele é mais referenciado do que a própria Venezuela. Mas o tom do discurso sobre o líder é sempre pejorativo. Ameaçador, ditador, caudilho, deslegitimado pelo processo eleitoral, desonesto (com suspeita de uso da máquina pública para as eleições), que adota um socialismo ultrapassado, escolhe um vice que é simplório e sem nível superior, engana a população e usa os meios de comunicação ao seu favor eleitoralmente – essas são apenas algumas designações e qualificações.

Ao nomear Chávez, há sempre o sentido de colocar o líder venezuelano (e o seu vice-presidente) em uma posição inferior, diferente do europeu “branco”, do estadunidense “superior”, do dominante trabalhador, democrático, com “nível” para assumir um cargo de presidente. Chávez foi inconsistentemente comparado ao “jovem economista” Capriles – aquele que estudou em países europeus. Capriles disputou a presidência com Chávez, ganhando a torcida explícita da mídia, mas perdendo o pleito. Aparece um discurso nos jornais de defesa

¹¹³Logicamente, com exceção de Dilma Rousseff, que, por se tratar de uma candidata brasileira, a cobertura foi infinitamente maior que os demais.

da candidatura Capriles – uma “escolha” pelos critérios de classe social, de ideologia, de defesa de interesses de poder e hegemonia.

A análise do *corpus* apontou para o discurso *messiânico* e *sobrenatural* em relação a Chávez, sobretudo pelos jornais Estadão e O Globo. O chavismo virou religião e Chávez, um Deus, para O Globo. O Estadão o referenciou como um demônio que invoca “o fogo dos infernos”. Mais uma vez, o interdiscurso traz a memória discursiva das colonizações. Os elementos religiosos, além de cultos e rituais, foram registrados na origem da América Latina, protagonizados pelos índios e negros. Chávez não é “branco”, não é louro. É mais identificado com os povos latino-americanos. Possivelmente, o discurso étnico-racial mobilizou memórias para ativar esse discurso da era das “conquistas”. Sabe-se que “[...]um indivíduo mestiço, o qual, manifestando dons proféticos, pôs em polvorosa as margens do Amazonas e principalmente do Rio Negro, que percorria doutrinando, batizando, casando, tudo segundo ritos de sua invenção. Fazia-se chamar Cristo Alexandre.” (QUEIROZ, 2003, p. 169)

Observei que, nessas situações, há um deslizamento de sentido no discurso midiático, ou seja, a mídia extrapola os limites da sua Formação Discursiva e apresenta um efeito de sentido diferente, antagônico a ela. Há uma predominância de demonização do líder venezuelano; no entanto, ao demonizar, também enaltece a sua figura e o mitifica. Isso se deve, também, ao sensacionalismo, à espetacularização da notícia, que faz parte do apelo mercadológico dos meios de comunicação: paradoxalmente, ajuda a mitificar o líder. Mitifica a quem quer apagar – houve esse funcionamento do sentido.

Identifiquei, ainda, que os grandes grupos midiáticos reproduzem versões recorrentes sobre os acontecimentos. Parecem *mantras* que se espalham pelos veículos de comunicação, de forma padronizada. Há pouco de novidade. Ou quase nada. Também há rara diferenciação na posição-sujeito dos veículos. Aqui retomo a Carta Capital, considerada uma exceção. O discurso da revista é contra-identificado com a *Formação Discursiva da Casa Grande*. Em todas as coberturas eleitorais estudadas, a Carta Capital adotou um discurso de contraposição à mídia. Trouxe sempre uma outra versão dos fatos, cedendo voz e vez aos líderes latino-americanos.

Um caso emblemático foi a cobertura eleitoral no Brasil, quando a revista deu uma reportagem de capa ao tema do aborto, na eleição de Dilma Rousseff, abordando a questão da saúde pública e ouvindo mulheres religiosas, ao contrário de outros veículos. Nesse percurso peculiar, a revista adotou uma posição contra-hegemônica, assumindo a defesa dos líderes progressistas candidatos. Ao passo que os demais veículos assumiam posições de quase defesa dos opositores, não importando, inclusive, se não apresentavam bons índices nas

pesquisas eleitorais. Vários foram entrevistados, como Capriles (Venezuela), Alfonsín (Argentina), Duhalde (Argentina) e Gutiérrez (Equador).

Atualmente, a América Latina, que também enfrentou ditaduras no século XX, vivencia uma nova etapa do processo de colonização: a investida do neoliberalismo. Dessa vez, o domínio maior sobre a região é estadunidense, embora não deixando de ser também europeu. As marcas deixadas são: invasões culturais, exploração econômica, discriminação social, subordinação política e destruição ambiental. Dessa forma, ao longo dos séculos, além da exploração eurocêntrica, os países ao Sul do continente passaram a ser tratados como “colônia” dos Estados Unidos. A maior precipitação neoliberal sobre a América Latina ocorreu nos anos 1990.

Não por acaso, foi a partir daí que, livrando-se das ditaduras, os países ao Sul deram sinais de luta por emancipação. E veio a estruturação de organizações construídas para fortalecer o processo de integração regional. Mas, nesse percurso, a mídia também se fortaleceu. Foram constituídos conglomerados com vários formatos de propriedade. A notícia foi *oligopolizada*. A política e a justiça foram *espetacularizadas*. Mas o funcionamento discursivo da mídia fincou raízes nos paradigmas coloniais, colocando o seu poder não apenas a serviço da manutenção, reprodução e expansão de uma classe, mas a serviço da reificação do lugar de colonizado da outra classe oponente, subalternizada.

Sim, considero a mídia impressa brasileira como um “colonizador”, porque não será possível a organização, a libertação e a emancipação da América Latina se essa colonização simbólica continuar a imperar, mobilizando saberes e consciências através dos meios de comunicação. Todo o estudo desenvolvido ao longo desta tese me permite assegurar isso. A integração regional dos países do Sul depende da construção de canais de comunicação contra-hegemônicos que fortaleçam as lutas e os discursos de seus líderes e países. O colonizador pode até revezar a sua força sobre a América Latina: ora o pêndulo mais forte vem do mundo eurocêntrico ora vem mais ferozmente dos Estados Unidos. Mas a mídia permanece com a sua investida, fiel mantenedora dos ideais capitalistas. E é a esse capitalismo que interessa a subalternidade latino-americana, o seu permanente lugar de colônia. Novas plataformas, formatos, modelos, técnicas e estratégias midiáticas apenas fortalecem a sua condição de Aparelho ideológico de Estado, de sustentáculo do campo hegemônico, de “colonizador”.

O projeto neoliberal é uma ressignificação do projeto colonial. Como mostrou Aníbal Quijano, há um processo de colonialidade que perdurou mesmo depois da independência dos países colonizados. Quijano aponta que a descolonialidade, a luta contra a dominação e

exploração, deve ser engendrada na luta pela destruição da colonialidade do poder, “[...] não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado.”(QUIJANO, 2010, p. 126). Para ele, a destruição da colonialidade é a destruição do poder capitalista, que o autor chama de “trama viva” da exploração e discriminação. E, como vimos no transcorrer desta tese, são dominações materiais e simbólicas, ou, como diz Quijano, intersubjetivas.

A descolonialidade não é apenas do poder econômico e político, mas do saber. A mídia constrói saberes. Concordo com Boaventura de Sousa Santos quando ele defende que a luta contra o capitalismo deve ser conduzida de modo paralelo à luta anticolonialista. Para o autor, o colonialismo interno não pode ser encarado apenas como uma política de Estado. Isso ocorria com o colonialismo de ocupação estrangeira, nas colonizações. Boaventura acredita – e eu concordo com ele – que se refere a uma “gramática social ampla”, “[...]que atravessa a sociabilidade, o espaço público e o espaço privado, a cultura, as mentalidades e as subjetividades.”(SANTOS, 2013, p. 17, tradução nossa).

Vamos às utopias... Está claro que o processo de descolonialidade depende de uma América Latina integrada e emancipada. Para isso, o movimento de integração precisa se expandir para ocupar *territórios* midiáticos, ampliar a diversidade de *vozes* e garantir novos saberes. Só assim será possível que a *Senzala* se liberte e não precise ser discursivizada. Que a *Senzala* crie suas próprias narrativas e meios de divulgação, com toda a sua diversidade de vozes e culturalidades. Mas que tenha a sua própria *voz*.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 9^a Edição. São Paulo: Edições Graal, 2003.
- América Latina 10: Revista del Doctorado em Procesos Sociales y Políticos en América Latina. Escuela Latinoamericana de Posgrado y Política Púbicas. Universidad ARCIS. Santiago: Editorial ARCIS, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo (SP): Boitempo Editorial, 2011.
- ARBEX JR. José. In: Moraes. Dênis. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. 2^a Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. In: REVISTA LETRAS DE HOJE. N° 2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Curso de Pós-Graduação em Letras-PUCRS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. (Voloshínov). Marxismo e filosofia da linguagem. 12^a Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- _____. Problemas da poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARBOSA. Pedro Luis Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz: 2003.
- BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos (SP): Pedro e João Editores, 2007.
- _____. Configurações da memória discursiva em slogans políticos. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). Filigranas do discurso: as vozes da história. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAVA, Silvio Caccia. A democracia em disputa. In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.
- BENJAMIN, Walter. Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Vol. 1. e Vol 2. Tradução: Carmem C. Varriale et al. 5^a Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004 (São Paulo: Imprensa Oficial).

- _____. Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. 2^a Edição. Tradução: Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz: 2003.
- BOSCHI, Renato R. (org.). Variedades de Capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2011.
- BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____ Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2012.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 2^a Edição. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet. 2^a edição (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2006.
- BRITTOS, Vário Cruz. Midiatização e produção tecnológico-simbólica no capitalismo contemporâneo. In: MORAES. Dênis. Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- BURILLE, Celma Faria de Souza. Trajetória da mulher na história do Brasil: submissas ou ardilosas? Disponível em:
http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1338343549_ARQUIVO_ARTIGO_TRAJETORIADAMULHERNAHIST_BRASIL.pdf
- Capturado em: 12/11/2015.
- BURKE, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- CALLADO, Ana Arruda. O texto em veículos impressos. In: CALDAS, Álvaro. (Org.) Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet. 2^a Edição. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. Ideología, cultura y poder. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1995
- _____. Latino-americanos à procura de um lugar neste século. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- _____. Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro: URFJ, 2005.
- _____. Culturas híbridas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. A linguagem escravizada: língua, história e luta de classes. 2^a Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Crítica de la razón latinoamericana. Série Historia y Cultura de Hispanoamérica. Barcelona: Puvill Libros, S.A., 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUI, Marilena. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz: 2003.

_____. Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. 4ª Edição. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.

DE MORAES, Wallace dos Santos. Capitalismo sindicalista de conciliação e “capitalismo de las calles”: Brasil e Venezuela no pós-neoliberalismo. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). Variedades de Capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2011.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

DUSSEL, Enrique D. Método para uma filosofia da libertação. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4ª Edição. São Paulo: Global, 2009.

_____. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; SANTOS, Elmo José dos. (Orgs.) Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso. Nº 1. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), 2005.

FONTES, Virginia. Da importância das lutas e batalhas. Prefácio. In. MORAES, Dênis. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

FORTES, Alexandre. (Org.) História e perspectivas da esquerda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FOUCAULT, Michel.. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- _____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- _____. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.
- _____. A ordem do discurso. (Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1070). São Paulo: Edições Loyola, 2006^a
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006b.
- FREYRE, Gilberto. A propósito da política cultural do Brasil na América. In: Americanidade e Latinidade da América Latina e outros textos. 1941.
- FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GAITÁN, Flavio. O desenvolvimento esquivo e as tensões do desenvolvimentismo – Reflexões sobre a América Latina. In: BOSCHI, Renato R. (org.). Variedades de Capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2011.
- GALEANO, Eduardo H. As Veias Abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- GOMES. Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4^a Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- _____. Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2^a Edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3^a Edição. Tradução: Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira; Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos (SP): Pedro e João Editores, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- _____. Introdução. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). Filigranas do discurso: as vozes da história. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

- _____. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- _____. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz: 2003.
- _____. A mídia e a espetacularização da cultura. In: *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz: 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. (Orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2ª Edição. Campinas (SP): Pontes, 2005.
- _____. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas (SP): Pontes, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Unesco/UFMG, 2003.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos (SP): Pedro e João Editores, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva: 2009.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos (SP): Pedro e João Editores, 2007.
- INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

- INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Vol. 1. Enciclopédia Intercom de Comunicação. São Paulo: Intercom, 2010.
- JAGUARIBE, Hélio. Crises e alternativas da América Latina. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Dênis. Sociedade midiatisada. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.
- KOCH, Ingredore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 8ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- KORNBLUTH, David. La economía popular y la comunidad como sujeto económico trascendental. In: Latinoamericamente. Santiago, Chile: MPL y Corporación Poblar, 2011.
- LANDER, Edgardo.(Org.)La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.
- LARANGEIRAS, Álvaro. Comunicação monoteísta: a fonte dos discursos do Partido dos Trabalhadores e da Rede Brasil Sul. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.
- LIMA, Venício A. de. Mídia: teoria e política. 2ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LIMA, Venício A. de. Mídia: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. Estudos Avançados (13)35: 1999.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-Abolição. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, 2006.
- MAINIGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Gênese dos discursos. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES. Dênis. (Org.)Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- MARTÍNEZ, Karla Díaz. Participación popular en las relaciones internacionales. In: América Latina 10: Revista del Doctorado em Procesos Sociales y Políticos en América Latina. Escuela Latinoamericana de Posgrado y Política Pùbicas. Universidad ARCIS. Santiago, Chile: Editorial ARCIS, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYAFFRE, Damon. Formações discursiva(s) e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas versus burgueses. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos (SP): Pedro e João Editores, 2007.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. Caderno CRH. Volume 1. Salvador, Maio/Agosto 2008.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

MORAES, Dênis. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas Editora, 2009.

_____. Planeta mídia: tendências da comunicação na Era Global. Campo Grande: Letra Livre Editora, 1998.

_____. (Org.). Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. (Org.) Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Dênis.(Org.) Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. Gramsci e as mutações do visível: comunicação e hegemonia no tempo presente. In: MORAES, Dênis. (Org.) Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. (Coleção Questões da nossa época, Volume 20). São Paulo: Cortez, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, 2006.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes, 2003.

- _____. Michel Pêcheux e a análise de discurso. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; SANTOS, Elmo José dos. (Orgs.) *Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso*. Nº 1. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), 2005.
- _____. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2006.
- _____. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6ª Edição. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.
- _____. Silêncio e implícito (produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas (SP): Pontes, 1989.
- ORTEGA, Juan Enrique. Autogestión comunicacional: disputa discursiva e movimento social. (Conversaciones del Diplomado de Especialización en Movimientos Sociales y Autogestión Comunitaria). In: *Latinoamericamente*. Santiago (Chile): Editorial Quimantú, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas (SP): Pontes, 2002.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- POSSENTI, Sírio. Notas sobre a língua na imprensa. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz: 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2003.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo.(Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.
- REGALADO, Roberto. *Lá izquierda latinoamericana en el gobierno: alternativa o reciclaje?* Orión, México: Ocean Sur, 2012.
- RENDALL, Steve. Para as mídias, um homem a eliminar. In. *LE MONDE DIPLOMATIQUE*
- BRASIL. Ditador, o líder popular. Ano 6/ número 69. São Paulo: Instituto Polis, 2013.
- REVISTA LETRAS DE HOJE. Nº 2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Curso de Pós-Graduação em Letras-PUCRS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

REY, Mabel Thwaites. Globalización neoliberal y después: el dilema del estado em América Latina. In: América Latina 10: Revista del Doctorado em Procesos Sociales y Políticos en América Latina. Escuela Latinoamericana de Posgrado y Política Púbicas. Universidad ARCIS. Santiago, Chile: Editorial ARCIS, 2011.

RIVERA, Patricio. Autogestión comunicacional: disputa discursiva e movimento social. (Conversaciones del Diplomado de Especialización en Movimientos Sociales y Autogestión Comunitaria). In: Latinoamericamente. Santiago (Chile): Editorial Quimantú, 2011.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos (SP): Pedro e João Editores, 2007.

ROMANET, Ignácio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Descolonizar el saber, reinventar el poder. (Colección Ciencias Sociales y Humanas). Santiago (Chile): LOM Ediciones, 2013.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHERER, Amanda Eloína; TASCHETTO, Tania Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; SANTOS, Elmo José dos. (Orgs.) Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso. Nº 1. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), 2005.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de.(Org.). Jornalismo político: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de.(Org.). Jornalismo político: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SERRANO, Pascual. Desinformación: cómo los medios ocultan el mundo. Barcelona: Ediciones Península, 2009.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. In: WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.) Fundamentos de História do Direito. 4ª. Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

- SILVA, Francisco Paulo; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Análise de discurso político e a política da análise de discurso. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; SANTOS, Elmo José dos. (Orgs.) *Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso*. N° 1. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), 2005.
- SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Tradução: Claudia Cavalcanti. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Mauad 4^a Edição (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2006.
- _____. *O globalismo como neobarbárie*. In: MORAES, Dênis.(Org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 2^a Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- SOUZA, Juliana Pereira de. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Vol. 1. *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2010.
- STELLA, Paulo Rogério. *Palavra*. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- TAVARES, Olga. *Fernando Collor: O discurso messiânico, o clamor ao sagrado*. São Paulo: Annablume, 1998.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 7^a Edição. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- VALECILO, Judith González. *La unión de naciones suramericanas - Unasur: el nuevo regionalismo, osbstáculos y desafíos*. América Latina 10: Revista del Doctorado em Procesos Sociales y Políticos en América Latina. Escuela Latinoamericana de Posgrado y Política Púbicas. Universidad ARCIS. Santiago: Editorial ARCIS, 2011.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad, plurinacionalidad y razón decolonial: refundares político-epistémicos en marcha*. In: GROSFOGUEL, Ramón; HERNÁNDEZ, Roberto Almanza. *Lugares descoloniales – Espacios de intervención en las Américas*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/Facultad de Ciencias Sociales, 2012.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Tradução: Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1997.

_____. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

Sites:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>. Capturado em 30 de março de 2014.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>. Capturado em 30 de março de 2014.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>, Capturado em 30 de março de 2014.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional>. Capturado em 30 de março de 2014.